

ISSN 0103-4324

Prognóstico Agrícola

1998/99



Instituto de Economia Agrícola



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola**

**Governador do Estado
Mário Covas Júnior**

**Secretário de Agricultura e Abastecimento
João Carlos de Souza Meirelles**

**Secretário Adjunto
Antonio Carlos de Macedo**

**Chefe de Gabinete
Paulo Soares Cintra**

**Diretor do Instituto de Economia Agrícola
Paulo Edgard Nascimento de Toledo**

**Prognóstico
Agrícola**

1998/99



Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA: 1998/99. São Paulo: IEA,
1998-

ISSN 0103-4324

Substitui, a partir de 1988: Prognóstico, 1972-87,
v.1-16. Foi indexado na Revista Informações Econômi-
cas a partir de 1990-97, v.20-27.

1988, v.1

1998, v.2

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA

Revista do Instituto de Economia

Agrícola

Vol. 2 p.1-254 1998

Editor Responsável

Regina Junko Yoshii

Equipe Coordenadora

Lúcia Santana Martins (Coord. Geral)

Liliana Maria Montragio Pires de Camargo

José Roberto Leite da Silva

José Roberto da Silva

Richard Domingues Dulley

Alquíria da Silva

Comissão Editorial

Afredo Tsunechiro

Liliana Tereza Cardoso de Mello

Regina Junko Yoshii

Lúcia Santana Martins

Bibliografia

Andete P. do Nascimento Medeiros

Supervisão de Texto e Revisão de**Parte Final**

Liliana Áurea Cassiano Turri

Programação Visual

Liliana Mendes de Campos

Supervisão Eletrônica

Liliana Borah Silva de Oliveira Alencar

Liliana Mendes de Campos

Liliana doseli Clara Rosa Trindade

Capa

Liliana Mendes de Campos

Fotos

Liliana C. Fantini

Liliana Imagens CATI

Distribuição

Regina Junko Yoshii

Liliana de Cássia Corrêa Silva

Periodicidade anual**Edição de 2.500 exemplares**

É permitida a reprodução total

ou parcial desta revista, desde

que seja citada a fonte.

Todos os artigos assinados são de inteira

responsabilidade dos autores.

Instituto de Economia Agrícola

Rua Miguel Stéfano, 3.900

01011-903 - São Paulo - SP

Telefone: (011) 577-0244 ramal 2354

Fax: (011) 276-4062

E-mail: iea@eu.ansp.brSite page: <http://eu.ansp.br/~iea>

1998/99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
COMÉRCIO INTERNACIONAL	13
DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA	23
POLÍTICA AGRÍCOLA	
Financiamento Agrícola e Sustentação da Renda	31
Agricultura Familiar e Programas Especiais de Financiamento	56
Seguro Agrícola	70
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	75
Imposto Territorial Rural (ITR)	80
Política Fundiária	88
MERCADO DE TRABALHO RURAL	103
MERCADO DE TERRA	109
MERCADOS DE INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS	
Calcário Agrícola	117
Defensivos Agrícola	119
Fertilizantes	122
Rações	128
Sementes	131
Máquinas Agrícolas Automotrizes	133
MERCADO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	
Açúcar e Alcool	141
Algodão	151
Amendoim das águas	157
Arroz	161
Avicultura	169
Café	174
Carnes bovina e suína	178
Feijão	184
Flores	189
Frutas	195
Leite	221
Mandioca	229
Milho	233
Soja	241
Trigo	246

CONVENÇÕES¹

Abreviatura, sigla, símbolo ou sinal	Significado	Abreviatura, sigla, símbolo ou sinal	Significado
- (hífen)	dado inexistente	IPCMA	Índice de Preços da Cesta de Mercado dos Produtos de Origem Animal
... (três pontos)	dado não disponível	IPCMT	Índice de Preços da Cesta de Mercado Total
0, 0,0 ou 0,00	valor numérico menor do que a metade da unidade ou fração	IPCMV	Índice de Preços da Cesta de Mercado dos Produtos de Origem Vegetal
"(aspa)	polegada (2,54cm)	IPR	Índice de Preços Recebidos pelos Produtores
/ (barra)	por ou divisão	IPRA	Índice de Preços Recebidos de Produtos Animais
@	arroba (15kg)	IPRV	Índice de Preços Recebidos de Produtos Vegetais
abs.	absoluto	IPP	Índice de Preços Pagos pelos Produtores
alq.	alqueire paulista (2,42ha)	IPPD	Índice de Preços de Insumos Adquiridos no Próprio Setor Agrícola
benef.	beneficiado	IPPF	Índice de Preços de Insumos Adquiridos Fora do Setor Agrícola
cab.	cabeça	kg	quilograma
cx.	caixa	km	quilômetro
cap.	capacidade	l (letra ele)	litro
cv	cavalo-vapor	lb.	libra-peso (453,592g)
cil.	cilindro	m	metro
c/	com	máx.	máximo
conj.	conjunto	min.	mínimo
CIF	custo, seguro e frete	nac.	nacional
dh	dia-homem	nº	número
dm	dia-máquina	obs.	observação
dz.	dzia	pc.	pacote
emb.	embalagem	p/	para
enгр.	engradado	part. %	participação percentual
exp.	exportação ou exportado	prod.	produção
FOB	livre a bordo	rend.	rendimento
g	grama	rel.	relação ou relativo
hab.	habitante	sc.	saca ou saco
ha	hectare	s/	sem
hh	hora-homem	t	tonelada
hm	hora-máquina	touc.	touceira
IGP-DI	Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna	u.	unidade
imp.	importação ou importado	var. %	variação percentual
inf.	informante		

¹As unidades de medida seguem as normas do Sistema Internacional e do Quadro Geral das Unidades de Medida. Apenas as mais comuns aparecem neste quadro.

APRESENTAÇÃO

Para o ano agrícola 1998/99, em que novamente os agentes econômicos do setor produtivo dos agronegócios tomam decisões sobre a produção e comercialização das safras, o Instituto de Economia Agrícola (IEA) relança o seu PROGNÓSTICO AGRÍCOLA, publicação anual iniciada, em caráter pioneiro, na safra 1972/73 e que nos últimos nove anos foi substituída por uma versão restrita às culturas de verão e publicada como artigo especial na revista INFORMAÇÕES ECONÔMICAS.

Ao retomar o PROGNÓSTICO AGRÍCOLA entre suas principais atividades, o IEA procura oferecer um detalhado retrospecto da evolução recente da agricultura paulista e brasileira e uma visão das perspectivas que se apresentam ao início de um novo ano agrícola.

Este documento consolida a missão institucional de atender aos diferentes setores do agronegócio, através de análises da conjuntura agropecuária e de um amplo conjunto de informações em um só documento, abordando o panorama macroeconômico, comércio internacional, situação e perspectivas de mercado dos produtos das principais cadeias produtivas, dos mercados de insumos e máquinas agrícolas, bem como do mercado de trabalho rural e do mercado de terras. Inclui, também, uma análise das políticas agrícola e fundiária vigentes nos últimos quatro anos, além de um balanço do desempenho da agricultura paulista nesse período.

Finalmente, cumpre ressaltar que o **PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1998/99**, elaborado pela equipe técnica do IEA e divulgado com o apoio financeiro da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), alinha-se com o novo modelo de gestão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Através deste modelo busca-se atender de forma mais eficiente as propostas e demandas oriundas das Câmaras Setoriais e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural, para os quais este documento servirá como amplo e útil acervo de informações e dados básicos.

São Paulo, outubro de 1998

Paulo Edgard Nascimento de Toledo
Diretor Técnico de Departamento
Instituto de Economia Agrícola

PANORAMA MACROECONÔMICO

Em julho de 1998, o Plano Real completou quatro anos. São 48 meses de taxas de inflação bastante reduzidas, comparáveis às de muitos países industrializados. Um fato considerável, levando-se em conta que o Brasil convive há décadas com grande instabilidade de preços e todos os problemas daí decorrentes.

Mas, os benefícios da estabilidade econômica convivem com problemas, alguns aparentemente superados, outros que se intensificaram. Dentre os problemas que ressurgiram, um dos mais importantes é certamente a vulnerabilidade da economia brasileira aos humores da economia mundial. O desemprego e o reduzido crescimento econômico estão entre os que se agravaram.

No momento, todas as atenções estão voltadas para o setor externo. A recente crise da Ásia, de outubro de 1997, mostrou o quão interligados estão os diversos mercados, nacionais e internacionais. Uma queda nas bolsas de valores de alguns países asiáticos obrigou o Banco Central do Brasil a se desfazer de um apreciável volume de reservas e elevar abruptamente a taxa de juros para defender a moeda nacional de um ataque especulativo que objetivava, em última instância, uma substancial depreciação do real, que conflitava com o interesse do governo.

Todos esses problemas, assim como as virtudes do Plano Real, estão intimamente relacionadas, pois fazem parte do modelo de política econômica que o governo adotou para manter a estabilidade da moeda. Numa economia aberta, como a brasileira, o dispêndio, que é o total dos gastos dos agentes privados, públicos e não residentes, é igual à produção doméstica mais as importações. Conseqüentemente, se a soma dos gastos dos residentes, chamada de absorção, for superior ao valor da produção interna, esse excesso de demanda é satisfeito com as importações.

A soma dos balanços dos setores da economia - público, privado e externo - ou seja, suas despesas menos suas receitas, é igual a zero. Por isso, quando um dos setores gasta mais do que ganha, algum outro precisa apresentar um superávit, para financiar o setor deficitário. Esse princípio é conhecido como a restrição macroeconômica básica, que significa que a soma algébrica dos hiatos de recursos de quais-

quer um dos setores, público, privado ou externo é zero. Isso significa, por exemplo, que um déficit público deve se financiar pelo setor externo e/ou privado. Se o hiato de recursos do setor privado estiver zerado, o déficit público é financiado com a entrada de poupança externa, a renda líquida recebida do exterior, que é a contrapartida do déficit em transações correntes. Esses são os chamados déficits gêmeos, característicos da economia brasileira atual.

Mas, a identidade contábil não expressa, por si só, qualquer sentido de causalidade. A princípio, pode-se dizer que o déficit público causa o déficit externo, ou o contrário. Assim sendo, há uma controvérsia sobre os mecanismos que deveriam ser empregados para restaurar, ou pelo menos minimizar, os desequilíbrios macroeconômicos atuais. Os que acreditam que os problemas do saldo em transação corrente do Brasil são resultado do excesso de absorção, em especial dos gastos públicos, propõem mecanismos de renda real para restaurar o equilíbrio ou, pelo menos, trazê-los para intervalos mais tranquilizadores. Do outro lado, estão os que julgam que o déficit público é causado pelos déficits em conta corrente, que deve ser atacado pelo mecanismo de preços relativos, ou seja, depreciando a taxa de câmbio.

No curto prazo, entretanto, os déficits em conta corrente precisam ser cobertos, de alguma forma. Como o Brasil não restringe a movimentação de capitais, o saldo da balança de transações correntes não depende de fatores, que é o resultado líquido das transações de bens e serviços que não envolvem a remuneração de fatores de produção entre residentes e não residentes, pode ser financiado tanto pela redução das reservas quanto pela entrada de capitais.

A queda abrupta da inflação, como aconteceu em julho de 1994, normalmente ocasiona, de imediato, a expansão do consumo público e privado, queda real da taxa de juros e apreciação cambial. Com alguma defasagem, começam a surgir problemas na balança comercial. Com exceção da taxa de juros, a economia brasileira seguiu esse figurino após a implantação do Plano Real. A estratégia do governo, para enfrentar esses desequilíbrios macroeconômicos, parece ter sido corrigir o câmbio gradualmente, acelerar as privatizações e promover as

chamadas reformas estruturais, em especial a previdenciária e fiscal, para reduzir déficit público e estimular os investimentos privados nacionais e estrangeiros. Na prática, o que se observa na atualidade é a deterioração das contas públicas, um preocupante déficit em conta corrente acompanhado do desempenho medíocre da atividade econômica, cuja face mais perversa é o desemprego.

Apesar disso, não há indícios de que haverá alguma mudança substancial no rumo da política econômica. Os mecanismos de renda real, que tendem a reduzir a absorção, continuaram a ser empregados na tentativa de se reduzir o déficit externo. Corte nos gastos públicos, mesmo que isso seja difícil num ano eleitoral, e privatizações parecem constituir a tônica da política fiscal. A política monetária se encarregaria, de um lado, de inibir o consumo e, de outro, de atrair recursos externos, com taxas de juros elevadas.

Até agosto de 1998, as necessidades de financiamento do setor público totalizavam aproximadamente 7% do Produto Interno Bruto (PIB), contra 4,5% no mesmo período de 1997. A balança comercial acumulou também, até agosto, um déficit de US\$3,028 bilhões. Aqui observa-se uma certa melhoria, pois em 1997 o déficit, no período correspondente, era de US\$4,708 bilhões. As taxas de juros gravitavam em torno de 49% ao ano em setembro.

A onda recente de depreciacões cambiais dos países do sudeste asiático, e principalmente do iene, de um lado, reduziu a competitividade dos produtos brasileiros e, de outro, criou a possibilidade de um ataque especulativo contra o real, nos moldes do que ocorreu no final de 1997. A crise da Rússia, que se agravou em setembro, concretizou esse cenário. Em poucos dias o Brasil perdeu aproximadamente US\$20 bilhões de suas reservas. O governo reagiu elevando a taxa de juros para quase 50% ao ano e divulgou um pacote fiscal que pretende reduzir ainda mais os gastos públicos.

O clima é de grande preocupação. O ataque especulativo contra o real está caracterizado. Os agentes estão apreensivos quanto às reais possibilidades de o governo brasileiro enfrentar essa crise. Todos estão conscientes de que não é possível manter a taxa de juros durante muito tempo nesse nível, porque, além de desestruturar a produção, teria um efeito devasta-

dor no déficit público. Mas, ao mesmo tempo, concordam que não é conveniente depreciar o real agora. O governo, por sua vez, parece determinado a manter sua política econômica, usando basicamente as políticas fiscal e monetária para administrar os problemas. Um desdobramento possível, e coerente com a lógica do governo, é obter auxílio externo junto ao Fundo Monetário Internacional, como já se cogita, e aprofundar o ajuste fiscal. O resultado seria uma queda muito grande na atividade econômica, ainda este ano, que se prolongaria pelos próximos. A recessão assim provocada, associada à queda de preços, que já se configura, permitiriam um ajuste mais significativo do câmbio sem provocar maiores pressões inflacionárias.

A abertura da economia, aliada ao alto custo dos financiamentos e à sobrevalorização da moeda nacional, expôs o setor privado a um grau inusitado de competição, que restringiu margens de lucro e as taxas de crescimento.

Nesse período pós-Plano Real, o setor agrícola desempenhou o papel de "âncora verde", mantendo estáveis os preços da cesta básica e obtendo saldo setorial positivo na balança de pagamentos. A política de juros altos prejudicou o setor por acelerar o endividamento acumulado e por prejudicar a comercialização de produtos agrícolas, especialmente devido ao alto custo de carregamento de estoques que foi absorvido pelos produtores, levando à necessidade de securitização das dívidas.

A produção agrícola no período pós-Real mantém-se praticamente estagnada, ao mesmo tempo em que vem ocorrendo um processo acelerado de concentração de capital nos diversos ramos da agroindústria, no qual é preponderante o papel de grandes empresas multinacionais, muitas delas recém-entradas no País, através da aquisição de empresas nacionais fragilizadas.

Na área dos grãos, a produção tem sido insuficiente para atender o consumo interno. Neste ano de 1998, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), será preciso importar 400 mil toneladas de algodão em pluma, 2 milhões de toneladas de arroz, 1,5 milhão de toneladas de milho, 150 mil toneladas de feijão, além das tradicionais importações de trigo, que esse ano poderão superar 6 milhões de toneladas, inicialmente previstas.

O estoque final deste ano agrícola,

apesar das importações, será dos mais baixos dos últimos anos, especialmente no que se refere a arroz, milho e trigo, o que pode dificultar o abastecimento, caso ocorram quebra da safra 1998/99 ou agravamento do problema de restrição de divisas cambiais.

Entre os subsetores com boa inserção no mercado internacional, os de café, soja, açúcar e suco de laranja tiveram, até 1997, um período de preços favoráveis, contribuindo de maneira expressiva para a geração de divisas, porém as perspectivas futuras já não são tão boas, a não ser para o suco de laranja, em função de aumento da oferta mundial no mesmo momento em que se reduz a demanda em países importadores. No caso de açúcar e álcool, está havendo dificuldade de ampliação de mercado externo, no caso do açúcar, e de saturação do mercado interno, no caso do álcool.

Na pecuária, seu segmento mais dinâmico, a avicultura de corte vem apresentando taxas de crescimento decrescentes, enquanto a produção de ovos caiu 20% em 1997 e não deverá recuperar tão cedo o nível anterior. A pecuária de corte tem apresentado pequeno decréscimo de produção a partir de 1997 e, na suinocultura, espera-se algum aumento na produção decorrente do maior alojamento de matrizes ocorrido em 1997.

Na agricultura paulista, em termos agregados, apesar da manutenção da área cultivada, houve elevação de 12% na produção, graças a aumentos de produtividade. O valor real da produção, entretanto, manteve-se praticamente estável devido à redução da ordem de 13% nos preços recebidos pelos agricultores. Esses indicadores mostram que a agricultura paulista mantém seu dinamismo, a despeito das condições econômicas adversas.

Nesse quadro já desfavorável, o desencadeamento de uma crise internacional é um grande complicador, seja pela dificuldade de manter o nível de exportações, devido à redução da demanda e dos preços externos, seja pelas dificuldades de financiar a produção e de escoá-la no mercado interno.

A crise internacional e o conseqüente agravamento dos problemas nacionais, que apontam para uma recessão interna, dificultam as análises que, paradoxalmente, são agora mais importantes. A perspectiva de uma considerável queda no nível de atividade associada ao

fenômeno da deflação, inédito na história econômica recente, formam um cenário que deixa atônitos os agentes econômicos. Nesse quadro aumenta a importância das políticas públicas, que devem agir no sentido de se antecipar a alguns problemas previsíveis e introduzir alguma racionalidade no sistema.

O aumento do desemprego pode levar a quedas na procura até por alimentos. Ao problema social certamente se somará o aviltamento dos preços agrícolas, possibilidade reforçada pela retração prevista no mercado mundial. Uma boa maneira de contornar esses problemas seria o governo intensificar os programas sociais de distribuição de cestas básicas, utilizando os instrumentos de sustentação de preços da política agrícola. Esse é apenas um exemplo de ação que o setor público pode tomar para enfrentar a crise. Conseqüentemente, o ajuste fiscal não deve ser linear, devendo preservar recursos para as tão necessárias políticas sociais.

Conclui-se, portanto, que este é o momento adequado para o relançamento do **Prognóstico Agrícola do Instituto de Economia Agrícola** em uma versão mais abrangente que a dos últimos anos, que vinha se restringindo à safra de grãos de verão.

Ao longo deste **Prognóstico** serão apresentados dados e análises sobre os diversos subsetores que o compõem e influem no desempenho do complexo agro-industrial brasileiro, referentes ao período de vigência do Plano Real. Serão apresentadas as perspectivas para o futuro próximo e analisado o papel que o Estado se propõe a desempenhar em relação ao setor, parcialmente definido no Plano de Safra.

AGRICULTURA BRASILEIRA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

Maria Auxiliadora de Carvalho¹

1 - INTRODUÇÃO

Até o início da década de 70, o mundo capitalista viveu um período de rápido crescimento econômico e de amplo consenso quanto ao papel central do Estado na promoção do desenvolvimento e do bem-estar social². Os primeiros sinais de ceticismo quanto à eficácia do poder público na condução da economia surgiram já no final da década anterior, mas foi a grande crise econômica de escala mundial, cuja referência inicial foi a brusca elevação dos preços do petróleo, em 1973, que provocou crise dos paradigmas que orientavam a estruturação dos Estados nacionais contemporâneos.

Esse contexto traumático reforçou os argumentos dos defensores do Estado mínimo, que ficaram conhecidos como neoliberais. Com o tempo, a retórica neoliberal ganhou adeptos que passaram a atribuir ao Estado a responsabilidade por todos os males que o mundo viveu a partir dos anos 70. Os argumentos em defesa da atuação do governo sobre a economia passaram a sofrer duras críticas, e o vocabulário relativo às políticas públicas passou a incorporar expressões como Estado mínimo, mercado, competitividade, desregulamentação, desestatização, privatização, liberalização, etc.

Na década de 80, a palavra de ordem passou a ser reforma do Estado e a lógica central era reduzir ao mínimo a interferência do poder público na condução da economia³. O curioso é que essa lógica não se estendeu à agricultura.

Destaque-se que desde os anos 30 a agricultura é o setor mais protegido nos países desenvolvidos. Na fase inicial a intervenção pública foi simples resposta aos problemas enfrentados pelo setor. Posteriormente, o desenvolvimento teórico acerca das falhas de mercado forneceu respaldo para a continuidade dessa prática⁴. Era de se esperar, no entanto, que a ideologia neoliberal, dominante na gestão pública na década de 80, implicasse também a implementação de reformas da política agrícola, mas isso não aconteceu. Pelo contrário, foi exatamente nos anos 80, quando o exemplo inglês do governo Thatcher se difundiu como modelo por todo o mundo desenvolvido, que se assistiu a uma escalada sem precedentes do protecionismo à agricultura⁵.

A Política Agrícola Comum (PAC), da União Européia (UE), foi a grande responsável por esse crescimento do protecionismo agrícola entre os países desenvolvidos. Seus estímulos ao aumento de produção e produtividade provocaram o acúmulo de excedentes, com custos elevados para o poder público. Até houve algumas tentativas de reforma da PAC, mas muito tímidas, em decorrência das pressões dos habituais beneficiários da política. Como o setor continuava estimulado a produzir, os estoques aumentavam, com custos crescentes. A solução encontrada foi a desova dos estoques no mercado internacional a preço subsidiado, prática que atingiu seu ápice na década de 80.

Os Estados Unidos, que viviam sob a gestão conservadora de Reagan, criaram, em maio de 1985, o *Export Enhancement Program*,

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²A lógica da intervenção pública eram as falhas do mercado na alocação eficiente dos recursos, cujo marco foi a grande depressão dos anos 30. A economia keynesiana somada à teoria dos bens públicos, externalidades e imperfeições do mercado forneceram o referencial básico para a franca implementação das políticas públicas.

³Na prática a reforma começou nos países desenvolvidos e teve como marco inicial o programa de privatizações do governo Thatcher, que assumiu em 1979 na Inglaterra. O sucesso desse programa induziu sua difusão pelo mundo todo.

⁴A ideia é que os agentes econômicos falham na alocação de recursos em razão dos riscos e incertezas. Como o abastecimento regular de produtos agrícolas é condição primordial para o adequado funcionamento do sistema econômico, justifica-se a intervenção pública para evitar crises, ora de excesso de produção, ora de insuficiência de oferta.

⁵Cabe mencionar que o protecionismo não se restringiu à agricultura. O chamado novo protecionismo, centrado em barreiras não tarifárias, teve seu auge na década de 90, e tinha como principal alvo o Japão e os novos países industrializados.

como forma de retaliação aos subsídios às exportações europeias. A idéia era recuperar mercados perdidos e forçar a UE a negociar a questão agrícola.

As negociações tiveram início em 1986, na Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), mas o processo foi longo e complicado e, em várias oportunidades, chegou a ameaçar a própria continuidade das negociações. Para muitos analistas, essa Rodada se caracterizou pela disputa entre Estados Unidos⁶, que tinham por objetivo a eliminação dos subsídios ao comércio de produtos agrícolas, e a União Européia, que buscava defender sua PAC.

Ao final ambos chegaram a um acordo de redução paulatina do apoio à agricultura que acabou por ser ratificado pelos demais membros do GATT. Ressalte-se, no entanto, que os avanços em termos de liberalização comercial foram relativamente tímidos. O curioso é que essa é uma das principais recomendações do pensamento neoliberal, que tem o Estado mínimo como meta de política econômica.

A longa experiência de protecionismo à agricultura dos países desenvolvidos teve forte influência sobre seu desempenho favorável no comércio internacional, e implicou perda de competitividade para as nações menos desenvolvidas, a despeito de suas naturais vantagens comparativas nesse mercado⁷.

2 - EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO AGROPECUÁRIO

Uma das características mais marcantes das relações comerciais contemporâneas é a tendência dos países mais desenvolvidos a aumentar sua participação nas exportações de produtos agropecuários, enquanto os mais pobres aumentam suas importações.

Observe-se que no período em que o mundo esteve envolvido na busca de reduzir a intervenção do Estado na atividade econômica, o comércio mundial cresceu à taxa de 7% a.a. O

desempenho do comércio agropecuário foi bem mais modesto, em torno de 4,5% a.a. No entanto, houve uma grande diferença de desempenho nesse mercado entre nações ricas e pobres (Tabela 1).

As exportações agropecuárias dos países desenvolvidos cresceram à taxa de 4,8% a.a. e suas importações evoluíram à taxa de 4,2% a.a. Nas nações em desenvolvimento, ao contrário, as importações agropecuárias cresceram mais que as exportações. Enquanto as receitas tiveram expansão de 2,9% a.a., as despesas cresceram 3,7% a.a.

Ressalte-se que dentre os desenvolvidos, o desempenho não foi homogêneo. Quem realmente aumentou sua participação no mercado agropecuário foi a União Européia, cujas vendas cresceram à taxa média de 7% a.a. contra taxa de expansão das importações de 4,8% a.a.⁸. Os Estados Unidos, ao contrário, maior exportador mundial de produtos agrícolas, tiveram suas exportações crescendo à taxa média de 2,5% a.a. entre 1978 e 1995, enquanto as importações cresceram 4,1% a.a., padrão semelhante ao dos menos desenvolvidos.

O desempenho brasileiro também foi desfavorável. Entre 1978 e 1995, aumentou suas exportações agropecuárias em 2,1% a.a., enquanto as importações se expandiram em 4,7% a.a.⁹. Destaque-se que há muito o País vinha perdendo competitividade no comércio agropecuário. Isso é o que se conclui da vantagem relativa na exportação (VRE) agropecuária, coeficiente que relaciona a participação desse setor nas exportações totais do País com a dos demais países. Observe-se que esse coeficiente mostrou tendência decrescente ao longo de praticamente todo o período 1961-95 (Figura 1).

Nos anos 60, o VRE situou-se acima de 2,5, indicando significativa vantagem do País no comércio agropecuário. Do início dos anos 70 até 1978 o coeficiente oscilou entre 2 e 2,5 mas, a partir daí, o declínio passou a ser mais acentuado, atingindo o mínimo de 1,2 entre 1991 e 1993 (Figura 1).

⁶Apoiados pelo grupo de Cairns, composto por Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Fiji, Hungria, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia e Uruguai.

⁷Para os países menos desenvolvidos, a argumentação predominante apresentava a agricultura como fonte de recursos para viabilizar o desenvolvimento industrial.

⁸Observe-se que a Alemanha, embora seja um grande país industrial, mostrou desempenho no comércio de produtos agropecuários ainda mais favorável que a média da UE (Tabela 1).

⁹A Argentina também teve desempenho desfavorável, com aumento de 2,8% a.a. nas vendas contra 5,5% a.a. de expansão das compras de produtos agropecuários.

TABELA 1 - Taxa Média Anual de Crescimento do Comércio Internacional, 1978-95

País	(em porcentagem)			
	Total		Agropecuária	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
Alemanha	7,0	6,7	7,1	4,1
Argentina	5,1	6,5	2,8	5,5
Brasil	6,4	3,7	2,1	4,7
França	8,1	7,1	6,8	5,1
Estados Unidos	7,8	8,3	2,5	4,1
Desenvolvidos ¹	7,0	6,7	4,8	4,2
Em desenvolvimento ¹	7,0	5,7	2,9	3,7
União Européia ¹	7,6	7,2	7,0	4,8
Mundo	7,0	7,0	4,6	4,4

¹Até 1993.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

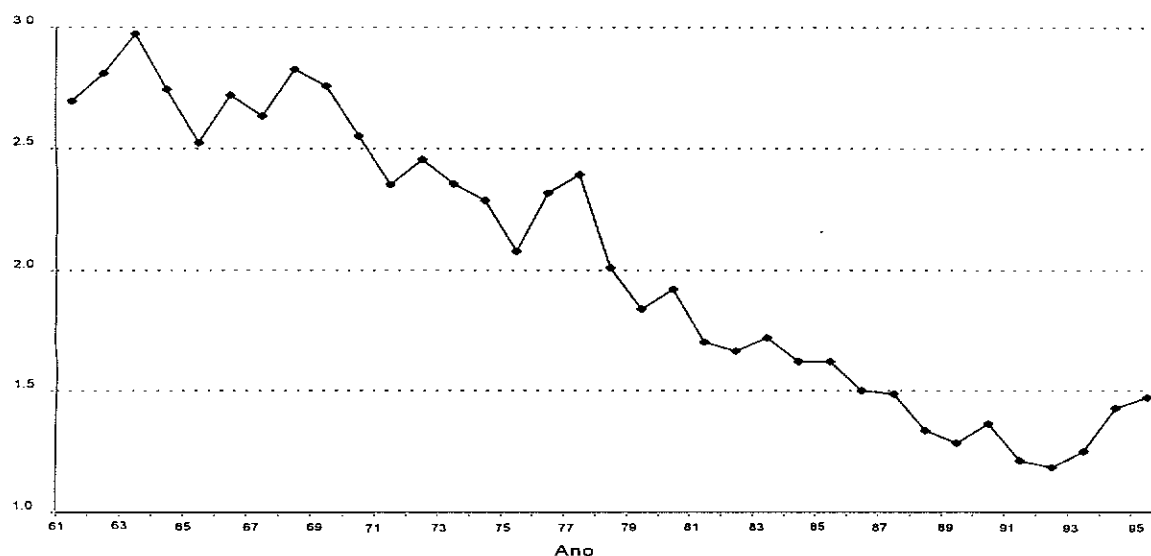


Figura 1 - Vantagem Relativa na Exportação Agropecuária, Brasil, 1961-95.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da FAO.

O curioso é que na etapa inicial da série a tendência decrescente da participação relativa da agropecuária nas exportações brasileiras devia-se ao melhor desempenho dos produtos não agrícolas, cujas exportações cresceram significativamente ao longo dos anos 70 até atingir o máximo em 1984¹⁰. Dai em diante esses pro-

duto também perderam participação no mercado internacional e a continuidade da tendência decrescente do coeficiente VRE implica que a perda de competitividade da agropecuária foi ainda mais acentuada nessa fase.

Observe-se que as exportações agrícolas brasileiras mostraram certa recuperação nos anos recentes. Isso é o que mostra a evolução do indicador VRE para 1994 e 1995¹¹. A partici-

¹⁰Como o numerador da fórmula expressa a razão entre exportação agropecuária e exportação dos demais produtos, se esta última crescer mais que a primeira, o coeficiente VRE diminui.

¹¹Os dados da FAO estão disponíveis até 1995.

Vantagem Relativa na Exportação (VRE)

$$VRE_{ki} = \ln \left[\frac{X_{ki} / X_{kr}}{X_{mi} / X_{mr}} \right]$$

onde: X = exportação;
 k = produto agropecuário;
 m = todos os demais produtos;
 i = Brasil;
 r = todos os demais países.

Interpretação:

$VRE_{ki} > 0$: o Brasil revela vantagem na exportação de produtos agropecuários ;

$VRE_{ki} < 0$: o Brasil revela desvantagem na exportação de produtos agropecuários;

$VRE_{ki} = 0$: não há vantagem ou desvantagem.

pação da agroindústria no total das exportações aumentou e o setor pôde contribuir significativamente para a redução dos problemas externos da economia brasileira, que, desde 1995, vem apresentando crescentes déficits comerciais. Essa evolução do VRE, no entanto, mais se deveu à piora no desempenho dos demais setores no mercado externo do que à boa *performance* da agropecuária.

3 - DESEMPENHO ATUAL DO SETOR

Um fato que caracterizou o comércio externo brasileiro desde a década de 60 foi a significativa perda de competitividade da agropecuária. Particularmente a partir dos anos 80, não só houve queda na participação nas exportações, como aumento das importações. A despeito disso o setor sempre representou importante fonte de divisas para o País e, no período recente, revelou desempenho bastante favorável.

Observe-se que as exportações agroindustriais que, entre 1992 e 1993, representaram cerca de 34% das receitas totais com exportação, elevaram-se para perto de 40% após a estabilização da economia¹². O interessante é que

as importações agroindustriais, que representaram 13,7% do total em 1992, situaram-se em torno de 16% entre 1993 e 1996, mas, no último ano, caíram para 13,3%. Isso significa que no período recente, a agricultura vem apresentando melhor desempenho no comércio exterior que o restante da economia (Tabela 2)¹³.

A maior abertura comercial levou a grandes importações que, no período 1992-97, cresceram à taxa anual de 26%. Esse percentual corresponde tanto às importações agropecuárias como às dos demais produtos. A superioridade da agricultura se deve ao maior crescimento das exportações (12% a.a.) em relação ao dos demais produtos (6% a.a.), resultando numa taxa média de aumento das receitas de 8% a.a.

As estatísticas mostram que de saldo positivo na balança comercial da ordem de US\$15,2 bilhões em 1992, o País passou para déficit de US\$3,5 bilhões em 1995 e chegou a US\$8,4 bilhões em 1997, situação que vem criando constrangimentos para o País e comprometendo seu futuro. A agroindústria, ao contrário

portações agropecuárias. Acrescente-se que em 1997 as exportações brasileiras foram favorecidas pela elevação dos preços de alguns produtos importantes da pauta, como café e soja.

¹²Destaque-se que, após setembro de 1996, a sustentação desse patamar em parte se deveu à isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre ex-

¹³Os dados apresentados na tabela 2 e na figura 2 referem-se ao comércio de produtos agropecuários *in natura* e industrializados.

TABELA 2 - Balança Comercial, Brasil, 1992-97

Ano	Total (US\$1.000 FOB)			Agroindústria ¹ (US\$1.000 FOB)			Agroindústria/total (%)	
	X ²	M ²	Saldo	X ²	M ²	Saldo	X ²	M ²
1992	35.792.986	20.554.091	15.238.895	12.260.331	2.818.280	9.442.051	34,3	13,7
1993	38.554.769	25.256.001	13.298.768	13.145.169	3.978.442	9.166.727	34,1	15,8
1994	43.545.162	33.078.690	10.466.472	16.636.903	5.434.079	11.202.823	38,2	16,4
1995	46.506.061	49.971.896	-3.465.836	18.532.890	8.116.398	10.416.492	39,9	16,2
1996	47.746.728	53.296.053	-5.549.325	18.733.985	8.506.616	10.227.369	39,2	16,0
1997	52.985.845	61.445.449	-8.459.604	20.997.147	8.197.250	12.799.897	39,6	13,3

¹Ver composição nas tabelas 3 e 4.

²X = exportação e M = importação.

Fonte: Departamento de Operações do Comércio Exterior/Secretaria do Comércio Exterior (DECEX/SECEX).

partiu de saldo favorável de US\$9,4 bilhões em 1992 e alcançou US\$12,8 bilhões em 1997. Observe-se que já em 1994, o saldo comercial da agroindústria (US\$11,2 bilhões) foi superior ao da balança comercial global (US\$10,5 bilhões), o que revela o grau de importância desse setor na captação de divisas e conseqüente redução da vulnerabilidade do País aos movimentos especulativos de capitais (Tabela 2 e Figura 2).

Um aspecto interessante do comércio agropecuário brasileiro é que a maior parte das divisas ainda provém de poucos produtos tradicionais da pauta. Veja-se que os produtos e derivados do café, açúcar, alimentos para animais, sementes oleaginosas e fumo, juntos, representaram 55,7% das receitas com exportação de produtos agroindustriais em 1997 (Tabela 3).

As importações também são bastante concentradas. Cereais e algodão representaram quase 30% dos dispêndios com produtos agroindustriais. Somando-se papel e pasta celulósica e laticínios, resulta em absorção de 44% dos gastos (Tabela 4). O curioso dessa pauta é a importância relativa do algodão nas importações (11,2% em 1997), uma vez que no passado o País foi importante exportador dessa fibra, com participação superior a 5% do comércio mundial.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pregação neoliberal do mundo desenvolvido ao longo da década de 80 não teve força suficiente para afetar sua política agrícola. De alguma forma, as demandas do setor se fize-

ram ouvir e o mundo viveu uma etapa de brusca expansão do protecionismo agrícola a despeito de toda a argumentação em contrário.

O mesmo não se deu nas nações mais pobres. Em particular as endividadas foram induzidas a acatar a receita neoliberal do chamado Consenso de Washington, que implicou, entre outras coisas, o abandono de suas políticas setoriais e a rápida abertura de suas economias, mesmo com custos sociais elevados.

O Brasil não fugiu à regra. Especificamente para a agricultura, a política ambiciosa iniciada em meados dos anos 60, que visava modernizar o setor e prepará-lo para respaldar o desenvolvimento econômico do País, começou a ser desarticulada no final da década seguinte, processo que foi acelerado após a crise da dívida externa. Dai em diante predominou, com algumas exceções impostas pela gravidade dos problemas, a prática da não intervenção, agravada pela maior abertura comercial dos anos 90.

Sem respaldo do governo local e enfrentando a competição dos produtos subsidiados pelas nações mais desenvolvidas, a agropecuária brasileira perdeu competitividade. Mais recentemente, aos preços internacionais deprimidos pelo protecionismo foi acrescentada a valorização da moeda brasileira, fatores que reduziram os ganhos do setor em benefício dos consumidores e contribuíram, significativamente, para a estabilização após o Plano Real. A despeito dessas dificuldades, as estatísticas do comércio agropecuário ainda mostram saldos positivos, o que revela a grande vantagem comparativa brasileira nessa atividade.

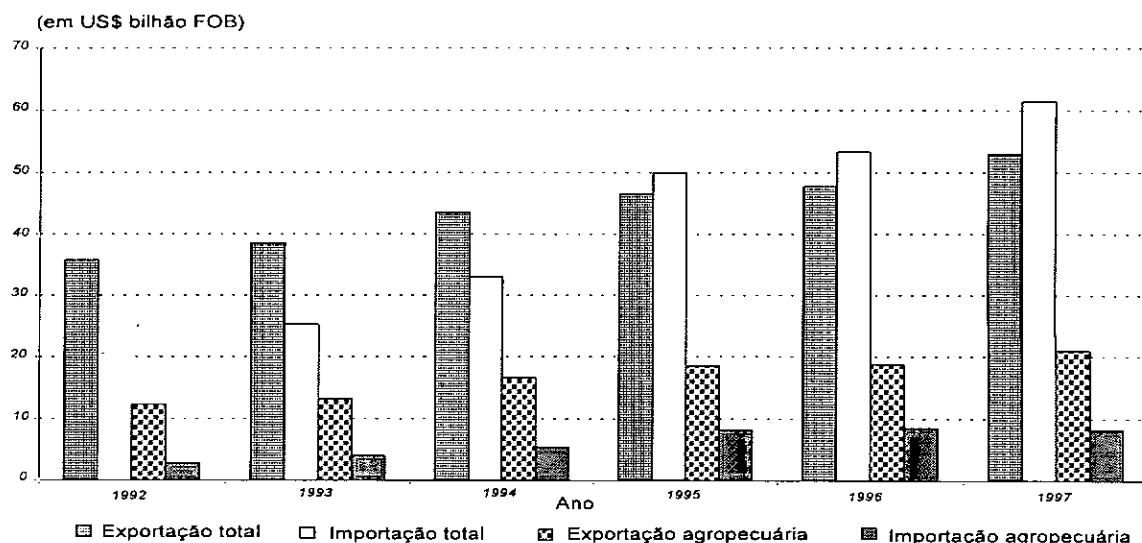


Figura 2 - Balança Comercial, Brasil, 1992-97.

Fonte: DECEX/SECEX.

TABELA 3 - Composição das Exportações Agroindustriais, Brasil, 1996-97
(em porcentagem)

NCM ¹	Descrição	1996	1997
09	Café, chá, mate e especiarias	9,8	13,6
23	Resíduos das ind. alimentares; alim. p/animais	15,6	13,5
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	5,5	11,8
17	Açúcares e produtos de confeitaria	9,0	8,9
24	Fumo e seus sucedâneos manufaturados	8,1	7,9
02	Carnes e miudezas, comestíveis	6,6	6,2
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	5,9	5,8
20	Preparações de prod. hortícolas, de frutas, etc.	8,1	5,3
47	Pastas de madeira, etc. desp. e aparas de papel	5,3	4,9
48	Papel e cartão; obras de pasta celulósica, etc.	5,0	4,6
15	Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais	4,7	3,6
41	Peles, exceto peleteria, e couros	3,6	3,5
21	Preparações alimentícias diversas	2,4	2,2
08	Frutas, cascas de cítricos e de melões	1,6	1,4
16	Preparações, carne, peixe, crust. molusco, etc.	1,5	1,4
52	Algodão	1,5	1,2
18	Cacau e suas preparações	1,2	0,9
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1,2	0,7
03	Peixes e crustáceos, moluscos, etc.	0,7	0,5
50	Seda	0,5	0,4
05	Outros prod. origem animal, não especif.	0,4	0,3
10	Cereais	0,4	0,3
42	Obras de couro; artigos de viagem, bolsas, etc.	0,2	0,3
13	Gomas, resinas e outros sucos e extr. vegetais	0,2	0,2
19	Preparações à base de cereais, farinhas, etc.	0,2	0,2
51	Lã, pêlos; fios e tecidos de crina	0,3	0,2
04	Leite e laticínios; prod. comest. origem animal	0,1	0,1
06	Plantas vivas e produtos de floricultura	0,1	0,1
11	Prod. ind. moagem; malte; amidos e féculas, etc.	0,1	0,1
53	Outras fibras text. vegetais; fio de papel, etc.	0,2	0,1
01	Animais vivos	0,0	0,0
07	Prod. hortícolas, plantas, etc. comestíveis	0,1	0,0
14	Mat. p/ trançaria e prod. orig. vegetal n/espec.	0,0	0,0
67	Penas e penuçem preparadas e suas obras, etc.	0,0	0,0

¹NCM = nomenclatura comum do MERCOSUL.

Fonte: DECEX/SECEX.

TABELA 4 - Composição das Importações Agroindustriais, Brasil, 1996-97
(em porcentagem)

NCM ¹	Descrição	1996	1997
10	Cereais	16,4	16,1
52	Algodão	11,6	11,2
48	Papel e cartão; obras de pasta celulósica, etc.	10,2	11,0
04	Leite e laticínios; prod. comest. origem animal	6,2	5,7
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	3,4	5,2
03	Peixes e crustáceos, moluscos, etc.	5,0	4,9
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	6,1	4,7
07	Prod. hortícolas, plantas, etc. comestíveis	3,4	4,5
11	Prod. ind. moagem; malte; amidos e féculas, etc.	8,3	4,3
08	Frutas, cascas de cítricos e de melões	4,6	4,1
15	Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais	4,5	4,0
02	Carnes e miudezas, comestíveis	2,5	2,9
20	Preparações de prod. hortícolas, de frutas, etc.	2,2	2,7
41	Peles, exceto peleteria, e couros	1,9	2,1
47	Pastas de madeira, etc. desp. e aparas de papel	1,7	1,9
21	Preparações alimentícias diversas	1,5	1,7
23	Resíduos das ind. Alimentares; alim. p/animais	0,7	1,7
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,1	1,4
18	Cacau e suas preparações	1,3	1,3
19	Preparações à base de cereais, farinhas, etc.	1,2	1,3
24	Fumo e seus sucedâneos manufaturados	0,8	1,1
01	Animais vivos	0,8	1,0
17	Açúcares e produtos de confeitaria	0,8	0,9
42	Obras de couro; artigos de viagem, bolsas, etc.	0,7	0,8
16	Preparações, carne, peixe, crust. molusco, etc.	0,8	0,7
05	Outros prod. origem animal, não especif.	0,6	0,6
13	Gomas, resinas e outros sucos e extr. vegetais	0,5	0,6
51	Lã, pêlos; fios e tecidos de crina	0,3	0,4
53	Outras fibras text. vegetais; fio de papel, etc.	0,4	0,4
09	Café, chá, mate e especiarias	0,3	0,3
67	Penas e penugem preparadas e suas obras, etc.	0,2	0,2
06	Plantas vivas e produtos de floricultura	0,1	0,1
14	Mat. p/ trançaria e prod. orig. vegetal n/espec.	0,1	0,1
50	Seda	0,0	0,0

¹NCM = Nomenclatura comum do MERCOSUL.

Fonte: DECEX/SECEX.

As perspectivas de melhora imediata nesse quadro são reduzidas. Mesmo após longas negociações multilaterais no âmbito do GATT, o compromisso de redução do protecionismo nas economias desenvolvidas só deve surtir efeito significativo a médio prazo. Além disso, embora no cronograma da Organização Mundial de Comércio (OMC) esteja previsto o retorno das negociações sobre a agricultura no ano 2000, não é de se prever grandes avanços em termos de liberalização, até porque o desemprego e outros problemas sociais acabaram por arrefecer as expectativas de sucesso do livre funcionamento do mercado.

Do mercado doméstico também não se pode prever alterações favoráveis para breve. Para sustentar o plano de estabilização é necessário manter baixos os preços agrícolas, meta que tem sido favorecida pela abertura comercial e pelo câmbio local valorizado. Por outro lado, como a conjuntura atual impõe sérias restrições, em particular de natureza orçamentária, o poder público não está em condições de implementar uma política agrícola capaz de reverter o quadro atual. Dados esses constrangimentos, pode-se concluir que, pelo menos para a agricultura brasileira, a liberdade de mercado, adotada há algum tempo, terá continuidade.

DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA DE 1993/94 A 1997/98

Ana Maria M. P. de Camargo¹
Denise Viani Caser¹
José R. Vicente¹

As estimativas de produção dos principais produtos agrícolas do Estado de São Paulo, para a safra 1997/98, mostram os melhores resultados dos últimos quatro anos, ficando 12% acima dos valores registrados em 1993/94, em decorrência de um aumento de 9% no rendimento, tendo a área permanecido praticamente inalterada no período (Tabela 1).

Embora os preços aos produtores em 1997/98 indiquem pequeno acréscimo, comparativamente aos três anos agrícolas anteriores, não atingiram os níveis de 1993/94. Foi maior a recuperação do valor real da produção, que se deve, principalmente, à quantidade produzida.

Os índices agregados para as lavouras apontam em 1997/98 estabilidade na área plantada, aumentos na produção e na produtividade da terra e decréscimos nos preços e no valor da produção em relação à safra agrícola 1993/94, apesar da tendência de elevação que se observa nos dois últimos anos agrícolas.

Para as culturas anuais, a acentuada queda na área cultivada (19% em relação a 1993/94) foi em parte compensada pelos acréscimos generalizados nos rendimentos, exceto para cebola de muda e soja, resultando numa quantidade produzida 12% menor que as das safras 1993/94 e 1994/95. Como os preços também apresentaram tendência de redução, menos para cebola e arroz, o valor da produção desse grupo de culturas em 1997/98 é igual ao do ano agrícola anterior e 28% inferior ao de 1993/94. *Performance* semelhante é observada para os grãos, apesar da diminuição nos preços menos acentuada (10% em relação a 1993/94), resultando num valor da produção 21% abaixo do ano-base.

Ao se analisar o comportamento das culturas perenes e semi-perenes no período 1993/94 a 1997/98, verifica-se que o aumento na produção (19%) deve-se basicamente à área

plantada (+15%). O valor da produção não atingiu os mesmos níveis, em virtude da queda nos preços.

Quanto aos produtos de origem animal, não obstante a estagnação que se observa desde 1995/96, registra-se acréscimo de 17% na quantidade produzida, em comparação com 1993/94, destacando-se carne de frango, ovos e leite tipo B. O valor da produção situa-se ainda em nível inferior ao do ano-base (-4%), como resultado dos preços 18% menores.

Na tabela 2 encontram-se as estimativas finais da produção da agricultura paulista no período 1993/94 a 1996/97 e os dados disponíveis até junho de 1998 para a safra 1997/98, e na tabela 3 são apresentadas as estimativas dos preços reais dos produtos agrícolas no mesmo período, convertidos pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) para maio de 1998. Esses dados foram a base de cálculo dos índices presentes na tabela 1 e das estimativas de valor bruto da agricultura, mostradas na tabela 4.

Cana-de-açúcar, cítricos e café respondem por 54% do valor total da produção agrícola paulista em 1997/98; somados aos produtos animais totalizam 82%. As culturas anuais representam 16%, principalmente devido aos grãos, que, isoladamente, chegam a 11% dos cerca de R\$9,9 bilhões, montante atingido pelo valor da produção agrícola paulista no ano agrícola corrente.

O valor total da produção em 1997/98 ainda é pouco menor, em termos reais, do que o observado no ano agrícola 1993/94. Entretanto, é nítida uma tendência de recuperação a partir da safra 1995/96 (Tabela 4).

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Evolução da Agricultura no Estado de São Paulo, 1994/95 a 1997/98

(Ano-base 1993/94 = 100)

Grupo de produtos	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98 ¹
Lavouras²				
Área ³	99	98	98	101
Produção ⁴	99	103	105	110
Rendimento ⁵	100	106	108	109
Preço ⁶	84	84	86	89
Valor da produção ⁶	83	86	90	98
Anuais⁷				
Área ³	93	80	79	81
Produção ⁴	100	88	89	88
Rendimento ⁵	108	110	113	109
Preço ⁶	76	78	81	82
Valor da produção ⁶	76	69	72	72
Grãos⁸				
Área ³	92	80	78	81
Produção ⁴	99	83	84	87
Rendimento ⁵	107	104	107	108
Preço ⁶	77	94	88	90
Valor da produção ⁶	76	78	74	79
Perenes e semi-perenes⁹				
Área ³	104	110	111	115
Produção ⁴	98	109	112	119
Rendimento ⁵	94	98	99	101
Preço ⁶	87	86	88	92
Valor da produção ⁶	85	94	98	109
Produtos animais¹⁰				
Produção ⁴	106	117	116	117
Preço ⁶	80	80	82	82
Valor da produção ⁶	85	94	95	96
Total				
Área ³	99	98	98	101
Produção ⁴	101	107	108	112
Rendimento ⁵	100	106	108	109
Preço ⁶	83	83	84	87
Valor da produção ⁶	83	88	92	98

¹ Estimativas baseadas em informações disponíveis até junho de 1998.

² Inclui culturas anuais, perenes e semi-perenes.

³ Índice simples de área total cultivada.

⁴ Índice Fisher.

⁵ Índice Fisher de produção/índice simples de área cultivada.

⁶ Índice simples de valor da produção.

⁷ Algodão em caroço; amendoim das águas e da seca; arroz de sequeiro e irrigado; batata das águas, de inverno e da seca; cebola de muda e de soqueira; feijão das águas, de inverno e da seca; milho em grão e safrinha; soja em grão e safrinha; tomate envarado e rasteiro e trigo.

⁸ Algodão em caroço; amendoim das águas e da seca; arroz de sequeiro e irrigado; feijão das águas, de inverno e da seca; milho em grão e safrinha; soja em grão e safrinha e trigo.

⁹ Banana; café beneficiado; cana para indústria; citros e mandioca de indústria e de mesa.

¹⁰ Carne de frango; carne bovina; carne suína, leite e ovos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 2 - Estimativas de Produção da Agricultura, Estado de São Paulo, 1993/94 a 1997/98

Produto	Quantidade (1.000 t) ¹				
	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
Algodão	254,70	311,40	211,80	173,43	226,97
Amendoim das águas	111,75	123,75	113,13	104,45	154,75
Amendoim da seca	24,13	27,50	21,88	23,92	31,69
Arroz	276,66	256,50	212,70	171,54	123,35
Banana	954,68	909,20	991,65	948,14	1.102,50
Batata das águas	182,50	204,50	189,00	185,25	198,20
Batata de inverno	172,50	235,50	168,00	227,30	207,75
Batata da seca	174,00	136,00	173,75	179,25	184,91
Café	204,60	102,60	191,40	163,90	235,43
Cana-de-açúcar	167.470,00	174.960,00	186.245,00	194.713,00	199.191,98
Cebola de muda	232,50	256,25	220,61	231,89	138,39
Cebola de soqueira	67,15	63,83	61,00	47,80	69,30
Feijão das águas	132,00	75,60	69,60	95,40	86,70
Feijão de inverno	83,70	76,80	54,00	73,84	65,45
Feijão da seca	123,90	79,50	63,00	76,88	93,03
Laranja	11.208,98	13.149,84	15.327,34	15.628,79	15.324,21
Limão	678,91	665,04	680,75	707,27	768,73
Mandioca	801,75	786,35	578,89	535,31	554,65
Milho	2.952,00	2.758,20	2.504,40	2.569,20	2.437,62
Milho safrinha	519,60	985,80	852,00	714,58	968,70
Soja	1.230,90	1.173,60	1.021,20	1.076,10	1.018,82
Soja safrinha	10,20	10,50	4,80	6,69	4,52
Tangerina	607,92	559,78	560,39	693,19	721,83
Tomate envarado	608,00	572,50	606,00	527,00	476,57
Tomate rasteiro	275,48	267,32	226,08	231,07	256,82
Trigo	33,90	39,60	33,00	21,54	31,02
Carne bovina	425,06	438,14	447,98	441,61	446,41
Carne de frango	592,28	712,50	814,65	898,25	902,02
Carne suína	111,98	118,96	128,72	110,08	102,56
Leite B ²	369,81	396,74	471,34	465,90	441,65
Leite C ²	1.510,50	1.409,95	1.768,74	1.525,72	1.440,73
Ovos ³	601,97	663,30	658,60	725,28	802,12

¹ Estimativas finais para os anos 1993/94 a 1996/97 e dados disponíveis até junho de 1998 para a safra 1997/98.

² Milhão de litros.

³ Milhão de dúzias.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 3 - Estimativas de Preço de Produtos da Agricultura, Estado de São Paulo, 1993/94 a 1997/98

Produto	(R\$/u.)					Unidade
	Preço ¹					
	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	
Algodão	9,39	7,69	7,78	9,00	7,77	arroba
Amendoim das águas	8,32	9,22	8,41	11,44	8,16	sc.25kg
Amendoim da seca	10,17	9,22	8,41	11,44	8,16	sc.25kg
Arroz	14,15	11,38	13,39	13,91	15,51	sc.60kg
Banana	171,52	161,84	85,91	114,20	106,91	t
Batata das águas	25,64	25,99	18,36	19,45	19,45	sc.50kg
Batata de inverno	36,93	25,99	18,36	19,46	19,45	sc.50kg
Batata da seca	24,13	25,99	18,36	19,45	19,45	sc.50kg
Café	219,38	155,12	128,27	184,90	184,89	sc.60kg
Cana-de-açúcar	15,67	14,53	16,44	16,18	16,18	t
Cebola de muda	0,51	0,44	0,16	0,58	0,57	kg
Cebola de soqueira	0,37	0,44	0,16	0,58	0,57	kg
Feijão das águas	48,54	35,40	47,90	36,61	41,12	sc.60kg
Feijão de inverno	55,09	35,40	47,90	36,61	41,12	sc.60kg
Feijão da seca	64,53	35,40	47,90	36,61	41,12	sc.60kg
Laranja	3,71	2,14	2,14	2,35	3,32	cx.40,8kg
Limão	11,73	14,62	7,20	6,41	3,48	cx.25kg
Mandioca	39,23	81,65	66,48	101,99	109,65	t
Milho	8,35	7,16	8,55	6,93	8,34	sc.60kg
Milho safrinha	9,77	7,16	8,55	6,93	8,34	sc.60kg
Soja	14,90	10,31	14,74	16,72	14,63	sc.60kg
Soja safrinha	14,90	10,31	14,74	16,72	14,63	sc.60kg
Tangerina	11,90	14,84	12,48	6,97	6,97	cx.26kg
Tomate envarado	16,61	9,01	8,35	8,51	8,52	cx.25kg
Tomate rasteiro	0,08	0,08	0,09	0,08	0,08	kg
Trigo	11,42	11,88	12,52	10,54	9,18	sc.60kg
Carne bovina	34,83	27,97	26,25	25,93	25,93	arroba
Carne de frango	0,93	0,73	0,75	0,74	0,74	kg
Carne suína	26,05	22,64	19,36	21,23	21,24	arroba
Leite B	0,40	0,37	0,39	0,38	0,38	l
Leite C	0,30	0,31	0,30	0,29	0,29	l
Ovos	23,96	13,67	16,50	19,69	19,69	cx.30dz.

¹Preço real, convertido pelo IGP-DI para maio de 1998.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 4 - Estimativas do Valor Bruto da Agricultura, Classificadas de Acordo com os Valores de 1997/98, Estado de São Paulo, 1993/94 a 1997/98

(continua)

Produto	Valor real (R\$1.000)				
	1993/94 (A)	1994/95 (B)	1995/96 (C)	1996/97 (D)	1997/98 (E)
Cana-de-açúcar	2.624.020	2.542.020	3.062.620	3.149.940	3.222.930
Laranja	1.018.020	688.190	804.040	900.590	1.245.090
Carne bovina	987.130	817.070	783.930	763.430	771.690
Café	748.074	265.256	409.193	505.082	725.478
Carne de frango	548.677	518.451	611.198	664.711	667.495
Ovos	480.736	302.250	362.129	476.083	526.458
Leite C	458.391	437.290	527.169	439.072	417.812
Milho	410.987	329.017	356.914	296.626	338.829
Soja	305.714	201.593	250.840	299.911	248.422
Leite B	147.666	146.710	184.080	177.173	167.827
Tomate envarado	374.054	190.964	187.537	166.104	150.384
Carne suína	194.475	179.556	166.159	155.830	145.225
Milho safrinha	84.651	117.593	121.423	82.502	134.649
Tangerina	177.341	203.662	171.453	118.377	123.266
Banana	163.751	147.142	85.192	108.275	117.868
Algodão	159.469	159.728	109.855	104.097	117.570
Batata de inverno	127.400	122.425	61.675	88.400	80.815
Cebola de muda	118.832	113.099	36.277	133.467	78.882
Batata das águas	93.568	106.310	69.384	72.046	77.100
Batata da seca	83.986	70.700	63.786	69.713	71.930
Limão	195.184	238.309	120.059	111.074	65.496
Feijão da seca	133.249	46.911	50.299	46.787	63.757
Mandioca	31.451	64.207	38.482	54.595	60.817
Feijão das águas	106.786	44.609	55.568	58.210	59.418
Amendoim das águas	37.197	45.643	38.043	47.793	50.510
Feijão de inverno	76.847	45.318	43.113	45.054	43.484
Cebola de soqueira	24.668	28.172	10.031	27.512	39.501
Arroz	65.252	48.649	47.473	39.757	31.886
Tomate rasteiro	22.000	22.321	20.912	18.999	20.546
Amendoim da seca	9.820	10.143	7.358	10.945	10.344
Trigo	6.452	7.841	6.885	3.786	4.746
Soja safrinha	2.533	1.803	1.179	1.864	1.102
Valor total da produção	10.018.381	8.262.952	8.864.256	9.237.805	9.881.327

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 4 - Estimativas do Valor Bruto da Agricultura, Classificadas de Acordo com os Valores de 1997/98, Estado de São Paulo, 1993/94 a 1997/98

Produto	Variação anual (%)					(conclusão)
	(B)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)	(E)/(A)	
Cana-de-açúcar	-3,12	20,48	2,85	2,32	22,82	
Laranja	-32,40	16,83	12,01	38,25	22,31	
Carne bovina	-17,23	-4,06	-2,62	1,08	-21,82	
Café	-64,54	54,26	23,43	43,64	-3,02	
Carne de frango	-5,51	17,89	8,76	0,42	21,66	
Ovos	-37,13	19,81	31,47	10,58	9,51	
Leite C	-4,60	20,55	-16,71	-4,84	-8,85	
Milho	-19,94	8,48	-16,89	14,23	-17,56	
Soja	-34,06	24,43	19,56	-17,17	-18,74	
Leite B	-0,65	25,47	-3,75	-5,28	13,65	
Tomate envarado	-48,95	-1,79	-11,43	-9,46	-59,80	
Carne suína	-7,67	-7,46	-6,22	-6,81	-25,32	
Milho safrinha	38,92	3,26	-32,05	63,21	59,06	
Tangerina	14,84	-15,81	-30,96	4,13	-30,49	
Banana	-10,14	-42,10	27,10	8,86	-28,02	
Algodão	0,16	-31,22	-5,24	12,94	-26,27	
Batata de inverno	-3,91	-49,62	43,33	-8,58	-36,57	
Cebola de muda	-4,82	-67,92	267,91	-40,90	-33,62	
Batata das águas	13,62	-34,73	3,84	7,01	-17,60	
Batata da seca	-15,82	-9,78	9,29	3,18	-14,35	
Limão	22,09	-49,62	-7,48	-41,03	-66,44	
Feijão da seca	-64,79	7,22	-6,98	36,27	-52,15	
Mandioca	104,15	-40,07	41,87	11,40	93,37	
Feijão das águas	-58,23	24,57	4,75	2,08	-44,36	
Amendoim das águas	22,71	-16,65	25,63	5,68	35,79	
Feijão de inverno	-41,03	-4,87	4,50	-3,48	-43,41	
Cebola de soqueira	14,20	-64,39	174,27	43,58	60,13	
Arroz	-25,44	-2,42	-16,25	-19,80	-51,13	
Tomate rasteiro	1,46	-6,31	-9,15	8,14	-6,61	
Amendoim da seca	3,29	-27,46	48,75	-5,49	5,34	
Trigo	21,53	-12,19	-45,01	25,36	-26,44	
Soja safrinha	-28,82	-34,61	58,10	-40,88	-56,49	
Valor total da produção	-17,52	7,28	4,21	6,97	-1,37	

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

FINANCIAMENTO AGRÍCOLA E SUSTENTAÇÃO DA RENDA

Terezinha Joyce Fernandes Franca¹

1 - INTRODUÇÃO

A economia brasileira nos anos recentes, principalmente após o Plano Real, foi marcada por alguns aspectos fundamentais: a estabilidade monetária; a abertura comercial e o processo de globalização dos mercados; o esgotamento dos recursos públicos e a reforma do Estado. Estes fatos econômicos e político-administrativos vêm afetando diretamente o setor agrícola, determinando a necessidade de sua reestruturação que passa, fundamentalmente, por uma menor intervenção e regulamentação estatal, implicando a implantação de novas diretrizes de política agrícola.

Com os objetivos de aumentar a oferta de alimentos, gerar empregos produtivos, atender a estratégia de exportação e desenvolver uma agricultura sustentável, com a preservação dos recursos naturais, já no início dos anos 90, o Plano Nacional Agrícola definia como diretrizes da política agrícola a reestruturação do crédito rural, a redefinição do papel do Estado na comercialização e no abastecimento, propostas de reduções de taxas de juros, entre outras. Estas linhas gerais foram mantidas e vêm sendo perseguidas também pelo atual governo, levando à formulação de uma política agrícola orientada para substituir a ação pública pela da iniciativa privada, no papel de grande financiador da produção e da comercialização agropecuária, e visando tornar a agricultura mais competitiva.

Dessa forma, medidas têm sido tomadas no sentido de:

- reduzir o custo Brasil, seja no campo financeiro, via pré-fixação e redução das taxas de juros do crédito rural, redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na captação de recursos externos e nas operações de crédito destinadas à comercialização de produtos agrícolas através de nota promissória rural (NPR) e duplicata rural, bem como

reduções significativas das alíquotas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO); seja no campo tributário - através da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações de produtos básicos e semi-elaborados;

- complementar o sistema de financiamento com novas fontes de recursos, inclusive externas;
- estimular a substituição dos estoques públicos por estoques privados, privilegiando os financiamentos lastreados por títulos negociáveis;
- reduzir o custo do governo com a política de sustentação da renda do produtor e modernizar as operações de comercialização;
- aumentar a eficiência dos equipamentos de infra-estrutura, através da privatização de ferrovias e portos, assim como dos transportes, por meio da integração de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos.

No entanto, a política de crédito rural e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), com várias modificações, mantêm-se com papéis relevantes na política para a agricultura.

No âmbito do crédito rural, o governo tem caminhado para definir uma política de crédito seletivo. Para a agricultura de baixa renda, passaram a ser direcionados recursos a taxas favorecidas, através de programas especiais, como: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PRO-CERA).

Já para a agricultura comercial, as propostas de política conferem à iniciativa privada importante papel na oferta de recursos para o setor, refletindo a idéia de que os segmentos mais integrados ao mercado são capazes de maior autonomia. Assim, a partir das últimas safras, este segmento passou a contar com limites de financiamentos que são, muitas vezes, insuficientes para conduzir a produção. Como consequência, a chamada agricultura comercial tem sido estimulada a obter recursos fora do sistema

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

de crédito rural do governo federal, que mantém taxas de juros controladas e subsidiadas, se comparadas às taxas praticadas pelo mercado. Além disso, o governo tem procurado regularizar o acesso a outras fontes de recursos, como os recursos externos. Ademais, o setor agrícola passou a contar com uma série de alternativas de financiamento para o custeio e comercialização. Entre elas estão as operações de escambo insumo/produto, entre indústrias e produtores/cooperativas; o contrato soja-verde²; e os certificados e cédulas rurais³, como a Cédula de Produto Rural (CPR), o Certificado de Mercadorias com Emissão Garantida (CM-G) e o Contrato da Companhia Nacional de Registros (CNR), entre outros.

No campo das políticas de preço, o governo tem procurado criar novos instrumentos de comercialização que possibilitem a sustentação dos preços em nível do produtor (seja através de operações no mercado, seja pela intervenção do governo através de subsídios aos preços) de forma mais eficiente e a custos menores do que aqueles verificados quando da absorção e gerenciamento do excedente de produção, através dos instrumentos de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda (EGF/COV). A criação dos Contratos de Opção e do Prêmio para Escoamento de Produto (PEP), a partir da safra 1996/97; o condicionamento do uso do EGF-COV apenas sob a autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN); a utilização do EGF-indústria; e a utilização do recurso da Aquisição do Governo Federal (AGF), só em casos especiais, vêm confirmar esta situação.

Para um melhor conhecimento do período recente, no que se refere ao crédito rural e à política de preços, inicialmente descreve-se o contexto que precede a implantação do plano de safra 1995/96 e o processo de securitização da dívida dos produtores. O item três trata do financiamento da agricultura no período pós-Plano Real e suas principais fontes, inclusive os recursos externos e a CPR. A seguir, são abordados os principais pontos dos Planos de Safra 1995/96 a 1997/98, destacando o Plano de Safra

1998/99, com enfoque nas políticas de financiamento, relacionando as várias fontes e volumes de recursos aplicados. O item cinco refere-se à política de garantia de preços dos produtos agropecuários, tratando da política de preços mínimos e dos mais recentes mecanismos de comercialização, como o contrato de opções e o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP). O último item finaliza a avaliação do período pós-Plano Real e faz algumas inferências com relação à crise nos mercados financeiros mundiais.

2 - A CRISE DA AGRICULTURA E A SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA DOS PRODUTORES

Em 1995, a agricultura colheu uma safra recorde de 81,1 milhões de toneladas de grãos, 6,7% maior que a anterior, e esse sucesso foi uma das principais causas da grave situação da agricultura naquele ano. O excesso de oferta somado às importações de alimentos; juros elevados, como estratégia macroeconômica para conter o consumo; câmbio sobrevalorizado; e o não funcionamento da PGPM, que não realizou compras na colheita nos volumes necessários para assegurar estabilidade de preços em níveis razoáveis, fizeram com que a renda agrícola caísse 25,8%, segundo estimativas de Fernando Homem de Melo⁴, sendo as mais atingidas as lavouras de verão de feijão, soja e milho. A tímida intervenção do governo fez com que o setor arcasse com a maior parte das perdas, trazendo à tona o problema do endividamento, resultante, principalmente, do descasamento entre ativos e passivos dos agricultores por ocasião da implantação dos planos de estabilização passados e do uso da Taxa Referencial de Juros (TR), como indexador do crédito rural.

Dessa forma, para viabilizar a safra 1995/96 e manter a agricultura no seu papel estratégico na consolidação do Plano Real, e por pressão dos ruralistas, foi negociada a rolagem das dívidas agrícolas, assumidas até 20 de junho de 1995⁵, daqueles produtores com dívidas in-

²Instrumento privado e de negociação em balcão, desenvolvido pelas agroindústrias e *tradings* em conjunto com a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC).

³*Securities* lastreadas em produtos agrícolas.

⁴FOLHA de São Paulo, 03 set. 1995, p.2-6, citado em Prognóstico Agrícola 1995/96: algodão, amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho, soja. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.25, n.9, p.15, set. 1995.

⁵A partir desta data, o Governo passou a adotar taxa de juros fixa no crédito rural.

feriores a R\$200 mil, para ser paga em equivalência-produto, pelo prazo de sete a dez anos, com até 2 anos de carência e juros de 3% ao ano (Lei 9.138, de 29/11/95, e resolução BACEN nº 2.238, de 31/01/96). A meta inicial era negociar aproximadamente 80% de uma dívida global da ordem de R\$10 bilhões. Desse total, mais de 50% da dívida estava no Banco do Brasil.

O prazo para negociação das dívidas dos produtores foi prorrogado até 22 de julho de 1996. Segundo dados do Ministério da Agricultura e do Abastecimento foram renegociados 182,6 mil contratos no valor de R\$6,4 bilhões, dos quais o Banco do Brasil negociou 147 mil contratos no valor de R\$5,2 bilhões, ficando o restante com os bancos privados⁶.

Esta renegociação contribuiu para restaurar a liquidez da agricultura e permitiu aos produtores planejar suas atividades, visto que formalmente readquiriram a capacidade de obter novos financiamentos. No entanto, muitos produtores denunciaram as dificuldades em levantar recursos, visto que a capacidade de pagamento passou a ser rigorosamente analisada pelos bancos, juntamente com a situação financeiro/patrimonial do produtor, impedindo, em alguns casos, a concessão de crédito. Além disso, a renegociação das dívidas não foi total, porque alguns bancos privados se recusaram a fazê-la, além de que houve produtores que tiveram que entregar as garantias antes da definição das regras de securitização.

O processo de saneamento do setor agrícola, através da securitização, obteve continuidade com a criação do Programa de Revitalização das Cooperativas Agrícolas (RECOOP) e a renegociação das dívidas dos produtores, cujo total dos débitos excede a R\$200 mil. Para aqueles produtores que não recorreram à securitização na primeira etapa, foi admitido entrar no processo nesse segundo momento. O processo completo de securitização das dívidas rurais, iniciado em 1995, deverá renegociar débitos totais da ordem de R\$15 bilhões.

O RECOOP é um Programa de socorro financeiro às cooperativas, tanto para a renegociação de dívidas antigas como para novos in-

vestimentos, que permitirão a fusão e reestruturação das mesmas. Em janeiro de 1998, foi criado, através de Decreto presidencial, o Comitê Executivo para analisar os projetos de revitalização das cooperativas de produção agropecuária, dando início ao Programa. Este tem como finalidade reestruturar e capitalizar cooperativas, visando seu desenvolvimento auto-sustentado (não é um programa apenas de saneamento). Os beneficiários são cooperativas agropecuárias amparadas pela legislação, não sendo incluídas no Programa as cooperativas que já estão em processo de liquidação.

As condições para o enquadramento no RECOOP incluem a apresentação de um Plano de Desenvolvimento Cooperativo que deve conter os seguintes projetos:

- reestruturação, demonstrando viabilidade técnica e econômico-financeira do complexo cooperativo, dirigindo suas atividades para atividades com maior capacidade de retorno;
- capitalização que, entre outras formas, prevê a criação de uma taxa de retenção sobre a produção entregue e comercializada pelos cooperados, destinada a um fundo de capitalização das cooperativas;
- profissionalização da gestão cooperativa;
- organização e profissionalização dos cooperados;
- monitoramento do plano de desenvolvimento cooperativo.

Os recursos previstos são de R\$3 bilhões, que poderão ser utilizados para cobrir dívidas (tributárias, de financiamento do crédito rural dos associados cobertos pela cooperativa e de linhas de curto prazo ou investimentos com bancos do sistema comercial) bem como para financiar os custos de reestruturação (recomposição do capital de giro e novos investimentos), segundo a Organização das Cooperativas Estaduais. Parte dos recursos previstos devem vir do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O prazo para pagamento das dívidas renegociadas e dos empréstimos para investimento é de 15 anos. O custo financeiro foi estipulado em 4% ao ano mais a variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas. Já os recursos para capital de giro contarão com prazos de pagamento de dois anos e encargos financeiros equivalentes aos do crédito rural, de 8,75% ao ano.

⁶PINAZZA, Luiz Antonio. O plano de safra 96/97. In: SEMINÁRIO O PLANO DE SAFRA 1996/97, 2., São Paulo, 6 ago. 1996. São Paulo: SRB, 1996. Mimeo.

Do total de 1.400 cooperativas em atividade, devem ser atendidas 439 que foram enquadradas no Programa, dentre as 600 que se candidataram. Em São Paulo, existem 138 cooperativas e, dentre as que se submeteram a avaliação da Comissão, 48 foram consideradas aptas para o processo de saneamento e de reestruturação. O prazo para entrega do projeto é final de outubro de 1998 e a previsão para o início de liberação dos recursos é março de 1999.

A perspectiva de eficiência do Programa, segundo os técnicos do setor, está diretamente relacionada ao quanto do Plano de Desenvolvimento Cooperativo for, efetivamente, colocado em prática. Por outro lado, o setor está bastante aliviado com a possibilidade de saneamento das dívidas e reestruturação.

A renegociação das dívidas dos produtores contraídas até 30 de junho de 1995, cujo total dos débitos excede a R\$200 mil, foi regulamentada pela Resolução nº 2.471, de 26/02/98. Esta parcela a ser securitizada envolve um débito estimado entre R\$4 bilhões e R\$5 bilhões, apenas com o Banco do Brasil, e de R\$1,5 bilhão com o setor privado, devendo beneficiar cerca de 55 mil produtores⁷, concentrados, em parte, nas lavouras de soja da Região Centro-Oeste e de arroz no Rio Grande do Sul.

Esta etapa do Programa é distinta da primeira, no que se refere aos prazos de alongamento e montantes passíveis de securitização, mas também com relação aos procedimentos para atualização dos débitos, aos encargos financeiros e às formas de pagamento. As dívidas contraídas serão corrigidas pelos encargos contratuais até o vencimento da operação e, a partir daí, serão corrigidas pela TR mais juros de 12% ao ano, até o fechamento do acordo de renegociação.

Os produtores tiveram até 31 de julho para aderir ao Programa e terão até 3 de novembro de 1998 para concluir as negociações. O prazo de refinanciamento é de até 20 anos e as dívidas serão corrigidas mensalmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas, mais juros que variam conforme o volume da dívida: 8%, até R\$500 mil; 9%, até R\$1 milhão; e 10%, para as dívidas aci-

ma de R\$1 milhão⁸. Para garantir o pagamento do principal, haverá a emissão de títulos do Tesouro Nacional que serão adquiridos pelo agricultor e entregues aos bancos. Os títulos, resgatáveis no final do período, não poderão ser negociados pelos bancos até a quitação do débito, que poderá ser feita antecipadamente. Estima-se que para a aquisição do título os produtores deverão desembolsar 10,37% do valor da dívida, considerado um prazo total de 20 anos. Para garantir o pagamento mensal dos juros junto à instituição financeira, o agricultor deve apresentar garantias equivalentes a 50% do seu principal.

Esta fase da securitização não envolve subsídios por parte do governo, contrariamente ao que ocorreu na primeira fase, quando Títulos do Tesouro foram emitidos para garantir a equalização da taxa de juros. Como consequência, o custo financeiro envolvido é significativamente mais alto, interferindo no nível de adesão dos produtores. Além disso, os produtores vêm pressionando para rediscutir a inclusão do diferencial do Plano Collor e a metodologia de cálculo utilizada para definir o valor final da dívida.

Os resultados da primeira fase da securitização já causaram reflexos importantes no setor. Apesar da prorrogação concedida, analisando-se caso a caso, para a primeira parcela que venceu em outubro de 1997, a maior parte dos produtores saldaram aquele débito. Em outubro de 1998 vence a segunda parcela, que também não será prorrogada, mas provavelmente haverá renegociações pontuais, como no ano anterior. As duas outras fases do processo ainda não estão efetivamente concluídas.

3 - FINANCIAMENTO NO PERÍODO PÓS-REAL

O volume de recursos aplicados em crédito rural no Brasil caiu em 1996 em relação a 1995, voltando a recuperar-se em 1997 (Tabela 1). Em 1995 já havia sofrido redução de 36,8% com relação a 1994, ano em que a oferta de recursos foi, em média, 35% superior a de todos

⁷RODAGEM da dívida é aprovado pelo CMN. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20-21 fev. 1998. Caderno C, p.7.

⁸No caso do valor total superior a R\$500 mil, os encargos financeiros serão calculados pela média ponderada, observados os intervalos fixados.

TABELA 1 - Aplicações em Crédito Rural, Segundo Produtos Seleccionados, Atividade e Finalidade, Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Brasil, 1995 a 1997¹
(R\$ milhão)

Produto	1995	1996	1997
Custeio	4.814,60	4.744,70	6.944,52
Algodão	188,11	134,02	224,33
Arroz	480,85	389,49	388,30
Feijão	124,18	109,01	150,57
Milho	982,95	976,91	679,06
Soja	799,40	1.032,91	1.514,37
Outros	1.478,63	1.575,09	2.651,37
Agrícola	4.054,12	4.217,43	5.608,00
Pecuário	760,48	527,27	1.336,51
Investimento	1.684,91	1.628,00	2.005,59
Agrícola	831,28	604,58	866,89
Pecuário	853,63	1.023,42	1.138,70
Comercialização	1.263,98	418,92	889,41
Agrícola	1.225,28	378,53	861,35
Pecuário	38,69	40,39	28,07
Total	7.763,49	6.791,62	9.839,52
Agrícola	6.110,68	5.200,54	7.336,24
Pecuário	1.652,80	1.591,08	2.503,28

¹Valores constantes a preços de 1997 (Inflator = média anual do IGP-DI/FGV).

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

os outros anos da década de 90. Esse foi um dos fatores positivos que contribuíram para o sucesso da safra 1994/95, que contou, também, com preços mínimos bastante elevados, anunciados com antecipação ao início do plantio. Somem-se a esses fatos as expectativas favoráveis em torno do Plano Real. Em 1996, a redução foi de 12,5%, comparativamente ao ano anterior, provavelmente em função das dificuldades enfrentadas pelos produtores com a queda na renda e problemas relacionados à renegociação das dívidas.

Os recursos colocados à disposição dos produtores em 1997 foram 44,9% maiores que em 1996, situando-se em R\$9,8 bilhões, com reflexos positivos no aumento da safra de grãos, que atingiu 78,4 milhões de toneladas, 7,4% superior à safra anterior.

Dentre os principais grãos, a maior aplicação de recursos de custeio se deu nas culturas da soja e do milho, seguidas pela do arroz. A produção total dos grãos consumiu em torno de 50% dos recursos destinados para o custeio, que representaram 65% dos recursos totais aplicados em crédito rural, na média dos anos 1995, 1996 e 1997.

As aplicações nas finalidades, investimento e comercialização consumiram, conjuntamente, no período em análise, entre 29% e 38% dos recursos totais, sendo que as aplicações em investimento permaneceram praticamente constantes, em torno de 20%. Já os volumes destinados à comercialização decresceram no período, refletindo a orientação da política agrícola adotada. No entanto, em 1995, representaram 16,3% do total, a maior participação dentre os três anos analisados, refletindo uma maior demanda por parte dos produtores e, de certa forma, um maior apoio da política de garantia de preços, diante da crise de renda enfrentada pela agricultura neste ano, apesar de ter sido 64,8% menor do que as aplicações em 1994.

O Estado de São Paulo apresenta uma agricultura bastante diversificada, apesar da alta concentração da produção de cana-de-açúcar e citrus. Já a participação dos grãos é relativamente pequena, quando comparada a outras regiões do País. Destaca-se, também, a pecuária bovina como atividade relevante. Dessa forma, nas avaliações sobre a agricultura do Estado, estas características devem ser levadas em consideração.

No período analisado, as aplicações na finalidade custeio para a produção de cana-de-açúcar e laranja foram responsáveis por 35,5% em 1995, 23,3% em 1996 e 41,9% em 1997, do total concedido nesta modalidade no Estado. Entre os grãos, foi a produção de milho que absorveu a maior parcela dos recursos de custeio (Tabela 2).

A evolução das aplicações em crédito rural no Estado de São Paulo no período 1995 a 1997 apresentou a mesma tendência verificada para o País, mas com oscilações mais acentuadas nos dois últimos anos. Em 1995, a redução foi de 34,9%, magnitude bem próxima à observada para o Brasil, com reflexos significativos no volume concedido para a maioria dos grãos e cana-de-açúcar. Já em 1996, a queda na aplicação de recursos foi de 30,4%, muito superior à verificada para o País, refletindo, principalmente, a redução na utilização de recursos de custeio na produção de cana-de-açúcar e laranja.

Em 1997, o total de recursos de crédito rural concedidos no Estado cresceu 91,4%, enquanto as aplicações em custeio mais que dobraram (115,1%). Os recursos destinados à cana-de-açúcar foram praticamente cinco vezes maior do que no ano anterior e os de laranja praticamente dobraram, o que os torna os principais responsáveis pela aumento na aplicação de recursos em São Paulo nesse ano.

Na finalidade investimento, destaca-se a surpreendente evolução das aplicações em 1997, tanto agrícola como pecuário, que cresceram, na média, quase 300%. Os recursos destinados para essa finalidade representaram, em 1997, 12,9% do total do crédito, tendo dobrado sua participação com relação ao ano anterior, recuperando a posição relativa de 1994 e 1995.

A participação dos recursos para comercialização no total do crédito decresceu no período. Em termos da evolução do volume aplicado, verifica-se que houve um crescimento de 23,2%, insuficiente, no entanto, para recuperar a posição de aplicações verificadas em 1995.

A demanda por crédito rural oficial, dentre outros fatores, depende do seu custo, da existência de novas opções de financiamento oferecidas no mercado financeiro ou pelos agentes participantes das cadeias de produção, como agroindústria, revendas de insumos, entre outros. Em São Paulo, um indício deste fato está na participação decrescente do Estado no total

de crédito concedido no Brasil, via SNCR. Essa participação vem declinando desde 1970, quando se situava em 33,4%, caindo para aproximadamente 20% em 1980 e 1990, situando-se no período 1994 a 1997, entre 12,9% e 17,1% (média de 15,5%) (Figura 1).

No período analisado, a agricultura passou a contar também com recursos externos para o financiamento da produção, fonte que tem tido participação crescente no total de recursos aplicados e se constituído numa alternativa para o segmento agrícola. A Cédula de Produto Rural (CPR), destinada à comercialização antecipada da produção, também vem se constituindo numa alternativa de financiamento e comercialização.

3.1 - Recursos Externos

A partir de abril de 1995, com a Resolução BACEN nº 2.148, conhecida como "63 caipira", tornou-se mais fácil para o setor agrícola a utilização dos recursos externos para financiamento das suas atividades. O Governo Federal, ao adotar a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na internalização e aplicação destes recursos, permitiu que o custo total de captação externa (taxa de juros internacional, variação cambial e *spread*) ficasse mais próximo da capacidade de pagamento do setor agropecuário.

Pela Resolução nº 2.148, os recursos destinavam-se aos empréstimos ou financiamentos de custeio, investimento e comercialização, a produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas) e suas cooperativas. Também permitiu que fossem utilizados pelas empresas, agroindústrias e exportadores para a aquisição de produtos agropecuários, desde que diretamente do produtor, de suas associações ou cooperativas, ou da Cédula de Produto Rural (CPR)⁹. No entanto, a partir de abril de 1997, a possibilidade de utilização desses recursos foi estendida aos complexos industriais de fertilizantes e defensivos para a concessão de crédito aos seus distribuidores e revendedores na compra direta de seus pro-

⁹Desde que registrada em sistema de registro e de liquidação financeira administrado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), Resolução BACEN nº 2.167, de 30/06/95.

TABELA 2 - Aplicações em Crédito Rural, Segundo Produtos Seleccionados, Atividade e Finalidade, Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Estado de São Paulo, 1995 a 1997¹

(R\$ milhão)			
Produto	1995	1996	1997
Custeio	924,47	720,94	1.338,40
Algodão	53,58	28,34	47,70
Arroz	4,23	3,11	3,06
Feijão	28,11	25,52	43,50
Milho	117,78	135,59	117,04
Soja	53,14	56,28	67,77
Cana-de-açúcar	233,32	85,32	403,22
Laranja	95,04	83,25	157,93
Outros	224,43	217,23	312,49
Agrícola	809,63	634,64	1.152,72
Pecuário	114,84	86,30	185,68
Investimento	140,39	54,64	216,63
Agrícola	108,91	30,66	127,03
Pecuário	31,47	23,97	89,60
Comercialização	198,28	103,17	127,09
Agrícola	172,28	73,58	127,09
Pecuário	26,00	29,59	0,00
Total	1.263,13	878,75	1.682,12
Agrícola	1.090,82	738,88	1.406,84
Pecuário	172,31	139,87	275,28

¹Valores constantes a preços de 1997 (Inflator = média anual do IGP-DI/FGV).

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

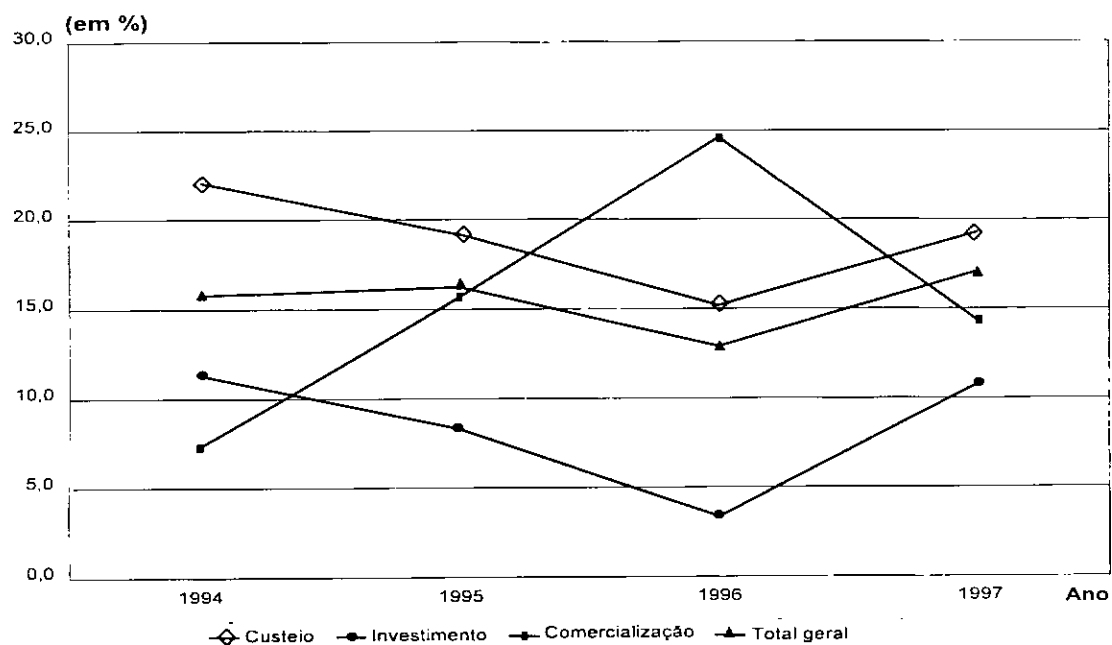


Figura 1 - Evolução da Participação do Estado de São Paulo no Total de Crédito Rural Concedido no Brasil via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Segundo a Atividade e Finalidade, 1994 a 1997

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

dados¹⁰.

Para a safra 1998/99, sua utilização foi ampliada ainda para o financiamento de operações de *hedge*, em operações realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, bem como na aquisição de opções referenciadas em *commodities* agropecuárias. A utilização desses recursos destina-se ao financiamento dos ajustes diários, bem como no pagamento do prêmio nas operações de opção, que antes era coberto com capital próprio ou captado a juros de mercado. A aplicação dos recursos se dará por intermédio de fundos de investimento a serem constituídos especificamente para essa finalidade. Assim, em vez de receber os recursos diretamente, o produtor receberá cotas desse fundo, que serão resgatadas quando da necessidade de cumprir ajustes de margem. Se o ajuste for a favor do produtor, o dinheiro volta para o fundo constituindo-se, novamente, em cotas do beneficiário. Esses fundos terão liquidez diária e serão isentos de IOF sobre o resgate de cotas. No final da operação, haverá o resgate das cotas para pagamento do banco financiador, ou seja, para quitar o financiamento feito pelo produtor junto ao banco repassador dos recursos captados externamente. A medida é considerada como um indutor de operações de contrato futuro e objetiva aumentar a base de agentes do sistema, visando popularizar a prática dessas operações.

De acordo com a Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), as liberações de recursos externos para a agricultura¹¹ (Resolução nº 2.148), exceto Banco do Brasil, somaram, aproximadamente, de abril de 1995, início das operações, até 30 de junho de 1996, R\$1,6 bilhão, elevaram-se para R\$2,1 bilhões no período julho de 1996 a junho de 1997. Isso significa que houve um crescimento das aplicações da ordem de 31% a favor da safra 1996/97, tornando essa fonte de financiamento uma das mais importantes em termos de volume de recursos. Esta representatividade é confirmada ao se considerarem os dados de saldo das

aplicações em crédito rural em junho de 1997, segundo a mesma fonte. O saldo dos recursos colocados à disposição do setor nesta data somavam R\$9,9 bilhões, dos quais R\$2,0 bilhões correspondiam aos recursos externos, isto é, cerca de 20% do total aplicado em crédito rural. Este percentual torna-se mais significativo se comparado ao dos recursos provenientes das exigibilidades (R\$3,2 bilhões), que representaram 32% do total.

Tomando-se a safra 1997/98, os dados da FEBRABAN indicavam, para as operações com recursos externos na rubrica de crédito rural, um saldo de R\$2,1 bilhões, equivalentes a 17,9% de um saldo total de aplicações de R\$11,9 bilhões, indicando novamente a importância desta fonte de recursos. Nessa safra, as aplicações do Banco do Brasil com recursos externos atingiu cerca de R\$595,4 milhões. Para a próxima safra, a previsão de aplicações dessa fonte de recursos é de R\$800 milhões.

Do ponto de vista dos agentes financeiros, os recursos da Resolução nº 2.148 admitem grande flexibilidade de aplicação pelos bancos. De acordo com a política operacional de cada instituição, estas podem variar: em termos do público a ser atendido, o que de certa forma define também o seu valor; quanto à escolha do produto, o que permite atender preferencialmente operações com produtos cotados externamente em dólar, de forma a reduzir o risco de inadimplência; pelo atendimento, principalmente, a agroindústrias com reconhecida capacidade de pagamento.

Como garantia das operações, normalmente são exigidas garantias reais, como hipoteca de imóvel, rural ou urbano, devidamente registrada em cartório. No entanto, o penhor de safra em primeiro grau também costuma ser aceito, e é feito através de contrato contendo o valor estimado para a produção que deve ser registrado em cartório de registros. Tratando-se de empresas, além do penhor de safra, é também exigido o aval dos proprietários.

A aplicação com recursos captados com base na Resolução nº 2.148 tem crescido ano a ano, visto que esta fonte tem se constituído na melhor alternativa para a obtenção de recursos fora do sistema controlado de crédito rural. O custo de captação no exterior oscilou, no período entre 1995 e 1998, entre 6% e 10% ao ano. Internamente, quando acrescido da varia-

¹⁰Resolução do BACEN nº 2.378, de 24/04/97.

¹¹Os dados referem-se ao volume aplicado pelos bancos participantes da Comissão de Crédito Rural da FEBRABAN (abrange aproximadamente 90% do sistema financeiro privado mais bancos estaduais).

ção cambial, resultou num custo total de cerca de 12% a 15% ao ano. Quando repassados aos tomadores, sofreram o acréscimo de um *spread* variável entre 2% e 5% ao ano e implicaram um custo final para o tomador entre 14% e 20% ao ano. O *spread* varia fundamentalmente em função do risco representado pelo cliente e do custo operacional do banco para efetuar a transação. Conseqüentemente, para a safra que se inicia, dado o grave quadro de crise na economia mundial, esse custo deve elevar-se significativamente, ao ponto de vir a comprometer a capacidade do setor agrícola de continuar operando com esta fonte de recursos.

A intermediação dos bancos privados na captação de recursos externos reflete a política interna de cada instituição. Assim, em alguns bancos o maior número de operações têm sido efetuadas diretamente com produtores rurais, normalmente com valores acima de R\$50 mil, e para as mais diferentes finalidades. Ou seja, como recurso complementar aos limites de financiamento definidos pela BACEN para o custeio de soja, milho, algodão, cebola, batata, etc., compra de bois, ou reforma de cercas, bem como na avicultura e na suinocultura, para a aquisição de insumos de produção. Em outras palavras, o valor médio dos contratos tem sido de R\$500 mil, com alguns atingindo valores acima de R\$1 milhão, configurando uma política voltada para grandes operações. Nesse caso, estas ocorrem principalmente junto a agroindústrias relacionadas a produtos como café, leite e grãos (soja, milho e arroz), além das usinas de açúcar e álcool.

Em termos agregados, têm sido as usinas de cana-de-açúcar e as agroindústrias as responsáveis pelo maior volume aplicado. Novamente, a utilização dos recursos externos pelas usinas vem suprir a necessidade de complementação do limite de financiamento, que é claramente insuficiente para custear a produção de cana plantada em larga escala. No que se refere às agroindústrias, os recursos destinam-se, normalmente, à compra de matéria-prima, seja de produto já disponível, seja para entrega futura. Neste caso é prevista a compra de CPR de produtores ou cooperativas, que deve ser registrada na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e declarada como a finalidade do empréstimo. Desde abril de 1997, essa fonte de financiamento tem sido também

demandada para financiar os estoques dos revendedores e distribuidores de fertilizantes e defensivos utilizados na agropecuária, por repasse dos complexos industriais desses produtos.

As aplicações dos recursos captados no exterior devem compatibilizar os vencimentos internos e externos dos contratos. Além disso, as instituições têm a preocupação de adequar o vencimento do contrato interno ao período em que o tomador auferir sua receita, procurando, com isso, maiores garantias para o pagamento. Normalmente, essas operações têm sido feitas pelo prazo aproximado de um ano, pois a maior parte dos contratos tem sido para culturas de ciclo longo - seja diretamente com o produtor, seja com a agroindústria, para compra antecipada de produtos, ou para o empréstimo às indústrias de defensivos e fertilizantes para o financiamento da compra de estoques por seus distribuidores e revendedores. No entanto, como o prazo mínimo de aplicação é de 90 dias, atende também às produções de ciclo curto, como as de feijão, batata e cebola, entre outros.

O Estado de São Paulo tem sido responsável pela aplicação de parcela significativa dos recursos captados com base na Resolução nº 2.148, principalmente por concentrar as agroindústrias, usinas de açúcar e álcool e indústrias de fertilizantes e defensivos. Além disso, sua participação é reforçada na medida em que parte desses recursos são captados em São Paulo, mas efetivamente destinam-se a financiar empreendimentos em outros estados.

O Banco do Brasil também tem operado com os recursos externos, disponibilizando-os para empréstimos e financiamentos nas várias modalidades admitidas na Resolução nº 2.148. Em São Paulo, a política do Banco do Brasil tem sido no sentido de atender diretamente ao produtor e de promover a distribuição pulverizada dos recursos, admitindo contratos abaixo do limite de financiamento estabelecido para a cultura. No entanto, tem havido uma certa preocupação em priorizar aplicações em culturas cotadas internacionalmente, como soja e café, de forma a reduzir o risco cambial. Neste caso, inclusive, orientam os tomadores a realizarem operações de *hedge* para reduzirem os riscos de flutuação dos preços internacionais de seus produtos.

Apesar da importância desta fonte, as normas de aplicação destes recursos previam que parcela do volume captado fosse aplicado

em títulos públicos cambiais, quando não utilizados no financiamento rural. No entanto, o governo detectou que os bancos estavam destinando integralmente os recursos para esse fim. Dessa forma, em março de 1998¹², o CMN determinou o limite de 50% para aplicações em títulos cambiais, como um mecanismo de obrigar o direcionamento dos outros 50% ao setor agrícola. No entanto, em fins de agosto¹³, visando reduzir a queda das reservas cambiais, decorrente da crise nos mercados mundiais, o governo voltou atrás e permitiu que os empréstimos externos dirigidos ao setor rural possam ser integralmente aplicados em papéis cambiais. Apesar de ser uma medida emergencial para enfrentar a conjuntura, este fato desvirtua completamente os objetivos originais da Resolução nº 2.148, e deve comprometer o volume de recursos previstos para a atual safra¹⁴. Além disso, o custo de captação no exterior deverá elevar-se substancialmente, em função do nível de risco que as instituições externas vierem a atribuir ao Brasil. Finalmente, num momento de turbulência como o atual, considera-se contra-indicado a realização de operações de empréstimo em moeda estrangeira, visto que, apesar de veementemente negada pelo governo, pode haver desvalorização da taxa de câmbio.

3.2 - Cédula de Produto Rural (CPR)

A CPR foi proposta pelo Banco do Brasil e criada pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. É um título que permite a alavancagem de capital de giro necessário ao desenvolvimento da atividade rural e destina-se à formalização de promessa de compra e venda de produtos rurais para a entrega futura, constituindo-se na promessa de entrega do produto físico, com ou sem garantia cedularmente constituída. O vendedor se obriga a entregar o produto prometido à venda, segundo descrição, condições, data e local previstos no título. A CPR poderá, adicionalmente, conter cláusulas ajustadas entre o vendedor e o comprador. Sua emissão é restrita ao produ-

tor rural e suas associações, inclusive cooperativas, destinando-se exclusivamente a produtos rurais¹⁵. A CPR pode ser negociada diretamente entre o emitente e o comprador ou ser vendida através de mercados organizados (leilões, bolsas de mercadoria e de futuros). Nesse caso, deve estar avalizada por um banco e registrada na Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP).

Embora o principal banco a operar com a CPR seja o Banco do Brasil, qualquer banco pode atuar nesse mercado. Atualmente, sabe-se que o City Bank, o HSBC-Bamerindus, o BANESTADO e o Banco de Boston têm avalizado algumas operações, mas não há estatísticas disponíveis nesses casos.

O Banco do Brasil tem operado com a CPR desde o seu lançamento em 1994, e é o único que disponibiliza informações estatísticas organizadas (Tabela 3).

A evolução do mercado de CPRs avalizadas pelo Banco do Brasil (BB-CPR), ao longo das últimas quatro safras, não tem apresentado um desenvolvimento regular, tanto em termos do volume de recursos como do número de cédulas emitidas. No Estado de São Paulo, as negociações com BB-CPRs na safra 1995/96 decresceram com relação ao ano agrícola anterior, mas a partir daí foram observados elevações consecutivas, principalmente em função das operações com café.

Em agosto de 1997, os dados do Banco do Brasil indicavam a emissão de 1.826 CPRs, num total de R\$162, 9 milhões, desde o início das operações em 1994. Já as informações de julho de 1998 indicam um crescimento de 66,5% no total de CPRs avalizadas, representando uma variação de 36,7% no valor.

Os produtos comercializados são algodão, arroz, boi gordo, boi magro, bezerro, café, milho e soja. No entanto, o maior volume de operações, até o momento, foi com produtos exportáveis que, por contarem com um mercado futuro bem estruturado, possibilitam uma boa previsão de preço para a época de liquidação do contrato, facilitando a negociação entre as partes envolvidas.

¹²Resolução BACEN nº 2.483, de 26/03/98.

¹³Circular BACEN nº 2.833, de 24/08/98.

¹⁴Os recursos só são aplicados no setor rural por obrigatoriedade ou se, em comparação com o rendimento dos papéis cambiais, houver um *overhead*.

¹⁵Para maiores informações consultar FRANCA, Terezinha J.F. O certificado de mercadoria com emissão garantida (CM-G) como fonte alternativa de financiamento para o setor agropecuário. Piracicaba: ESALQ/USP, 1996. 145p. Tese de Mestrado.

TABELA 3 - Evolução das Operações com a Cédula de Produto Rural (CPR) Emitidas pelo Banco do Brasil, Brasil e São Paulo, Safras 1994/95 a 1998/99

Safr	Brasil		São Paulo		Variação percentagem	
	Valor (a) (R\$)	Nº de CPR (b)	Valor (c) (R\$)	Nº de CPR (d)	(c)/(a)	(d)/(b)
1994/95	31.019.956,64	105	6.742.850,00	8	21,7	7,6
1995/96	59.192.871,64	666	2.033.230,69	13	3,4	2,0
1996/97	39.434.785,40	552	4.286.356,40	51	10,9	9,2
1997/98	48.507.336,89	703	6.759.503,26	93	13,9	13,2
1998/99	44.514.519,74	1.014	9.366.218,16	167	21,0	16,5
Total	222.669.470,31	3.040	29.188.158,51	332	13,1	10,9

Fonte: Banco do Brasil.

A partir do início de 1998, o Governo decidiu ampliar o apoio a esse instrumento, que foi reafirmado para a atual safra, através da possibilidade de utilização das exigibilidades bancárias para financiamento, às taxas do crédito com recursos controlados, da aquisição de CPR representativas da venda antecipada de arroz, algodão e milho da safra de verão 1998/99 por empresas que utilizam os produtos como matéria-prima para beneficiamento ou industrialização¹⁶. As CPRs deverão ser registradas na CETIP e a indústria, para conseguir o financiamento, tem que provar que pagou ao produtor pelo menos o preço mínimo. Os prazos de contratação do financiamento vão até 31 de janeiro de 1999 (até 30/04/99 para algodão do Centro-Oeste) e o vencimento ocorre um mês após a entrega do produto.

Uma outra medida de apoio, no entanto mais indireta, é a possibilidade de utilização de recursos externos em operações de *hedge*, para financiamento dos ajustes diários. O Banco do Brasil já anunciou a criação do seu fundo de investimento, através do qual serão efetuados os financiamentos, como descrito no item anterior. O estímulo à CPR ocorre porque, utilizando o próprio título avalizado como garantia, tanto o emitente quanto o comprador do título poderão obter financiamento para se proteger das oscilações de preço no mercado, via operações no mercado futuro.

O Banco do Brasil anunciou também duas medidas que devem resultar num estímulo

às operações com CPRs avalizadas. Uma delas é a retomada de operações de troca de CPRs por insumos, em função do interesse de três grandes fabricantes que concordaram em aceitar o título como pagamento. A outra medida é a introdução de um sistema de bônus de fidelidade para os agricultores, o que implica um desconto sobre as taxas de aval, cujo custo é um dos principais entraves ao desenvolvimento do sistema.

No entanto, os resultados deste conjunto de inovações nas operações com CPR só poderão ser avaliados quando esse sistema estiver, efetivamente, em funcionamento.

Outros agentes, como exportadores, *tradings* e várias empresas de insumos e agroindústrias, também utilizam a CPR como um contrato entre as partes, muitas vezes, dispensando o aval de uma instituição financeira. No caso dos negócios com CPR entre os segmentos das cadeias produtivas, embora não tenha sido possível obter informações estatísticas, calcula-se que exista no mercado um volume muito grande de cédulas emitidas (em torno de 78 mil, só da safra passada), envolvendo principalmente soja e, em menor proporção, café.

Comparados à estimativa de CPRs no mercado negociadas sem o aval de instituição financeira, os volumes negociados pelo Banco do Brasil são pequenos. Segundo informações obtidas junto a algumas empresas que vêm comprando produtos utilizando a CPR diretamente com o produtor, dispensando o aval bancário, o principal responsável por essa situação é o custo do aval que, no caso do Banco do Brasil, varia de 0,45% a 0,65% ao mês sobre o valor da operação, dependendo do produto e da fase de

¹⁶Resoluções BACEN nº 2.469, de 19/02/98 e nº 2.510, de 17/06/98.

produção em que se encontra a cultura. Na avaliação desses agentes, que operam no mercado há muito tempo, é possível reduzir o risco de inadimplência a praticamente zero se alguns cuidados forem tomados: exigência de garantia real (hipoteca em primeiro grau), avaliação do cadastro e histórico do cliente e, paralelamente, admitir em contrato uma correção nos preços de acordo com a evolução do preço no mercado, quando da entrega do produto. Ainda, segundo esses agentes, o produtor tem vantagens nessas operações, pois fica livre do custo do aval e daqueles referentes à negociação em bolsa. A grande vantagem da utilização da CPR é que esta se constitui num título criado por Lei, amparando emitentes e compradores.

O fato é que as *tradings*, revendas de insumos e agroindústrias, principais atuantes nesse mercado de "balcão" de CPRs, têm tido papel fundamental no financiamento do setor. No entanto, o volume negociado através de CPRs ainda pode crescer consideravelmente se comparado aos volumes de recursos demandados pelo setor agrícola e ao potencial do mercado.

Um entrave que permanece ao desenvolvimento desse mercado é o elevado custo financeiro representado pelo deságio efetuado no preço futuro do produto para efeito de pagamento antecipado, pois reflete o custo de oportunidade do capital no período em que o recurso é adiantado. No entanto, a redução do custo financeiro destas operações depende da redução da taxa de juros na economia. Por outro lado, o custo do aval só será reduzido em função da conjugação de vários fatores, entre eles o aumento da liquidez do título, pelo seu maior uso; utilização de mecanismos de seguro de preços, como os mercados futuros; e maior organização do mercado físico.

4 - PLANOS DE SAFRA: 1995/96 A 1998/99, ENCARGOS E DIRETRIZES¹⁷

Com o Plano de Safra 1995/96, o governo implantou um modelo de política para a agricultura que vem se mantendo praticamente

estável até o presente momento, sendo que ao longo desse período foram adicionados alguns ajustes e medidas complementares, visando atingir as metas propostas.

A evolução dos encargos financeiros do crédito rural oficial, segundo as modalidades de financiamento (Tabela 4), bem como dos limites de financiamento (Tabela 5) serão analisados dentro dos subitens apresentados a seguir.

O anúncio do **Plano de Safra 1995/96**, lançado em meio à crise do setor, revelou a nova forma de distribuição de crédito, mantida no seu formato básico inclusive para a safra 1998/99. As Resoluções BACEN nº 2.164, de 19/06/95 e nº 2.167, de 09/08/95, definiram as regras de aplicação em crédito rural dos recursos sujeitos ao seu controle, os chamados "recursos controlados", bem como os limites de crédito por beneficiário e produtos amparados. Ressalte-se que o resgate da dívida anterior era pré-requisito para o acesso aos recursos controlados disponibilizados na safra 1995/96.

Pela primeira vez, depois de muitos anos, as taxas de juros do crédito rural foram pré-fixadas em 16% ao ano, levando a uma aplicação cautelosa dos recursos. De um lado, porque parte deles seriam equalizados pelo Tesouro, devido ao descasamento entre captação e aplicação, além da incerteza com relação ao comportamento da inflação, bem como porque a situação geral de descapitalização e a taxa de juros pré-fixada induziam a um aumento de demanda (Tabela 4).

Esse conjunto de limitações para acesso aos recursos controlados pelo Banco Central estão refletidos nas regras de aplicação: apenas em operações de custeio e Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV), ou seja, por curto espaço de tempo; de acordo com limites de recursos estabelecidos por beneficiários e fixados em: R\$150 mil para os principais produtos domésticos: arroz, feijão, mandioca, milho e trigo; R\$300 mil para algodão, como incentivo à cultura e para tentar corrigir os erros cometidos com esse mercado; e R\$30 mil para outros produtos, inclusive pecuária.

Além dos recursos controlados existem outras fontes de recursos, com encargos livremente pactuados entre as partes. No entanto, dada a política monetária fortemente restritiva, os

¹⁷Para a execução deste texto foram utilizadas informações dos artigos Prognóstico Agrícola 1994/95, 1995/96, 1997/98, publicados na revista *Informações Econômicas*, São Paulo, set. 1994; set. 1995; ago. 1997.

TABELA 4 - Encargos Financeiros do Crédito Rural, Safras 1995/96 a 1998/99

Fonte de recursos	Encargos financeiros			
	Safra 1995/96	Safra 1996/97	Safra 1997/98	Safra 1998/99
Recursos controlados ¹	16% a.a.	12% a.a.	9,5% a.a.	8,75% a.a.
Exigibilidade (MCR 6.2)				
Operações Oficiais de Crédito - OOC				
Equalizáveis:				
- Fundo de Amparo ao Trabalhador				
- Cardeneta de Poupança Rural (MCR 6-4)				
- Fundo de Investimento Extramercado (FAE)				
PRONAF				
- Custeio	16% a.a.	9,0 %a.a.	6,5% a.a.	5,75% a.a.
- Investimento	16% a.a. ²	(TJLP + 6% a.a.)/2	(TJLP + 6% a.a.)/2	
FINAME agrícola ³	16% a.a.	16% a.a.	14,5% a.a.	11,95 % a.a.

¹Resolução BACEN nº 2.295, de 28/06/96, e Resolução BACEN nº 2.402, de 25/06/97.

²A taxa de juros de 16% a.a. é válida para os primeiros 12 meses, devendo ser repactuada anualmente de forma a manter a mesma proporcionalidade entre a TJLP vigente na data de contratação e a taxa de juros vigente para o primeiro ano (Resolução BACEN nº 2.191, de 24/08/95).

³Financiamentos de máquinas e equipamentos.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

TABELA 5 - Limites de Crédito por Beneficiário para Custeio e EGF/SOV ao Amparo dos Recursos Controlados, Safras 1995/96 a 1998/99

Produto	Condições/destinação	Limite de crédito			
		Safra 1995/96	Safra 1996/97	Safra 1997/98	Safra 1998/99
Algodão	Custeio e EGF/SOV	Até R\$300 mil	Até R\$300 mil	Até R\$300 mil	Até R\$300 mil
Arroz, feijão mandioca, milho e trigo	Custeio e EGF/SOV	Até R\$150 mil ¹	Até R\$150 mil ¹	Até R\$150 mil ¹	Até R\$150 mil ¹
Soja	Custeio e EGF/SOV	Até R\$30 mil	Até R\$30 mil	Até R\$40 mil Até R\$100 mil ²	Até R\$40 mil Até R\$100 mil ²
Qualquer produto, inclusive pecuária	Custeio e EGF/SOV; são beneficiários apenas os produtores com no mínimo 80% da sua renda bruta proveniente da atividade agropecuária	Até R\$30 mil	Até R\$30 mil ³	Até R\$40 mil ³	Até R\$40 mil ³

¹Deste valor, deve ser deduzida a metade do valor do crédito concedido para algodão.

²Quando destinada ao custeio e EGF/SOV, exclusivamente nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

³Pode ser utilizada a modalidade de crédito rotativo, que significa que o tomador poderá acumular dívidas até o limite estipulado.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

encargos financeiros cobrados são muito elevados em relação à taxa de retorno da maioria das atividades econômicas, principalmente para a agricultura que convive com variações de renda elevadas.

Para contornar essa situação e aumentar a oferta de crédito, o CMN autorizou a captação de recursos externos para o financiamento do setor, a partir de 1995, quando da regulamentação das Resoluções BACEN nº 2.148, de 16/03/95 e nº 2.167, de 09/08/95. Segundo informações dos bancos, o custo financeiro desses recursos para o tomador final situou-se em torno de 19% ao ano na safra 1995/96.

A safra 1995/96 foi também um marco na opção governamental por uma política de distribuição de crédito seletiva, através de programas especiais, como o PRONAF, o PROGER-Rural e o PROCERA, direcionados a assistir e promover a agricultura familiar, pequenos produtores e assentados, oferecendo recursos a taxas favorecidas.

No caso do PROGER-Rural, que tem no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sua principal fonte de recursos, o limite por beneficiário foi estabelecido em R\$30 mil, com taxa de juros de 16% ao ano. O PRONAF previu aplicações de custeio e investimento também com taxas de 16% ao ano. No caso dos investimentos, o limite foi de R\$10 mil por beneficiário ou R\$50 mil para o crédito coletivo (devendo obedecer o limite individual por beneficiário) e, para o custeio, foi de R\$5 mil por beneficiário. Os recursos são provenientes do FAT e de 20% dos recursos da exigibilidade, segundo determinação do CMN (Resolução BACEN nº 2.191, de 24/08/95).

O **Plano de Safra 1996/97** não apresentou grandes alterações, com relação ao divulgado na safra anterior, consideradas as linhas básicas da política para o setor. As principais medidas adotadas incluíram o aumento no percentual obrigatório sobre os depósitos à vista a serem aplicados na agricultura de 17% para 25%¹³ e a redução da taxa de juros de 16% para 12% ao ano para operações amparadas por financiamentos com recursos controlados de crédito rural (Tabela 4).

Os recursos controlados destinaram-se

ao custeio agropecuário diretamente ao produtor ou repassado por suas cooperativas, de acordo com os limites estabelecidos por finalidade e produtor, que se mantiveram inalterados com relação à safra anterior, e às operações de EGF/SOV dos produtos amparados pela PGPM e para sementes. Atenderam também a integralização de cotas-parte de cooperativas e operações de pré-custeio para produtores e cooperativas pelo prazo de 90 dias, permitindo que fossem transformadas em operação normal de custeio.

A introdução do crédito rotativo para pequenos agricultores até o limite de R\$30 mil, para qualquer atividade agropecuária, foi uma das novas medidas adotadas e visou facilitar e desburocratizar a obtenção do crédito por parte do produtor, conferindo flexibilidade de movimentação dos recursos contratados.

A redução média de 8% para as taxas do PROAGRO¹⁹, considerada bastante significativa, para lavouras conduzidas em áreas consideradas adequadas pelo zoneamento da EMBRAPA, e a isenção do ICMS nas exportações de produtos de origem agrícola foram importantes medidas de desoneração do setor e conseqüente estímulo às exportações.

Nesta safra, houve a extinção da equivalência-produto no crédito rural em geral, uma das grandes conquistas do setor que via nesse sistema a solução para seus problemas de descasamento entre ativos e passivos. A partir desta safra foi admitida apenas para pagamento das parcelas da dívida e nas operações no âmbito do PRONAF.

No caso do PRONAF, na finalidade investimento, o valor máximo financiado foi aumentado em 50% e passou a ser de R\$15 mil por beneficiário e R\$75 mil para o crédito coletivo (devendo obedecer o limite individual por beneficiário) com encargo financeiro equivalente a TJLP mais 6% ao ano, com rebate de 50% do valor dos encargos devidos por ocasião de sua liquidação; para o custeio o limite de financiamento manteve-se em R\$ 5 mil por beneficiário, com taxa de juros de 9% ao ano, ficando mantida, nesse caso, equivalência-produto. Houve, também, aumento na oferta de recursos para a agricultura familiar.

Para o PROCERA, as regras estabele-

¹³Os aumentos foram parcelados em acréscimos mensais de 1%, entre agosto/96 e janeiro/97.

¹⁹Para maiores detalhes sobre o PROAGRO consultar o tópico de Seguro Rural apresentado neste documento

ceram o limite por contratante de R\$1 mil para custeio e R\$7,5 mil para investimento, com taxa de juros de 12% ao ano, admitindo o desconto de 50% sobre o saldo da dívida, desde que os prazos estabelecidos para o pagamento fossem respeitados.

Dois anos após a crise da agricultura em 1995, o **Plano de Safra 1997/98** foi anunciado, contendo medidas mais favoráveis que as que vigoraram para o ano agrícola anterior. Entre elas destacaram-se: o aumento do volume de recursos e nova redução dos encargos nos financiamentos com recursos controlados, de 12% ao ano para 9,5% ao ano para custeio e EGF-SOV e o aumento do limite de financiamento para todas as culturas, inclusive pecuária, de R\$30 mil para R\$40 mil (Tabelas 4 e 5). No caso da soja, nas Regiões Centro-Oeste e Norte, o limite de financiamento para o custeio passou a ser de R\$100 mil, revelando um estímulo ao plantio da soja nas regiões de fronteira, visando melhorar o desempenho das exportações. Foram, também, consolidadas as regras de adesão ao PROAGRO com base no zoneamento agrícola e dado estímulo ao plantio direto, via redução de alíquotas deste seguro.

O saldo das aplicações com recursos externos em 30 de junho de 1998, de acordo com a Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), exceto Banco do Brasil, foi de R\$2,1 bilhões contra R\$2,0 bilhões em 30 de junho de 1997, refletindo o mesmo nível de aplicações. No entanto, relativamente ao saldo total de aplicações na mesma data, verificou-se uma redução na participação destes recursos de 20,3% para 17,9%, que, de qualquer forma, revela a importância desta fonte de recursos para o setor.

Com relação ao PRONAF, as principais medidas referiram-se ao aumento na oferta de recursos para a aplicação nas operações de custeio e investimento, bem como à redução na taxa de juros para estas finalidades, que foram estabelecidas em 6,5% ao ano e 6% ao ano mais a TJLP²⁰, respectivamente, e a criação da modalidade de crédito-rotativo para o custeio através da Resolução BACEN nº 2.410, visando facilitar e garantir o acesso do produtor familiar ao crédito. Além disso, o Programa passou a amparar as atividades de pesca de captura,

aqüicultura e extrativismo.

No caso do PROCERA, houve também redução da taxa de juros, de 12% ao ano para 6,5% ao ano, admitindo-se o rebate de 50% no principal e nos juros, resultando numa taxa efetiva de 3,25% ao ano, e as dívidas vencidas ou a vencer em 1997, comprovada a incapacidade de pagamento, tiveram seu prazo dilatado por mais dois anos. O limite de financiamento para o custeio e investimento foi mantido, respectivamente, em R\$1 mil e R\$7,5 mil. No entanto, os prazos de pagamento das novas operações de custeio foram estendidas de 7 para 8 a 10 anos.

No PROGER-Rural as operações de custeio puderam ser financiadas até o limite de 70% da receita prevista, com taxa de juros de 9,5% ao ano e prazo máximo de pagamento de 2 anos, conforme o ciclo produtivo da cultura, para o custeio agrícola, e de 1 ano para o pecuário. No caso dos investimentos, o limite foi de 100% do valor e os encargos financeiros corresponderam a TJLP mais 6% ao ano com financiamento em até 3 anos, com carência de até 18 meses. O somatório das operações de custeio e de investimento ao amparo do PROGER foi limitado ao teto de R\$48 mil por beneficiário. O teto para as operações de custeio foi de R\$30 mil. No caso dos investimentos, pode alcançar R\$150 mil, quando para empreendimentos coletivos, limitado, porém, a R\$30 mil por participante.

Outras medidas anunciadas referiram-se à política de investimentos. Através da Resolução BACEN nº 2.402, de 25/06/97, admitiu-se que os recursos controlados oriundos da exigibilidade, com taxas de juros de 9,5% ao ano, fossem aplicados em operações de investimentos fixo ou semi-fixo por um prazo de até dois anos até R\$40 mil por beneficiário/ano civil, independente do crédito obtido para outras finalidades.

Os financiamentos de investimentos formalizados pelo BNDES, via FINAME²¹, sofreram alterações com o aumento do limite financiável de 70% para 100% do valor do bem a ser adquirido, e redução do custo financeiro comparado aos anos anteriores, basicamente em função da redução da Taxa de Juros de Longo Pra-

²⁰Resolução BACEN n.2.402, de 25/06/97.

²¹Agência Especial de Financiamento Industrial do BNDES

zo (TJLP)²² e de alterações do *spread* do banco²³. A soma dos *spreads* básico e de risco, nas operações diretas com o BNDES, que variava de 3,5% a 6% ao ano, caiu para 1% a 5% ao ano. O *spread* básico passou a ser de 2,5% nas operações em geral e de 1% a.a. nas especiais, que o BNDES desejou estimular. O *spread* máximo de risco foi reduzido de 3% para 2,5%. O prazo total máximo de amortização foi estabelecido em 7 anos, com prestações anuais ou semestrais.

Para os financiamentos formalizados a partir de 25/06/97, destinados à aquisição de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas e manutenção/recuperação de máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, com base nos recursos administrados pelo BNDES, o Banco Central, através da Resolução nº 2.401, fixou a taxa de juros em 14,5% ao ano, contra 16,0% ao ano no ano anterior, e prazos de até cinco anos e amortizações semestrais ou anuais. Especificamente no caso dos financiamentos para manutenção e recuperação de máquinas, tratores e equipamentos, houve uma extensão do prazo de 18 meses para cinco anos, antes restrito à aquisição desses bens.

4.1 - Plano de Safra 1998/99

O Plano de Safra 1998/99 foi lançado este ano em 17 de junho, sob a meta da geração de empregos e do aumento da produção de grãos para 100 milhões de toneladas, até o ano 2000. Com esse objetivo, entre outras medidas, o Governo anunciou um maior volume de recursos a serem aplicados a uma taxa de juros menor, com relação à safra 1997/98. Foram previstos R\$10,0 bilhões para o custeio e comercialização, 37% superior, em termos nominais, aos recursos aplicados na safra passada, que foram

²²A TJLP é reajustada trimestralmente e mostrou evolução declinante. No trimestre junho/agosto de 1997, o valor definido foi de 10,15%, inferior ao do mesmo período do ano anterior, de 15,44%.

²³O custo de operação é formado pela soma da TJLP, de um *spread* básico e de um *spread* de risco. Nas operações entre instituições financeiras credenciadas e o cliente, o *spread* de risco é negociado entre as partes. Nas operações diretas com o BNDES, esse valor pode atingir até 2,5% a.a., podendo ser reduzidos quando os investimentos incluem melhoria da qualidade do emprego.

de R\$7,3 bilhões. Neste valor estão incluídos R\$2,05 bilhões para o PRONAF, a serem distribuídos entre as finalidades custeio e investimento, volume 27% maior, em termos nominais, em relação aos R\$1,6 bilhão aplicados no ano agrícola anterior.

O Banco do Brasil tem participação fundamental no financiamento do setor agropecuário. Ao longo dos últimos dez anos, foi responsável, em média, por 71,7% do total de recursos aplicados (Figura 2).

Para a safra 1998/99, a estimativa de disponibilidade de recursos para aplicação em crédito rural pelo Banco do Brasil é de R\$8 bilhões, provenientes das várias fontes atualmente utilizadas para esse fim. Comparada ao total de aplicações na safra anterior (julho/97 a junho/98), de R\$5,0 bilhões, a atual estimativa revela um acréscimo de 60% para o total dos recursos (Figura 3).

As principais fontes são o FAT, os recursos obrigatórios (MCR-6.2) e a Poupança Ouro, que juntas perfazem R\$4,7 bilhões, ou 58,75% do total estimado. Esse volume de recursos representam também a maior parte dos recursos controlados, a serem aplicados a taxas preferenciais de 8,75% ou 5,75% ao ano, dependendo da destinação, segundo o programa ou finalidade. No período anterior, através destas mesmas fontes foram aplicados pouco mais de R\$4 bilhões, equivalentes a 60% do volume total.

De acordo com as informações do Banco do Brasil estão previstas aplicações de R\$1,3 bilhão no PRONAF, 64% do volume anunciado para todo o sistema, R\$700 milhões no PROGER-Rural e R\$150 milhões no PROCERA, que não tiveram estimativas de aplicações divulgadas pelo governo.

A aplicação de recursos externos, como no ano anterior, mantém posição de destaque, sendo prevista a aplicação de R\$800 milhões (10% do total) contra R\$595 milhões na safra anterior (12% do total). Neste caso, a estimativa pode revelar-se superestimada em função da crise que envolve a economia mundial, tornando muito arriscada e de alto custo a captação de recursos no mercado internacional com variação atrelada ao dólar.

Para as aplicações com recursos controlados do crédito rural, houve redução das taxas de juros de 9,5% ao ano para 8,75% ao ano, da safra anterior para a atual, sendo que para

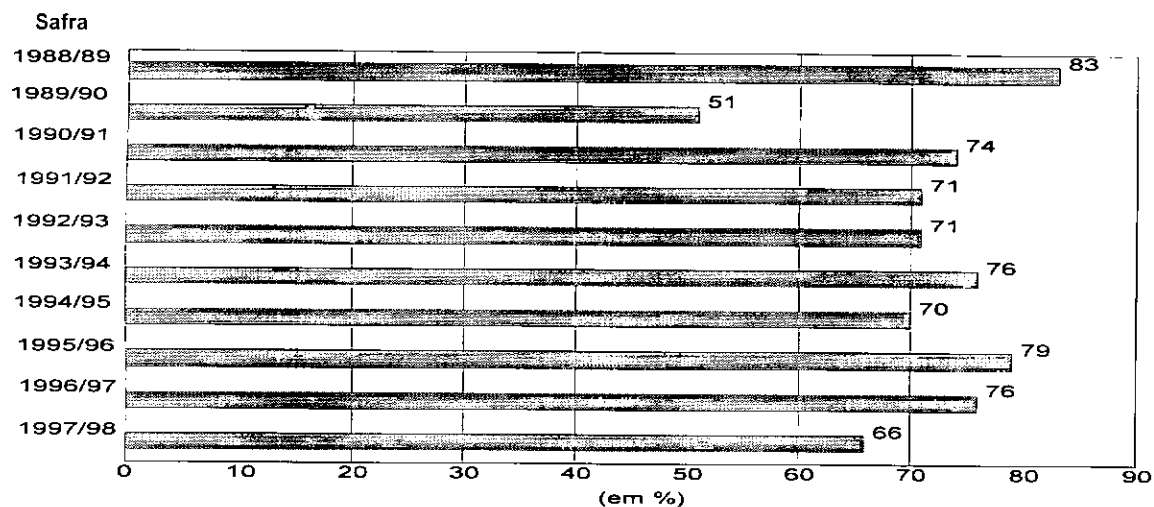


Figura 2 - Participação do Banco do Brasil no Sistema Nacional de Crédito Rural, 1988/89 a 1997/98.

Fonte: Banco do Brasil.

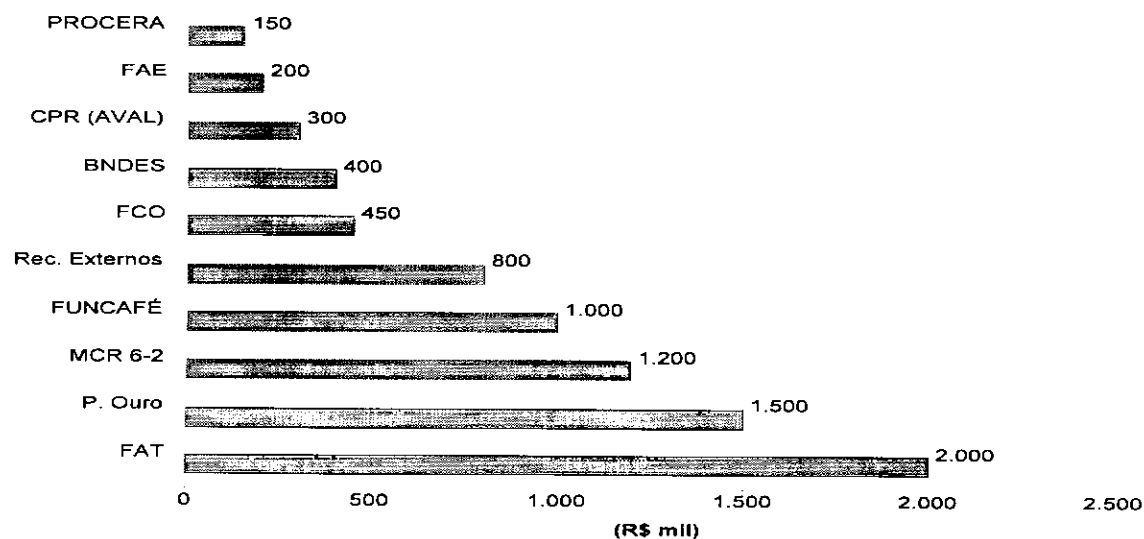


Figura 3 - Estimativa de Disponibilidade de Recursos para Aplicação em Crédito Rural pelo Banco do Brasil.

Fonte: Banco do Brasil.

os recursos do PRONAF, que visam atender os pequenos produtores, as taxas caíram de 6,5% para 5,75% ao ano, no caso do custeio, tendo sido mantidas as mesmas regras da safra 1997/98 na linha de investimento do PRONAF. A manutenção das regras também ocorreu no caso do PROGER Rural, sendo a novidade o PROGER Rural Rotativo²⁴, criado nos moldes do

PRONAF Rotativo. Neste caso, o limite de financiamento para o custeio agrícola e pecuário é de R\$15 mil por beneficiário, com encargos financeiros de 8,75% ao ano (podem sofrer alterações determinadas pelo CMN) e prazo máximo de 2 anos, passível de renovação.

Os limites de financiamento nas operações de custeio e EGF/SOV foram mantidos em R\$300 mil para o algodão; R\$150 mil para arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo; R\$100 mil para soja no Centro-Oeste e Norte; e R\$40 mil para

²⁴Resolução CMN/BACEN n° 2.508, de 17/06/98.

os demais custeios agrícolas e pecuários, para produtores com no mínimo 80% da sua renda bruta anual proveniente da atividade agropecuária. Apenas no caso de custeio de avicultura e de suinocultura integradas houve aumentos nos limites de financiamento (com recursos das exigibilidades) que passaram, respectivamente, de R\$6 mil para R\$10 mil, e de R\$6 mil para R\$15 mil. Como no ano anterior, será permitido ao beneficiário o financiamento para mais de um produto ou finalidade e em faixas distintas, observados os respectivos tetos, desde que respeitado o limite da faixa de crédito de valor superior em que aparecer como tomador do empréstimo²⁵.

Outra medida relevante é o alongamento do prazo para o reembolso de financiamentos de custeio das lavouras de algodão, arroz, milho, soja e sorgo. A primeira parcela que vence 30 dias após a colheita, passará a vencer após 60 dias e o restante que poderia ser pago em até 90 dias, poderá ser pago em 5 parcelas iguais e sucessivas, sendo que a última deverá ser paga no máximo em outubro (ou em janeiro, quando a colheita ocorrer no segundo semestre), dando mais folga ao produtor para comercializar sua produção que poderá, também, ser realizada em parcelas mensais, possibilitando uma melhor adequação entre a oscilação dos preços e a necessidade de pagamento da dívida de custeio.

Pelas regras do novo Plano de Safra, o financiamento de pré-custeio para a aquisição de insumos (com recursos das exigibilidades) até R\$40 mil está isento da especificação da cultura. Ainda pouco utilizado pelos produtores, essa modalidade de financiamento permite ao agricultor reduzir os seus custos através da compra antecipada de insumos, evitando o pico de preços dos mesmos e do transporte, que ocorre, normalmente, em outubro.

Outra medida inclui a flexibilização no uso dos 5% de recursos provenientes das exigibilidades reservados para o desconto de Nota Promissória Rural (NPR) e Duplicata Rural (DR) que, na atual safra, poderão ser utilizadas para o financiamento de custeio de lavouras, sem limite por produto ou produtor. A redução do prazo mínimo de operações com Certificado de

Depósito Interbancário (CDI) de 180 dias para 60 dias teve como objetivo estimular os agentes financeiros em condições de aplicar no crédito rural, a captarem recursos de outros bancos, melhorando o nível de aplicações das exigibilidades.

As mudanças no âmbito dos instrumentos de comercialização avançaram na direção do fortalecimento das operações via mercado. Uma das medidas permite que os ajustes diários em mercados futuros possam ser feitos com recursos externos, criando uma alternativa para sanar a falta de fluxo de capital ao longo do ano, característica do setor, bem como para os recursos a juros de mercado, mais elevados, ou próprios, antes as únicas opções para esse fim. A outra medida visa incrementar a comercialização de arroz, milho e algodão, das safras 1998/99 e 1999. O governo permitiu que sejam destinados até 5% dos recursos das exigibilidades para o financiamento às indústrias na compra de CPR destes produtos. A medida constitui-se em grande estímulo à utilização destes papéis, visto que o custo financeiro passa a ser de 8,75% ao ano contra 12% a 19% ao ano dos recursos externos, uma das únicas fontes utilizadas para esse fim na safra anterior. Os preços mínimos e as regras para EGF/SOV não sofreram alteração conforme comentado anteriormente.

Com relação aos investimentos, no Plano de Safra 1998/99, foram anunciados recursos de R\$1,0 bilhão. Este volume inclui os recursos destinados ao Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo, com uma linha de R\$500 milhões, oriundos do BNDES, para financiamentos destinados à correção do solo a taxas de 8,75% ao ano (equalizáveis pelo Tesouro), com cinco anos para pagamento e dois de carência. A previsão de aplicação é de R\$200 milhões ainda em 1998 e o restante no ano seguinte. A proposta é manter uma linha permanente para esta finalidade, financiando a aquisição, frete e aplicação de corretivos agrícolas, com o objetivo de aumentar a produtividade. Segundo as estimativas governamentais, deverá ser suficiente para a calagem em 6,5 milhões de hectares, equivalentes a 18% da área cultivada com grãos. Este Programa atende a todos os produtores rurais, mediante a apresentação de comprovantes da análise de solo, recomendação agrônômica e notas fiscais, até o limite de R\$40 mil por beneficiário, independentemente de

²⁵Deste valor, deve ser deduzida a metade do valor do crédito concedido para algodão.

outros empréstimos no sistema de crédito rural a taxas de juros controladas, estabelecido para permitir melhor distribuição e acesso aos recursos.

A parcela restante dos recursos controlados para essa finalidade poderá ser aplicada em investimentos fixos e semi-fixos até o limite de R\$40 mil por beneficiário por ano, com prazo de 2 anos para pagamento. A novidade está na redução dos encargos financeiros para 8,75% ao ano e na possibilidade de reajuste da taxa contratada para a safra 1998/99, durante o período de vigência da operação. Ou seja, caso haja alterações dos encargos financeiros estabelecidos para os recursos controlados do crédito rural, estas incidirão, também, nas parcelas ainda não quitadas dos financiamentos de investimentos já contratados²⁶. A idéia é estimular os agentes financeiros a aplicar recursos na modalidade investimento, cujas operações são de médio e longo prazos.

Outras operações de investimento contam com recursos do BNDES/FINAME Agrícola e BNDES AUTOMÁTICO. Os financiamentos de investimentos formalizados pelo BNDES, via FINAME²⁷, destinados a aquisição de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas e manutenção/recuperação de máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, a partir da atual safra, passaram a incluir, também, equipamentos relacionados com armazéns agrícolas. Outra alteração se deu com relação à taxa de juros que foi estabelecida em 11,95% ao ano (Resolução BACEN nº 2.528, de 30/07/98), contra 14,5% ao ano na safra anterior (Tabela 4). No caso do BNDES AUTOMÁTICO, não houve alterações no tocante ao custo financeiro²⁸, aos prazos e às finalidades. No entanto, nas duas linhas houve redução da participação do BNDES no valor a ser financiado que passou a ser de 70% no caso de produtores rurais pessoa física e de 60% nos demais casos (Carta Circular FINAME nº 10/98, de 22/09/98).

²⁶Resoluções BACEN nº 2.402, de 25/06/97, e nº 2.506, de 17/06/98.

²⁷Resoluções BACEN nº 2.314, de 17/09/96; nº 2.339, de 05/12/97; nº 2.401, de 25/06/97; e nº 2.435, de 21/10/97.

²⁸Carta Circular DEPOC/FINAME 01/97, de 05/08/97.

5 - POLÍTICA DE PREÇOS E COMERCIALIZAÇÃO

A crise enfrentada pela agricultura em 1995, causada em grande parte pelo excesso de oferta, remete à análise da PGPM e dos instrumentos de comercialização disponíveis para o setor, no período compreendido entre as safras 1995/96 e 1997/98.

Assim, a seguir, serão comentadas as principais alterações na política de preços mínimos para as safras 1995/96 a 1997/98 e as propostas para a safra que está se iniciando, bem como os novos instrumentos de comercialização.

5.1 - Preços Mínimos

Os preços mínimos para as safras 1995/96 a 1998/99, na sua maioria, não sofreram grandes alterações em termos nominais e foram, para a maioria dos produtos, definidos com valores superiores ou iguais aos fixados para a safra imediatamente anterior (Tabela 6). No entanto, considerada a variação de 27,00% entre junho de 1995 e junho de 1998 do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas, constata-se que houve uma redução significativa para os preços mínimos em termos reais (Tabela 6).

Para a safra 1995/96, os preços mínimos, em relação aos da safra anterior, foram definidos com correções abaixo da variação do índice de preços pagos pelos agricultores. As variações nominais foram positivas para: algodão em caroço (7,97%) e feijão (6,67%); e negativas para milho (-5,06%) e mandioca raiz (-5,88%). No caso do arroz (irrigado e de sequeiro) e soja, os preços mínimos nominais não sofreram alterações²⁹.

Ainda na safra 1995/96, houve redução dos limites de financiamento pelo sistema de equivalência-produto de R\$240 mil para R\$30 mil por beneficiário, tendo sido mantido o grupo de produtos amparados (algodão, arroz, feijão, mandioca, milho, trigo e soja).

²⁹TSUNECHIRO, Alfredo et al. Prognóstico agrícola, 1995/96: algodão, amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho, soja. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.25, n.9, p.13-71, set. 1995.

TABELA 6 - Preços Mínimos, Safra de Verão, 1995/96 a 1998/99

Produto	Início da operação 1998/99	Unidade	Unidades da Federação/Regiões amparadas (Safra 1998/99)	1995/96 (R\$/u.)	1996/97 (R\$/u.)	1997/98 (R\$/u.)	1998/99 (R\$/u.)
Algodão							
Caroço	Fev./99	15kg	Brasil	5,96	6,50	7,00	7,00
Pluma	Fev./99	15kg	Sul, Sudeste, CO e Bahia-Sul	-	23,15 ¹	24,50 ¹	24,50
Arroz em casca							
Irrigado	Fev./99 ²	50kg	Brasil	10,02	10,53	10,53	10,53
Sequeiro	Fev./99 ³	60kg	Sul, Sudeste, CO-exceto MT e NE MT e TO Norte - exceto TO	8,85 8,54 8,06	9,30 8,97 8,46	9,30 8,97 8,46	9,30 8,97 8,46
Feijão em cores	Nov./98 Abr./99	60kg 60kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste Rondônia	24,00 -	25,20 24,00	26,00 24,00	26,00 24,00
Mandioca							
Raiz	Jan./99	1t	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	24,00 ¹	24,00	25,00	25,00
Farinha	Jan./99	50kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	-	7,40	7,70	7,70
Fécula	Jan./99	1kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	-	0,22	0,229	0,23
Milho							
	Fev./99 ⁴	60kg	Sul, Sudeste, TO, Bahia-Sul, Sul do MA e Sul do PI GO, MS e DF MT, AC e RO	6,00 ⁵ 5,70 ⁶ 5,40 ⁷	6,70 6,70 6,30	6,70 6,50 6,00	6,70 6,50 6,00
Soja	Fev./99	60kg	Sul, Sudeste e CO - exceto MT MT, PA, TO e Nordeste AM, AC e RO	8,14 7,73 7,32	8,88 8,43 7,98 ⁸	9,50 9,00 8,50	9,50 9,00 8,50
Sorgo	Fev./99	60kg	Sul, Sudeste, CO e Bahia-Sul	4,20 ⁹	4,68	4,69	4,69

¹Brasil.

²Válido para áreas irrigadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste - set./98; MS, PR, SC e SP - jan./99.

³Roraima - set./98.

⁴SC e RS - jan./99.

⁵Sul, Sudeste, CO (exceto MT) e Bahia-Sul.

⁶MT e TO.

⁷AC e RO.

⁸Exceto o AM.

⁹Valor de financiamento.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O Plano de Safra 1996/97 anunciou medidas que tornaram a comercialização mais arriscada, entre elas a extinção da equivalência-produto nos financiamentos de custeio para os produtores em geral, que passaram a restringir-se aos financiamentos enquadrados no PRONAF e para pagamento das parcelas da dívida securitizada; condicionamento da utilização dos EGF/COV à autorização do CMN; e a suspensão do sistema de transformação automática de créditos de custeio em EGF/SOV por ocasião do vencimento do prazo de financiamento. Por outro lado, houve a criação do contrato de opção de venda como instrumento complementar a PGPM, ainda que restrito a poucos produtos. As alterações nos preços mínimos foram pouco significativas.

No ano safra 1997/98, o maior aumen-

to de preços, em termos nominais, ocorreu para o algodão, equivalente a 7,7% para o caroço e a 5,83% para a pluma, com o objetivo de apoiar o novo ciclo da cultura algodoeira. A soja recebeu aumento do preço mínimo de 6,52% a 6,98%, conforme a região. As Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, exceto Mato Grosso, receberam o maior aumento, resultando num preço mínimo de R\$9,50 contra R\$8,88 por saca na safra 1996/97. No caso da mandioca, a variação dos preços foi pouco superior a 4% para a raiz, farinha e fécula. O preço mínimo do feijão recebeu aumento de 3,17% apenas para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Já no caso do arroz, não houve qualquer reajuste no preço mínimo, que foi mantido em R\$10,53/sc.50kg para o arroz irrigado e em R\$9,30/sc.60kg para o arroz de sequeiro no Centro-Sul. Para a cultura do mi-

lho, o preço mínimo foi reduzido, em comparação aos vigentes na safra 1996/97, nos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Acre e Rondônia e mantido no restante do País em R\$6,70 (Tabela 6). Os novos valores fixados tornaram claro o desestímulo à cultura do milho, principalmente nas regiões de fronteira, onde o preço de mercado não evoluiu para patamares acima do mínimo definido.

Os dados da CONAB para aquisições e empréstimos do governo federal (AGF e EGF), referentes à posição em 30/06/97, refletiam bem a situação enfrentada no cultivo de milho e de arroz. As compras realizadas através de AGFs, para produtos da safra 1996/97, totalizaram 2.224 mil toneladas, concentradas nas aquisições de milho (96,5%) e arroz (3,4%). Através da concessão de EGFs, foram financiadas 866,5 mil toneladas de produtos, sendo 51,8% de milho, 36,9% de soja e 9,1% de arroz.

Desta forma, a atuação do governo através de AGFs e EGFs, restrito quase que exclusivamente ao financiamento da comercialização de milho, representou 7,1% da produção nacional deste produto na safra 1996/97, de 36,6 milhões de toneladas. Considerando-se também os contratos de opção, por meio do qual foram negociadas 1,02 milhão de toneladas, a participação do governo na comercialização da safra de milho sobe para 9,9%.

Os preços mínimos estabelecidos para a safra 1998/99 não sofreram reajustes, dado que, segundo o governo, estão consistentes com os parâmetros de mercado, num cenário de estabilidade econômica. Com relação a outras medidas, permanecem vigentes as da safra anterior.

As Aquisições e Empréstimos do Governo Federal (AGF e EGF), referentes à posição em 30/06/98 para os principais produtos, resultam num estoque de 4,5 milhões de toneladas, concentrados nos produtos milho (81,46%) e arroz (12,24%). Em ambos os casos, a predominância é de AGFs (no caso do milho, AGFs da safra 1996/97 na Região Centro-Oeste, 29,21%). O estoque referente à safra 1997/98 e 1998 de AGFs e EGFs somam 405,9 mil toneladas, equivalentes a 8,90% do estoque total.

No período em análise, uma das principais alterações relativas à comercialização das safras foi a contínua redução na taxa de juros para financiamento de EGF/SOV, quando ampa-

rados pelos recursos controlados, e o aumento, a partir da safra 1997/98, dos limites de financiamento dos produtos para cada beneficiário/safra, que são os mesmos do custeio. Os limites não são acumulativos, de forma que o beneficiário pode obter financiamento para mais de um produto ou finalidade e em faixas diferentes, desde que observados os respectivos tetos e o limite da faixa de crédito de valor superior em que aparecer como tomador.

A partir da safra 1996/97, as indústrias, beneficiadores e cooperativas de produtores rurais, que industrializam ou beneficiam seus produtos também foram autorizadas a fazer EGFs³⁰, desde que com aquisição da matéria-prima diretamente de produtores rurais e suas cooperativas, por preço nunca inferior ao mínimo fixado e até 50% da capacidade de industrialização/transformação³¹ durante o período operacional, compreendido entre a contratação e vencimento do EGF-SOV.

As operações de AGF serão asseguradas aos produtores em dois casos: para os beneficiários do PRONAF que optarem pela liquidação do financiamento mediante a entrega do produto e para o pagamento das parcelas da dívida securitizada. Fica mantida a utilização da AGF em casos especiais.

Além das alterações citadas acima, surgiram os contratos de opção e o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) que serão abordados a seguir.

5.2 - Contrato de Opções

Os contratos de opção³² constituem-se numa alternativa para a comercialização da produção e têm como principal característica ser um mecanismo de seguro de preços. Nesse sentido,

³⁰Na safra 1997/98 eram amparados os produtos: algodão, alho, amendoim, castanha de caju, cera de carnaúba, farinha e fécula de mandioca, girassol, juta/malva, mamona, milho, sisal e trigo. A partir da safra 1998/99, foram acrescentados arroz, aveia, canola, guaraná, sorgo e triticale.

³¹No caso de cevada e uva, os limites são definidos pelas partes contratantes.

³²Uma descrição mais detalhada da forma de operacionalização dos contratos de opção constam em TSUNECHIRO, Alfredo. Prognóstico Agrícola 1996/97: algodão, arroz, feijão, milho, soja. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.26, n.8, p.51-102, ago. 1996.

o governo lançou, na safra 1996/97, os contratos de opção de venda, que dão ao produtor que compra um contrato de opção de venda através do pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de vender a sua produção ao governo, numa data futura, a um preço previamente fixado, chamado preço de exercício. O governo, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), é o vendedor do contrato, também chamado de lançador da opção, assumindo as obrigações contidas no contrato e o risco da operação. Para tanto, recebe o prêmio para cobrir o seu risco.

O lançamento do contrato de opção deve ocorrer sempre que o preço pago aos produtores estiver abaixo do preço mínimo, devendo, portanto, ser ofertado na safra para resgate na entressafra de cada produto.

Os contratos de opção são oferecidos através de leilão público, realizado através do sistema integrado de bolsas de mercadorias já utilizado para a venda de estoques públicos. O aviso específico do contrato informa o produto objeto de opção, o preço de exercício, a quantidade de contratos a serem oferecidos, a data, o local, o horário e a forma de acesso aos interessados no leilão, as datas de vencimento dos contratos, as praças ou regiões onde o produto poderá ser entregue e a lista de armazéns credenciados para a operação.

Inicialmente foi previsto o lançamento de contratos para os produtos milho, trigo, arroz (cada contrato equivalente a 27 toneladas) e algodão (cada contrato equivalente a 12,75 toneladas). No entanto, devido às condições de mercado existentes em 1997, quando o preço dos produtos, à exceção do milho, situavam-se acima dos preços mínimos vigentes, decidiu-se pelo lançamento apenas do contrato de opção de venda do milho³³.

Até a presente safra, apenas o milho foi contemplado, apesar da surpreendente aceitação por parte dos produtores, verificada pelo volume de contratos adquiridos. O lançamento de contratos de opção para os demais produtos já previstos está na dependência da avaliação da oportunidade do lançamento pela CONAB e Secretaria de Política Agrícola.

Os leilões para a venda de opções de milho passaram a ocorrer a partir de março, estendendo-se até junho de 1997. Os primeiros ocorreram em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Estados onde os preços no mercado a vista estavam deprimidos. Com o sucesso das operações e a necessidade de sustentação de preços em outras regiões, os leilões foram ampliados para os Estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

De acordo com dados da CONAB em 1997 foram negociados 38.113 contratos de milho³⁴, totalizando 1.029.051 toneladas, representando 40% do total ofertado, com arrecadação em prêmio da ordem de R\$940 mil reais. Do total de contratos comercializados, foi manifestada a intenção de entrega do produto do equivalente a 63% dos contratos, ocorrendo o exercício da opção e entrega de 24%, equivalentes a 9.151 contratos, distribuídos nos Estados de Goiás (6.609 contratos), Mato Grosso (1.382 contratos), Mato Grosso do Sul (642 contratos) e Paraná (518 contratos). Os maiores prêmios foram observados nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, refletindo a expectativa pessimista dos produtores com o comportamento dos preços de mercado e a conseqüente necessidade de garantir a venda, para o governo, pelo preço de exercício. Este preço é superior ao mínimo de garantia, pois inclui os custos financeiros e de estocagem até o vencimento do contrato.

No caso do Estado de São Paulo, foram negociados apenas 27 contratos (729 toneladas), segundo avaliação da CONAB/SP, em função de o preço de exercício fixado ter sido considerado baixo.

A maior concentração de contratos exercidos e entregues em Goiás e Mato Grosso reflete o fato de que os preços mínimos fixados para aqueles Estados podem estar, de certa forma, superestimados, considerada a distância dos centros consumidores associada às precárias condições das estradas. Uma possível solução, para evitar que o produto passasse às mãos do governo, seria a utilização do PEP para escoamento dessa produção. Cabe destacar, ainda, que o governo pode inserir cláusula que lhe

³³ LEMOS, Joel Jose. *Contrato de opção de venda: avaliação do instrumento de sua operacionalização*. Brasília, 1998. p.4. Mimeo.

³⁴ Cada contrato de milho refere-se a 27 toneladas de milho em grãos, com 1% de impurezas, 6% de ardidos, umidade máxima de 13%, variedade semiduro e duro.

permita não receber o produto caso o comprador manifeste interesse em exercer a opção, utilizando-se para tanto das alternativas: recompra do contrato; repasse do contrato a terceiros, desde que asseguradas ao adquirente as garantias necessárias de que o novo titular honrará as obrigações originalmente assumidas pela CO-NAB; ou pagamento da diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado na época do vencimento do contrato.

5.3 - Prêmio para Escoamento de Produto (PEP)

O PEP é um mecanismo que passou a ser utilizado pelo governo a partir de 1996³⁵ com o objetivo de garantir um preço de referência ao produtor e às cooperativas e, ao mesmo tempo, regular o abastecimento interno, sem que seja necessário adquirir o produto. Identificado um problema regional de comercialização, o governo, por intermédio da CONAB, oferece um bônus ou prêmio, em leilões públicos, aos interessados em adquirir o produto diretamente do produtor ou da cooperativa pelo preço de referência, que geralmente é próximo ao mínimo. Para receber o bônus, o comprador deve depositar o valor de referência no banco, que o repassará ao produtor que vendeu o seu produto. O bônus é, em média, a diferença entre o preço de referência e o de mercado.

Esse mecanismo permite que o governo estimule, através da oferta do bônus, a aquisição do produto pelo setor privado em regiões onde os preços se encontram deprimidos e demandariam medidas para a sua sustentação, com conseqüente manutenção de estoques, enquanto outras regiões estariam importando.

Este mecanismo já foi utilizado para a comercialização de milho e trigo e, em 1998, passou a ser utilizado também para borracha e algodão, podendo, no entanto, ser empregado para todos os produtos amparados pela PGPM. A escolha do produto e do momento de implementar os leilões depende das condições de comercialização de cada produto.

De acordo com informações da CO-

NAB, ao longo de 1997, foram ofertadas 2.613,0 mil toneladas de milho tendo sido negociado 41% desse total, sendo que na grande maioria dos casos o valor do prêmio de fechamento ficou próximo do de abertura. As regiões depositárias (de origem dos produtos) foram Mato Grosso, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Do volume ofertado em cada região, foram negociados entre 38% e 49% do total em cada região, com exceção do Mato Grosso do Sul, onde apenas 4% do produto ofertado resultou em negociações.

Esse resultado demonstra a dependência, principalmente da Região Centro-Oeste, de uma política de garantia de preços, visto que o volume ofertado via PEP representou 29% da produção de milho na Região Centro-Oeste somada à produção baiana, que atingiu 8.967,2 mil toneladas nas safras 1996/97 e 1997.

As operações com trigo, no período entre novembro/96 e março/97, envolveram a oferta de 3.779,5 mil toneladas e negociações de 28% do total. As regiões depositárias foram Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sendo que em cada uma foram negociados, respectivamente, 34%, 10% e 28% do total ofertado em cada região. Comparadas à produção da Região Sul na safra 1996, de 3.075,2 mil toneladas, pode-se concluir que as dificuldades de escoamento da produção da região têm sido grandes, e que a oferta de produtos via PEP provavelmente compreende estoques nas mãos dos produtores.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto acima, ao longo do período 1995/96 a 1998/99, o financiamento da agricultura não sofreu modificações estruturais. As alterações observadas referiram-se, principalmente, a reduções nos encargos financeiros nominais do crédito rural e, nos limites de crédito por beneficiário, naqueles financiamentos ao amparo dos recursos controlados, tanto para custeio quanto para EGF/SOV. A redução nas taxas de juros para o crédito rural atendeu a uma das principais reivindicações dos produtores e indicam uma tentativa do governo em reduzir o custo financeiro para a agricultura, aumentando a competitividade do setor, uma vez que tais taxas começam a se aproximar das praticadas

³⁵As primeiras operações ocorreram com trigo, a partir de novembro de 1996, e a partir do primeiro semestre de 1997, com milho.

no mercado internacional, enquanto as alterações nos limites de crédito visaram adequar a distribuição dos recursos. Através dos Programas Especiais, objetivou-se o direcionamento dos recursos de crédito rural para atender aos pequenos produtores, incluindo os de base familiar e os assentados, que tradicionalmente apresentavam grandes dificuldades de acesso ao crédito.

Especificamente com relação à safra 1998/99, os pontos positivos são: o anúncio do plano ainda em junho, permitindo um melhor planejamento por parte dos agricultores; o aumento previsto para o volume de recursos, associado à redução das taxas de juros; a criação de instrumentos mais modernos de comercialização e o apoio aos mercados futuros; e a estabilidade nas linhas básicas da política adotada.

Embora tenha considerado que o conjunto das medidas foram favoráveis, o setor agrícola apresentou algumas críticas ao Plano de Safra anunciado. A primeira delas diz respeito à redução na taxa de juros do crédito rural que, segundo o setor, devido à expectativa de inflação de 3,5% para 1998, deveria situar-se em torno de 5% ao ano. No entanto, esta reivindicação perde força diante da orientação da política macroeconômica brasileira de manter elevadas as taxas de juros no mercado interno que, comparadas às taxas fixadas para o crédito rural, implica aporte considerável de recursos pelo Tesouro Nacional para a equalização dos juros junto aos agentes financeiros. Essa orientação foi reforçada frente à atual crise dos mercados financeiros mundiais, que implicou a queda de reservas do País. Para estancar esse movimento e manter o interesse dos investidores externos, o governo foi forçado a elevar ainda mais as taxas de juros de mercado, que chegaram a quase 50% ao ano a partir da primeira quinzena de setembro.

Neste contexto, a maior preocupação é com a possibilidade de redução do volume de crédito disponível para o produtor. Do total de recursos anunciados para o financiamento da agricultura, R\$11 bilhões, foi previsto que R\$5,5 bilhões seriam equalizados pelo governo para que fossem aplicados às taxas de juros favorecidas de 8,75% ao ano e 5,75% ao ano e, para esse fim, foram destinados R\$500 milhões, provenientes do Tesouro Nacional. No entanto, como as taxas de juros de mercado sofreram al-

teração, o volume de recursos possível de ser equalizado com os mesmos R\$500 milhões será menor. Além disso, diante da política de restrições que tem como meta a corte nos gastos públicos já programados, não é provável que esses recursos sejam aumentados.

O financiamento do setor com recursos externos também será prejudicado. Em primeiro lugar, pela dificuldade de captação no exterior em função do risco que foi atribuído aos financiamentos para o Brasil e da disponibilidade de recursos, que deverão refletir na elevação do custo desse crédito. Em segundo lugar, pela decisão do governo de autorizar a utilização de 100% dos recursos captados externamente para agricultura em títulos cambiais. Embora não se saiba por quanto tempo esta regra vigorará, durante este período a agricultura concorrerá com o governo na obtenção dos recursos e para ter acesso ao crédito terá que remunerar os bancos acima do que vem rendendo os papéis cambiais. E, em terceiro, pelo risco que representa para o agricultor assumir um financiamento com correção cambial num momento de incertezas. Esse conjunto de fatores tenderão a reduzir a contribuição desta fonte de recursos, fazendo cair o volume disponível para a agricultura.

Somem-se a isso os problemas relacionados à dívida dos agricultores que, em muitos casos, ainda não foi resolvida, apesar de o programa de securitização para dívidas superiores a R\$200 mil ter sido prolongado até 3 de novembro de 1998, devendo refletir no acesso aos recursos. A esse respeito, os produtores consideram o custo elevado e não reconhecem a parcela referente ao descasamento dos índices do Plano Collor, sendo que alguns deles já obtiveram ganho de causa na justiça. Cabe ressaltar que aqueles produtores que não aderiram ao programa de securitização até 31 de julho ou que não efetuarem o pagamento dos 10,3% do total da dívida até 3 de novembro poderão ser considerados inadimplentes, o que só reforça a posição dos bancos que, cada vez mais, tratam o cliente produtor rural de acordo com o risco que representam, tendendo a não aceitar ingerências do poder público. Um outro fato relacionado às dívidas refere-se às negociações efetuadas em 1995/96, cujo pagamento da segunda parcela vencerá em outubro de 1998 e poderá trazer problemas, segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), para aque-

les produtores que não se capitalizaram na safra passada, como os de algodão em Goiás e São Paulo e os de soja e milho no oeste baiano.

O setor rural manifestou, também, preocupação com relação à sustentabilidade das medidas de política no longo prazo, bem como, com alguns aspectos de política externa relacionados, entre outros, à remoção de barreiras ao livre comércio de produtos brasileiros e à proteção interna contra as importações de produtos subsidiados na origem, fundamentais para que haja um aumento consistente da competitividade da agricultura brasileira.

Estas e outras questões foram abordadas pelo Fórum Nacional de Agricultura, que teve por objetivo definir uma proposta conjunta da iniciativa privada e do governo para uma política agrícola duradoura para o País, capaz de preparar a inserção competitiva da agricultura brasileira nos mercados mundiais. Entre as propostas do Fórum estão também: a modernização do sistema de comercialização interna, envolvendo o desenvolvimento dos mercados futuros e sua abertura para o investidor estrangeiro, bem como a criação de um sistema integrado de informações estatísticas dos mercados agrícolas como estoques, localização, qualidade, quantidade, custos, preços, etc.; a efetivação do seguro agrícola; a reformulação do Sistema Nacional de Crédito Rural; a criação de alternativas de captação de recursos para o financiamento de investimentos em conservação de solo, máquinas, tecnologia, produção, comercialização e gestão empresarial; a desburocratização das normas que regem a constituição de cooperativas de crédito rural e bancos cooperativos; e a desoneração e simplificação tributária.

Finalmente, sobre as políticas voltadas à sustentação da renda agrícola, em primeiro lugar, cabe destacar que a proposta de política que vem sendo colocada em prática demonstra um redirecionamento na forma clássica de intervenção do governo, que operava através dos instrumentos de AGF e EGF/COV, e manutenção de estoques, para a utilização de mecanismos que, mesmo implicando subsídios, sejam mais eficientes do ponto de vista dos gastos envolvidos e da gestão do excedente de produção. O objetivo é reduzir o custo com a política de sustentação da renda do produtor e, em contrapartida, modernizar as operações de comercialização. A criação dos contratos de opção e

do Prêmio para escoamento de Produto (PEP), a extinção do Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda (EGF-COV), a utilização do EGF-indústria, o direcionamento do recurso da Aquisição do Governo Federal (AGF) para casos especiais e o apoio à consolidação da CPR vêm confirmar esta direção.

Diante do exposto, é possível que ocorra redução no volume de recursos anunciado, o que não será novidade, visto já ter ocorrido em anos anteriores. De qualquer forma, caso se verifique, deverá interferir na meta de produção estabelecida em 90 milhões de toneladas de grãos. No entanto, o principal problema com relação a essa safra poderá ser a redução da demanda mundial para os produtos agrícolas, com conseqüente redução dos preços, em função da crise por que passam importantes mercados consumidores da Ásia, inclusive a Rússia.

Mesmo que ocorra uma redução no volume da produção nacional, esta deverá ser menor do que a possível retração da demanda interna e externa. No primeiro caso, em função da possível redução no nível da atividade econômica com conseqüente piora nos níveis de emprego e renda, trazendo impactos, provavelmente, para o grupo de produtos protéicos. No segundo, em função da redução das importações dos países em crise, mas também pela maior concorrência que o Brasil pode vir a sofrer dos mercados exportadores europeu e americano.

Nesse caso, a atuação do governo na sustentação de preços será fundamental para evitar problemas como os de 1995. No entanto, as restrições de recursos e a abrangência dos novos instrumentos de comercialização a um pequeno grupo de produtos podem vir a se constituir num grande desafio.

AGRICULTURA FAMILIAR E PROGRAMAS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO¹

Yara M. Chagas de Carvalho²

Vera Lúcia Kuhn³

1 - INTRODUÇÃO

As condições de competitividade que prevalecem hoje na economia colocam em dúvida as possibilidades econômicas de inserção da agricultura familiar nos moldes tradicionais. Enfatizam-se suas possibilidades de atender mercados exigentes em termos de diversificação e qualidade, principalmente quando estes quesitos implicam flexibilidade e maior intensidade de trabalho.

Essas possibilidades, porém, exigem do agricultor conhecimentos além da esfera da produção: gestão eficiente da propriedade e estratégias inovadoras de *marketing* e comercialização.

Os governos federal e estadual definiram instrumentos de política para auxiliar este segmento de produtores no processo de transição para esta nova ordem econômica. Um país periférico, como o Brasil, não pode prescindir da geração de oportunidades de emprego na atividade agrícola, visto que o seu custo de implantação, em relação ao de outros setores, é muito menor.

Por esta razão, ao fazer o prognóstico para a safra agrícola 1998/99 torna-se fundamental caracterizar a agricultura familiar no Estado de São Paulo, sua evolução desde a implantação do Plano Real e as perspectivas das políticas pública, estadual e federal, formuladas para atender este público. Apresenta-se também a legislação em votação na Assembleia Legislativa Estadual para comercialização de produtos ar-

tesanais, de fundamental importância para viabilizar melhores formas de comercialização para este segmento de produtores.

2 - A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO

Tomando por base os dados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola⁴- LUPA⁵, realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, constata-se que 57% dos imóveis voltados a atividades agropecuárias comerciais não contratam trabalhadores permanentes. Este percentual atinge seus valores mínimos nas regionais de Pindamonhangaba (37%), Campinas (39%) e São Paulo (39%).

Muitas atividades típicas das propriedades familiares não podem prescindir da contratação de empregados para complementar o trabalho realizado pela família. São Paulo e Campinas apresentam uma estrutura fundiária bastante pulverizada e desenvolvem atividades que se baseiam no uso intensivo da terra e do trabalho, adequando-se às determinações do mercado de terras. Por este indicador, essas duas regionais apresentariam uma menor presença de agricultu-

⁴FRANCISCO, Vera L. dos S. et al. Censo agropecuário no estado de São Paulo: resultados regionais. *Informações Econômicas*, v.27, n.11, p.7-175, nov. 1997.

⁵A unidade de levantamento é a UPA que corresponde ao imóvel rural, definido como o conjunto de propriedades contíguas do(s) mesmo(s) proprietário(s), exceto em alguns casos especiais em que ela foi definida diferentemente atendendo as necessidades locais ou a dificuldade para sua identificação ou delimitação. Só foram consideradas as unidades rurais com explorações de finalidade econômica. No caso de serem voltadas ao consumo próprio, restringiu-se às que tivessem área superior a 0,1ha. Uma UPA foi subdividida tantas vezes quanto o número de municípios em que se localiza mesmo que se constituísse em uma só unidade administrativa. O período de levantamento é o ano civil de 1995. PINO, Francisco A. et al. *Projeto Lupa: manual de instruções de campo*. São Paulo: SAA, 1995. 58p.

¹Este texto é um resumo do trabalho encaminhado para publicação no Instituto de Economia Agrícola. As autoras agradecem aos assistentes de sócio-economia e diretores das EDRs que coordenaram as discussões com base no questionário enviado.

²Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Assistente Agropecuário da Divisão de Extensão Rural (DEXTRU), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

ra familiar do que outras em que predomina a ocupação da área por propriedades médias ou grandes.

No outro extremo, estão os Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDRs) de Jales (77%) e Picacicaba (70%) que apresentam uma estrutura fundiária bastante pulverizada.

Pode-se afirmar que o parâmetro utilizado, a não contratação de mão-de-obra permanente, para identificar a importância da agricultura familiar no Estado, subestima a verdadeira importância que ela tem. Esta informação, para os EDRs do Estado, é apresentada na tabela 1.

2.1 - Evolução da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo no período pós-Plano Real

As condições econômicas da agricultura familiar em São Paulo, no período pós-Plano Real, foi captada através de pesquisa junto aos EDRs. Foi enviado um questionário fechado para todas as 40 unidades e obteve-se resposta para dezesseis delas. Estas regionais apresentam grande diversidade em termos de localização geográfica, estrutura fundiária, importância relativa da agricultura e principais atividades agrícolas desenvolvidas pela agricultura familiar, fatores que influenciam diferentemente as condições vividas por este segmento de produtores. Uma caracterização dos EDRs que responderam ao questionário consta da tabela 2.

As dificuldades da agricultura familiar paulista estão ligadas à perda de competitividade tecnológica e/ou alterações importantes no mercado interno: leite, soja e algodão; ou no mercado internacional: sericultura. O maior impacto do MERCOSUL parece ter sido sentido entre os cebolicultores e, indiretamente, pelos produtores de leite. O café tem apresentado uma situação favorável em função da base de comparação ter sido o auge da crise. A laranja tem apresentado bom desempenho, enquanto o preço do feijão oscilou através do tempo.

Dessa forma, as condições mais problemáticas estão concentradas nas áreas em que há concentração da produção nas atividades que apresentaram comportamento mais desfavorável. Como o período se caracteriza pelo aumento nos custos de produção, nas atividades

TABELA 1 - Percentual dos Imóveis que não Contratam Mão-de-obra Permanente, por EDR, Estado de São Paulo, 1995

EDR	Imóveis que não contratam trabalho permanente (%)
Andradina	63
Araçatuba	66
Araraquara	55
Assis	60
Avaré	63
Barretos	56
Bauru	47
Botucatu	62
Bragança Paulista	56
Campinas	39
Catanduva	58
Dracena	65
Fernandópolis	60
Franca	46
General Salgado	61
Guaratinguetá	49
Itapetininga	65
Itapeva	58
Jaboticabal	64
Jales	77
Jáú	64
Limeira	61
Lins	59
Marília	44
Moji das Cruzes	41
Mogimirim	59
Orlândia	60
Ourinhos	55
Pindamonhangaba	37
Piracicaba	70
Presidente Prudente	65
Presidente Venceslau	58
Registro	53
Ribeirão Preto	52
São João da Boa Vista	54
São José do Rio Preto	58
São Paulo	39
Sorocaba	45
Tupã	57
Votuporanga	59
Estado	57

Fonte: PINO, Francisco A.; FRANCISCO, Vera L. F. dos S. Censo Agropecuário: resultados preliminares. Informações Econômicas, São Paulo, v.27, n.10, p.7-11, out. 1997.

em que o preço do produto declinou, houve uma descapitalização dos produtores. Isto, muitas vezes, comprometeu sua capacidade de se manter na atividade com o mesmo padrão tecnológico,

TABELA 2 - Alguns Aspectos dos EDRs na Avaliação da Agricultura Familiar pós-Plano Real

EDR	Estrutura fundiária ¹	Import. relativa agricultura ²	Princ. atividades agrícolas ³
Andradina	Dual intensa ⁴	Média	leite, horticultura e fruticultura
Araçatuba	Dual suave ⁵	Baixa	milho, feijão, leite e hortifrutis
Assis	Médias	Média	soja e milho, leite, mandioca, olericultura, cana, melancia, café, algodão e banana
Avaré	Dual suave	Média	leite, feijão, milho
Fernandópolis	Médias	Média	laranja, leite, corte, soja, sorgo, algodão, milho, feijão e café
Franca	Médias	Baixa	café, leite e milho
Gal. Salgado	Dual suave	Média	leite
Itapeva	Dual suave	Alta	feijão, milho e tomate
Jaboticabal	Pequenas	Média	citrus, manga, goiaba, cebola e cana
Jales	Pequenas	Alta	leite, uva, banana, laranja e semente braquiária
Orlândia	Médias	Média	soja, milho, cana, leite e corte
Piracicaba	Pequenas	Baixa	cana, leite, corte, avicultura e horticultura
Pres. Prudente	Dual intensa	Baixa	leite, milho, algodão, feijão, fruticultura e olericultura.
Registro	Dual suave	Alta	banana, chá, corte e leite, piscicultura, maracujá, plantas ornamentais.
S. J. do Rio Preto	Pequenas	Baixa	laranja, leite, látex, olericultura, manga, tangerina, banana, coco e uva.
Sorocaba	Dual suave	Média	milho, feijão, hortigranjeiros, leite, corte e reflorestamento

¹Foram estabelecidos critérios em termos da estratificação das propriedades por tamanho de área. Foram consideradas pequenas as propriedades até 100ha, as médias até 500ha e grandes acima deste tamanho.

²Informação subjetiva dos técnicos regionais. Foi considerada baixa de 0 a 50%; média de 50 a 75% e alta, acima de 75%.

³Quando a informação refere-se a um grupo de produtos como fruticultura, admite-se grande diversificação sem predominância de nenhuma atividade.

⁴Definida como apresentando mais de 60% das propriedades com menos de 50ha e mais de 50% da área é apropriada por propriedades grandes.

⁵Mais de 60% das propriedades têm menos de 50ha, enquanto as propriedades grandes são responsáveis por menos que 50% da área.

Fonte: Resultados da pesquisa.

levando-o à busca de novas atividades, ao abandono da agricultura ou a empregar-se fora da propriedade, para garantir a renda familiar. No caso de Presidente Prudente, acredita-se que o ajuste feito pelo produtor foi o de reduzir seus gastos com consumo básico: alimento e vestuário.

Regiões em que ocorre a prática de diversificação da atividade, como observado em Franca, as condições da agricultura familiar são mais favoráveis. Nesta regional as condições favoráveis do café de certa forma compensaram as dificuldades enfrentadas na comercialização do leite no período da safra.

Um aspecto associado indiretamente à atividade refere-se à crise das cooperativas que parece afetar principalmente a região de Assis,

produtora de grãos, com impacto maior sobre as condições de comercialização dos pequenos produtores.

A estrutura fundiária da região é um determinante importante de como esta reage a uma situação de crise. Há alguma evidência de que regiões como Jales, que apresentam grande predominância de pequenas propriedades, é capaz de atrair alternativas que não se apresentam para outras regiões. A introdução da prática de plantio de braquiária para produzir semente é uma solução paliativa para pequenos produtores de algodão da região, na qual vendedores de semente "contratam" o proprietário da terra para administrar a plantação e fazem o pagamento livre de todos os custos. O grande número de produtores de leite na região permite que ocorra

uma reorganização dos produtores entre as empresas compradoras de forma que as exigências de investimento para viabilizar o espaçamento das entregas possam ocorrer até agora, sem grande dificuldade para os produtores.

No outro extremo, regiões de maior concentração fundiária tendem a apresentar um mercado local mais restrito, que inviabiliza a diversificação e torna as condições econômicas da agricultura familiar mais desfavoráveis. Em Andradina, a principal atividade é leite, mas há também alguma horticultura consorciada com fruticultura. Presidente Prudente tem um setor de serviços relativamente mais desenvolvido e alguns municípios apresentam uma topografia favorável à concentração de pequenas propriedades, mas o deslocamento para trabalhar fora da propriedade é o maior dentre as regionais consideradas: duas horas diárias. As atividades desenvolvidas são: leite, culturas anuais e alguma fruticultura e olericultura. A menor diversificação associada a esta realidade fundiária define o quadro econômico mais desfavorável encontrado para a agricultura familiar das regionais consideradas: redução dos gastos com consumo básico da família.

As regiões com maior concentração de propriedades médias apresentam quadro econômico mais favorável para as pequenas propriedades, apesar de também estarem sofrendo o impacto de condições econômicas adversas. A identificação de novas atividades é a principal estratégia, em Orlandia e Fernadópolis, para fazer frente ao quadro econômico.

Nas áreas de estrutura fundiária polarizada entre pequenas e grandes, mas onde estas últimas são menos importantes, existe uma maior diversidade da situação da agricultura familiar, dado que são mais numerosas e estão dispersas pelo Estado. Uma diferença fundamental está associada à importância econômica da agricultura em uma região que pode ser vista como um indicativo do tamanho do mercado local. Melhores condições para a inserção da agricultura familiar no mercado ocorre quando o setor secundário e terciário são mais desenvolvidos.

Em um extremo, identificam-se Araçatuba, Franca, São José do Rio Preto e Piracicaba, onde a importância da agricultura é baixa, e, no outro, Itapeva e Registro, onde é alta. Em Araçatuba, uma estratégia importante dos agricultores

familiares tem sido a produção de hortaliças e frutas para o mercado local. Nas regionais de Avaré, Sorocaba e General Salgado, a forma de responder à crise tem sido fundamentalmente pela busca de novas alternativas agrícolas.

De uma forma geral, os diversos EDRs mencionaram operações de crédito através do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em algumas regionais já foram liberados recursos a fundo perdido para infra-estrutura regional. A crítica feita pelos produtores refere-se fundamentalmente ao baixo volume de contratos do PRONAF, em função de os bancos exigirem garantias que inviabilizam o financiamento à grande parte dos agricultores familiares.

As principais sugestões de políticas encaminhadas pelos técnicos regionais foram: solução do problema das garantias exigidas para obtenção dos recursos PRONAF, através da constituição de um fundo de aval; reativação do programa de calcário do FEAP, ampliação do projeto agroindústria do FEAP, para contratos individuais; capacitação de jovens em gerenciamento da propriedade; produção e divulgação ampla de análises de mercado e informações agropecuárias; ações que fortaleçam os Conselhos Municipais e o Regional; um programa estadual de incentivo à criação de pequenos animais e bicho da seda; pesquisas regionais para agricultores familiares; a volta do financiamento com base na equivalência-produto; zoneamento estadual para controle e orientação da produção; programa um município/um agricultor atendido pelo crédito especial com supervisão, para ser modelo no município.

3 - POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O PRONAF, programa federal, busca favorecer as condições técnicas e econômicas de inserção da agricultura familiar no desenvolvimento local. Foi concebido como instrumento de transformação do ambiente institucional brasileiro, para fortalecer os movimentos sociais através de sua construção flexível, orientada pelas reivindicações sociais dos diferentes estados da Federação. Propõe-se, como uma política em constante processo de aperfeiçoamento, atender seu

público: o agricultor familiar, como objetivo fundamental.

É composto de quatro linhas de ação, destinadas a superar os pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico do público beneficiário. São elas: financiamento de infraestrutura e serviços nos municípios; financiamento da produção da agricultura familiar; negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; e capacitação e profissionalização de agricultores familiares. Neste texto, serão consideradas somente as duas linhas que se referem a operações de crédito, apesar da importância fundamental para o Programa das outras duas.

Considerando a característica de política em construção, a identificação dos gargalos e a sugestão de formas de superação são parte integrante da sua elaboração. Neste sentido, são feitos alguns comentários a respeito da implantação dos programas de financiamento à agricultura familiar no Estado de São Paulo.

3.1 - Financiamento da Produção da Agricultura Familiar

O PRONAF foi efetivamente iniciado em 1995 quando foram destinados R\$200 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para o custeio da produção agrícola de unidades familiares, atendendo à reivindicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). As regras para operacionalização foram definidas em agosto de 1995 e cerca de 50% destes recursos foram aplicados.

As linhas de crédito existentes estão se diversificando para garantir melhor atendimento aos agricultores familiares. Foi ampliado para outras atividades que não agropecuárias e atende segmentos economicamente diferenciados do público alvo.

O crédito de custeio tem o limite de R\$5.000,00 por produtor, em cada safra, e prazo máximo de dois anos para quitação. A taxa de juros reduziu de 12% em 1995 para 9% em 1996, 6,5% em 1997 e para 5,75% a.a. para a safra 1998/99 (Resolução CMN/BACEN 2.506, de 17/06/98).

O crédito de investimento tem limite de R\$15.000,00 para o agricultor individual ou de até R\$75.000,00 para o crédito coletivo, respei-

tando o limite individual por beneficiário. Desde a safra 1996/97, a taxa de juros é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 6% a.a., com rebate de 50% sobre os encargos financeiros. No caso de aquisição de matrizes bovinas, exceto para a pecuária de corte, a Resolução 2.409, de 31/07/97, definiu que o recurso só pode ser concedido se for conduzido por associação de produtores ou vinculado a cooperativas ou agroindústrias. Nos demais casos, o valor fica limitado a R\$5.000,00 por beneficiário e deve contar com projeto de assistência técnica.

Para superar as dificuldades identificadas com a burocracia operacional do Banco do Brasil, principal agente financeiro do Programa, foi instituído o PRONAF rotativo ou Rural Rápido, que obedece às condições gerais do crédito de custeio, mas funciona como se fosse um limite de cheque especial (Resolução 2.410, de 31/07/97, do CMN/BACEN).

Devido à preocupação de que os recursos não estivessem sendo dirigidos ao público alvo do Programa, foram tomadas, no início de 1997, medidas adicionais: o estabelecimento de limite da renda familiar bruta anual de até R\$27.500,00 para o financiamento de investimento. Nos casos em que a atividade agrícola é avicultura, olericultura, piscicultura, sericicultura e suinocultura, este limite é dobrado.

A Resolução 2.436, de 21/10/97, CMN/BACEN, instituiu o "PRONAFINHO", voltado ao atendimento de agricultores familiares com renda bruta de até R\$8.000,00, que tenham 100% da renda familiar proveniente da atividade agropecuária ou extrativa vegetal e que não empreguem nenhum trabalhador permanente. O crédito disponível é de R\$500,00 a R\$1.500,00 com rebate de R\$200,00, na liquidação. Além de atender as outras condições estabelecidas para o Programa, em geral, o beneficiário desta linha não pode deter nenhuma outra operação de custeio em vigência e só pode ser atendido por três vezes consecutivas. O custo do crédito não difere da linha geral do Programa.

A Resolução 2.409, de 31/07/97, do CMN/BACEN, ampliou a atuação do PRONAF para a pesca de captura, aquícultores e extrativistas. Exige-se que os pescadores beneficiados desenvolvam sua atividade com meios próprios de produção, para fins comerciais, como autônomo ou em parceria com outros pescadores artesanais. Precisam ter um contrato formal de

garantia da compra do pescado. Os aqüicultores não podem explorar mais do que 2 hectares de lâmina d'água ou ocupar mais do que 500m³ de água, quando a exploração for em tanques-rede. Os extrativistas beneficiados estão restritos à região amazônica.

A Resolução 2.507, de 17/06/98, do CMN/BACEN, instituiu a linha de investimento para agregação de renda à atividade rural-AGREGAR, voltada ao investimento para o beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária ou de produtos artesanais desenvolvidos por famílias rurais, individualmente ou em grupo, ou para exploração de lazer e turismo rural. As condições da operação seguem as normas gerais do PRONAF.

Uma nova linha, o PRONAF-agroindústria, foi lançada. O objetivo é interligar as unidades de processamento da mesma região para dar escala e homogeneizar a qualidade dos produtos através de uma central de serviços de gerenciamento. A proposta é que o Programa financie 30% do total do projeto do conglomerado, com um limite máximo de R\$600.000,00 para cada grupo não superior a 40 pessoas. Não existe limite máximo para o conglomerado. Está previsto que 10% do valor aprovado do projeto será transferido para a coordenação do projeto técnico e não para as prefeituras. Este recurso é a fundo perdido e deverá ser utilizado em infraestrutura. Os recursos financiados seguem as normas gerais do PRONAF, exceto no que se refere ao prazo de carência, que é de três anos, e o de amortização, que é de oito anos, contados após seis meses de pleno funcionamento do projeto. Vão ser disponibilizados recursos para dar assistência técnica inclusive de gestão, *marketing*, comercialização e distribuição.

Em 1996, foram aplicados cerca de R\$650 milhões em custeio⁶ em 333 mil contratos com valor médio de R\$1.952,00. Em 1997, ocor-

reram 387.728 contratos de custeio, perfazendo um total de cerca de R\$888 milhões, com valor médio por contrato de R\$2.290,00. Houve, portanto, um aumento de cerca de 17% do número de contratos e de 37% em termos dos recursos disponibilizados. Em 1997, foram realizados 101.694 contratos para investimento em um total de R\$736.965.000,00, definindo um valor médio por contrato de R\$7.247,00. Os valores médio dos contratos estão abaixo dos limites estabelecidos pelo Programa. No caso do investimento, o valor é mais próximo ao limite individual do que ao de grupo.

A participação do Estado de São Paulo⁷, em termos de número de contratos e de volume concedido, é insignificante, tanto em termos do crédito de custeio como de investimento. Em 1997, São Paulo ficou com 0,9% do total dos contratos de custeio e 1,6% dos de investimento. Em termos de valor, o percentual foi um pouco superior: 1,4% e 2%, respectivamente, indicando que o valor dos contratos no Estado tem um valor médio superior ao do País: R\$3.282,00 para o custeio e R\$11.525,00 para investimento em 1997. Os dados disponíveis para 1998, até o final de maio, indicam uma tendência à redução ainda maior dessa participação. Em termos de custeio, o percentual cai para 0,8% dos contratos, mas, em termos de valor, aumenta para 1,7%, definindo um valor médio por contrato, crescente, de R\$3.793,00. As operações de investimento em São Paulo caem para 1,1%, em termos dos contratos, e para 0,8% em valor, definindo um valor médio por contrato, em ascensão, de R\$13.189,00.

As análises, realizadas a respeito da distribuição regional e das características dos agricultores familiares beneficiados, apontam uma grande concentração nos Estados do Sul e, em 1997, em Minas Gerais. Explica-se o bom desempenho dos Estados do Sul, particularmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pelo

⁶Resolução 2.321 de 09/10/96 do Banco Central dispensou os bancos de registrar suas operações de investimento junto ao Registro Comum das Operações Rurais (RECOR). SILVA, Enid R.A. da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**: relatório das ações realizadas em 1997. São Paulo: IPEA/DICOD, s.d. 13p., identifica R\$10,1 milhões para investimento, mas deve subestimar o efetivamente realizado. Em 1997, as informações registram a entrada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na viabilização dos recursos. Os dados foram obtidos do Plano de Safra 1998/99 e do Relatório do Convênio IPEA/FIPE 07/97(1998).

⁷As informações obtidas do Banco de Dados do PRONAF, na "homepage" do PNFC, referem-se somente ao sistema RECOR. Os valores apresentados para 1997 representam 72% do total dos contratos e 62% do valor para as operações de custeio. No que se refere ao investimento, os valores apresentados representam cerca de 53% dos contratos e 50% em termos do valor concedido de acordo com o informado no Plano de Safra. Neste caso, foram incluídas as aplicações do BNDES com recursos do FAT, os do Banco do Nordeste com recursos do FNE e do FAT, quando repassados diretamente e não através do BNDES, e do Banco do Brasil com recursos do FCO.

alto percentual (cerca de 50%) de produtores integrados à indústria, em particular a indústria de fumo. Não se pode desconsiderar, também, a importância da organização dos beneficiários e sua pressão sobre as indústrias e agência bancária local, além da política do Banco Estadual. No caso de Minas Gerais, a expansão do PRONAF está associada ao crédito rotativo. Neste caso, salienta-se a tradição da extensão rural na intermediação, com o agente financeiro. De forma geral, pode-se dizer que os estados que têm mostrado maior capacidade em obter os recursos do PRONAF são também aqueles que têm uma extensão rural com maior tradição em trabalhar voltada para este público. Um aspecto negativo enfatizado é a exigência de garantias reais, além da taxa usual cobrada pelo risco (Convênio IPEA/FIPE 07/97, 1998).

O problema da garantia real tem sido o maior entrave para a liberação dos recursos. As alternativas em discussão para solucionar o problema são: a criação do fundo de aval, aval cruzado ou cooperativas de crédito. No caso de São Paulo, as experiências de aval cruzado entre os assentados demonstraram que ele pode ser um fator de irradiação, para o grupo, de uma adversidade localizada. As Cooperativas do Estado não têm mecanismos de envolvimento eficiente do público alvo do Programa em suas deliberações. As expectativas recaem, fundamentalmente, sobre o Fundo de Aval e a experiência bem sucedida no município de Poço Verde, em Sergipe. Nesta experiência, o aval só é concedido a grupos de pelo menos dez produtores e exige que os beneficiários abram uma conta de poupança com valor de 25% do total do empréstimo obtido. O agente financeiro pode debitar nesta conta as obrigações do contrato.

Em São Paulo, a Lei 10.016, de 29/06/98, regulamentada pelo Decreto 43.417, de 31/08/98, institui um Fundo de Aval no estado. Este Fundo está voltado a garantir riscos de crédito de micro, pequenas e médias empresas, inclusive as de autogestão e de cooperativas de produção. Não se aplica, entretanto, a produtores rurais que se dediquem à agricultura e à pesca de acordo com a manifestação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES) a quem compete estabelecer as modalidades de financiamento que terão acesso ao Fundo. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento segue dando o encaminhamento buro-

crático necessário para tentar ampliar os benefícios do Fundo a estes produtores.

A distribuição do crédito PRONAF não é uniforme em todo o Estado de São Paulo. A tabela 3 apresenta esta informação por unidade administrativa da Secretaria de Agricultura. É importante ressaltar que a informação é do RECOR/BACEN e, portanto, refere-se fundamentalmente a crédito de custeio. Além disso, as informações referem-se ao município onde se localiza a agência bancária e não onde é aplicado o recurso.

Verifica-se na tabela 3 que em 20% (oito) dos EDRs estão concentrados cerca de 50% do crédito PRONAF ao produtor. Um outro grupo de EDRs, que representa 10% (quatro) das regionais, atraiu cerca de 13% dos contratos e do volume de recursos do PRONAF-crédito. Existe, portanto, um grau de atendimento bastante diferenciado dentro do Estado de São Paulo.

3.2 - Financiamento de Infra-estrutura e Serviços nos Municípios

O objetivo desta linha do Programa é financiar a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação da infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, de forma a dinamizar o setor produtivo e assegurar sustentação ao desenvolvimento rural (MA, 1996)⁸. Para obtenção de recursos do Programa é necessário que o município tenha sido selecionado e aprovado pelo Conselho Nacional do PRONAF, tenha um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e possua um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), aprovado pelo CMDR.

Esse plano deve ser elaborado com a participação efetiva dos agricultores familiares. A qualidade dos PMDRs apresentados no país sugere a necessidade de aprimoramento tanto no que diz respeito ao menor envolvimento dos interessados como também em termos técnicos (Convênio IPEA/FIPE 07/97)⁹. A forma como o

⁸MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - MA. Manual Operacional do PRONAF. Brasília, out. 1996. 47p. Mimeo.

⁹VEIGA, José E.; ABRAMOVAY, Ricardo. *Análise (diagnóstico) da inserção do PRONAF na política agrícola*. [s.l.], 1998. 42p. (Relatório final do convênio IPEA/FIPE 07/97).

TABELA 3 - Distribuição Regional dos Recursos do PRONAF-Crédito, por EDR, Estado de São Paulo, 1997

EDR	Número de contratos		Valor absoluto (R\$1.000,00)	Contratado percentual
	Absoluto	Percentual		
Andradina	73	0,99	341,70	0,99
Araçatuba	480	6,48	2.455,46	7,10
Araraquara	132	1,78	557,64	1,61
Assis	416	5,62	1.882,32	5,44
Avaré	47	0,63	211,51	0,61
Barretos	409	5,52	1.352,48	3,91
Bauru	135	1,82	678,60	1,96
Botucatu	98	1,32	369,57	1,07
Bragança Paulista	118	1,59	499,88	1,45
Campinas	42	0,57	172,52	0,50
Catanduva	100	1,35	426,01	1,23
Dracena	226	3,05	958,42	2,77
Fernandópolis	174	2,35	836,25	2,42
Franca	80	1,08	504,66	1,46
General Salgado	261	3,52	1.472,54	4,26
Guaratinguetá	73	0,99	254,40	0,74
Itapetininga	238	3,21	1.100,65	3,18
Itapeva	658	8,88	2.384,62	6,90
Jaboticabal	98	1,32	560,49	1,62
Jales	333	4,50	1.790,87	5,18
Jaú	67	0,90	292,10	0,84
Limeira	174	2,35	728,46	2,11
Lins	248	3,35	765,89	2,21
Marília	39	0,53	173,54	0,50
Moji das Cruzes	2	0,03	8,72	0,03
Mogimirim	114	1,54	508,10	1,47
Orlândia	87	1,17	365,59	1,06
Ourinhos	484	6,53	2.762,99	7,99
Pindamonhangaba	104	1,40	380,28	1,10
Piracicaba	64	0,86	283,70	0,82
Presidente Prudente	577	7,79	2.691,92	7,78
Presidente Venceslau	73	0,99	376,58	1,09
Registro	58	0,78	321,58	0,93
Ribeirão Preto	45	0,61	365,88	1,06
São João da Boa Vista	208	2,81	903,33	2,61
São José do Rio Preto	354	4,78	1.986,73	5,74
São Paulo	1	0,01	5,00	0,01
Sorocaba	177	2,39	1.172,40	3,39
Tupã	210	2,83	828,36	2,40
Votuporanga	131	1,77	851,22	2,46
Total	7.408	100,00	34.582,96	100,00

Fonte: RECOR/BACEN.

Programa pretende estimular esta evolução, entretanto, ainda não está clara.

Os recursos são negociados, ano a ano, pelos órgãos e entidades parceiras. Cada município do Estado de São Paulo tem que participar com 20% a 40% dos recursos necessários, exceto onde estiver presente o Programa Comunidade Solidária. Nestes casos, o percentual é

de até 20%.

Os critérios para seleção dos municípios, em São Paulo, levaram em consideração principalmente a concentração da agricultura familiar, a menor expressão da atividade econômica e critérios adicionais como a existência de técnicos na Casa de Agricultura Municipal, a organização social e a existência de outros programas fede-

rais ou estaduais de desenvolvimento, entre eles o Programa Comunidade Solidária.

Em São Paulo, cerca de 50% dos recursos a serem destinados aos 48 municípios, selecionados em duas etapas, foram liberados em 1998. Cerca de 25% já foram publicados, a tempo de ser liberado ainda este ano. O restante dos recursos só entrará em processo de liberação após o término das eleições, em função da legislação eleitoral, o que significa que pode não ocorrer este ano. A tabela 4 descreve a situação, por município e por EDR. De uma forma geral, pode-se dizer que estas primeiras liberações criaram um clima de maior credibilidade para o programa, que transcende os limites do município beneficiado.

4 - FUNDO DE EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA (FEAP)

O Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca, originalmente criado em 1959, foi ratificado em 1990 e reorganizado em 1992. Sua readequação para atender a pequenos produtores está associada à Lei 9.510, de 20/03/97, regulamentada pelo Decreto 41.767, de 05/05/97. No período imediatamente anterior, atendeu quase¹⁰ exclusivamente a assentados em projetos de reforma agrária. A regulamentação de maio de 1997 definiu os programas e projetos a serem financiados pelo Fundo¹¹:

- 1 - Programa de Desenvolvimento Regional Rural, a ser desenvolvido prioritariamente no Vale do rio Ribeira de Iguape (banana e piscicultura), no Pontal do Paranapanema (algodão) e na Alta Paulista (café);
- 2 - Programa de Apoio às Cooperativas e Associações de Produtores Rurais subdivididos em:
 - a) mini-usinas de leite, b) pequenas agroindústrias, c) máquinas e equipamentos comunitários e d) insumos coletivos;
- 3 - Programa de conservação do solo e de incentivo ao uso de calcário agrícola constituído por dois projetos distintos que definiram a

denominação do Programa;

- 4 - Programa de Custeio Emergencial, para auxiliar pequenos agricultores atingidos por fatores incontroláveis;
- 5 - Apoio à pesca artesanal;

Em 1998, foram abertos mais dois projetos. O primeiro, em 25/05, dentro do Programa de custeio emergencial, voltado ao controle da mosca branca e mosaico das nervuras. O segundo, em 19/08, dentro do Programa de Conservação do solo e de incentivo ao uso do calcário, o projeto de plantio direto na palha.

O processo de solicitação de financiamento ao FEAP exige: declaração de aptidão, a ser obtida junto às Casas de Agricultura ou EDRs; declaração de regularidade jurídica, dada pelo Instituto de Cooperativismo e Associativismo, em caso de o beneficiário ser cooperativa ou associação; projeto de viabilidade econômica do empreendimento, se os recursos forem liberados através de instituição financeira, consultados os demais órgãos envolvidos; laudo técnico de avaliação e plano agrônomo, quando pertinente; e, finalmente, termo de compromisso. As exigências técnicas são necessárias para garantir o caráter econômico da aplicação dos recursos. No caso dos projetos do Programa 2, existe a exigência de avaliação técnica pelas Comissões Técnicas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. A função destas Comissões é a de "*facilitar a análise dos projetos técnicos e prestar um assessoramento aos profissionais das Casas de Agricultura, bem como avaliar e dar o parecer final, antes dos projetos serem encaminhados às instituições financeiras*" (FEAP, 1997: 9)¹².

As condições de financiamento para cada projeto são expostas na tabela 5.

De uma forma geral, a garantia exigida nas linhas definidas em 1997 refere-se a 150% do valor contratado. Quando os bens financiados não atingem este valor, outros bens são identificados. O projeto de combate à mosca branca e mosaico das nervuras já começou a ser implementado. Ocorreram cerca de doze contratos, principalmente nas regionais de Presidente Venceslau e Orlândia.

A análise dos financiamentos efetuados identifica a importância de dois projetos: o al-

¹⁰Foram realizados dezoito contratos no valor de R\$39.493,89 para incentivo ao uso de calcário para agricultores familiares no Pontal do Paranapanema.

¹¹Não existe uma definição formal do público beneficiário nos documentos do Programa. Os projetos, entretanto, têm que ser elaborados e, em alguns casos, avaliados por equipe técnica.

¹²SAA. FEAP-Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca: detalhamento, normas e instruções. São Paulo, 1997. 77p.

TABELA 4 - Situação do PRONAF-Infra-estrutura, por EDR e por Município, Estado de São Paulo, Setembro de 1998

(em R\$)

EDR	Município	Recursos do PRONAF-M			
		Liberado	Em liberação desde 03/07	Em liberação a partir 25/10	Postergada para 1999 ¹
Araçatuba	Alto Alegre	150.000		150.000	150.000
Avaré	Barão de Antonina		85.800		
	Itaporanga	132.650			
Bauru	Avai		85.000		
Bragança Paulista	Nazaré Paulista	120.000			
	Piracaia	182.500			
	Pedra Bela			104.600	104.600
Dracena	S. João do Pau D'Alho		86.000		
	Monte Castelo	149.500	150.000		
Fernandópolis	Meridiano			154.753	
	Turmalina			86.000	
General Salgado	Auriflâma	160.940			
	Guzolândia	158.750			
	Nhandeara	150.000			
	Sebastianópolis do Sul			85.929	
Guaratinguetá	Cunha	134.000			
	Lagoinha	150.000			
Itapetininga	Capão Bonito	149.400			
	Guareí		85.000		
	Sarapuá	150.000			
Itapeva	Apiá		97.880		
	Barra do Chapéu		94.800		
	Guapiara		101.540		
	Ribeira			95.600	
	Ribeirão Branco		91.733		
	Itapirapuã Paulista		91.750		
Jales	Aparecida D'Oeste	160.000			
	Santa Albertina	148.525			
	Santa Rita D'Oeste			86.000	
	Santana Ponte Pensa			88.029	
Ourinhos	Óleo		85.740		
Pindamonhangaba	Natividade da Serra	133.000			
	Santo A. do Pinhal			92.500	
	São Bento do Sapucaí			85.000	
P. Prudente	Alfredo Marcondes	154.117	96.423		
	Álvares Machado	151.000	150.000		
	Emilianópolis		86.000		
	Presidente Bernardes	133.312	101.248		
Registro	Barra do Turvo			106.700	
	Iporanga		91.800		
	Juquiá			94.500	
	Miracatu			86.100	
	Sete Barras	149.500		150.000	150.000
São J. do Rio Preto	Tanabi	150.899			
São Paulo	Mongaguá			100.000	
Tupã	Lucélia	150.400			
	Rinópolis	150.000	150.000		
Votuporanga	Cosmoramo			88.000	
Total		3.268.493	1.730.714	1.249.111	404.600
Participação percentual		49,13	26,01	18,78	6,08

¹Municípios que estavam mais atrasados no processo de liberação dos recursos e por isto foram afetados pelos cortes orçamentários recentes feitos pelo Governo Federal.

Fonte: Secretaria Executiva PRONAF-SP.

TABELA 5 - Condições de Financiamento dos Projetos do FEAP

Projeto	Montante individual (R\$)	Restrição ao financiamento	Prazo (ano)		Juro (% a.a.)	Garantia
			Carência	amort ¹		
1. Desenvolvimento regional						
Café ²	1.500ha	3ha	3	+1	4	aval/hipoteca/penhor
Banana	10.000		1	+1	4	bens financ.
Piscicultura ³	10.000		1	+1	4	bens financ.
Algodão ⁴	800ha	50ha		1	6	penhor/aval
2. Cooperativa ou Associações						
Mini-usinas	100.000 ⁵	até 3.000/dia	6 meses	+3	4	bens financ.
Insumos coletivos	5.000	R\$200.000		até 2	6	penhor/aval
Máquinas/equipamentos	60.000	coletivo	1	até+3	4	bens financ.
Pequenas indústrias	100.000	coletivo	1	+3	4	bens financ.
3. Conservação do solo						
Calcário ⁶	600 a 5.000	80% até 140t.	1	+2	6	penhor/aval
Erosão do solo ⁷	1.00.00ha	50ha.	1	+1	0	penhor/aval cruzado
Plantio direto	15.000		1	+3	4	bens financ. ⁸
4. Pesca artesanal						
Individual	5.000		1	+2	4	bens financ.
Colônia	60.000		1	+2	4	bens financ.
5. Custo emergencial						
	5.000		1,5	+1	6	penhor/ hipoteca/aval ⁹
Mosca branca e mosaico nervuras	10.000	+40% perda	1	+3	4	penhor/ hipoteca e aval ¹⁰

¹Adicional ao período da carência.

²EDRs de Dracena, Tupã, Marília e Bauru.

³EDR de Registro.

⁴EDRs de Presidente Prudente e Presidente Venceslau.

⁵Recursos para 1997 e 1998.

⁶Todo Estado, preferencialmente solos mais ácidos.

⁷EDRs de Andradina, Araçatuba, Bauru, Botucatu, Dracena, Lins, Marília, Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Tupã.

Com laudo de existência de voçoroca ampliado o limite em R\$1.000,00 por propriedade.

⁸100% do valor financiado. Cobertura complementar por penhor, hipoteca ou aval.

⁹Definidas pelo MCR, garantindo que no mínimo 100% são das formas especificadas.

¹⁰Relativo a 100% do valor financiado.

Fonte: FEAP: Detalhamento normas e instruções, 1997.

godão e a pesca artesanal, que utilizaram praticamente todo o recurso previsto. Dois outros atingiram níveis de cerca de 30% a 40% de utilização dos recursos: os projetos de banana e piscicultura para a Região do Vale do Ribeira e o de combate à erosão do solo, que beneficiou principalmente a região oeste do Estado, a juro zero. Este último foi complementado pelo de plantio direto na palha (Tabela 6).

Os programas de calcário e o de insumos coletivos foram suspensos, pois o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), que aportaria os recursos, deixou de operar com o FEAP. Os recursos do Fundo seriam só para equalização das taxas de juros.

O FEAP também subvenciona, garantin-

do a equivalência-produto aos agricultores familiares inscritos no programa de eletrificação rural "Luz e Terra", instituído em setembro de 1996, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e fornece garantia de aval àqueles que têm renda familiar bruta inferior a R\$7.500,00. Os desembolsos do FEAP com este programa só vão se iniciar em outubro de 1998.

5 - COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS

A legislação brasileira, que disciplina atualmente os aspectos de higiene, conserva-

TABELA 6 - Quadro das Operações Realizadas pelo FEAP, Agosto de 1998

Projeto	Valor aprovado em conselho (R\$1.000,00)		Valor utilizado (R\$1.000,00)	Saldo a utilizar	
	1997	1998		R\$1.000,00	%
1. Desenvolvimento regional					
Café ¹	3.000		158	2.842	95
Banana/piscicultura ²	1.000		134	666	67
Algodão ³	400 ⁴	3.300	3.528	172	5
2. Cooperativas e associações					
Mini-usinas	2.300		99	2.201	96
Insumos coletivos	900 ⁴				100
Máquinas/equipamentos	3.000		49	2.951	98
Pequenas indústrias	2.000		87	1.913	96
3. Conservação do solo					
Calcário ⁵	10.000 ⁴				100
Erosão do solo ⁶	3.000		1.211	1.789	60
Plantio direto		3.000 ⁷			100
4. Pesca artesanal			1.102	0	-2
Individual	400				
Colônia	600				
5. Custeio emergencial (Vale do Ribeira)	3.000		1.500		50
Mosca branca e mosaico das nervuras		1.400		1.400	100

¹EDRs de Dracena, Tupã, Marília e Bauru.

²EDR de Registro. 85% dos recursos foram destinados à banana e 15% para a piscicultura do município de Registro.

³EDRs de Presidente Prudente e Presidente Venceslau.

⁴Refere-se somente à equalização da taxa de juros.

⁵Todo Estado, preferencialmente solos mais ácidos.

⁶EDRs de Andradina, Araçatuba, Bauru, Botucatu, Dracena, Lins, Marília, Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Tupã. Com laudo de existência de voçoroca ampliado o limite em R\$1.000,00 por propriedade.

⁷Safra 1998/99.

Fonte: Gerência do FEAP.

ção, armazenamento e comercialização de produtos de origem animal¹³, define que os serviços de inspeção para os estabelecimentos que produzem alimentos são da competência do Ministério, Secretarias ou Departamentos de Agricultura, dependendo da área de abrangência do seu mercado comprador. O mercado internacional ou nacional é de competência do Governo Federal, enquanto os estados e municípios são responsáveis pelos produtos que circulam dentro dos limites do seu território. A fiscalização das casas atacadistas e varejistas são de competência dos órgãos de saúde pública.

As normas existentes foram elaboradas para unidades de processamento industrial de grande escala. Exige-se, assim, infra-estrutura

de grande porte, o que inviabiliza a regularização das pequenas unidades de processamento artesanal. Alguns municípios estão apresentando alteração na legislação pertinente mas isso impõe limitações ao seu mercado.

Está sendo encaminhada à Assembléia do Estado de São Paulo Projeto de Lei¹⁴ que dispõe sobre a elaboração e comercialização de produtos comestíveis artesanais de origem animal e vegetal. A proposta segue o modelo da que foi desenvolvida em Santa Catarina, o Estado precursor nesta transformação.

A legislação prevê que cada tipo de produto deve ser padronizado e registrado no órgão estadual, que as instalações devem ser compatíveis com a capacidade de produção e com o número de pessoas empregadas e que serão ga-

¹³Lei Federal 1.283, de 18/12/50, regulamentada pelo Decreto Federal 30.691, de 29/03/52. A Lei Federal 7.889, de 23/11/89, redefine a competência dos Estados e Municípios.

¹⁴Projeto de Lei 598 de 1997. Já passou por todas as Comissões e espera ser apresentado para votação.

rantidas as mesmas condições sanitárias dos produtos de outra origem. A inspeção e a fiscalização competem ao poder executivo estadual, que poderá delegá-las, através de convênios aos municípios. O órgão responsável pela inspeção definirá os procedimentos técnicos rotineiros, sem ônus para os produtores.

A aprovação desta legislação é fundamental para viabilizar a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar voltada ao atendimento do mercado regional. Fortalece o processo de identificação de nichos de mercado associados à qualidade e, também, à constituição de um "selo" social paulista, pelo emprego e qualidade de vida no meio rural.

6 - PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A continuidade de recursos para programas como o PRONAF e o FEAP, no quadro atual de incerteza do mercado financeiro mundial e da crise econômica do Estado no Brasil, depende, fundamentalmente, da qualidade da implementação destes programas e da vontade política, uma vez que a orientação dos Organismos Financeiros Internacionais é de canalizar recursos para projetos deste tipo.

Os esforços realizados pelo governo federal e estadual, para definir uma política de fortalecimento da agricultura familiar, têm desenho condizente com as necessidades do setor e, de certa forma, apresentam até um caráter complementar ao se considerar que o FEAP está especialmente voltado ao público que o PRONAF não tem sido capaz de atender: produtores sem acesso direto a terra ou carentes de maior subsídio.

Um aspecto positivo na forma de condução destes dois programas no Estado é o esforço dos responsáveis em fornecer as informações para este e outros trabalhos, gerando as tão desejadas condições de transparência para a sociedade. É também importante salientar que as dificuldades iniciais para se implantar um programa social são responsáveis pelo baixo valor dos diversos indicadores de desempenho apresentados. Trata-se não só de criar uma nova mentalidade institucional mas também de reverter uma forma tradicional de relação (e não relação) com o público. Há que se salientar também

as inúmeras dificuldades em fazer chegar a estes serviços em função do analfabetismo, falta de documentação, etc.

O PRONAF se propõe, como um instrumento de política, a ser gradativamente aperfeiçoado e já existem várias evidências de que este processo está em marcha. As novas linhas de crédito são indicadores desta mentalidade. Existe uma preocupação com o envolvimento crescente dos próprios interessados na condução do processo, o que põe em evidência a importância da linha de capacitação, não discutida neste texto. Por outro lado, a de "negociação de políticas públicas com os órgãos setoriais" é fundamental se não se quiser que o impacto negativo de políticas definidas por outros objetivos neutralize o efeito desta.

Por ser um programa social, a continuidade na condução das ações é fundamental, mas será colocada a prova neste final de ano. Nos Estados em que o Programa está sendo implantado com maior participação dos beneficiários (e/ou de técnicos) há melhores condições de sucesso. Em São Paulo, houve três coordenações com orientações diferenciadas, com claro reflexo sobre a continuidade e qualidade dos trabalhos realizados. Isso sugere que se deveria buscar estratégias que permitam maior envolvimento e autonomia de técnicos que se voluntariam para participar do órgão gestor. Nesta perspectiva, fica fortalecida a proposta, encaminhada pelo Fórum dos Secretários de Agricultura, de maior participação do poder estadual na condução do Programa.

O baixo volume das operações de crédito no estado e a falta de continuidade na implantação do Programa são evidências das dificuldades a serem superadas, exigindo a busca de soluções criativas aos gargalos encontrados.

Por outro lado, a gerência do programa, em São Paulo, apresentou resultados favoráveis no que diz respeito ao apoio dado à elaboração dos Planos de Trabalho, no esforço em proporcionar a troca de experiência de técnicos de uma mesma regional e com relação ao percentual do volume de recursos liberados para os municípios.

O Programa Federal deve continuar nos próximos anos e a tendência é que se identifiquem mecanismos para aumentar sua eficácia e eficiência. Um aspecto importante a ressaltar é a ampliação do público a ser atendido, o que determina uma maior importância do componen-

te capacitação técnica, inclusive no fomento à participação e na promoção da mudança de mentalidade institucional.

As respostas ao questionário de avaliação da situação da agricultura familiar enviado, pelas autoras deste texto, às regionais demonstram, com graus diferenciados, a novidade que é, para alguns deles, pensar a realidade dos agricultores familiares e não das principais atividades desenvolvidas na região, como sempre foram solicitados a fazer. Se o componente técnico associado à mudança da mentalidade que envolve o planejamento participativo não for assumido com eficácia na implantação, corre-se o risco de ver um programa bem elaborado tornar-se mais uma vez discurso político.

Do ponto de vista da linha de crédito, as expectativas se voltam à estratégia de fomento dos Fundos Municipais de Aval, para os quais o governo do Estado não tem ainda uma proposta definitiva. As novas linhas que estão sendo criadas aprimoram a abrangência do atendimento, mas de fato não permitem a superação do maior gargalo que é a exigência de garantias. Uma possibilidade seria a utilização do FEAP para isso.

No que diz respeito à linha de negociação das políticas públicas, a avaliação das condições vividas pela agricultura familiar nas diversas regiões do Estado é um depoimento forte sobre o quanto é irrelevante todo o esforço intelectual e político de formulação do Programa, se de fato não forem estabelecidos os canais de reivindicação dos beneficiários, com relação às políticas macroeconômicas. Esta necessidade é ainda maior quando se considera o quadro de incertezas que paira sobre a economia internacional e seus reflexos no País. Mecanismos de apoio para ajustes à crise ou à uma nova ordem precisam começar a ser pensados e discutidos com os beneficiários. Nesse sentido, o maior envolvimento de técnicos das estruturas institucionais estaduais pode ser fundamental.

Os relatos apresentados evidenciam que o programa deve começar a pensar projetos regionais voltados ao atendimento de situações emergenciais, associados a produtos em que as condições de concorrência estejam exigindo transformação tecnológica impossível para o público do Programa, pelo menos no curto prazo. O enfoque regional deve privilegiar áreas predominantemente agrícolas, onde a agricultura familiar se baseie em atividade sob forte impacto de

transformações de mercado.

O FEAP, de abrangência limitada, ganhou nova estratégia no período analisado. Suas possibilidades de se consolidar como instrumento de política estadual vai depender, antes de tudo, das definições políticas. São, entretanto, condições necessárias à mobilização social dos interessados, um estudo sobre as causas do baixo índice dos projetos apresentados e a definição clara de procedimentos operacionais e das atribuições e responsabilidades do corpo técnico. Procedimentos formais podem ser um instrumento importante para averiguação do cumprimento das atribuições e devem ser estabelecidos.

A nova estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) define que a política agrícola estadual deve ser formulada no Fórum Paulista de Agricultura, que incorpora as Câmaras Técnicas, por agronegócio ou tema, e os Conselhos Regionais. Os técnicos dos diversos órgãos da SAA são reunidos através das respectivas Comissões Técnicas associadas à cada Câmara Técnica, entretanto, não há tratamento semelhante às questões ligadas aos Conselhos Regionais. Isso significa que as questões próprias ao desenvolvimento sustentado, em uma perspectiva espacial e social, em particular, da agricultura familiar e das políticas de emprego e renda, não são encaradas como tendo um componente técnico, mas somente político.

Sugere-se a necessidade de constituir uma Comissão Técnica de Fortalecimento da Agricultura Familiar que permitisse à pesquisa e à extensão se integrarem para melhor orientar suas atividades de forma a atender mais eficientemente as necessidades deste segmento dos produtores agrícolas e dar suporte aos gestores dos diversos programas voltados a este público.

Os extensionistas nos municípios, hoje transformados em agentes de desenvolvimento, estão tendo que enfrentar interesses contrários à implantação da política de "fortalecimento da agricultura familiar" de forma eficiente e eficaz. Por outro lado, espera-se que consigam transformar o caráter paternalista tradicional que caracteriza a relação do Estado com seu público prioritário: o agricultor familiar. Esta posição é insustentável se não houver continuidade no processo de aperfeiçoamento do programa estadual de fortalecimento da agricultura familiar e da priorização da sua capacitação para esta nova função.

SEGURO AGRÍCOLA

Valquíria da Silva¹

1 - INTRODUÇÃO

A garantia efetiva de obtenção de renda com as atividades exploradas é um dos principais problemas enfrentados pelos produtores rurais no Brasil. Os riscos do setor, nesse sentido, decorrem fundamentalmente da possibilidade de perdas durante o processo produtivo e de oscilações no comportamento dos mercados agrícolas.

No que se refere ao risco de perdas na produção, o seguro rural apresenta-se como um importante instrumento de proteção, embora seja muito pouco utilizado no Brasil. Este fato é decorrente tanto do comportamento das seguradoras privadas - que qualificam as atividades agrícolas como de alto risco e preferem não operar com este segmento - como dos produtores rurais, que consideram os prêmios elevados e acreditam que este custo possa reduzir suas margens de lucro.

O seguro da produção agrícola brasileira é tradicionalmente realizado através do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), de abrangência nacional, e pela Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP), que até 1996 operava apenas no Estado de São Paulo. Por apresentarem ainda outras características distintas, optou-se por analisar separadamente o comportamento destas duas formas de seguro.

2 - PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (PROAGRO)²

O PROAGRO foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973³, com o objetivo de "exonerar o produtor rural do cumprimento

de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural, quando da ocorrência de perdas das receitas esperadas em consequência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atingissem bens, rebanhos e plantações" (Relatório Circunstanciado do Banco Central do Brasil (BACEN): 1991 a 1996, 1997:2). O limite de cobertura de 80% do financiamento de custeio ou de investimento foi ampliado para 100% em setembro de 1979.

Importantes modificações no Programa foram novamente introduzidas em julho de 1991, destacando-se a possibilidade de enquadramento de atividades não financiadas e a restrição do enquadramento apenas às operações de custeio, sendo esta fase conhecida como PROAGRO NOVO. No entanto, as dificuldades no acompanhamento sistemático das receitas e do controle dos riscos assumidos resultaram em sérios problemas na gestão financeira do Programa, conduzindo a novas mudanças operacionais em agosto de 1994 (Resolução BACEN nº 2.103) que reduziram a abrangência do Programa e visaram instituir mecanismos de controle mais eficientes.

Assim, de acordo com o capítulo 7 do Manual de Crédito Rural, a adesão ao PROAGRO foi considerada facultativa e em função do desempenho do produtor a cobertura de perdas, quando devida, ficou compreendida entre 70% e 100% do valor segurado, excluindo-se dos recursos comprovadamente aplicados as perdas não amparadas e as receitas produzidas pelo empreendimento. O seguro passou a cobrir apenas as perdas decorrentes de fenômenos naturais fortuitos (granizo, seca, vendaval e tromba d'água) e de doença ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia.

A despeito das sucessivas mudanças implementadas, as dívidas do PROAGRO (repasse do pagamento dos sinistros aos agentes financeiros ou aos produtores rurais) foram se acumulando ao longo dos anos, notadamente, após 1988, quando as despesas com o Programa passaram a ser cobertas apenas pelos prêmios arrecadados.

A tabela 1 apresenta o desempenho do PROAGRO por Unidade da Federação, de 14 de

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²Todas as informações relativas à história do PROAGRO tiveram como fonte o Relatório Circunstanciado - 1991 a 1996 elaborado pelo Departamento de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BACEN) em 1997, disponível na homepage do BACEN.

³Embora sua implantação efetiva tenha ocorrido apenas a partir de janeiro de 1975.

TABELA 1 - Operações Contratadas Após 14/08/91 pelo PROAGRO e Indicadores Agregados por Unidade da Federação

Unidade da Federação	Valor médio (R\$1,00) ¹		Resultado ² (R\$1,00 ¹)	Índice de adesão (%)	Índice de perdas (%)	Representatividade (%)	
	Contrato	Cobertura				Adicional	Número de adesões
Deficitárias	502.733,32	57.424,88	-430.591.866,00	42,81	28,88	72,91	66,15
Minas Gerais	38.321,46	5.234,29	-11.548.688,00	25,69	19,48	5,87	4,33
Maranhão	24.969,17	5.125,08	-12.340.668,00	53,86	39,54	1,03	0,9
Mato Grosso do Sul	96.173,49	9.783,74	-30.616.082,00	48,46	32,04	4,15	1,72
São Paulo	34.518,66	4.845,99	-34.691.763,00	21,56	25,06	7,2	6,17
Goiás	100.251,90	10.196,95	-38.121.543,00	45,03	21,1	11,44	4,73
Mato Grosso	132.034,63	13.855,30	-38.397.312,00	31,7	24,91	7,14	2,27
Bahia	47.424,81	3.246,02	-117.292.081,00	70,05	55	7,04	8,82
Paraná	17.208,31	3.781,98	-129.611.662,00	53,96	22,45	27,72	33,49
Demais	11.830,89	1.355,53	-17.972.067,00	32,29	50,37	1,32	3,73
Superavitárias	175.671,12	10.952,76	39.428.791,00	22,38	9,77	27,09	33,85
Roraima	19.595,94	-	145.279,00	7,53	0	0,03	0
Alagoas	7.864,97	1.105,29	289.031,00	57,23	12,51	0,4	1,38
Pará	19.389,79	1.551,65	301.405,00	16,38	8,86	0,13	0,29
Santa Catarina	53.507,76	3.012,86	810.098,00	13,28	12,49	5,06	7,23
Rio Grande do Sul	69.275,47	3.787,94	34.313.375,00	26,94	9,45	20,47	21,97
Demais	6.037,19	1.495,02	3.569.603,00	27,07	4,37	1	2,97
Total	678.404,44	68.377,64	-391.163.075,00	32,71	22,41	100	100

¹De 1991 até 01/07/94, valores em URV, equivalentes ao dólar diário de venda da data-base.

²Considera-se como Resultado a diferença entre o valor do adicional e o das coberturas deferidas.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEORF/DIRAI.

agosto de 1991 até 1996. Cabe destacar que as Unidades da Federação apresentadas responderam, no período considerado, por aproximadamente 90% dos contratos, dos contratos de crédito de custeio, do número de coberturas deferidas e do valor adicional recolhido (Relatório Circunstanciado - 1991 a 1996, 1997).

Conforme pode ser observado na referida tabela, entre os Estados deficitários se encontram grandes produtores de grãos, como São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná, este último tendo apresentado o pior resultado. E entre os superavitários, o Rio Grande do Sul foi o que apresentou melhor desempenho.

Além do problema gerado pelo fato de os adicionais recebidos (prêmios arrecadados) serem insuficientes para saldar todas as indenizações causadas pelos sinistros, contribuíram para o crescimento da dívida do Programa a limitada estrutura de fiscalização do BACEN

sobre as operações contratadas e a ocorrência de fraudes, possibilitadas pela falta de controle sobre a apuração das perdas. Este quadro conduziu ao descrédito do Programa junto aos produtores e aos agentes financeiros, estes últimos tendo deixado de aceitar o PROAGRO como garantia do pagamento do financiamento rural e exigindo a apresentação de garantias reais. Este comportamento dos agentes financeiros permanece ainda hoje, mesmo após a securitização das dívidas do Programa realizada em 1997, e está na origem da baixa taxa de utilização deste importante instrumento.

A perda de credibilidade no Programa e o comportamento avesso dos agentes envolvidos podem ser constatados no exame da tabela 2.

Esta mostra os índices de adesão dos principais produtos, classificados como deficitários ou superavitários de acordo com os resultados obtidos pelo Programa, de 1992 a 1996. No-

TABELA 2 - Operações Contratadas Após 14/08/91 pelo PROAGRO e Índices de Adesão dos Principais Produtos¹

	(em %)				
Produto	1992	1993	1994	1995	1996
Deficitários					
Algodão	61	91	83	82	64
Arroz	21	13	26	8	38
Batata-inglesa	68	72	67	31	26
Feijão	61	56	66	20	35
Milho	72	65	62	30	27
Trigo	93	89	82	1	72
Demais	37	36	33	1	3
Superavitários					
Café	5	0	0	0	0
Cebola	58	46	47	30	20
Fumo	3	46	39	0	0
Laranja	0	0	0	5	0
Mandioca	31	32	86	45	2
Soja	58	38	55	28	22
Uva	52	32	75	29	3
Demais	12	10	14	19	13

¹O índice de adesão é definido pelo percentual do número de adesões em relação ao número de contratos de crédito rural, por produto.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEORF/DIRAI.

vamente, ressalta-se que a seleção dos produtos decorreu do fato de estes terem respondido por 86,6% do número de contratos de crédito rural e por 93,8% do total de adesões. Assim, de modo geral, observa-se uma redução nos índices de adesão para todos os produtos, no período considerado. Considerando-se apenas o grupo de produtos deficitários, destacaram-se as quedas observadas nos índices das culturas de algodão, batata-inglesa, milho e trigo, embora este último tenha apresentado forte recuperação de 1995 para 1996. Entre os superavitários, destacaram-se as reduções observadas nas culturas de cebola, mandioca e soja, cujas tendências de queda acentuaram-se de 1994 para 1995 e foram mantidas em 1996.

Visando, novamente, a melhor administração do PROAGRO - redução de risco e do custo do seguro - na safra de verão 1996/97, foi introduzida alteração pertinente e fundamental. Através das Resoluções BACEN nº 2.294 e 2.311 foi instituído o zoneamento agrícola para as culturas de arroz, feijão, milho e soja nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins, Para-

ná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Assim, os produtores de lavouras solteiras de sequeiro, conduzidas de acordo com as recomendações técnicas referentes ao zoneamento (novo cronograma de plantio combinado com variedades de sementes e grau de aptidão dos solos nos municípios considerados habilitados), pagariam menores alíquotas de adicional do PROAGRO (menor risco).

Contudo, em seu primeiro ano de implantação, o zoneamento foi muito criticado pelos segmentos interessados devido às falhas apresentadas na definição das áreas habilitadas (menor risco) para o cultivo dos produtos selecionados, ao atraso na sua divulgação pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento e, conseqüentemente, na sua disponibilidade junto aos agentes financeiros, o que perturbou, inclusive, a liberação dos créditos de custeio.

A implementação do zoneamento ocorreu de maneira mais tranquila na safra de verão 1997/98, sob as regras do PROAGRO definidas pela Resolução nº 2.403, de 25 de junho de 1997, que incluiu o Distrito Federal e a cultura do algodão e definiu alíquotas ainda menores para

os cultivos de feijão, milho e soja nos casos de plantio direto. Pela Resolução nº 2.422 (de 10/09/97), o enquadramento no Programa ficou restrito aos produtores de localidades incluídas no zoneamento, tendo sido excluídas desta exigência apenas as operações contratadas através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) e dos Fundos Constitucionais/Programa da Terra. Além disso, incluiu a cobertura de perdas decorrentes de doença fúngica ou praga sem método difundido de combate. As alíquotas então estabelecidas para as regiões enquadradas no zoneamento, e que permanecem para a safra de verão 1998/99, foram as seguintes:

- Cultivo de sequeiro:
 - a) arroz e feijão: redução significativa da alíquota normal de 11,7% para 6,7%;
 - b) algodão, milho e soja: redução de 7,0% para 3,9%.
- Cultivo irrigado: não são cobertas apenas as perdas decorrentes de seca: alíquota de adicional reduzida de 4,7% para 1,7%.

Para o plantio direto, as alíquotas de adicional acima definidas para o cultivo de sequeiro foram reduzidas para 5,7% para o feijão e para 2,9% nas culturas de milho e soja. Com relação aos programas especiais (PRONAF, PROCERA e Programa da Terra) cabe ressaltar que, dada sua função social, a taxa de adesão é de 2% para cultivo de sequeiro e vale para todo o Território Nacional, isto é, é independente do enquadramento no zoneamento.

Este critério de fixação das taxas de acordo com o zoneamento das culturas, e que implicou a adoção das recomendações técnicas, reduziu significativamente o montante de indenizações pagas pelo PROAGRO e contribuiu para saneá-lo financeiramente⁴. No entanto, não é o único fator explicativo, conforme apontando anteriormente, pois decorre também da queda nos índices de adesão e do desinteresse dos agentes financeiros em operarem com o Programa, situação que deve se manter inalterada na safra 1998/99. Nesse sentido, cabe destacar que a rede particular de bancos que operam com

crédito rural praticamente abandonou a utilização desta fonte de seguro da produção. Assim, se de um lado o Programa apresenta resultados técnicos operacionais animadores, de outro, seu desempenho em termos de seus objetivos iniciais de amparar a atividade agrícola está muito aquém do esperado, segurando apenas 3,4% do total de grãos plantados no País, conforme informações do BACEN.

3 - COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO (COESP)

O seguro rural da COESP, embora de menor expressão que o PROAGRO, tem se apresentado ao longo dos anos como a única alternativa, em relação ao PROAGRO, para o produtor agrícola segurar sua produção. Embora até 1996 sua atuação tenha sido restrita ao Estado de São Paulo, nos anos seguintes expandiu seus contratos para os Estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás. Além disso, segura um maior número de culturas e cobre mais riscos do que o PROAGRO, pois inclui, além da cobertura de perdas por tromba d'água, vendaval, granizo e seca, os riscos decorrentes de incêndio e raio, de chuvas excessivas, geada e variação excessiva de temperatura. Outra vantagem é a sua aceitação consideravelmente maior pelos agentes financeiros que destacam, entre outras qualidades, sua agilidade para pagamento das indenizações e sua facilidade de operação.

Em relação ao PROAGRO, apresenta como desvantagem para o tomador do seguro o fato de que suas taxas de adesão são mais elevadas, chegando em alguns casos a serem proibitivas, por comprometerem a margem de lucro do produtor. Tomando-se como exemplo o feijão de sequeiro, tem-se que o produtor de um município enquadrado como de menor risco pelo zoneamento do PROAGRO, na safra 1998/99, optando por este seguro, pagaria taxa de 6,7% como prêmio de adesão, enquanto que, optando pela COESP, esta taxa seria de 10% (Tabela 3).

Mas, assim como o PROAGRO, o seguro rural da COESP oferece taxas diferenciadas para determinados produtos, segundo a aptidão da região em que este será cultivado, embora não siga os mesmos critérios do zoneamento elaborado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento. No caso da soja, por exemplo, a

⁴Até o momento de elaboração deste documento, 25 de agosto, o Banco Central do Brasil não possuía ainda os dados consolidados do PROAGRO para 1997.

TABELA 3 - Taxas de Adesão ao Seguro Agrícola da COSESP, Safra 1998/99, Estado de São Paulo (em %)

Culturas selecionadas	Taxa
Algodão	4 a 12
Amendoim	15
Arroz irrigado (plantio por mudas)	12
Arroz irrigado (plantio por sementes)	12
Batata irrigada	4
Cana-de-açúcar	1,5
Cebola soqueira-bulbinho	3,5
Feijão irrigado (safra das águas)	7
Feijão irrigado (safra da seca)	5
Feijão de sequeiro	10
Milho	4 a 10
Soja	4 a 7,5
Trigo irrigado	12
Trigo de sequeiro	15

Fonte: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP).

taxa de adesão varia de 4% a 7,5%, e no cultivo do milho, as taxas variam de 4% a 10% (Tabela 3). Além disso, os percentuais de cobertura do seguro variam de acordo com o estágio de desenvolvimento da cultura no momento de ocorrência do sinistro. Considerando-se como exemplo o feijão de sequeiro, safra 1997/98, tem-se que até 30 dias após o plantio, o percentual máximo de cobertura estabelecido foi de 45%; de 31 a 65 dias, este se elevou para até 80%; e acima de 65 dias, a cobertura chegou até 100%. O produtor pode contratar o seguro da COSESP diretamente na seguradora, ou nos agentes financeiros conveniados: Banco do Estado de São Paulo, Banco do Brasil e Nossa Caixa/Nosso Banco.

Outra diferença importante com relação ao PROAGRO diz respeito à exigência da COSESP de o produtor sempre respeitar as normas de cultivo estabelecidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. O não cumprimento de uma das recomendações técnicas implica a perda imediata da cobertura oferecida pelo seguro em caso de sinistro.

Finalmente, depois de um período de grande expressão no mercado de seguros das atividades agropecuárias, que se esgotou em

meados dos anos 80, seguido por uma fase de forte retração, a contratação de seguro rural voltou a crescer dentro da COSESP e está dentro das metas de crescimento da Companhia, embora atualmente a carteira agrícola represente apenas 2,6% do movimento total da seguradora.

Pelo exposto, nota-se que o produtor rural pode-se utilizar deste seguro para proteger-se contra as perdas na produção, mas que deve observar se os custos das taxas pactuadas não comprometerão a rentabilidade de sua atividade. Um parâmetro para esta tomada de decisão é a margem de lucro média das culturas em torno de 20%. Outros parâmetros importantes são o comportamento futuro dos preços do produto e a produtividade da cultura.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas mudanças no PROAGRO com o objetivo de revitalizá-lo estão sendo analisadas, mas não haverá tempo hábil para implementá-las na safra que se inicia. Tão importante quanto o aprimoramento das regras, é a recuperação de sua credibilidade junto ao público interessado, para que, além da eficiência técnica de gerenciamento do Programa já obtida, este possa ser eficiente também quanto aos seus objetivos de apoio ao setor agrícola.

Sendo assim, o quadro para o seguro rural não deve se alterar na safra 1998/99: o produtor rural continuará a encontrar dificuldades para operar com o PROAGRO junto aos agentes financeiros e a alternativa oferecida pela COSESP deve ser bem avaliada, segundo as condições para cada cultura e produtor. E a perspectiva da entrada de seguradoras privadas nesse ramo de seguros continua sendo considerada bastante remota, tendo em vista a carência de dados históricos sobre o setor agrícola, o que torna difícil uma apuração adequada dos riscos dessa linha de seguros.

Assim, e apesar da importância deste instrumento de política setorial, infelizmente, o setor agrícola continua carente a este respeito, sem perspectivas de mudanças no curto e médio prazos.

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E DE COMUNICAÇÕES (ICMS)

Regina Petti¹

1 - INTRODUÇÃO

A principal determinação legal sobre o ICMS, ocorrida desde o Plano Real, foi a Lei Complementar nº 87, de 13/09/1996. Conhecida como Lei Kandir, foi divulgada pela imprensa tão somente no que se refere à desoneração das exportações. No entanto, esta Lei também determina importantes avanços na consolidação do ICMS como um imposto que incide apenas sobre o valor adicionado, consolidando iniciativas que já vinham sendo implementadas no sentido de garantir a manutenção e transferência de créditos, impedindo a incidência em cascata no Estado de São Paulo. As restrições impostas pelas alíquotas interestaduais, contudo, continuam a distorcer o sistema, e a solução ainda não está definida. Prova disso foram a incapacidade do governo em aprovar a reforma tributária, o veto ao artigo da Lei 87/96, que criava uma comissão de ética no Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), e os problemas no cálculo do ressarcimento, aos estados, da perda da receita de ICMS sobre exportações, que, inclusive, exigiram alterações na legislação correspondente. Mais uma vez, o Tesouro Nacional arcou com o custo da desoneração às exportações devido à resistência dos estados em arcar com funções historicamente exercidas pelo governo federal.

A sistemática atual em relação ao ICMS é apresentada a seguir, segundo cada um dos grupos de produtos tradicionalmente analisados: produtos hortifrutigranjeiros, cesta básica, máquinas e insumos agropecuários e operações com o exterior.

2 - PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS

A desoneração dos produtos hortifrutigranjeiros foi estabelecida por convênios interes-

taduais desde a criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) em 1967 e vinha sendo renovada ano após ano até que, recentemente, aprovou-se a isenção por tempo indeterminado, estabilizando o sistema. A relação de produtos incluídos nesta isenção tem variado ao longo dos anos. Atualmente, para o Estado de São Paulo, são isentas as saídas internas e interestaduais dos seguintes produtos em estado natural, exceto quando destinados à industrialização²: abóbora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, alcachofra, alecrim, alface, alfavaca, alfazema, almeirão, aneto, anis, arruda e azedim; batata, batata-doce, berinjela, bertalha, beterraba, brócolos e brotos de vegetais usados na alimentação humana; cacateira, cambuquira, camomila, cará, cardo, catalonha, cebola, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, coentro, cogumelo, cominho, couve e couve-flor; endívia, erva-cidreira, erva-de-santa-maria, erva-doce, ervilha, escarola, espargo e espinafre; funcho, flores e frutas frescas, exceto amêndoas, avelãs, castanhas, nozes, pêras e maçãs; gengibre, gobo, hortelã, inhame, jiló e losna; macaxeira, mandioca, manjerição, manjerona, maxixe, milho verde, moranga e mostarda; nabiça e nabo; ovos; palmito, pepino, pimenta e pimentão; quiabo, rabanete, raiz-forte, repolho, repolho chinês, rúcula, ruibarbo, salsa, salsão e segurelha; taioba, tampala, tomate, tomilho e vagem; demais folhas usadas na alimentação humana.

Os produtos hortigranjeiros receberam tratamento especial desde que o ICM entrou em vigor, devido à perecibilidade desses produtos e à pulverização de sua estrutura de comercialização.

3 - CESTA BÁSICA

A definição de uma cesta básica para

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²Regulamento do ICMS/SP, tabela I do anexo I.

fins de redução de alíquota de ICMS iniciou-se com a aprovação da Constituição Federal de 1988, que introduziu a seletividade de alíquotas para o imposto sobre valor adicionado. A partir de então, os estados puderam estabelecer alíquotas internas que variavam de 12% a 25%. O Estado de São Paulo definiu uma alíquota de 12% para alguns produtos essenciais. Uma alíquota menor só pôde ser aprovada através de convênio entre todos os estados da federação. Assim, costuma-se classificar como cesta básica o conjunto de produtos sobre os quais incide alíquota reduzida e/ou com redução de base de cálculo, conforme Convênio ICMS nº 128/94, resultando em alíquota de 7%.

Entretanto há produtos importantes nos gastos familiares que são isentos: alguns produtos hortícolas relacionados no item anterior³, além da banana, laranja, pescados⁴, ovos e leite fluido.

O Estado de São Paulo aprovou uma das cestas mais amplas, não tendo incluído, dentre os produtos que comporiam uma cesta básica padrão⁵, apenas as margarinas vegetais e o leite em pó (Tabela 1). Porém, o Convênio ICMS 128/94 refere-se apenas às alíquotas internas, ficando as operações interestaduais submetidas à alíquota normal para estas operações, de 12%.

Outras operações importantes para os gastos mensais dos trabalhadores têm tratamento especial pelo regulamento do ICMS. Refeições promovidas por estabelecimentos diretamente aos seus empregados são isentas⁶, assim como o transporte regular na área metropolitana, que responde por parcela crescente dos gastos da classe trabalhadora.

Outro fator que define a carga tributária é a manutenção ou não dos créditos tributários oriundos de fases anteriores do ciclo produtivo. Se há manutenção dos créditos, a alíquota efetiva se iguala à alíquota legal. Desde a Consti-

³Batata, cebola, cenoura, tomate, alface, repolho, couve e chicória.

⁴Exceto hadoque, bacalhau, crustáceo, merluza, molusco, pirarucu e salmão.

⁵Cesta básica padrão define um conjunto de produtos que responde por percentual significativo dos gastos familiares com alimentação, considerando-se o conjunto dos estados do país.

⁶Item 34 da tabela I do anexo I do RICMS/SP.

tuição Federal de 1988, a legislação do Estado de São Paulo tem sido bastante modernizada no sentido de prever manutenção e transferências de créditos, sendo que os casos específicos de cada cadeia produtiva devem ser estudados e apresentados para a Secretaria da Fazenda do Estado para garantir a efetividade da redução das alíquotas.

4 - INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Os insumos agropecuários continuam isentos nas operações internas (alíquota 0 da Tabela 2).

A isenção aos insumos agropecuários continua restrita às operações internas. Nas operações interestaduais, o CONFAZ aprovou apenas a redução de base de cálculo⁷ (Tabela 2).

Máquinas e implementos agrícolas⁸ recolhem ICMS com alíquota de 7% sendo que, nas saídas interestaduais, incide a alíquota de 5,1% para as Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte e para o Estado do Espírito Santo e de 8,75% nas operações para o Sul e Sudeste.

Dessa forma, alguns insumos recolherão ICMS, seja por serem adquiridos em outro estado, seja por não constarem na relação dos produtos isentos (Tabela 2), como as máquinas e equipamentos agrícolas. Como, via de regra, o produtor rural não recolhe o tributo nas vendas de seus produtos, ele deve se interar sobre a legislação e a forma de transferir tais créditos tributários para outros estabelecimentos.

O Regulamento do ICMS (RICMS) permite ao estabelecimento produtor transferir os créditos para o destinatário da mercadoria, caso este não esteja obrigado ao pagamento do tributo em nome próprio. O destinatário, porém, não é obrigado a aceitar tais créditos e, se também for beneficiado por redução de alíquota ou isenção, pode não se interessar pelo repasse, o que obriga o produtor a ficar com créditos acumulados sem poder transferi-los. Assim, seria

⁷A legislação paulista aprovou tal redução vinculando-a à dedução do preço da mercadoria do valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a redução de base cálculo e que esteja detalhada no documento fiscal. Itens 14 e 15 do anexo II do RICMS.

⁸Relacionadas no Convênio 52/91.

TABELA 1 - Alíquotas Internas para Produtos que Compõem a Cesta Básica, Estado de São Paulo, 1998

Produto	Aliquota interna (%)
Açúcar cristal ou refinado	7
Carne de aves ou coelhos fresca, resfriada ou congelada	7
Feijão	7
Margarinas vegetais	18
Óleos vegetais (exceto de oliva)	7
Sal de cozinha	7
Arroz	7
Carne bovina, bufalina e suína	2
Carne ovina ou caprina	7
Leite fluido	0
Leite em pó	18
Ovos	0
Pão francês	7
Massa alimentar não cozida ou preparada	7
Farinha de mandioca	7
Fubá de milho e farinha	7
Café torrado e moído	7
Charque	7
Pão (outros tipos)	7
Lingüiça e salsicha	7
Mortadela	7
Sardinha enlatada	7
Vinagre	7
Ave, coelho ou gado bovino, suíno, caprino ou ovino em pé	7
Farinha de trigo	7
Mistura pré-preparada de farinha de trigo	7
Fubá pré-cozido	7
Leite esterilizado (longa vida)	7
Café descafeinado	7
Óleos vegetais semi-refinados em bruto e degomados	7
Embalagem de óleos	7
Carnes, miudezas, pele e toucinho de suíno saldados	7
Ovo integral pasteurizado, ovo integral pasteurizado desidratado, clara ou gema pasteurizada ou resfriada	7
Embalagem para ovo <i>in natura</i> com polpa moldada ou poliestireno expandido	7

Fonte: RICMS/SP.

relevante incluir o estabelecimento produtor no inciso III do artigo 70 do RICMS, permitindo a transferência dos créditos tributários também para os fornecedores de insumos e matérias-primas.

Deve-se lembrar que a Lei Complementar 87/96 garante a manutenção de créditos acumulados em operações que não recolhem o tributo, inclusive aqueles oriundos da aquisição de ativo permanente.

Apesar de a Lei Complementar 87/96 ter sido promulgada há apenas dois anos, a le-

gislação paulista já garantia aos estabelecimentos produtores e à agroindústria de insumos agropecuários a manutenção e transferência de créditos acumulados, em decorrência da isenção dos insumos agropecuários⁹, e do diferimento do recolhimento nas vendas realizadas pelo pro-

⁹À entrada da mercadoria, da correspondente matéria-prima ou material secundário utilizado na sua fabricação e embalagem e dos serviços tomados para a produção destas mercadorias. Nota 3 do item 47 da tabela II do anexo I do RICMS/SP.

TABELA 2 - Alíquotas Incidentes sobre Insumos Agropecuários, Estado de São Paulo, 1998

Insumo agropecuário	Alíquota (%)		
	Interna	Interestadual saídas com destino a	
		Sudeste e Sul, exceto Espírito Santo	Outros
Ácido nítrico, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, fosfato natural bruto ou enxofre	0	4,8	2,8
Amônia, uréia, sulfato de amônio, nitrato de amônio, nitrocálcio, MAP, DAP ou cloreto de potássio, adubo simples ou composto, ou fertilizante	0	8,4	4,9
Calcário e gesso com destinação exclusiva a uso na agricultura	0	4,8	2,8
Embalagem para ovo <i>in natura</i> , do tipo bandeja ou estojo	7 ¹	12	7
Embriões e Sêmen Congelado ou resfriado de bovino ²	0	0	0
Embriões e Sêmen Congelado ou resfriado de bovino, ovo fértil, pinto de um dia, alevino e girino ³	0	4,8	2,8
Energia elétrica ⁴	0	-	-
Esterco animal	0	4,8	2,8
Farelos e tortas de soja e de canola para ração e alimentação animal	0	8,4	4,9
Feno, sorgo, sal mineralizado, farinha de peixe, de ostra, de carne, de osso e outros destinados à alimentação animal e composição de ração animal para uso na produção pecuária	0	4,8	2,8
Inseticida, fungicida, formicida, herbicida, parasiticida, germicida, acaricida, nematocida, raticida, desfolhante, dessecante, espalhante adesivo, estimulador ou inibidor de crescimento (regulador), vacina, soro ou medicamento, com destinação exclusiva a uso na agricultura, pecuária, apicultura, aquíicultura, avicultura, cunicultura, ranicultura e sericicultura	0	4,8	2,8
Máquinas e equipamentos	7	8,75	5,1
Milho	0	8,4	4,9
Muda de plantas	0	4,8	2,8
Ração animal, concentrado ou suplemento, sendo o fabricante ou o importador registrado no Ministério da Agricultura e Reforma Agrária	0	4,8	2,8
Reprodutor ou matriz de bovino, ou suíno, puro de origem ou puro por cruzamento com registro genealógico oficial	0	0	0
Sementes destinadas à semeadura	0	4,8	2,8
Transporte Intermunicipal de leite cru (Conv. 17/92) ou pasteurizado ⁵	5	-	-

¹Item 7, do artigo 54 do RICMS.

²Item 1, da tabela I do anexo I do RICMS/SP.

³Item 47.9, da tabela II do anexo I do RICMS.

⁴Produtor rural inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, além do fornecimento residencial até o consumo mensal de 50kWh. Item 11, da tabela I do anexo I do RICMS/SP.

⁵Alíquota resultante de redução de 58,33% na base de cálculo. Acionada, apenas, se não acumulada a outros benefícios.

Fonte: RICMS.

dutor, garantindo a não incidência em cascata.

Há, ainda, isenção na importação de equipamentos destinados à pesquisa científica e tecnológica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), cujo objetivo é de estimular a pesquisa. Há outros incentivos específicos, como a determinada para a Empresa Dinamilho Carol importar uma unidade de equipamentos diversos para cultivo e colheita agrícola, certamente com o objetivo de introduzir inova-

ções tecnológicas através do estudo e reprodução.

5 - OPERAÇÕES COM O EXTERIOR

A imunidade das exportações do País já constava da proposta de reforma tributária de 1967, o texto aprovado, no entanto, restringiu-a aos produtos industrializados, tributando os pri-

mários.

Porém, mesmo dentre os produtos industrializados, foi sendo conformada uma categoria tributada parcialmente através de estorno de créditos¹⁰ e posteriormente definida pela Constituição Federal de 1988 (CFF-88) como semi-elaborados.

Apenas em 1996, com a Lei Complementar 87/96, foram excluídas da incidência do ICMS todas as saídas para o estrangeiro, respondendo ao princípio da não tributação das exportações e à reivindicação dos contribuintes. Esta Lei proíbe o estorno de créditos, o que impede que mecanismos de oneração utilizados no passado venham a ser novamente acionados pelos estados.

Apesar de a imunidade das exportações ser consensual há anos, foi aprovada apenas diante da forte pressão conjuntural estabelecida pela necessidade de equilibrar a balança comercial sem desvalorizar o real. Assim, desativou-se uma política que estimulava a agregação de valor internamente, através da maior carga tributária sobre as exportações de produtos menos elaborados, embora tenha perdurado anos, em grande parte, em função da necessidade de arrecadação dos estados.

A atual supremacia de medidas macroeconômicas conjunturais tem desativado algumas políticas estabelecidas na década de 60 e 70, sem ter em contrapartida uma proposta estratégica para o País¹¹. Para tanto, deve-se levar em consideração o conjunto das condutas seguidas pelos competidores externos. Uma forma de incentivo à adição de valor, por exemplo, foi estabelecida pela Argentina na forma de restituições diferenciadas maiores para os produtos mais elaborados.

Além da isenção de ICMS generalizada

às exportações, há outras iniciativas no sentido de desonerar as saídas de combustíveis e embarcações destinados ao transporte destas mercadorias exportadas. Há isenção, também, decorrente de "Acordo de Transporte Internacional", para a prestação de serviço de transporte ferroviário de carga vinculada à importação e exportação.

Concluindo, a legislação do ICMS vem se modernizando desde a criação deste tributo, mesmo que de forma desordenada e de difícil compreensão, uma vez que as inovações não são apenas definidas pela Constituição Federal. Mostra disso foi a aprovação da Lei Complementar 87/96 que, finalmente, desonerou as exportações e garantiu manutenção de créditos tributários acumulados em decorrência de assimetrias no recolhimento, garantindo a incidência apenas sobre o valor adicionado e não em cascata.

¹⁰O Decreto-Lei 406/68 autorizou aos estados o estorno dos créditos tributários de matéria-prima de origem animal ou vegetal que representem, individualmente, mais de 50% do valor do produto resultante de sua industrialização. Em 1972, estornaram-se créditos de produtos de origem animal, medida resultante de mobilização da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1973, estornaram-se créditos das operações anteriores a exportações de farelo e torta de amendoim, soja, algodão, milho e trigo. Na década de 80, aprovou-se o estorno inclusive para óleo de soja (PETTI, Regina H. V. *ICMS e agricultura: da reforma tributária de 1965/67 à sistemática atual*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. 313p. Tese de Mestrado).

¹¹Que deve influir nas decisões dos setores público e privado.

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR)¹

Regina Petti²

1 - INTRODUÇÃO

Desde o início do Plano Real, por duas vezes, o Imposto Territorial Rural (ITR) voltou a causar polêmica. No exercício de 1995³, a questão se relacionava ao valor da terra nua utilizado como base de cálculo do imposto. No exercício de 1997⁴, o contribuinte pela primeira vez calculou seu imposto e o acesso ao sistema de cálculo tornou-o mais consciente. As questões nesse caso giraram em torno de reconhecer o que realmente mudou. A sistemática de 1998 repetirá a de 1997 e não está previsto o prazo para a entrega das declarações.

A seguir, explicam-se os fatores que geraram a polêmica neste período recente.

2 - EXERCÍCIO DE 1995

O elevado valor do imposto no exercício de 1995 não se deveu exclusivamente à nova lei, pois a Lei 8.847/94 já havia vigorado no exercício de 1994. O que houve, de fato, foi reflexo da elevação do preço da terra ocorrida no segundo semestre de 1994, em resposta ao Plano Real (Figura 1 da seção de preços de terra)⁵.

O valor do ITR de um determinado exercício é resultante da multiplicação da respectiva alíquota pelo valor da terra nua (VTN) de dezembro do ano anterior. Portanto, a base de cálculo do exercício de 1995 foi dezembro de

1994, pico dos preços de terra. No entanto, a Instrução Normativa nº 59 (IN 59), que definiu o valor de terra nua para o exercício de 1995, com base em dezembro de 1994, foi editada somente em novembro de 1995, quando os preços de terra haviam caído significativamente, gerando protestos dos contribuintes.

Diante desta situação, houve uma mobilização geral no sentido de entender o que realmente ocorrera. No Estado de São Paulo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) discutiram a tabela publicada pela Secretaria da Receita Federal (SRF), apresentando proposta de correção para alguns municípios. Essa proposta, no entanto, visava apenas corrigir distorções grosseiras nos valores relativos da terra entre municípios, pois a base de cálculo é definida em lei e necessariamente expressava os elevados valores de dezembro de 1994. Assim, em julho de 1996, foi editada a Instrução Normativa nº 42 (IN 42) corrigindo algumas distorções entre municípios e substituindo a IN 59/95.

A aproximação dos valores da terra nua mínimos aos valores de mercado após a queda da inflação é explicitada ao se comparar a situação anterior e posterior ao Plano Real. A figura 1 toma como exemplo o Município de Jaboticabal no exercício de 1993 a 1996 e mostra o valor de mercado da terra nos meses que servem de base para o imposto e nos meses em que as instruções normativas foram publicadas.

Antes da estabilização econômica, nos exercícios de 1993 e 1994, nota-se que os valores de terra nua mínimos publicados pela SRF eram próximos, ou até acima, dos valores nominais de mercado de dezembro de cada ano, mês referência para as instruções normativas (colunas BC da figura 1). Porém, à época da edição das instruções normativas, tais valores estavam absolutamente defasados pela elevação dos preços da terra (colunas IN da Figura 1).

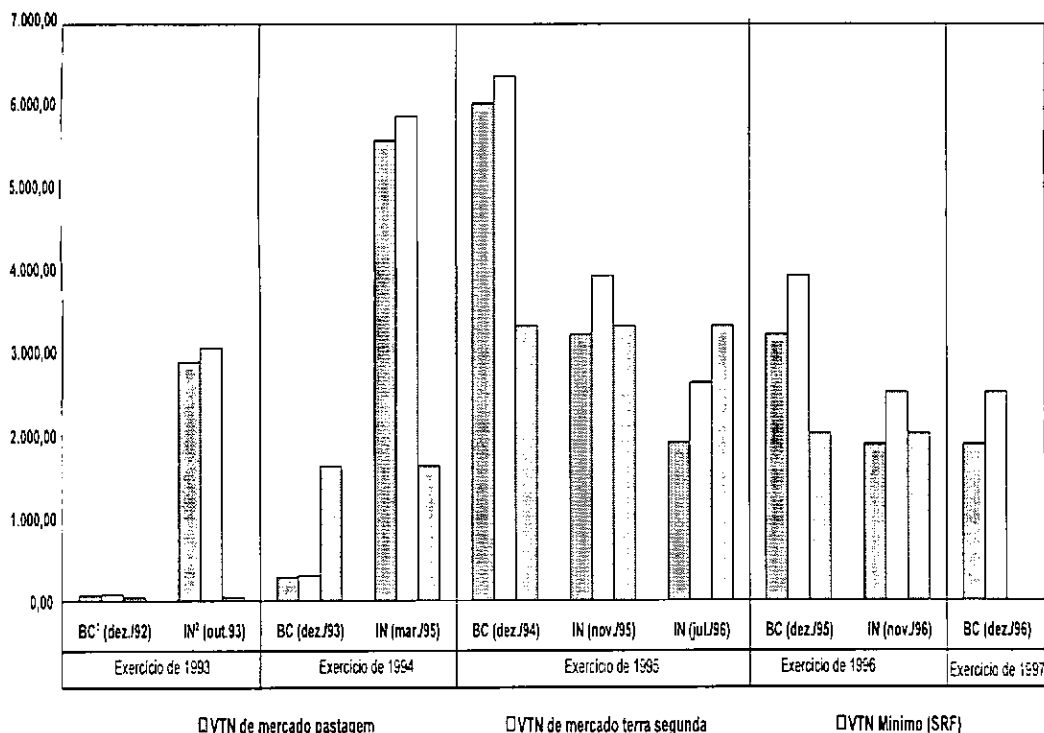
¹Agradecimentos aos técnicos da Receita Federal, Sr. Rubens Saito, Nelson Kichel e J. M. Marin as informações prestadas.

²Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Quando vigorava a Lei 8.847/94.

⁴Com a Lei 9.393/96.

⁵A elevação dos preços de terra após os planos econômicos tem se repetido devido à incerteza gerada quanto à rentabilidade dos ativos financeiros com maior liquidez.



¹BC = Base de cálculo (valor referencial para estabelecimento do valor de terra nua).

²IN = Instrução Normativa da SFR. Define valores de terra nua mínimos (VTNm) para cálculo do imposto com base no preço referencial para cálculo (BC).

Figura 1 - Valores Relativos de Mercado de Terra Nua e de Terra Nua Mínimo Adotados pela Secretaria da Receita Federal (SRF), Município de Jaboticabal, 1992-96.

Fonte: CAT/IEA e IN 86/out.93; IN 16/mar.95; IN 59/nov.95, IN 42/jul.96 e IN 58/nov.96.

Por exemplo, o valor da terra nua para pastagem em dezembro de 1992, Cr\$19.834.710,00/ha, elevou-se para Cr\$792.011,02/ha⁶ em outubro de 1993, quando foi publicada a Instrução Normativa nº 86/93, que determinava um valor de Cr\$12.388,42/ha para este Município. Tal valor tinha alguma aproximação com o valor nominal de mercado do final de 1992 porém, como o imposto foi lançado meses depois, os valores já estavam muito abaixo dos de mercado (Figura 1).

Com a estabilização, os valores da terra nua de dezembro de cada ano mantiveram-se em termos reais, no entanto, os preços de mercado da terra caíram em percentuais significativos, fazendo com que os valores publicados pelas instruções normativas (IN), com base em dezembro do ano anterior, fossem elevados em relação aos de mercado (compare as colunas BC com as IN da figura 1).

Os valores de terra nua mínimos, publicados pela IN 59/95 e 58/96, estavam abaixo dos valores nominais do final de 1994 e 1995, porém estavam muito próximos aos valores praticados pelo mercado do mês de edição destas instruções normativas. No caso da IN 42, publicada em julho de 1996, que substituiu a IN 59/95, os valores da terra de alguns municípios estavam até acima dos de mercado porque a

⁶ANUÁRIO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DA AGRICULTURA. Anuário IEA, 1993. São Paulo: IEA, 1994. 166p. (Sér. Inf. Estat. Agric., 01/94) e SANTOS, Zuleima A. P. de. Estatísticas do mercado de terras agrícolas no estado de São Paulo. São Paulo: IEA, 1993. 230p. (Sér. Inf. Estat. Agric., 02/93).

IN 42 foi publicada em julho/96, após um ano e meio de ocorrência do fato gerador do imposto (dezembro de 1994), período de queda brusca nos preços de terra (Figura 1).

Mesmo assim, excetuando-se o exercício de 1995 para alguns municípios, tais valores não estavam acima do mercado, pois a tabela de VTNm reflete valores mínimos e não médios. A polêmica ocorreu, na verdade, porque a base de cálculo utilizada historicamente era por demais defasada.

No período de elevada inflação, mesmo a indexação, determinada pela Lei 8.946/94, não era suficiente para manter atualizada de modo eficiente a base de cálculo. No Estado de São Paulo, o valor para terra em dezembro, que é definido com base no levantamento de preços realizado em novembro, foi convertido para UFIR em janeiro de 1994 e isso significou uma corrosão de 94% nos preços, uma vez que foi esta a variação do Índice Geral de Preços (IGP-DI) no período de novembro de 1993 a janeiro de 1994. Isto é, a indexação se deu a partir de valores de terra nua defasados.

Finalmente, a polêmica gerou não apenas a reedição da IN 59 e a reavaliação dos valores de terra nua mínimos como a mudança na própria Lei⁷. Tecnicamente, a argumentação dos agricultores foi válida porque os valores relativos entre municípios não eram coerentes com a realidade. Isto ocorre porque o VTNm deve assumir o menor preço de transação com terras no meio rural, referente a 31 de dezembro de cada exercício financeiro e em cada microrregião homogênea definida pelo IBGE⁸, e a composição destas provoca distorções e incoerências em termos de preços de terra. Municípios onde predominam terras mais valorizadas muitas vezes ficavam com seus valores bastante baixos, pelo simples fato de pertencerem a microrregiões onde havia um município com valor de terra muito baixo. Além disso, como o valor de terra estabelecido pela instrução normativa é o mínimo e não o médio, a determinação do valor de terra para a microrregião era definida por uma área com terras desvalorizadas, sem qualquer influência das demais. Além dessas distorções entre municí-

pios, há diversidades entre os imóveis não consideradas ao se estabelecer um único valor por município: localização, qualidade de terra, acesso à água, etc.

Para evitar toda esta polêmica, a Lei 9.393/96 terminou com as tabelas de valor de terra nua mínimo. A atuação da Receita Federal a partir do exercício de 1997 irá demonstrar se tal medida apenas implicará, novamente, o lançamento de um valor irrisório do ITR ou se este órgão irá tornar o imposto efetivo e, para que isso ocorra, a experiência mostrou que as normas e a sua aplicação devem estar bem consolidadas para se evitar infundáveis processos legais e dificultar pressões políticas.

Considerando-se algumas interferências da Receita Federal em relação ao sistema tributário em geral e seu corpo técnico treinado e qualificado, ainda há expectativas de que se consiga tornar efetiva a cobrança desse imposto, porém os primeiros resultados em termos de arrecadação têm frustrado as expectativas. A cobrança do ITR pela Receita Federal, a partir de 1991, não alterou de forma significativa a arrecadação (Tabela 1). Por enquanto, o conjunto de medidas estratégicas que vêm sendo adotadas e a concertação com as classes proprietárias rurais mantêm, ainda, a arrecadação do ITR muito abaixo do seu potencial.

3 - EXERCÍCIO DE 1997

Segundo a SRF, as principais modificações legais ocorridas para o lançamento do imposto em 1997, decorrentes da Lei 9.393, de 19 de dezembro de 1996, foram:

- 1 - Apuração e Pagamento do ITR efetuados pelo contribuinte, independente de prévio procedimento da SRF, sujeitando-se à homologação posterior.
- 2 - A alíquota do imposto passa a ser definida por tabela única. Anteriormente as tabelas se diferenciavam segundo três regiões do país.
- 3 - O valor da terra nua declarado passou a servir de base para:
 - a - Depósito judicial na hipótese de desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária;
 - b - Penhora ou arresto, na lavratura do termo ou auto de penhora, na hipótese de execução da dívida ativa;
 - c - Apuração de ganho de capital, nos termos

⁷Lei 9.393/96 que substituiu a Lei 8.946/94.

⁸Portaria Interministerial nº 1.275/91.

TABELA 1 - Receita Bruta Arrecadada do Tesouro, Brasil, 1980-95

(R\$1.000.000)¹

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Receita tributária	53.966,65	42.982,23	49.373,4	38.642,14	27.515,04	33.501,3	49.731,45	62.180,51
Impostos	42.691,53	39.425,35	46.043,34	36.853,08	26.119,76	32.385,37	48.574,02	61.529,64
ITR	-	117,07	134,79	88,31	49,57	36,10	27,71	0,07
ITR/Receita tributária (%)	-	0,27	0,27	0,23	0,18	0,11	0,06	0,00
Item	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Receita tributária	59.377,49	52.846,77	60.665,1	46.980,04	49.810,44	53.797,8	57.565,01	60.503,44
Impostos	59.033,52	52.596,89	60.408,32	46.728,67	49.516,77	53.485,17	57.197,63	60.050,28
ITR	1,16	30,78	22,35	128,69	24,35	48,33	16,06	118,69
ITR/Receita tributária (%)	0,00	0,06	0,04	0,27	0,05	0,09	0,03	0,20

¹Base: IGP-DI 1997=100.

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Orçamento Federal (Anuário Estatístico do Brasil - 1982-96, IBGE).

da legislação do imposto de renda.

4 - O domicílio tributário do contribuinte obrigatoriamente deve ser o de localização do imóvel.

5 - Há um valor mínimo do imposto de R\$10,00.

A seguir será comentado o que significa cada uma destas modificações e quais as suas implicações.

3.1 - Apuração e Pagamento Efetuado pelo Próprio Contribuinte

Até o exercício de 1996, o órgão responsável pela cobrança do imposto lançava o tributo e o contribuinte apenas prestava as informações necessárias para o cadastro, atualizando-o quando necessário. O contribuinte recebia a notificação do lançamento do tributo sem acesso à forma de cálculo, a menos que se interessasse em estudar a lei. Além disso, a forma de cálculo era bem mais complexa. Como o valor do tributo a pagar era baixo e não havia cobrança efetiva, com inscrição na dívida ativa, o contribuinte tinha pouco interesse em estar informado.

Tecnicamente, a mudança descrita na forma de lançamento do ITR corresponde a uma mudança da modalidade do lançamento "por declaração" (ou mista), para o "auto-lançamento", ou lançamento por homologação. No primeiro caso, ao contribuinte cabe somente a obrigação de apresentar as informações necessárias

ao fisco, ficando a cargo deste a atividade de lançar o imposto, mediante a expedição da notificação de lançamento. Neste caso, é importante perceber que, entre a entrega da declaração e a notificação ao contribuinte não existe ainda a obrigação tributária, pois esta nasce quando complementado todo o procedimento do lançamento, o qual consiste na identificação do contribuinte, da base de cálculo e da alíquota do imposto; no cálculo deste e na ciência do contribuinte através da notificação de lançamento.

A sistemática atual agiliza o lançamento à medida que passa ao contribuinte a obrigação de calcular e antecipar o imposto, independentemente de provocação do fisco. Este, num primeiro momento, fica livre de promover investimentos para o processamento e revisão das informações contidas nas declarações e para a própria efetivação do lançamento. Isso não quer dizer que a mudança venha a melhorar a arrecadação do imposto. Os recursos economizados na fase de lançamento deverão ser gastos na fiscalização do imposto, sob pena de não dar condições à Receita Federal de localizar quem não antecipe o imposto e efetuar o lançamento de ofício.

A apuração do tributo, realizado pelo próprio contribuinte, também é resultado da simplificação dos cálculos decorrente de consecutivas alterações legais, desencadeadas com a Lei 6.746/79, antes que a cobrança e a arrecadação passassem para a RF, em 1991. Com esta Lei,

redutores relacionados à localização do imóvel e às condições sociais foram abolidos, sendo a alíquota determinada pelo tamanho do imóvel, grau de utilização da terra e rendimento. Posteriormente, a alíquota passou a ser determinada apenas pelo tamanho do imóvel e o grau de utilização da terra, independente do seu rendimento. Mantiveram-se apenas índices de lotação de pasto e de exploração extrativa mínimos para aceitação de declaração de tais atividades. Em 1997, dispensaram-se destes índices os imóveis menores (com menos de 200ha no Estado de São Paulo). Apenas os imóveis maiores devem obter índices mínimos de lotação e de rendimento das explorações extrativas. Tratou-se de simplificar a declaração das unidades menores e concentrar mecanismos de fiscalização nas maiores, principais sonegadas. Além disso, passou-se a exigir índices de lotação mínimos também para pastagens cultivadas, outra categoria que gerava longas discussões judiciais e que agora, ao ser considerada da mesma forma que as naturais, não serão mais foco de discussão. No entanto, em 1997, vigoraram ainda os índices de rendimento mínimos da Instrução Especial INCRA nº 19/80, muito baixos, devido à dificuldade de atualização.

A apuração do ITR em disquete, obrigatória para os imóveis maiores (acima de 200ha em São Paulo), também tem um papel estratégico de evitar erros de boa fé no preenchimento da declaração, porque tais erros alongavam os prazos para atuação do órgão arrecadador.

A conscientização do proprietário rural, decorrente da apuração e pagamento do ITR efetuado por ele, trouxe à tona algumas questões que não eram novidade, mas que assim pareciam, pois estavam sendo vistas pela primeira vez por alguns produtores.

A primeira delas é a isenção às áreas de reserva legal, de preservação permanente e de uso limitado. Trata-se de isenção estabelecida na criação do tributo, com o Estatuto da Terra em 1964. A única novidade, e não pequena, porque os órgãos ambientais não estavam estruturados para respondê-la, foi a exigência de ato declaratório do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) reconhecendo tais áreas. A exigência do Ato Declaratório não modificaria muito a atitude do produtor se ele não estivesse, pela primeira vez,

consciente do benefício fiscal envolvido, uma vez que não é significativa a declaração de tais áreas no Estado de São Paulo, segundo técnico da SRF. Em alguns casos, o produtor preocupado com o valor do ITR informava-se sobre o registro de tais áreas e seus custos, porém, no momento em que calculava o valor do ITR a pagar, desistia ao observar que o pequeno montante envolvido não compensava qualquer mobilização para obter o incentivo fiscal.

A segunda percepção do contribuinte, resultante apenas da mudança do órgão arrecadador, refere-se ao valor da contribuição à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) em relação ao ITR. O proprietário de imóveis produtivos conscientizou-se da regressividade da contribuição social. Quando recebia a guia de pagamento entendia o valor tributado a ser pago, como referente apenas ao ITR. Com a passagem da cobrança da contribuição social para o CNA, a quem compete os recursos⁹, ficou nitida a diferenciação entre o valor do ITR e as demais contribuições. Ficou claro, especialmente, o baixo valor do ITR incidente sobre os imóveis produtivos.

3.2 - Alíquota Obtida em Tabela Única

As tabelas de alíquotas eram diferenciadas segundo três grandes regiões do País e foram substituídas por apenas uma, com alíquotas maiores para os imóveis improdutivos e com menor número de estratos de área. Este fato gerou elevação significativa nas alíquotas, inclusive para os imóveis produtivos (Tabelas 2 e 3), embora o valor resultante ainda seja pequeno frente aos imóveis improdutivos.

A atual legislação elevou significativamente as alíquotas dos imóveis com grau de utilização menores que 80%¹⁰. Assim, impôs drásticas elevações de alíquotas para os imóveis com grau de utilização entre 65% e 80% em relação aos imóveis produtivos. Por outro lado, excluiu a progressividade temporal que penalizava os imóveis com grau de utilização abaixo de 30% pelo

⁹Parcialmente, uma vez que há distribuição entre Confederação, Federações e Sindicatos.

¹⁰PETTI, Regina H. V. O que há de novo no novo ITR. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.26, n.2, 1998.

TABELA 2 - Aliquotas do Imposto Territorial Rural Vigentes nos Exercícios 1995/96 e 1997

Área total do imóvel (ha)	Exercício	Grau de utilização (%)				
		> 80	> 65 a 80	> 50 a 65	> 30 a 50	0 a 30
Até 25	1995/96 ¹	0,02	0,04	0,08	0,14	0,20
	1997 ²	0,03	0,20	0,40	0,70	1,00
25 a 50	1995/96	0,03	0,06	0,12	0,20	0,30
	1997	0,03	0,20	0,40	0,70	1,00
50 a 100	1995/96	0,05	0,10	0,20	0,35	0,50
	1997	0,07	0,40	0,80	1,40	2,00
100 a 200	1995/96	0,07	0,15	0,30	0,50	0,70
	1997	0,07	0,40	0,80	1,40	2,00
200 a 250	1995/96	0,07	0,15	0,30	0,50	0,70
	1997	0,10	0,80	1,30	2,30	3,30
250 a 500	1995/96	0,10	0,20	0,40	0,70	1,00
	1997	0,10	0,80	1,30	2,30	3,30
500 a 1.000	1995/96	0,15	0,30	0,60	1,00	1,40
	1997	0,15	0,85	1,90	3,30	4,70
1.000 a 2.000	1995/96	0,20	0,40	0,80	1,35	1,90
	1997	0,30	1,60	3,40	6,00	8,60
2.000 a 3.000	1995/96	0,25	0,50	1,00	1,70	2,40
	1997	0,30	1,60	3,40	6,00	8,60
3.000 a 5.000	1995/96	0,30	0,60	1,20	2,05	2,90
	1997	0,30	1,60	3,40	6,00	8,60
5.000 a 10.000	1995/96	0,35	0,70	1,40	2,40	3,40
	1997	0,45	3,00	6,40	12,00	20,00
10.000 a 15.000	1995/96	0,40	0,80	1,60	2,75	3,90
	1997	0,45	3,00	6,40	12,00	20,00
Acima de 15.000	1995/96	0,45	0,90	1,80	3,15	4,50
	1997	0,45	3,00	6,40	12,00	20,00

¹12 estratos de área.

²6 estratos de área.

Fonte: Lei 8.847, de 28/01/94; Lei 9.393, de 19/12/96 e PETTI, Regina H. V. O que há de novo no novo ITR. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.26, n.2 1998.

segundo ano consecutivo e seguintes. Isso porque suprimiu o § 3º do artigo 5º da Lei 8.847, que impunha o pagamento do ITR com base no dobro da alíquota correspondente ao imóvel que apresentasse percentual de utilização efetiva da área menor que 30% por mais de um ano consecutivo. Em quatro anos, um latifúndio improdutivo seria tributado com a alíquota de 36%, enquanto a alíquota máxima atualmente é de 20%¹¹.

3.3 - O Valor da Terra Nua Servirá de Base para Depósito Judicial, Penhora e Apuração de Ganho de Capital

A Lei 9.393/96 suprimiu o valor de terra nua mínimo (VTNm), previsto no artigo 3 § 2º da Lei 8.847/94, devido às polêmicas ocorridas desde o exercício de 1995, gerando um sistemático questionamento judicial deste parâmetro pelos contribuintes. O valor de terra nua passou a ser o declarado pelo proprietário. Esta mudança legal reflete a dificuldade em se estabelecer a base de cálculo do ITR. A diversidade de localização, qualidade de solo e demais condicionantes dificultam e encarecem um levantamento

¹¹HACKBART, Rolf. *Imposto Territorial Rural – ITR*, projeto de Lei de Conversão à MP n.1.528/96. Brasília, 1996. Mimeo.

TABELA 3 - Aumento Percentual das Aliquotas do Imposto Territorial Rural no Exercício de 1997 em Relação aos Exercícios 1995 e 1996

Área total do imóvel (ha)	Grau de utilização (%)				
	> 80	> 65 a 80	> 50 a 65	> 30 a 50	0 a 30
Até 25	50	400	400	400	400
25 a 50	0	233	233	250	233
50 a 100	40	300	300	300	300
100 a 200	0	167	167	180	186
200 a 250	43	300	333	360	371
250 a 500	0	200	225	229	230
500 a 1.000	0	183	217	230	236
1.000 a 2.000	50	300	325	344	353
2.000 a 3.000	20	220	240	253	258
3.000 a 5.000	0	167	183	193	197
5.000 a 10.000	29	329	357	400	488
10.000 a 15.000	13	275	300	336	413
Acima de 15.000	0	233	256	281	344

Fonte: Lei 8.847, de 28/01/94; Lei 9.393, de 19/12/96 e PETTI, Regina H. V. O que há de novo no novo ITR. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.26, n.2, 1998.

mais detalhado. O fato de a tentativa de se cobrar o ITR com base em valores mais atualizados ter redundado no fim das tabelas de valor mínimo gera, nos que vêm acompanhando as sucessivas dificuldades por que passa a implementação deste tributo ao longo de anos, o sentimento de que mais uma vez as classes detentoras de terra impediram a cobrança do tributo em valores menores.

Por outro lado, atualmente, a SRF pode acionar outros mecanismos para checar o valor declarado pelos contribuintes. Um deles é a coerência dos valores declarados ao longo do tempo e entre imóveis de uma região. Outro, é a implantação de um sistema - em conjunto com demais órgãos interessados, como o INCRA e a Procuradoria Geral da República e dos Estados - de acompanhamento do mercado de terras, pois a contrapartida da subestimação do valor da terra nas declarações de ITR é a superestimação dos valores utilizados para a indenização de terras pelo Estado.

No entanto, a garantia legal de que os valores de terra nua não serão distorcidos nas declarações do ITR é que estes servirão de base para o depósito judicial nas desapropriações para fins de reforma agrária, de penhora e de apuração de ganhos de capital. Tal disposição, no entanto, ainda se limita a uma intenção, dado que

não houve mudanças legais que alterassem disposições constitucionais. Além disso, seriam necessárias adequações para efetivar tais comparações como, por exemplo, um método e estrutura para comparar o valor de terra nua declarado para fins de ITR como o valor de compra - que inclui benfeitorias - do Imposto de Renda.

3.4 - O Domicílio Tributário Obrigatório é o de Localização do Imóvel

O domicílio tributário, conforme legislação atual, em nada altera locais de entrega das declarações. Altera apenas a unidade da SRF que irá acompanhar processos e discussões judiciais. A avaliação desta medida é polêmica. Há os que acreditam que a distância da unidade administrativa do imóvel garante a imparcialidade dos técnicos da Receita Federal e há os que apostam na maior viabilização e na redução de custos da fiscalização à medida que a unidade administrativa estará mais próxima do imóvel em questão.

Concluindo, o objetivo desta sucinta análise da evolução recente do ITR foi de clarear as alterações legais a partir do exercício de 1997 à luz das dúvidas mais comuns. Mostrou-se que, apesar do que foi comentado e divulgado pela

imprensa, houve elevação de alíquotas inclusive para os imóveis produtivos e que a possibilidade de cruzar informações de VTN com outras avaliações do imóvel ainda está apenas na intenção.

4 - EXERCÍCIO DE 1998

As regras para a apuração do ITR para o exercício de 1998 não foram alteradas.

O contribuinte em débito com a Receita Federal (RF) deverá entregar as declarações anteriores na própria unidade regional e estará sujeito à multa de 1% ao mês sobre o imposto devido.

A declaração de 1998 pode ser entregue nas unidades locais da RF, nas agências bancárias e também via *internet*. A entrega, inicialmente prevista para o período de 21 de agosto a 21 setembro 1998, foi prorrogada sem previsão de data. Segundo técnicos da Receita Federal, não têm havido recursos para os procedimentos necessários.

A sistemática que irá imperar, no entanto, não deverá mudar, pois o lançamento segue a lei que vigora na data de ocorrência do fato gerador, dezembro de 1997. Portanto, o manual de instruções, que pode ser acessado pelo endereço: **<http://www.receita.fazenda.gov.br/itr>**, será válido à época de entrega das declarações.

POLÍTICA FUNDIÁRIA

Ana Victória Vieira Martins Monteiro¹
 Nilce da Penha Migueles Panzutti¹

1 - INTRODUÇÃO

A questão da Reforma Agrária (RA), tema central para o estabelecimento de uma política fundiária, tem sido redefinida no debate dos caminhos e papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico do País. Com a globalização e todas as transformações das relações internacionais, aliadas à modernização da agricultura brasileira, a política relacionada à RA ganha uma nova dimensão.

A concepção de RA enquanto necessidade para superação do subdesenvolvimento, em suas várias vertentes, foi sendo superada ao longo das últimas décadas com a modernização dos latifúndios, a formação dos complexos agroindustriais, o fortalecimento e o crescimento das exportações e a crescente vinculação dos capitais que envolvem o setor agropecuário, industrial e financeiro.

Foram os movimentos sociais, mais especificamente caracterizados pelas ocupações de terras, que mantiveram acesa a questão, ao expor que os avanços acima mencionados não foram acompanhados de desenvolvimento social. E que o quadro de exclusão, caracterizado pela concentração de renda, aumento expressivo da miséria, do desemprego e do subemprego, precisa ser reconhecido e receber como resposta, não apenas o assentamento das famílias, mas uma política voltada à RA e contemplando a agricultura familiar.

Para situar a discussão em torno das políticas que têm sido implementadas, visando a sua viabilização, é oportuno então colocar, mesmo que brevemente, as questões teóricas que perspassam este debate.

As visões teóricas, hoje, acerca da RA,

segundo ALENTEJANO (1996)², são basicamente três.

A primeira refere-se à concepção da RA como política social compensatória, entendendo que a modernização resolveu os problemas ligados ao desenvolvimento das forças produtivas no campo, não cabendo mais uma ampla reformulação que atinja o setor modernizado. Prevê, então, a necessidade de políticas macroeconômicas e agrícolas adequadas à sustentação de um bom desempenho da agricultura e que permita a sobrevivência no campo dos agricultores que não tiverem condições de sair da situação de miséria. Nesta linha são ainda consideradas importantes as políticas sociais, como a previdenciária, a de geração de empregos não agrícolas e, ainda, a de valorização de pluriatividades. Esta seria uma forma de gerar emprego e renda para parcela da população excluída do processo de modernização, contrapondo-se aos efeitos da globalização e do neoliberalismo.

Na segunda, a RA é vista como política distributiva, que visa sustentar, com base na agricultura familiar, a retomada do crescimento econômico do País e a garantia da segurança alimentar. Com o aumento da demanda por produtos industriais, o barateamento e o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas, o Brasil teria um reforço na sua capacidade de concorrência no mercado mundial. Os mecanismos de políticas agrícolas devem então, segundo esta corrente, atender especificamente à agricultura familiar, e as políticas de cunho social seriam direcionadas apenas àqueles agricultores que não tiverem condições de se inserir no mercado. Assim, poderia ser melhorado o perfil de distribuição de renda, garantindo a segurança alimentar e o crescimento econômico.

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²ALENTEJANO, Paulo R.R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n.166, nov./dez. 1996.

A terceira concepção considera a RA uma política voltada à alteração das bases do atual modelo de desenvolvimento, questionando a modernização agrícola brasileira, por entendê-la como ecologicamente insustentável, socialmente perversa e economicamente cara. O processo de construção deste modelo e os diversos movimentos sociais demonstrariam a dependência do setor modernizado, através do financiamento estatal, e sua influência na concentração da riqueza. Nesta visão, a RA abarcaria toda a área rural brasileira, com uma ampla reformulação agrária, incluindo propriedades produtivas, ou seja, buscaria alterar totalmente a estrutura fundiária e estabelecer um novo modelo de sociedade.

A RA, que tem sido levada a efeito no País, embora não se encaixe em nenhuma destas três correntes, possui alguns elementos comuns, no que se refere à busca de manutenção dos agricultores no campo, gerando trabalho e renda e de desenvolvimento de uma agricultura voltada para a produção familiar. A política de cunho especificamente social, visando inserir os agricultores mais fragilizados no sistema produtivo se dá através da implementação dos assentamentos.

A questão fundiária tomou uma dimensão inusitada nos últimos anos, por força das pressões sociais crescentes e da necessidade de respostas a essas pressões, por parte do Estado. Como resultado, cresce o número de assentamentos.

Desde os anos 60, o Governo Federal desapropriou 22,2 milhões de hectares e assentou 228 mil famílias. Da área desapropriada,

14,1 milhões de hectares foram destinados a projetos de colonização e 8,1 milhões a projetos de assentamentos. A tabela 1 permite visualizar a presença dos assentamentos de 1986 a 1995, período no qual 139.223 famílias passaram a ter acesso à terra enquanto assentadas. A dimensão da área total de assentamentos foi de 7.253.594 hectares. O número de hectares por família assentada está vinculado ao módulo rural regional.

Devido às suas características de ocupação, concentrando áreas de exploração agrícola moderna e empresarial, a Região Sudeste foi a que apresentou número relativamente menor de assentamentos do País.

A forma como a RA vem sendo implementada mostra a diversidade de posicionamentos teóricos e políticos em que tem sido gestada, e isso definirá as formas futuras de encaminhar a questão, com grande ou pequenas reformulações das políticas até então adotadas. A discussão sobre essas definições é, portanto, oportuna.

2 - ASSENTAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

2.1 - Atuação Governamental

Com o processo de abertura política nos anos 80, iniciaram-se processos opostos de organização no campo, com posturas de luta pela terra de um lado e pela manutenção da estrutura agrária, de outro. O governo do Estado de São Paulo realizou o primeiro assentamento

TABELA 1 - Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, 1986-95

Região	Assentamentos (nº)	Famílias (nº)	ha
Centro-Oeste	119	18.646	956.562
Nordeste	425	40.600	2.196.829
Sudeste	117	10.453	242.910
Sul	281	15.307	293.159
Norte	181	54.217	3.811.205
Total	1.123	139.223	7.253.594

Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

em 1981, com 342 famílias, e somente em 1984³ foram efetuados novos assentamentos (Tabela 2). Neste período organizaram-se as frentes de luta - os grandes fazendeiros na União Democrática Ruralista (UDR) - e vários movimentos populares, dentre os quais o que ganhou destaque nacional, por sua dimensão e força, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ao assumir a atual gestão, o Governo do Estado deparou-se com uma série de conflitos pela posse e uso da terra, mas a situação mais contundente situava-se na região do Pontal do Paranapanema. Dada essa preemência, foi lançado, em 1996, o Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema (PAGPP), que foi a primeira proposta efetiva do atual Governo para a questão fundiária. O Plano apresentou como objetivos estratégicos: a) reintrodução de formas mais eficientes e sustentáveis de produção agropecuária, através da promoção de projetos de assentamento; b) reinserção do Pontal do Paranapanema enquanto região de importância econômica, através da regularização fundiária e eliminação das incertezas dominiais, com a conseqüente dinamização de seu mercado local e regional; c) recuperação ambiental de áreas hoje degradadas pela exploração extensiva, através da recomposição florestal de áreas de preservação permanente e de Reserva Legal Obrigatória nos assentamentos; d) distensão social, gerando um clima propício para um novo ciclo de desenvolvimento na região e promovendo a convivência harmoniosa nas terras regularizadas.

O Plano se compôs de três fases: 1ª) Arrecadação de Áreas Devolutas para Assentamento, com início em setembro de 1995; 2ª) Conclusão das Indenizações nas Áreas Devolutas e Acordos nas áreas não discriminadas e 3ª) Edição da Lei de Terras com início previsto para 1998.

Pela tabela 3 pode-se visualizar a importância das ações da política de assentamentos na região do Pontal do Paranapanema a partir de 1995. Em dois anos do atual governo, o número de famílias assentadas representou um

acréscimo de 185% em relação ao total das famílias assentadas pelos governos estaduais anteriores.

Com o intuito de redefinir as diretrizes para as ações de regularização fundiária, de cumprir a Constituição Estadual, de atender às demandas da sociedade e de consolidar a ação governamental em novos parâmetros, foi divulgado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), em 11 de dezembro de 1997, o Plano de Regularização Fundiária do Estado de São Paulo (PRF).

Os objetivos estratégicos desse plano são: a) promover o desenvolvimento sócio-econômico de pequenos agricultores, legitimando suas posses; b) fornecer ao Estado mecanismos mais eficientes para defesa de seus interesses nas ações de desapropriação indireta nas áreas abrangidas por Unidades de Conservação Ambiental e em ações de desapropriação para fins de reforma agrária propostas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); c) propiciar a solução de conflitos pela posse existentes em áreas ocupadas por pequenos posseiros; d) criar alternativas para reassentamento ou desenvolvimento de projetos de manejo sustentável para as comunidades tradicionais que se encontram em Unidades de Conservação Ambiental; e) arrecadar terras devolutas, obedecendo aos parâmetros legais e destiná-las para o assentamento de trabalhadores rurais.

O PRF elegeu quatro áreas prioritárias de atuação - Vale do Ribeira/Litoral Sul, Pontal do Paranapanema, Vale do Paraíba/Litoral Norte e região administrativa de Sorocaba (incluindo o chamado "Ramal da Fome"), por possuírem características comuns, quais sejam: estarem localizadas nos extremos do Estado e fora das principais rotas de desenvolvimento econômico.

Definidos os objetivos estratégicos e as áreas prioritárias de atuação, o Plano apresenta como principais estratégias de atuação: a) otimização dos recursos operacionais - suporte para as ações previstas, equipamentos e veículos e capacitação de equipe técnica; b) envolvimento dos parceiros Procuradoria Geral do Estado, Secretaria do Meio Ambiente, prefeituras municipais, Cartórios de Registro de Imóveis e representantes da sociedade civil organizada; c) priorização das áreas rurais na legitimação; d) conciliação dos interesses da regularização fundiária com a proteção ambiental, incluindo-se aqui as

³Para informações mais detalhadas do período, consultar PANZUTTI, Nilce P.M. A política fundiária do governo do estado de São Paulo, 1983-87. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v.37, t.3, p.99-118, 1990.

TABELA 2 - Assentamentos do Estado de São Paulo até 1994

Município	Projetos de assentamento	Famílias (nº)	Início	Área total (ha)	Órgão responsável
Itapeva	Pirituba II Área 1	91	Maior/84	2.511,00	ITESP
	Pirituba II Área 4	51	Fev./91	1.096,83	ITESP
	Subtotal	142		3.607,83	
Itaberá	Pirituba II Área 2	53	Maior/84	1.341,20	ITESP
	Pirituba II Área 3	67	Dez./86	2.142,33	ITESP
	Pirituba II Área 5	39	Set./92	807,71	ITESP
	Subtotal	159		4.291,24	
Avaré	Santa Adelaide	23	Fev./88	701,97	INCRA/ITESP
	Subtotal	23		701,97	
Sumaré	Sumaré 1	26	Fev./84	237,58	ITESP
	Sumaré 2	26	Ago./85	81,59	ITESP
	Subtotal	52		319,17	
Porto Feliz	Porto Feliz	83	Jul./85	1.092,66	ITESP
	Subtotal	83		1.092,66	
Itapetininga	Itapetininga	18	Mar./87	485,00	ITESP
	Subtotal	18		485,00	
Itaberá	Ipanema	151	Out./93	1.768,71	INCRA/ITESP
	Subtotal	151		1.768,71	
Araras	Araras 1	6	Set./84	82,73	ITESP
	Araras 2	14	Set./84	208,99	ITESP
	Subtotal	20		291,72	
Motuca/Araraquara	Monte Alegre 1	49	Jul./85	726,00	ITESP
	Monte Alegre 2	62	Jul./85	857,70	ITESP
	Monte Alegre 3	81	Ago./86	1.099,56	ITESP
	Monte Alegre 5	34	Out./91	483,76	ITESP
	Subtotal	226		3.167,02	
Motuca	Monte Alegre 4	49	Nov./86	679,35	ITESP
	Subtotal	49		679,35	
Araraquara	Bela Vista	176	Dez./89	3.455,16	INCRA/ITESP
	Subtotal	176		3.455,16	
Casa Branca	Casa Branca	24	Set./85	583,00	ITESP
	Subtotal	24		583,00	
Andradina	Primavera	342	1981	9.845,00	INCRA/ITESP
	Timboré	176	Set./92	3.364,71	INCRA/ITESP
	Subtotal	518		13.209,71	
Birigui	São José I	48	Nov./86	1.182,48	INCRA/ITESP
	Subtotal	48		1.182,48	
Guaraçai	São José 2	39	Dez./87	877,60	INCRA/ITESP
	Aroeira	40	Ago./87	873,32	INCRA/ITESP
	Subtotal	79		1.750,92	
Pereira Barreto	Esmeralda	85	Jul./87	2.096,29	INCRA/ITESP
	Subtotal	85		2.096,29	
Turmalina/Populina	Santa Rita	19	Dez./87	309,60	INCRA/ITESP
	Subtotal	19		309,60	
Castilho	Rio Paraná	92	Set./90	2.208,66	INCRA/ITESP
	Subtotal	92		2.208,66	
Promissão	Promissãozinha	8	Out./84	132,43	ITESP
	Reunidas	629	Out./87	17.138,26	INCRA/ITESP
	Subtotal	637		17.270,69	
Marabá Paulista	Areia Branca	87	Fev./88	1.879,44	INCRA/ITESP
	Subtotal	87		1.879,44	
Euclides da Cunha Rosana	GLEBA XV				
	DE NOVOEMBRO	572	Mar./84	13.310,76	ITESP
	Subtotal	572		13.310,76	
Euclides da Cunha	S. Rita Pontal	51	Nov./90	800,42	ITESP
	Tucano	36	Nov./91	664,83	ITESP
	Santa Rosa	99	Maior/92	865,67	ITESP
	Subtotal	186		3.131,34	
Teodoro Sampaio	Água Sumida	121	Fev./88	4.210,64	INCRA/ITESP
	Subtotal	121		4.210,64	
Mirante do Paranapanema	Santa Clara	46	Jul./94	969,96	ITESP
	São Bento	185	Jul./94	4.964,00	ITESP
	Subtotal	231		5.933,96	
Total de famílias assentadas (nº)				3.798	
Total de área (ha)				86.136,48	

Fonte: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

TABELA 3 - Número de Assentamentos no Estado de São Paulo, Antes de 1983 a 1995-97

Período	Estado	Total do Estado (%)	INCRA
Antes de 1983	0	0	342
1983-86	1.115	27,12	48
1987-90	79	1,92	1.301
1991-94	250	6,08	344
1995-97 (parcial) ¹	2.668	64,88	324
Total	4.112	100,00	2.359
Total de famílias assentadas em São Paulo (INCRA + Estado) (n ^o)			6.471

¹Inclui Monte Alegre 6, Bueno de Andrade (municípios de Motuca e Araraquara) e Pirituba Área 6 (Itapeva), famílias que foram assentadas no início de 1997.

Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), 1996.

comunidades de moradores tradicionais; e) apoio aos pequenos agricultores legitimados, promovendo ações conjuntas entre órgãos para a elaboração de planos técnicos de manejo sustentado, capacitação de agricultores e acompanhamento técnico; f) diagnóstico das áreas da Assessoria Técnica de Revisão Agrária (ATRA), com cadastramento e avaliação documental de ocupantes; g) estratificação das áreas não discriminatórias, adequando o tamanho dos perímetros, aglutinando as glebas por área de interesse, diminuindo o número de réus nos processos e separando as resistências judiciais por réus de características semelhantes, visando abreviar o prazo das ações.

O Plano concentra-se em quatro categorias de ações: desapropriações, arrecadações, legitimações e solução de conflitos, estimando a atuação e metas em curto prazo (até 1998), médio prazo (até 2002) e longo prazo (após 2002).

Para garantir a propriedade da terra às comunidades remanescentes de quilombo, o Estado de São Paulo aprovou, por determinação de seu Governador, a criação de um Grupo de Trabalho (Decreto Estadual 40.073/96). Criado em 14 de maio de 1996, esse grupo tem como atribuições sugerir mudanças na lei fundiária; analisar e propor instrumentos que garantam a propriedade da terra a comunidades remanescentes de quilombos, localizadas em áreas públicas paulistas; implantar programas sócio-econômicos, ambientais e culturais adequados a essas comunidades.

O Grupo de Trabalho é coordenado por representante do ITESP e composto por representantes da Procuradoria Geral do Estado, das

Secretarias da Justiça e Defesa da Cidadania, do Meio Ambiente, da Cultura, do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico e de Governo e Gestão Estratégica, Organizações não Governamentais, Conselho da Comunidade Negra, Ordem dos Advogados do Brasil (Seção São Paulo) Subcomissão do Negro, Comissão de Direitos Humanos e Fórum Estadual de Entidades Negras.

Do trabalho desse grupo resultaram dois textos para proposição de um Decreto e de Lei Estadual. Com isso, o Governo do Estado reconhece, de fato, a condição de comunidade do quilombo, bem como sua identidade e a necessidade de preservação de suas tradições culturais.

A formulação destes programas buscou responder às demandas do movimento social pois, desde o início do governo, foi priorizada a região do Pontal do Paranapanema, onde a questão agrária exigia urgência. Para a implantação dos assentamentos, as responsabilidades em cada uma das categorias de ação são distintas. Nas áreas de terras devolutas do Estado de São Paulo, o ITESP é encarregado dos trabalhos necessários ao processo de implantação e assessoria técnica aos assentados, após a implantação dos projetos. No caso de desapropriações e legitimações, tem ocorrido a chamada negociação direta e, então, atuam conjuntamente os Governos Estadual e Federal. Ou seja, o INCRA e o ITESP, sendo que este conta com um Centro de Solução de Conflitos. Quando ocorrem desapropriações, estas são realizadas pelo INCRA, ficando o ITESP encarregado de prestar assistência aos assentados. Nos casos em que ocorre acordo de negociação direta, o acordo é fechado

pelo ITESP e a parte dos recursos destinados ao pagamento de benfeitorias fica ao encargo do INCRA, cabendo ao ITESP prestar assistência ao assentamento.

A celebração de acordos entre o Estado e os ocupantes de terras sobre as quais existam ações discriminatórias na Justiça é regida pelo decreto 42.041/97, que regulamenta essas ações discriminatórias e visa dar mais agilidade no processo de arrecadação de áreas, regularizar áreas de domínio duvidoso em posse de fazendeiros e, enfim, solucionar as situações de conflito fundiário no Pontal do Paranapanema.

O percentual de terra a ser arrecadado, sobre cada área em processo de negociação direta pelo Estado, depende da existência de ações discriminatórias sobre esta com decisão judicial e das instâncias em que já tenham passado, sendo considerada devoluta e, ainda, dos investimentos ou benfeitorias já realizadas, em percentual. Ficam, então, para o assentamento, as áreas com menos benfeitorias e, para o fazendeiro, o restante da área legalmente regularizada, sendo que as benfeitorias da área arrecadada pelo Estado são consideradas na fórmula aplicada para determinação das áreas.

Segundo informações do ITESP, foram realizados até o final do primeiro semestre de 1998, 56 acordos através do decreto 42.041/97.

Pelos dados sistematizados do ITESP, existem hoje 6.667 famílias assentadas no Estado, ocupando uma área de 150.566 hectares (Tabelas 2 e 4). Considerando as informações contidas nestas tabelas, 43% destas famílias foram assentadas desde 1995, ocupando 42,8% da área dos assentamentos do Estado.

Atualmente há 99 projetos de assentamentos rurais, entre definitivos, provisórios e emergenciais, sendo que este número inclui os reassentamentos realizados pela Companhia de Energia do Estado de São Paulo (CESP), das famílias desalojadas de áreas inundadas pelas hidrelétricas.

A observação das principais áreas de conflito de terra mostra, com clareza, a importância dos movimentos sociais dos grupos de sem-terra, mais especificamente do MST. Os assentamentos ocorridos nestes últimos anos na região oeste do Estado, para onde a força do movimento organizado se dirigiu, representam 37,7% do total de assentamentos e 87,7% dos ocorridos desde 1995,

segundo os dados do ITESP.

2.2 - Desempenho e Organização dos Assentamentos

Quanto ao desempenho dos assentamentos, algumas fontes de informação ilustram aspectos bastante distintos que vão desde os ligados à área social, como educação, até os relativos à produtividade e à conservação do solo.

Na área social, a educação merece destaque e o MST chegou a ganhar um prêmio Itaú-Unicef - Educação e Participação em 1995, com o programa "Por uma Escola Pública de Qualidade nas Áreas de Assentamento". Segundo os dados da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), a atuação deste movimento abrange 600 escolas do primeiro ciclo e 20 escolas de 5ª a 8ª série, num total de 35 mil crianças e adolescentes, em 17 estados e, ainda, um centro de formação e capacitação técnica⁴. A alfabetização nos assentamentos e as preocupações com a formação têm como resultado, além da diminuição do número de analfabetos, uma melhor formação para a atual e para as novas gerações de agricultores do País e avanço no acesso à cidadania, uma vez que esta passa pela educação.

O desempenho dos assentamentos paulistas, no que diz respeito à produção agropecuária, pode ser observado através dos dados do ITESP, que criou um instrumental de acompanhamento permanente de sua evolução, que foi denominado "Caderneta de Campo". Estes dados oficiais são divulgados⁵, permitindo avaliar a importância da RA em diversos aspectos.

Segundo o ITESP, os assentamentos representam 1,82% das unidades de produção e 0,4% da área agricultável do Estado, sendo que a área dos assentamentos tem a seguinte utilização: 48,46% com pastagens e forragens, 36,76% com culturas anuais, 1,42% com olerico-

⁴Algumas informações complementares podem ser encontradas na Revista **CONCRAB**: quatro anos organizando a cooperação. São Paulo, 1996.

⁵RETRATOS da terra: perfil sócio-econômico dos assentamentos do estado de São Paulo - 96/97. **Cadernos do ITESP**, São Paulo, n. 1, 1998.

TABELA 4 - Assentamentos do Estado de São Paulo de 1995-1998¹

(continua)

Município	Projetos de assentamento	Famílias (nº)	Início	Área total (ha)	Órgão responsável
Itapeva	Pirituba II Área 6	59	Jun./96	108,57	ITESP
	Subtotal	59		108,57	
Araras	Araras 3	47	Dez./97	383,00	ITESP
	Subtotal	47		383,00	
Araraquara	Monte Alegre 6	88	Maio/97	1.253,94	ITESP
	Bueno de Andrade	31	Maio/97	535,72	ITESP
	Subtotal	119		1.789,66	
Presidente Venceslau	Santa Maria	85	Abr./96	1.838,00	ITESP/INCRA
	Primavera 1	99	Abr./96	2.179,00	ITESP/INCRA
	Primavera 2	47	Jun./96	895,00	ITESP/INCRA
	Tupanciretã	78	Jun./96	2.863,14	ITESP/INCRA
	Radar	29	Jun./96	550,34	ITESP/INCRA
	Subtotal	338		8.325,48	
Ribeirão dos Índios	Yapinary	40	Jun./96	852,46	ITESP/INCRA
	Subtotal	40		852,46	
Tupi Paulista	Santa Rita	29	Jun./96	685,00	ITESP/INCRA
	Subtotal	29		685,00	
Piquerobi	S. Antonio da Lagoa	29	Mar./97	922,72	ITESP/INCRA
	S. José da Lagoa	29	Jun./96	939,00	ITESP/INCRA
	Santa Rita	24	Dez./97	603,00	ITESP/INCRA
	Subtotal	82		2.464,72	
Caiuá	Maturi	172	Jun./96	4.522,55	ITESP/INCRA
	Subtotal	172		4.522,55	
Presidente Bernardes	São Jorge	48	Jan./98	1.134,00	ITESP/INCRA
	Água Limpa ²	63	Maio/96	1.947,98	ITESP/INCRA
	Água Limpa 1				
	Água Limpa 2				
	Santa Eudóxia				
	Palu	45	Jun./96	1.243,85	ITESP/INCRA
	Rodeio	65	Jun./96	1.861,06	ITESP/INCRA
	Sto. Antonio 2	20	Jun./96	610,00	ITESP/INCRA
	Subtotal	241		6.796,89	
Rancharia	S. João Mata	99	Jun./96	1.145,95	INCRA/ITESP
	Faxinal	63	Jun./96	732,64	INCRA/ITESP
	Matão	38	Jun./96	444,93	INCRA/ITESP
	Subtotal	200		2.323,52	
Martinópolis	Chico Castro Alves	87	Jun./95	1.890,00	INCRA
	Subtotal	87		1.890,00	
Euclides da Cunha	Porto Leticia	36	Out./97	706,95	ITESP/INCRA
	Subtotal	36		706,95	

¹Dados de fevereiro de 1998.²Área parcelada em bloco.

Fonte: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

TABELA 4 - Assentamentos do Estado de São Paulo de 1995-1998¹

					(conclusão)
Município	Projetos de assentamento	Famílias (nº)	Início	Área total (ha)	Órgão responsável
Teodoro Sampaio	Porto Alcidia	70	Set./97	1.647,00	ITESP/INCRA
	Ribeirão Bonito ²	204	Nov./97	4.432,27	ITESP/INCRA
	Vale Verde				
	Haidéia				
	Santa Vitória				
	Cachoeiro Estreito				
	Córrego do Azul				
	S. Antonio Coqueiros				
	Santa Rita da Serra				
	Subtotal	274		6.079,27	
Mirante do Paranapanema	Estrela D'Alva	31	Jan./95	833,00	ITESP
	Flor Roxa	39	Dez./95	953,91	ITESP/INCRA
	Haroldina	71	Dez./95	2.009,38	ITESP/INCRA
	Santa Carmem	37	Dez./95	1.043,01	ITESP/INCRA
	Arco-Iris	105	Dez./95	2.607,38	ITESP/INCRA
	Santa Cruz	50	Dez./95	1.395,00	ITESP/INCRA
	Canaã	55	Dez./95	1.225,85	ITESP/INCRA
	King Meat	46	Dez./95	1.134,49	ITESP/INCRA
	Santana	28	Dez./95	700,00	ITESP/INCRA
	Washington Luís	16	Jun./96	343,57	ITESP/INCRA
	Santa Apolônia	104	Dez./96	2.742,00	ITESP/INCRA
	Santa Rosa ²	59	Jun./96	1.535,47	ITESP/INCRA
	Santa Rosa 1				
	Lua Nova				
	Sto. Antonio 1				
	Novo Horizonte ²	80	Jun./96	2.159,45	ITESP/INCRA
	N. Horizonte (Mirante)				
	V. dos Sonhos (N.S.Fátima)				
	Santa Isabel 1	70	Jun./96	1.799,00	ITESP/INCRA
	Santa Cristina	35	Jun./96	838,50	ITESP/INCRA
Santa Lúcia	24	Jun./96	597,26	ITESP/INCRA	
Pontal (S. Rosa 2)	29	Jun./96	766,00	ITESP/INCRA	
Alvorada	21	Mar./97	488,41	ITESP/INCRA	
Marco II	9	Abr./97	236,05	ITESP/INCRA	
Nossa Sra. Aparecida	9	Nov./97	175,37	ITESP/INCRA	
	Subtotal	918		23.583,10	
Sandovalina	Bom Pastor	130	Set./97	2.628,33	ITESP/INCRA
	Subtotal	130		2.628,33	
Tremembé	Tremembé	97	Mar./95	1.290,02	INCRA/ITESP
	Subtotal	97		1.290,02	
Total de famílias assentadas (nº)				2.869	
Total de área (ha)				64.429,52	

¹Dados de fevereiro de 1998.

²Área parcelada em bloco.

Fonte: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Prognóstico Agrícola, SP, v.2, 1998.

las, 0,33% com reflorestamento, 2,93% com culturas permanentes e 10,1% com benfeitorias e/ou ociosas. A área de produção dos assentamentos representa, em relação à do Estado, 2,24% da área de milho; 5,04% da de mandioca; 3,8% da do feijão da seca e 5,83% do de feijão de inverno. A produção animal chega a 25,1 milhões de litros de leite, 17.234 arrobas de suínos, 167.010 dúzias de ovos, 18.300 quilos de peixe, além da produção de casulos, frango e mel.

O ITESP apresenta dados sobre a produtividade nos assentamentos que podem ser favoravelmente comparados com a produtividade média do Estado, em tonelada por hectare, para produtos como milho, maracujá, soja safrinha e trigo. Alguns assentamentos apresentam dados bastante significativos: no caso do milho, entre os quatro assentamentos que se destacam, a produtividade varia de 4,19 a 5,09t/ha, enquanto para o Estado, a média é de 3,54t/ha, o maracujá chega a 21,43t/ha e no Estado, a média é de 16,4t/ha, e a produtividade média dos assentamentos na cultura de soja safrinha e de trigo é de 1,5 e 1,98t/ha e no Estado de 1,31t/ha e 1,71t/ha, comparando-se os dados de 1997. Ainda quanto à produtividade, uma análise mais abrangente pode indicar situações não tão favoráveis. As políticas de financiamento podem, segundo a publicação do ITESP, estar limitando o desenvolvimento de muitos assentados.

Quanto à conservação do solo, os dados da tabela 5 apresentam o percentual de área terraceada nos assentamentos do Estado, por Coordenação Regional do ITESP. Pode-se observar que os menores valores apresentados referem-se às regiões onde se concentram os assentamentos mais recentes, onde a erosão é um problema reconhecido. São inegáveis, para o Estado de São Paulo, os ganhos na área ambiental decorrentes deste trabalho de conservação do solo que vem sendo realizado nas áreas de assentamentos.

Quanto à organização dos assentamentos, a origem dos grupos assentados influencia bastante o grau de participação das famílias nas organizações que surgem após o assentamento. Famílias que se engajaram em movimentos de luta pela terra e viveram experiências anteriores de organização, quando assentadas, buscam criar e manter formas de organização que favoreçam sua sobrevivência enquanto agricultores e sua conseqüente permanência na

terra.

Ao longo dos anos, no processo de organização do MST, foi gestado o Sistema Cooperativista dos Assentados. Neste sistema existem, em todo o Brasil, 45 cooperativas de produção agropecuária, a maioria delas localizada nas Regiões Centro e Sul do País e com número de sócios variando de 15 a 650; dez cooperativas regionais, instaladas principalmente na Região Sul, e com número de sócios variando de 90 a 1.328; dezenas de associações, oito Cooperativas Centrais de Reforma Agrária e a CONCRAB, criada em 1992 e responsável por articular a cooperação agrícola nos assentamentos de RA.

O apoio da Confederação se dá através de orientação sobre as questões contábil, previdenciária, trabalhista e de política de desenvolvimento da cooperação agrícola, além da infra-estrutura voltada à capacitação técnica.

Entre as cooperativas ligadas à CONCRAB, 17 possuem agroindústrias, sendo em sua maioria voltadas ao beneficiamento de produtos vegetais e apenas duas são de abate de animais e transformação.

A tabela 6 mostra o grau de participação dos assentados em organizações. Os assentados de São Paulo participam de 20 cooperativas, 32 associações e 54 grupos, resultando num índice total de participação de 72,84%, o que indica os caminhos que vêm sendo buscados para a concretização dos projetos de assentamentos pelas famílias diretamente envolvidas.

A análise dos dados apresentados neste item mostra que mesmo sob o crivo de uma política demarcada pela avaliação produtiva dos assentamentos e que não pretende questionar a questão fundiária, os resultados apresentados têm sido consideráveis.

3 - PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PARA ASSENTADOS

O Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) foi criado em 1986, no Governo Sarney, em resposta às necessidades surgidas nos assentamentos e expressas pelo movimento organizado, que reivindicou uma linha de crédito exclusiva para os assentados, que os diferenciasse dos outros agricultores.

TABELA 5 - Distribuição da Terra nos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, por Coordenação Regional (CR), 1997

Coordenação Regional	Área			Lotes beneficiados		
	Agricultável (ha)	Terraceada		Total levantado (n°)	Total terraceado	
		(ha)	(%)		(n°)	(%)
Itapeva	5.618,78	4.107,51	73,10	372	217	58,33
Sorocaba	2.572,52	1.308,90	50,88	301	171	56,81
Araraquara	5.523,06	4.708,05	85,24	374	318	85,03
Guaraçai	11.483,11	5.118,88	44,58	623	304	48,80
Promissão	12.191,39	4.794,72	39,33	634	260	41,01
P. Venceslau	6.568,80	1.375,89	20,95	609	93	15,27
Rosana	12.727,99	8.527,03	66,99	751	586	78,03
M. Paranapanema	13.730,69	2.748,22	20,02	1.232	155	12,58
Tremembé	860,80	-	-	96	0	-
Geral	71.277,14	32.689,20	45,86	4.992	2.104	42,15

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997. In: Retratos da Terra, 1998.

TABELA 6 - Índice Percentual de Participação em Organizações nos Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo, por Coordenação Regional, 1997¹

Coordenação Regional	Cooperativas			Associações		
	N°	Participantes	Índice	N°	Participantes	Índice
Itapeva	5	106	28,49	1	10	2,69
Sorocaba	2	16	5,32	5	189	62,79
Araraquara	2	94	25,13	3	73	19,52
Guaraçai	2	227	36,44	13	520	83,47
Promissão	4	68	10,73	1	45	7,10
P. Venceslau ²	2	372	61,08	1	15	2,46
Rosana	0	467	62,18	4	75	9,99
M. Paranapanema ²	1	467	37,91	3	108	8,77
Tremembé	2	58	60,42	1	18	18,75
Total	20	1.875	37,56	32	1.053	21,09

Coordenação Regional	Grupos			Total		
	N°	Participantes	Índice	N°	Participantes	Índice
Itapeva	3	81	21,77	9	197	52,96
Sorocaba	12	164	54,49	19	369	122,59
Araraquara	7	41	10,96	12	208	55,61
Guaraçai	8	164	26,32	23	911	146,23
Promissão	5	33	5,21	10	146	23,03
P. Venceslau ²	6	81	13,30	9	468	76,85
Rosana ²	2	30	3,99	6	572	76,17
M. Paranapanema ²	11	114	9,25	15	689	55,93
Tremembé	0	0	0,00	3	76	79,17
Total	54	708	14,18	106	3.636	72,84

¹O índice percentual de participação em organizações foi estabelecido através da relação: n° de participantes (com repetição)/n° de beneficiários x 100.

²A cooperativa COCAMP, com sede no município de Teodoro Sampaio, localizado na CR de Mirante do Paranapanema. Tem cooperados também nas Regionais de Presidente Venceslau e Rosana.

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997. In: Retratos da Terra, 1998.

O PROCERA é uma linha de crédito especial para custeio e investimento, de uso preferencial dos assentados. Os projetos para o assentamento são feitos pelos técnicos de organismos oficiais de assistência ou de Cooperativas, examinados por uma Comissão Estadual que aprova o crédito enviados ao banco que fará a liberação dos recursos. Os encargos financeiros são de 12% de juros ao ano e há 50% de rebate no pagamento do capital e dos juros. Para o financiamento do plantio, até 1997, o teto era de R\$1.000,00 por família e, em 1998, este valor foi duplicado; para aquisição de bens permanentes para a produção, o teto é de R\$7.500,00, sendo que, para os projetos cooperativados, ou seja, para a integralização de cotas-parte de cooperativas de assentados, podem ser obtidos mais R\$7.500,00.

De 1986 a 1989, os recursos do PROCERA foram da ordem de R\$80 milhões anuais, provenientes do FINSOCIAL e operados pelo BNDES. De 1990 em diante, os operadores deste programa passaram a ser o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e os recursos passaram a ser oriundos do orçamento do INCRA e dos Fundos Constitucionais. A evolução do volume de financiamento foi significativa, passando de R\$8 milhões em 1990 para R\$160 milhões em 1995.

Devido a dificuldades de cumprimento dos prazos de pagamento, foi realizada a renegociação das dívidas dos assentados junto ao PROCERA, participaram dos entendimentos o INCRA, MST e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, em julho

de 1998, a Comissão Nacional do PROCERA aprovou as regras da negociação, que deverão ser oficializadas pelo Conselho Monetário Nacional. Na renegociação, as dívidas vencidas e a vencer deverão ser prorrogadas por mais dez anos, com três anos de carência e sete para pagamento.

Em nível estadual, o Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP), criado em 1992, pelo Governo do Estado de São Paulo, teve importância no financiamento dos assentados, até 1997, quando houve mudanças de suas diretrizes e os assentados deixaram de ser atendidos.

O FEAP, que tinha o BANESPA como operador, financiou, até 1997, 341 pedidos do Programa Assentamentos Fundiários, sendo o montante do valor de R\$715.356,75, e no Programa de Incentivo ao Uso de Calcário Agrícola, foram atendidos 503 assentados, com um montante de R\$402.017,68.

Os dados levantados pelo ITESP mostram que na safra 1996/97 o valor total dos financiamentos obtidos pelos assentados foi de R\$4.373.622,83; financiando uma área de 13.446,56 hectares, o que representa 42,19% da área total cultivada (Tabela 7). Houve, nesta safra, uma diferenciação entre os bancos quanto ao valor médio emprestado. O Banco do Brasil atendeu um número maior de assentados e disponibilizou um volume maior de recursos, mas com contratos de custeio de pequenos valores, em média R\$901,24, enquanto a Nossa Caixa/ Nosso Banco emprestou em média R\$2.112,73 e o BANESPA, R\$4.322,16, considerando tam-

TABELA 7 - Financiamentos nos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, por Coordenação Regional (CR), 1996/97

Coordenação Regional	Área financiada (ha)	Área financiada (%)	Contratos (n°)	Contratos/ assentado (n°)	Valor total financiado (R\$)	Participação por CR (%)	Valor/ contrato (R\$)
Itapeva	2.359,88	37,55	599	1,61	773.509,57	17,69	1.291,33
Sorocaba	376,74	32,06	237	0,79	200.752,42	4,59	847,06
Araraquara	1.655,21	58,69	236	0,63	124.078,03	2,84	525,75
Guaraçai	1.878,44	57,19	513	0,82	635.087,94	14,52	1.237,99
Promissão	1.953,74	30,01	217	0,34	282.830,30	6,47	1.303,37
P. Venceslau	1.651,74	40,86	448	0,74	462.850,40	10,58	1.033,15
Rosana	518,34	20,63	97	0,13	414.672,00	9,48	4.274,97
M. Paranapanema	3.019,72	52,72	897	0,73	1.455.993,17	33,29	1.623,18
Tremembé	32,75	87,64	27	0,28	23.849,00	0,55	883,30
Total	13.446,56	42,19	3.271	0,66	4.373.622,83	100,00	1.337,09

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997. In: Retratos da Terra, 1998.

bém os recursos alocados no custeio de cana-de-açúcar na região de Rosana, o que altera significativamente a média.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos efetivados nestes últimos anos e todo o destaque que a questão fundiária vem ganhando na mídia devem ser entendidos como resultante de um longo processo de negociação da questão fundiária no País e da articulação gestada pelos movimentos sociais que tomaram maiores proporções neste período. Os movimentos sociais, através de sua atuação, têm conseguido mostrar a necessidade de estabelecimento de uma política específica de RA que contemple a agricultura familiar.

Na atual conjuntura econômica e social, de um processo recessivo, a tendência é de aumento na busca de alternativas de emprego e renda, sendo a busca pela terra um caminho.

Em nível estadual, para os próximos anos, os rumos da questão agrária estarão sujeitos às relações que se estabelecerem entre o novo governo e os demais agentes sociais, além das restrições de gastos governamentais decorrentes do agravamento da crise econômica.

MERCADO DE TRABALHO RURAL

Celma da Silva Lago Baptistella¹
José Eduardo Rodrigues Veiga¹
Maria Carlota Meloni Vicente¹

A atual fase da agricultura paulista sinaliza para violenta retração do chamado emprego "desqualificado", principalmente, o volante. O esgotamento de determinados tipos de serviços reflete as grandes mudanças estruturais no campo, em um ritmo coerente com a tendência de maior concentração da produção e centralização do capital. O principal resultado observado é a perspectiva de extinção do trabalho temporário massivo.

Por outro lado, a própria consolidação dos complexos agroindustriais deverá requerer um determinado crescimento de assalariados permanentes, sob crescentes requisitos de treinamento e qualificação.

No momento em que as atividades agrícolas mais empregadoras têm atingido altos índices de mecanização da colheita, é de se concluir que os fatores mais atuantes na determinação do quadro potencial de ocupação da mão-de-obra - tais como: os de ordem política e econômica e edafoclimáticos, etc. - que até então se distribuíam em graus de influência, perderam substancialmente sua importância relativa. As análises sobre emprego agrícola deverão ser cada vez mais focalizadas na estrutura da agricultura, que agora se define pela ótica do "negócio agrícola", em que o patamar tecnológico, mais que uma decisão do produtor, é uma espécie de ajuste às condições do complexo.

Não se trata mais de discutir, como até há pouco tempo atrás, as mudanças paulatinas da base técnica das unidades de produção e seus efeitos sobre a oferta de emprego, mas de entender o estágio tecnológico como o fim inelutável de parte substancial da demanda pelo trabalho temporário na agricultura. Em outras palavras, mais do que nunca a estrutura agrícola assume predominância sobre os aspectos conjunturais na determinação do emprego/desemprego.

Ainda no início desta década (no período 1991-94), considerava-se o desempenho

da agricultura paulista a partir de fatores econômicos que haviam interferido no comportamento do setor e, praticamente, todos os resultados que se referiam ao mercado de trabalho estavam atrelados a fatores de ordem conjuntural. Em suma, o Estado brasileiro concentrava esforços para a estabilização da economia e administração do déficit público, e a estratégia de recessão adotada, evidenciada pela queda do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda *per capita*, afetava sobremaneira o setor rural. De um lado, perdas salariais e desemprego urbano deprimindo a demanda agregada por alimentos, do outro, uma política agrícola baseada em elevadas taxas de juros para custeio, refletindo-se diretamente na oferta dos produtos agropecuários.

Assim, se o bom desempenho agrícola de 1992 - reação positiva do setor à redução dos juros dos financiamentos agrícolas para médios e grandes produtores e aos reajustes dos preços mínimos e valores básicos de custeio - resultou num crescimento do nível de emprego da ordem de 2,6%, as safras 1992/93 e 1993/94, mais atreladas à estratégia de recessão adotada, iriam registrar decréscimos de 3,0% e 3,8%, respectivamente.

Neste mesmo período de análise, os números referentes à categoria dos trabalhadores volantes na agricultura paulista davam conta de uma marca superior a 300 mil em 1991 e 1992, contra 271,5 mil em 1994. Nessa época, apesar da ocorrência de ampliação do período da colheita de cana-de-açúcar, a intensificação do corte mecanizado já contribuía para queda no nível de emprego e deve-se salientar que a adoção de colhedoras nas lavouras de café ainda era incipiente, não incorporada à racionalidade dos produtores, como vem atualmente acontecendo.

A safra seguinte, 1994/95, foi inferior em termos de quantidade à de 1993/94, mas a diminuição real da receita - em torno de 17%² - deu-se em função da queda geral dos preços

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²De acordo com TSUNECHIRO, A. Estimativa do valor da produção do Estado de São Paulo, safras 1993-95. *Informações Econômicas*, SP, v.26, n.2, p.86-90, fev.1996

recebidos pelos produtores e da suspensão das operações de crédito rural pelo Banco do Brasil, exatamente no "pico" da colheita de grãos. Este aspecto conjuntural interferiu para que 1995 empregasse 2,7% a menos do que o ano anterior.

Bastou que a renda agrícola melhorasse para que o nível de emprego na safra 1995/96 retornasse pelo menos aos patamares de 1993/94 (considerando-se a média dos quatro levantamentos, de novembro a junho, observam-se 1.202,2 mil pessoas ocupadas em 1994/95 e 1278,2 mil em 1995/96).

No entanto, as atuais características da agricultura não permitem mais que conjunturas, as mais hipoteticamente possíveis, revertam a tendência decrescente do emprego do volante, a qual vem se confirmando desde 1994, ao decair de 223,9 mil em 1995 para 222,8 mil em 1996 (média anual dos cinco levantamentos do ano). A contínua intensificação do corte mecanizado da cana-de-açúcar é, sem dúvida, o fator que mais contribui para que seja irreversível a citada tendência (Tabela 1).

Ressalte-se que a produção de laranja continua destacando-se como atividade agrícola importante na geração de empregos, por apresentar colhedoras automotrizes ainda em fase de testes e empregar trabalhadores durante o ano, de forma bem distribuída, nas operações referentes aos tratos culturais. Produtos como soja e trigo já possuem há longo tempo a colheita integralmente motomecanizada, enquanto nas culturas de milho e arroz, a motomecanização atinge 72% e de 30% da área total colhida, respectivamente. No caso do feijão, a operação de colheita, que antes incluía a operação de carregamento do produto colhido, mais a batida por processo manual, resume-se atualmente à "arranca", reduzindo o trabalho direto. Os trabalhadores, no sistema atual, deixam o produto colhido e enleirado e a máquina passa, recolhe os pés de feijão, retira o produto das vagens, separa a palha e já ensaca ou coloca os grãos em caminhões. O algodão é colhido de forma manual, mas sua área cultivada vem decrescendo no Estado de São Paulo, com expectativa de que volte a ser uma lavoura economicamente importante com uma tecnologia baseada na colheita motomecanizada e plantio em áreas maiores.

Para se ter uma ampla compreensão da redução na utilização do trabalho volante em

um período maior, vale observar a tabela 2.

A evolução dos salários rurais na agricultura paulista complementa a análise do mercado de trabalho, constituindo-se em importante indicador do padrão de vida dos trabalhadores rurais e também da organização do setor (Figuras 1 e 2).

O período de 1991-94 caracterizou-se por perda real de salário para todas as categorias de trabalhadores, destacando-se a de volantes, com a maior queda (33,9%). Além dos fatores conjunturais já mencionados, há que se considerar a ocorrência de arroxo salarial, numa situação de elevados índices inflacionários.

Os valores recebidos em abril de 1998 apresentaram um ganho real dos salários em relação a novembro de 1994 para todas as categorias. O maior percentual foi obtido pela categoria diarista (46,5%), ou seja, aquele trabalhador com vínculo empregatício, cuja forma de remuneração é diária. Seguem-se os mensalistas (35,5%) e os tratoristas (33,9%) (Figura 3). Os salários de administrador e de capataz cresceram 20,4% e 26,4%, respectivamente.

É na categoria administrador que se verifica o maior intervalo entre os extremos menor e maior salário recebido. Isso se deve às diferentes atribuições e responsabilidades, nas diversas modalidades de empresas rurais, acrescentando-se a este fato vários níveis de escolaridade e de formação profissional.

A categoria volante apresentou a menor variação salarial, 15,2% no período 1994-98, destacando-se, como já mencionado, que a ocupação destes trabalhadores vem passando por grandes transformações diante do cenário atual da agricultura. Os trabalhadores eventuais, quase sempre sem registro em carteira, conseguiram alterar o quadro das relações de trabalho, principalmente a partir da década de 80, quando ocorreram os movimentos e as greves, cujo marco foi a de Guariba. Nos setores da agroindústria da cana-de-açúcar e da indústria de suco cítrico (na etapa de colheita da fruta), passaram a ter registro em carteira e contrato de trabalho safrista, com garantia dos direitos trabalhistas e determinação do salário de colheita em dissídios coletivos.

Dentre as situações que acarretam redução significativa do nível de emprego, tem sido bastante enfatizada a proibição da queima da cana-de-açúcar para o corte. Com essa proi-

TABELA 1 - Estimativa do Número de Pessoas Empregadas na Agricultura Paulista, Fevereiro de 1994 a Novembro de 1996

Categoria	Fev./94	Abr./94	Jun./94	Set./94	Nov./94
Residente ¹	715.555	618.923	737.726	-	595.078
Não residente ¹	326.209	310.969	295.856	357.993	373.790
Volante	226.868	287.770	343.641	270.169	229.136
Total	1.268.632	1.217.662	1.377.223	-	1.198.004
Categoria	Fev./95	Abr./95	Jun./95	Set./95	Nov./95
Residente ¹	654.837	659.457	708.962	-	694.011
Não residente ¹	342.981	286.744	306.010	388.428	400.593
Volante	160.276	275.913	215.820	248.924	218.939
Total	1.158.094	1.222.114	1.230.792	-	1.313.543
Categoria	Fev./96	Abr./96	Jun./96	Set./96	Nov./96
Residente ¹	701.159	645.730	785.112	-	701.451
Não residente ¹	373.768	309.667	352.351	427.754	340.603
Volante	202.394	215.635	213.365	241.789	240.823
Total	1.277.321	1.171.032	1.350.828	-	1.282.877

¹Engloba proprietário e familiares que auxiliam no trabalho, parceiros, arrendatários assalariados em geral, empreiteiro e outros.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

TABELA 2 - Estimativa do Número de Trabalhadores Volantes Ocupados, Estado de São Paulo, 1979, 1986, 1991 e 1996

Ano	Fevereiro	Abril	Junho	Setembro	Novembro
1979	319.560	408.222	548.445	310.313	374.051
1986	357.709	439.974	341.796	387.804	391.243
1991	337.139	315.525	308.637	325.037	266.533
1996	202.394	215.635	213.365	241.789	240.823

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

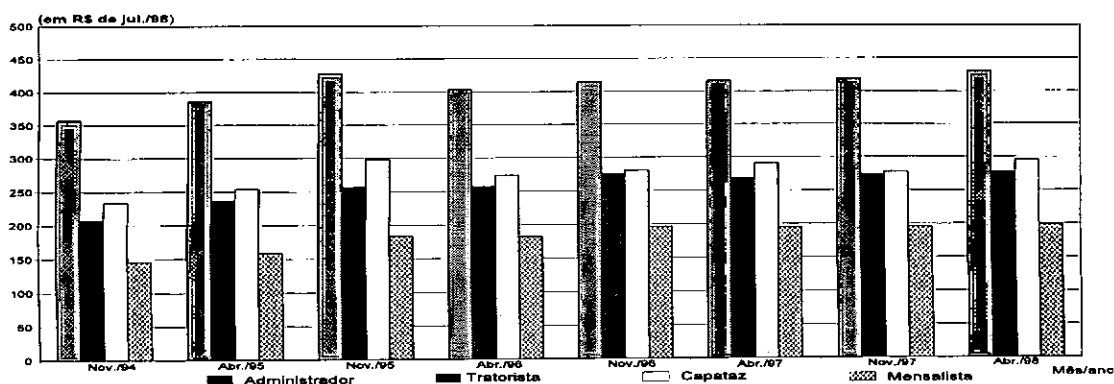


Figura 1 - Evolução dos Salários Rurais das Categorias de Administrador, Tratorista, Capataz e Mensalista, Estado de São Paulo, Novembro de 1994 a Abril de 1998.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

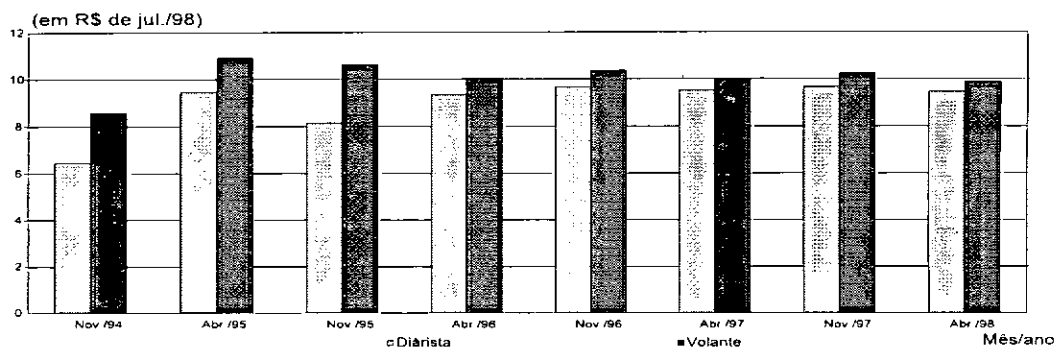


Figura 2 - Evolução dos Salários Rurais das Categorias de Diarista e Volante, Estado de São Paulo, Novembro de 1994 a Abril de 1998.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

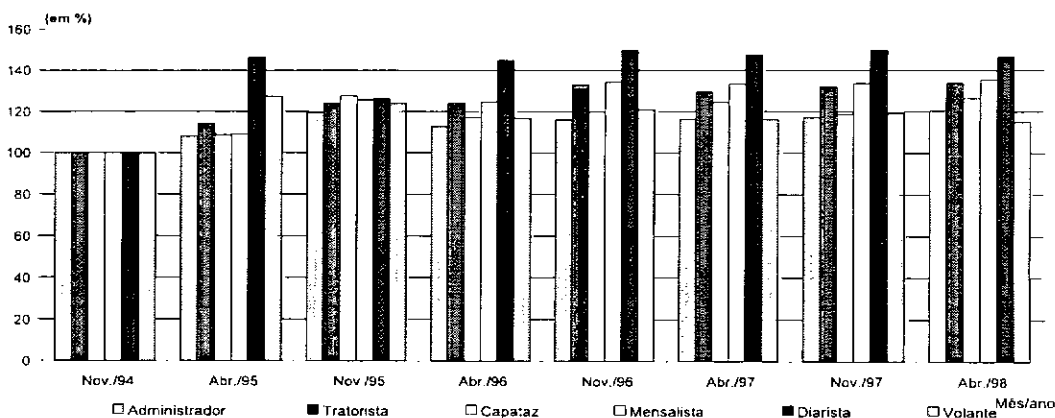


Figura 3 - Variação Percentual dos Salários Rurais das Categorias de Administrador, Tratorista, Capataz, Mensalista, Diarista e Volante, Estado de São Paulo, Novembro de 1994 a Abril de 1998.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

bição e a conseqüente adequação das usinas ao processo de colheita motomecanizada, haverá, por um lado, ampliação da área colhida com uso de colhedoras e, por outro, a liberação de mão-de-obra, com grande impacto social.

No setor citrícola, as relações de trabalho também sofreram alterações, constituindo, o ano de 1995, o início de uma nova estrutura de colheita de laranja, com a contratação de pessoas através das Cooperativas de Trabalhadores.

Assim, os volantes, que tradicionalmente conseguiam uma remuneração melhor na época de colheita dos diversos produtos, passaram a contar com menores oportunidades de trabalho e piores condições de salários. Outra observação que merece destaque é a diminuição da diferença entre o pagamento dos diaristas e dos volantes. A diária recebida pelos últimos era

bem superior, tornando-se quase igual a dos diaristas em abril de 1998.

As informações e discussões aqui apresentadas sinalizam para novos processos de organização da produção agrícola nas empresas, com a finalidade de moldar a força de trabalho às exigências do capital. E, nesse processo, certamente, permanecerão ocupados os trabalhadores mais qualificados para exercer novos papéis e novas funções.

MERCADO DE TERRA

Regina Petti¹

Ana Victória Vieira M. Monteiro¹

O mercado de terras no Brasil tem se caracterizado por responder rapidamente à implementação dos planos de estabilização econômica, o que decorre da visão, ainda dominante no país, que considera a terra como um ativo seguro para investimento, quando comparado à incerteza dos mercados financeiros com maior liquidez. Assim sendo, tem sido observado aumento significativo no preço da terra nos períodos imediatamente próximos à publicação destes planos.

Com o Plano Real não foi diferente, os preços atingiram seu ápice do final de 1994, caindo desde então, inclusive em termos nominais (Tabela 1 e Figura 1), o que gerou análises otimistas quanto à possibilidade de ocorrência de profundas alterações no mercado de terras, decorrentes da estabilização. Porém, os preços da terra, no Brasil, ainda se mantêm elevados se comparados aos de outros países.

Segundo REYDON² (1998), de meados dos anos 60 ao início dos anos 80, esses preços mantiveram-se elevados em decorrência do crédito subsidiado à produção. Nos anos 80, com o fim da política de incentivos à agricultura, o mercado de terras passou a ser fortemente determinado pelas políticas macroeconômicas. Assim, a polêmica sobre a queda dos preços de terra após o Plano Real poderia ser entendida apenas como uma retomada de seus valores vigentes antes do Plano. Porém, alguns fatos novos fazem com que seja necessário analisar a dinâmica recente com certo cuidado.

Dessa forma, e ainda de acordo com REYDON (1998), o Plano Real afetou o mercado de terras de forma profunda, marcando um novo período em que a recessão, provocada por políticas restritivas de consumo e crédito, entre outras, associada a ganhos razoáveis no mercado

financeiro e de títulos, fez cair significativamente o preço da terra (Tabela 2 e Figura 2). Destacam-se, ainda, três outros fatores causadores dessa redução de preço:

- a) a grande mobilização pela reforma agrária que o Movimento dos Sem Terra (MST) vem conquistando;
- b) a apoio de parte significativa da sociedade para a solução do problema agrário brasileiro;
- c) a maior eficácia do Imposto Territorial Rural (ITR) após a legislação de 1996.

Há, no entanto, algumas ponderações a se fazer, uma vez que as polêmicas sobre o valor da terra nua para fins de cobrança do ITR e sobre o impacto dos acampamentos de trabalhadores sem terra foram fortes o suficiente para afetar o levantamento sistemático de preços de terra.

A primeira delas foi decorrente do lançamento do ITR do exercício de 1994. As razões - explicadas em maior detalhe na seção deste documento sobre ITR - referem-se à cobrança ter se realizado com base nos elevados valores de dezembro de 1994, isto é, com defasagem de mais de um ano, quando o valor da terra nua já havia sofrido acentuada queda. Assim, o valor da base de cálculo do tributo - o valor da terra nua - aproximou-se dos valores de mercado, fato raro, uma vez que, via de regra, os valores publicados pelo órgão arrecadador do ITR assumiam, tradicionalmente, valores insignificantes em decorrência das elevadas taxas de inflação. Como este é o único levantamento realizado sistematicamente no Estado de São Paulo - constituindo série histórica -, tal fato fez com que se redobrasse a atenção ao valor das benfeitorias a serem descontadas do valor de mercado do imóvel, no momento de preencher os questionários sobre mercado de terras. Esta orientação já havia sido estabelecida desde o início do levantamento, porém passou a ser observada com maior rigor, reduzindo, num percentual ainda não dimensionado, o valor informado.

A questão que envolve os acampamentos dos trabalhadores sem terra afetou de modo

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²REYDON, Bastiaan P. Intervenções nos mercados de terras: uma proposta para a redução do uso especulativo da terra. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., Poços de Caldas, MG., 10-14 ago. 1998. Brasília: SOBER, 1998. P.85-103.

TABELA 1 - Valor Real Médio de Terra Nua, por Categoria, Estado de São Paulo, 1990-97

(em R\$/ha, base jun./97 = 100)

Categoria	1990			1991		
	Fev.	Jun.	Nov.	Fev.	Jun.	Nov.
Primeira	4.439,96	4.622,55	4.999,23	4.132,59	4.718,20	3.767,72
Segunda	3.447,36	3.638,94	3.747,12	3.081,03	3.588,59	2.868,50
Pastagem	2.951,93	3.098,26	3.237,62	2.702,47	3.019,80	2.407,98
Reflorestamento	2.492,65	2.446,82	2.704,12	2.228,25	2.389,98	2.031,66
Campo	2.363,99	2.389,73	2.604,99	2.402,70	2.481,27	1.862,82
Categoria	1992			1993		
	Fev.	Jun.	Nov.	Fev.	Jun.	Nov.
Primeira	3.392,41	3.503,44	3.428,56	3.599,80	3.885,18	4.672,73
Segunda	2.612,43	2.663,52	2.701,29	2.781,41	3.058,81	3.654,99
Pastagem	2.193,87	2.215,92	2.260,37	2.368,77	2.544,32	3.149,98
Reflorestamento	1.662,58	1.752,50	1.742,66	1.673,52	1.902,14	2.422,03
Campo	1.540,62	1.565,25	1.664,67	1.606,24	1.918,45	2.485,35
Categoria	1994			1995		
	Fev.	Jun.	Nov.	Fev.	Jun.	Nov.
Primeira	4.333,61	5.179,55	6.411,69	6.298,42	5.254,92	4.482,19
Segunda	3.430,86	4.102,97	5.023,54	4.967,29	4.156,43	3.425,89
Pastagem	2.943,40	3.501,55	4.317,27	4.283,18	3.514,96	2.875,89
Reflorestamento	2.229,93	2.536,99	3.461,49	3.552,23	3.122,70	2.679,45
Campo	2.182,96	2.363,20	3.411,41	3.370,61	2.802,50	2.459,39
Categoria	1996			1997		
	Fev.	Jun.	Nov.	Fev.	Jun.	
Primeira	3.979,47	3.436,87	3.210,19	3.144,94	2.996,29	
Segunda	3.064,58	2.588,03	2.407,21	2.380,45	2.295,93	
Pastagem	2.581,20	2.176,02	1.949,83	1.969,08	1.841,04	
Reflorestamento	2.370,41	1.991,95	1.736,60	1.727,79	1.594,87	
Campo	2.042,78	1.698,58	1.504,51	1.428,87	1.310,60	

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

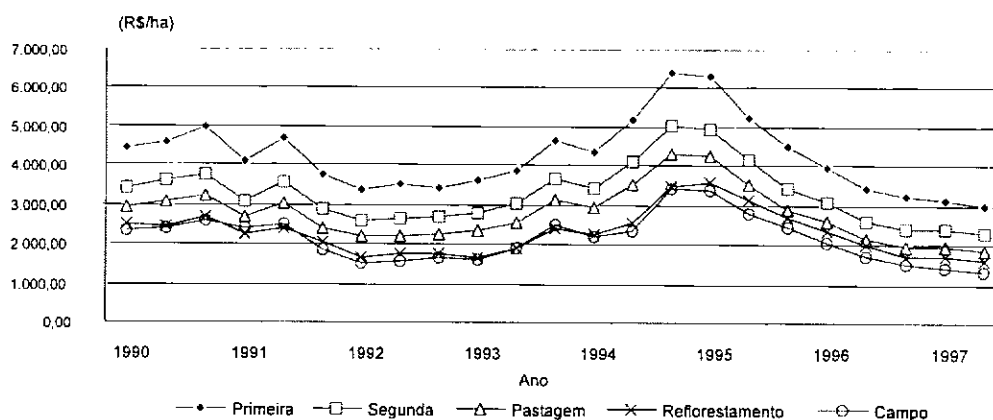


Figura 1 - Preço de Terra Nua, por Categoria, Estado de São Paulo, 1990-97.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

TABELA 2 - Preço Corrente de Venda de Terra, por Categoria e por Região, Brasil, 1994-97

Categoria e Região	(em R\$/ha) ¹				(continua)	
	1994		1995		1996	
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Lavoura						
Norte	346,97	550,33	505,07	505,98	404,31	369,73
Nordeste	592,33	774,24	867,93	702,14	530,77	455,93
Sudeste	3.545,09	4.320,36	3.573,46	2.794,25	2.180,60	1.968,31
Sul	3.661,92	3.593,33	2.649,14	2.214,43	2.113,31	1.889,85
Centro-Oeste	2.053,85	2.418,48	1.599,78	1.165,96	1.002,48	954,27
Brasil	2.432,69	2.711,18	2.135,50	1.735,33	1.483,70	1.333,14
Campos						
Norte	124,24	234,70	167,95	14,00	114,98	99,57
Nordeste	280,46	420,84	394,74	319,52	274,64	218,34
Sudeste	1.474,54	1.765,64	1.475,97	1.117,23	817,53	734,18
Sul	2.958,70	3.230,49	2.247,05	1.569,60	1.502,80	1.191,54
Centro-Oeste	1.049,37	1.097,96	729,40	558,58	436,40	407,40
Brasil	1.000,47	1.178,89	869,15	661,54	536,72	460,51
Pastagem						
Norte	289,94	504,47	435,19	380,98	312,87	299,39
Nordeste	488,92	650,14	578,62	507,87	393,76	352,00
Sudeste	2.109,45	2.508,86	2.046,01	1.462,77	1.140,91	1.002,67
Sul	2.007,28	2.140,62	1.640,24	1.268,77	1.111,11	1.024,35
Centro-Oeste	1.591,05	1.742,71	1.173,17	937,19	701,04	679,83
Brasil	1.419,24	1.648,29	1.251,63	967,41	765,53	699,48
Mata						
Norte	145,44	203,68	165,49	167,08	161,56	134,34
Nordeste	237,87	303,49	289,31	271,63	202,06	177,68
Sudeste	2.162,10	1.369,08	1.159,69	797,56	601,88	526,97
Sul	1.880,00	2.088,02	1.651,27	1.445,72	1.251,95	1.172,37
Centro-Oeste	757,91	944,19	648,49	517,25	404,57	379,48
Brasil	658,74	629,91	492,81	426,31	347,11	311,75

¹Base dez./97 = 100.

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas (CEA), Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

TABELA 2 - Preço Corrente de Venda de Terra, por Categoria e por Região, Brasil, 1994-97

Categoria e Região	(em R\$/ha) ¹		(conclusão)		
	1997		Variação percentual		
	1º sem.	2º sem.	1997/94 2º sem.	1997/95 2º sem.	1997/96 2º sem.
Lavoura					
Norte	332,48	318,07	-42	-37	-14
Nordeste	420,34	398,77	-48	-43	-13
Sudeste	1.876,31	1.803,41	-58	-35	-8
Sul	1.858,76	2.017,89	-44	-9	7
Centro-Oeste	888,49	822,64	-66	-29	-14
Brasil	1.292,69	1.289,37	-52	-26	-3
Campos					
Norte	77,18	83,18	-65	494	-16
Nordeste	224,19	184,68	-56	-42	-15
Sudeste	675,91	693,74	-61	-38	-6
Sul	1.202,70	1.076,03	-67	-31	-10
Centro-Oeste	380,45	367,98	-66	-34	-10
Brasil	438,78	420,05	-64	-37	-9
Pastagem					
Norte	246,30	236,17	-53	-38	-21
Nordeste	371,47	306,88	-53	-40	-13
Sudeste	987,72	928,57	-63	-37	-7
Sul	980,44	1.036,97	-52	-18	1
Centro-Oeste	653,82	604,42	-65	-36	-11
Brasil	686,06	641,44	-61	-34	-8
Mata					
Norte	102,44	97,43	-52	-42	-27
Nordeste	180,32	156,26	-49	-42	-12
Sudeste	466,67	432,24	-68	-46	-18
Sul	938,54	942,52	-55	-35	-20
Centro-Oeste	381,50	347,55	-63	-33	-8
Brasil	274,81	252,57	-60	-41	-19

¹Base dez./97 = 100.

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas (CEA), Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

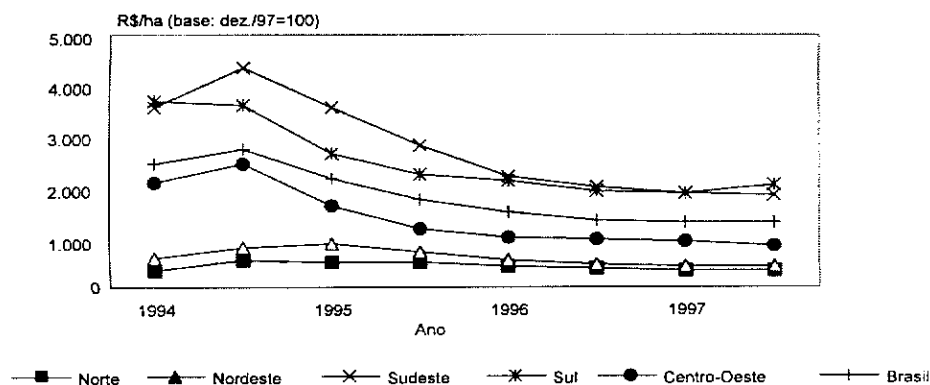


Figura 2 - Evolução do Preço de Terra para Lavoura, Brasil e Regiões, 1994-97.

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas (CEA), Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

especial a Região do Pontal do Paranapanema. As quedas nos preços de terra nua do levantamento CATI/IEA resultaram em valores muito aquém dos observados no mercado local. Isso decorre da própria metodologia do levantamento, uma vez que, caso não haja negócios realizados no município, a orientação é para que seja informado um preço nominal. Isto é, que seja considerado o valor que os proprietários atribuem a suas terras, e que seria pago pelo mercado. Sabe-se, no entanto, que não houve negócios realizados com valores tão baixos. As razões disso, provavelmente, estão na pressão exercida pelos trabalhadores sem terra na região e ao processo de indenização.

Com a estabilização da moeda, as diferenciações regionais passaram a ser mais facilmente observadas. Uma diferenciação regional, já observada antes do Plano, refere-se às áreas com maior influência do mercado de terras urbanas, que tendem a se valorizar mais que as áreas típicas de agropecuária.

Detectaram-se, também, reflexos da dinâmica do mercado dos produtos agrícolas cultivados nas localidades sobre os preços das terras. Um deles foi a queda de preços de terra devido à crise da citricultura. Outros decorreram de retomada de investimentos na agricultura em regiões específicas, e contribuíram para a elevação dos preços da terra.

Em resumo, as políticas tributária e agrária, sem dúvida, afetam o mercado de terras. No entanto, as mudanças recentes no ITR ainda

estão por ser consolidadas. Por um lado, a pressão pela reforma agrária influencia os preços para baixo, mas, por outro, as indenizações, comumente vantajosas aos proprietários, contrarrestam a tendência de queda desses preços.

Além disso, as taxas de juros estão bastante elevadas, mas o mercado financeiro não está transmitindo segurança aos investidores. A permeabilidade às crises externas é prova disso. Considerando-se, ainda, a necessidade de reduzir as taxas de juros para que ocorra uma retomada do crescimento econômico no País, o mercado de terra deverá ser afetado, a menos que este quadro seja significativamente alterado em relação ao acesso à posse da terra e à efetiva cobrança do ITR.

CALCÁRIO AGRÍCOLA

Célia Regina R. P. T. Ferreira¹

O consumo aparente de calcário agrícola no Brasil em 1997 situou-se em 17,1 milhões de toneladas, apresentando aumento de 9,6% em relação a 1996 (15,6 milhões de toneladas) e de 40,2% relativamente a 1995 (12,2 milhões de toneladas), segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (ABRACAL). Apesar da recuperação no consumo nesses dois últimos anos, ficou ainda abaixo do observado em 1994 (20,4 milhões de toneladas).

Contribuíram para esse melhor desempenho, principalmente, os preços favoráveis para diversos produtos agrícolas, acarretando melhoria na renda agrícola; disponibilidade de recursos de crédito rural; e medidas de estímulo ao emprego de calcário agrícola por órgãos estaduais (como a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, e o Banco do Estado de São Paulo - BANESPA) e por empresas do setor, por meio de programas específicos de financiamento, implantação de campos de demonstração e elaboração de palestra para agricultores.

O Estado brasileiro que mais consumiu calcário agrícola, em 1997, foi o de São Paulo, respondendo por 21,8% do consumo total, seguido do Paraná (17,0%), Rio Grande do Sul (13,6%), Minas Gerais (11,5%), Goiás (10,8%), Mato Grosso (7,3%) e Santa Catarina (5,4%).

Em 1997, o incremento no consumo de calcário no Estado de São Paulo foi de 8,3%, atingindo 3,724 milhões de toneladas contra 3,437 milhões de toneladas em 1996, segundo o Sindicato das Indústrias de Calcário e Derivados para Uso Agrícola do Estado de São Paulo (SINDICAL) (Tabela 1). Do total de calcário agrícola comercializado no estado, 30,8% foram provenientes de outros estados, principalmente de Minas Gerais e do Paraná.

Apesar do aumento do consumo paulista de calcário em 1997, o faturamento do setor

foi 3,7% inferior ao observado no ano anterior (US\$44,8 milhões em 1997 e US\$46,5 milhões no ano precedente), fato explicado pelo decréscimo do preço médio de calcário (FOB - posto fábrica) no Estado de São Paulo, que passou de US\$13,5/t em 1996 para US\$12,0/t em 1997. Os preços de calcário decresceram, ainda mais, no primeiro semestre de 1998, situando-se na média em US\$10,3/ t. O custo do transporte de calcário é o principal item que onera o preço final desse insumo. Segundo fontes do setor, estima-se o custo médio do transporte rodoviário no Estado em torno de US\$10 a US\$12/t.

A comercialização de calcário em São Paulo apresenta acentuada sazonalidade. Em 1997, 69,7% do calcário foi consumido no segundo semestre e apenas 30,3% no primeiro semestre, destacando que 47,5% foram consumidos no trimestre julho-setembro.

Quanto ao comportamento do mercado em 1998, o consumo de calcário agrícola no Estado de São Paulo, no acumulado de janeiro a junho, totalizou 1,013 milhão de toneladas, verificando-se decréscimo de 9,0% comparativamente aos 1,123 milhão de toneladas consumidas em igual período do ano passado. Vem colaborando em grande parte para essa redução o menor consumo de calcário na cana-de-açúcar, principal cultura demandante desse insumo, em termos de quantidade total, na agricultura paulista. As vendas em 1998 para a citricultura, no referido estado, outro grande mercado consumidor, apresentaram uma recuperação em 1997, em função do aumento dos preços recebidos pelos produtores. No Rio Grande do Sul, também, as quantidades entregues no primeiro semestre de 1998 ficaram abaixo (10,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em âmbito federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a admitir, a partir de agosto de 1997, operações com financiamento somente de calcário agrícola, como item isolado de projeto. Anteriormente as normas só consideravam a calagem como parte de um projeto global de recuperação do solo ou de abertura de novas áreas. Nessa direção, o Conselho Monetário

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Estimativa de Consumo de Calcário Agrícola no Estado de São Paulo, 1997-98

Mês	Associados (t)	Não associados (t)	Outros estados (t)	Total	
				Quantidade ¹ (t)	Valor (US\$)
1997 ²					
Jan.	77.524	12.063	39.824	129.411	1.421.363
Fev.	90.036	14.010	46.252	150.297	1.797.063
Mar.	88.344	13.746	45.382	147.472	1.779.776
Abr.	102.870	16.007	52.844	171.720	2.112.236
Mai	143.111	22.268	73.516	238.896	2.953.883
Jun.	170.857	26.585	87.769	285.212	3.551.835
Jul.	292.832	45.565	150.428	488.824	5.953.535
Ago.	364.937	56.784	187.468	609.189	7.581.923
Set.	380.917	59.271	195.677	635.865	7.784.806
Out.	306.447	47.683	157.422	511.551	5.879.540
Nov.	137.464	21.390	70.616	229.469	2.605.930
Dez.	75.754	11.787	38.915	126.457	1.462.253
Total	2.231.092	347.158	1.146.112	3.724.363	44.884.143
1998 ³					
Jan.	81.964	12.754	42.105	136.823	1.601.159
Fev.	59.014	9.183	30.316	98.513	1.117.380
Mar.	92.029	14.320	47.275	153.624	1.588.453
Abr.	76.783	11.947	39.443	128.173	1.235.320
Mai	125.477	19.524	64.457	209.458	1.998.692
Jun.	171.454	26.678	88.076	286.208	2.847.092
Total	606.721	94.406	311.672	1.012.799	10.388.096

¹Refere-se ao somatório das vendas das empresas associadas e não associadas ao SINDICAL, assim como do calcário proveniente de outros estados.

²Dados revistos pela fonte.

³Dados preliminares.

Fonte: Sindicato das Indústrias de Calcário e Derivados para Uso Agrícola do Estado de São Paulo (SINDICAL).

Nacional (CMN), em julho de 1998, aprovou uma verba de R\$500 milhões para financiar a aquisição de calcário agrícola através do Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo, sendo prevista a liberação de R\$200 milhões no final de 1998 e R\$300 milhões no primeiro semestre de 1999. A fonte de recursos é o BNDES, sendo o prazo de pagamento de cinco anos, com dois de carência e taxa efetiva de juros de 8,75% ao ano. O limite desse financiamento é de R\$40 mil por produtor, independente de outros empréstimos no sistema de crédito rural, considerados beneficiários todos os produtores rurais.

A previsão do setor de calcário agrícola para 1998, ao tomar como referência o comportamento do primeiro semestre, é de que o consu-

mo no Brasil decresça para 16 milhões de toneladas (redução de 6,2%), enquanto para o Estado de São Paulo, diminua entre 10,0% e 15,0% (situando-se entre 3,2 e 3,4 milhões de toneladas). O menor nível de utilização de calcário em São Paulo em grande parte reflete a redução dos níveis de preços recebidos pelos produtores da cana-de-açúcar, além do parcelamento dos pagamentos.

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Célia Regina R. P. T. Ferreira¹

As vendas totais de defensivos agrícolas no Brasil em 1997 atingiram US\$2.180,8 milhões contra US\$1.792,7 milhões no ano anterior, o que representa aumento de 21,6% no faturamento do setor, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG). Em termos de quantidade física, foram vendidas 265,2 mil toneladas de produto comercial e 113,9 mil toneladas de princípio ativo (Tabelas 1 e 2).

Os principais fatores que colaboraram nas vendas em 1997 foram: a) aumento na área plantada de várias culturas; b) crescimento da renda agrícola em geral, e as boas cotações de preços no mercado internacional - café e soja, estimulando os produtores a maiores cuidados com as culturas; c) maior volume de recursos de crédito rural disponível; d) taxa de juros menores; e e) a aprovação da Lei nº 9.456, de Proteção de Cultivares, incentivando o aumento de investimento em biotecnologia em diversas empresas do setor.

Pelo lado da indústria de defensivos, todos os segmentos do setor obtiveram resultados econômicos positivos, em 1997, com exceção dos acaricidas que apresentaram decréscimo de 6,0%, quando o valor das vendas caiu de US\$92,2 milhões em 1996 para US\$86,7 milhões em 1997, em consequência principalmente da retração de 7,9% nas vendas para a citricultura, maior consumidora desse tipo de insumo. Segundo o SINDAG, o clima contribuiu para que houvesse baixa infestação de ácaros, favorecendo o produtor agrícola.

No setor dos defensivos agrícolas, os herbicidas responderam em 1997 por 55,7% das vendas totais, sendo que o faturamento do segmento cresceu 20,9% (US\$1.214,8 milhões em 1997 contra US\$1.005,1 milhões em 1996), devido à maior demanda desses produtos para aplicação em várias culturas como: soja, milho, cana-de-açúcar, amendoim, arroz de sequeiro e

algodão. Os Estados de São Paulo e Paraná foram os que mais compraram herbicidas, respondendo por 39,7% do total do segmento.

As vendas de fungicidas passaram de US\$276,3 milhões em 1996 para US\$356,3 milhões em 1997, acusando aumento de 28,9%, em função da maior aquisição, especialmente para as culturas de soja, fumo, café e amendoim. As vendas de inseticidas, que representaram 21,3% das vendas totais, obtiveram incremento de 23,8% (US\$464,8 milhões em 1997 em relação a US\$375,5 milhões em 1996), sendo que as maiores vendas foram para algodão, amendoim, arroz irrigado, café, cana-de-açúcar, feijão, fruticultura em geral e soja.

O segmento "outros", que engloba antibotantes, reguladores de crescimento, espalhantes e fitohormônios, obteve crescimento de 34,1% nas vendas (US\$58,2 milhões em 1997 em relação a US\$43,4 milhões em 1996), em face especialmente do aumento nas vendas para as culturas de: algodão, cana-de-açúcar, citros, soja e trigo. Porém, esse segmento possui uma representação pequena nas vendas do setor, respondendo, em 1997, por apenas 2,7% do total.

O desempenho da indústria de defensivos é altamente correlacionado a um pequeno número de culturas, sendo que, em 1997, cerca de 65,5% das vendas do setor concentraram-se em apenas cinco culturas: soja (33,3%), cana-de-açúcar (11,1%), milho (7,6%), café (7,2%) e citros (6,3%). Considerando-se as vendas para o tratamento de sementes de soja e milho, a participação desse conjunto de culturas passa para 67,3% do total dos defensivos comercializados.

Essa correlação é ainda maior em alguns segmentos, como o dos acaricidas, em que a citricultura, sozinha, respondeu por 93,4% das vendas desse insumo em 1997, e dos herbicidas que se concentraram no cultivo de três produtos: soja (49,6%), cana-de-açúcar (17,1%) e milho (11,4%).

No caso das vendas de inseticidas em 1997, 20,9% destinaram-se para soja, 12,9% para algodão, 10,2% para café e 6,5% para tra-

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Vendas de Defensivos Agrícolas, em Valor, por Destinação e por Classe, Brasil, 1995-97

(em US\$1.000)

Destinação	Acaricidas			Fungicidas			Inseticidas		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Algodão	994	662	709	165	1.024	8	39.688	32.349	60.073
Amendoim	-	-	-	1.541	1.848	3.377	907	943	1.764
Arroz de sequeiro	-	-	-	941	1.203	2.025	460	586	225
Arroz irrigado	-	-	-	2.420	2.338	3.338	2.050	1.736	2.809
Batata-inglesa	84	-	1	37.737	38.190	48.125	21.582	19.043	24.147
Café	13	-	226	43.484	47.579	76.128	28.026	30.529	47.585
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	3	-	5.173	11.801	18.318
Citros	91.470	87.939	80.974	12.800	12.770	13.648	12.174	18.089	18.501
Feijão	69	-	54	23.932	22.142	25.249	10.277	8.814	14.061
Fumo	-	-	-	1.333	393	1.357	12.171	16.713	21.715
Milho	-	-	-	84	1.086	634	15.061	22.948	25.676
Soja	98	-	-	2.467	2.202	14.155	79.990	87.910	97.092
Tomate	3.483	621	508	19.223	25.816	29.380	16.363	20.336	20.452
Trigo	1	-	-	14.886	31.554	36.362	1.885	3.072	3.649
Fruticultura	1.447	1.039	2.164	24.685	27.432	32.369	6.121	4.451	7.079
Hortaliças	1.852	1.303	915	19.427	23.582	32.098	12.737	15.338	16.799
Trat. de sementes	0.00	0.00	0.00	16.331	26.037	29.012	27.413	29.806	30.267
Outras ¹	149	673	1.163	5.565	11.132	9.039	46.950	51.084	54.584
Total	99.660	92.237	86.714	227.021	276.331	356.304	339.028	375.548	464.796

Destinação	Herbicidas			Outros ²			Total		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Algodão	10.752	13.748	24.375	2.225	1.986	5.219	53.824	49.769	90.384
Amendoim	184	172	820	21	6	-	2.653	2.969	5.961
Arroz de sequeiro	1.191	839	2.722	-	-	-	2.592	2.628	4.972
Arroz irrigado	51.331	58.932	73.915	527	355	444	56.328	63.361	80.506
Batata-inglesa	2.809	3.388	3.573	191	385	248	62.403	61.006	76.094
Café	18.160	28.542	31.778	127	288	444	89.810	106.938	156.161
Cana-de-açúcar	165.584	186.448	207.280	10.648	10.861	15.819	181.405	209.113	241.417
Citros	19.289	26.541	22.466	349	484	1.735	136.082	145.823	137.324
Feijão	24.744	25.233	24.949	719	835	791	59.741	57.024	65.104
Fumo	1.442	1.772	2.651	8.047	11.711	11.690	22.993	30.589	37.413
Milho	105.970	118.367	138.515	1.154	1.148	1.346	122.269	143.549	166.171
Soja	365.432	474.956	601.960	8.028	8.668	13.395	456.015	573.736	726.602
Tomate	381	840	995	176	156	210	39.626	47.769	51.545
Trigo	10.518	17.649	23.296	93	186	304	27.383	52.461	63.611
Fruticultura	3.131	4.654	4.133	1.723	4.344	3.573	37.107	41.920	49.318
Hortaliças	7.289	4.585	7.539	601	662	751	41.906	45.470	58.102
Trat. de sementes	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	43.744	55.843	59.279
Outras ¹	46.769	38.446	43.851	334	1.368	2.190	99.767	102.703	110.827
Total	834.976	1.005.112	1.214.818	34.963	43.443	58.159	1.535.648	1.792.671	2.180.791

¹Alho, cacau, cebola, áreas não cultivadas, combate às formigas, grãos armazenados, reflorestamento e outras.

²Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes, fitohormônios e maturadores.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

TABELA 2 - Vendas de Defensivos Agrícolas, em Quantidade, por Classe, Brasil, 1997

(em t)		
Classe	Produto comercial	Ingrediente ativo
Inseticidas	64.420	16.218
Acaricidas	14.014	9.835
Fungicidas	40.133	17.369
Herbicidas	132.574	61.885
Outros ¹	14.099	8.626
Total	265.240	113.933

¹Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes, fitohormônios e maturadores.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

tamento de sementes, ou seja, esse conjunto perfaz 50% do mercado desse segmento. Para os fungicidas, registraram-se as maiores participações de vendas para café (21,4%), batata-inglesa (13,5%), trigo (10,2%) e fruticultura (9,1%).

No caso do uso de inseticidas para tratamento de sementes, a cultura do milho é a que vem apresentando maiores gastos (US\$20,3 milhões em 1997) e, em menores proporções, arroz, algodão e feijão; enquanto de fungicidas, destacam-se as vendas para tratamento de sementes de soja (US\$18,2 milhões) e de trigo (US\$5,4 milhões).

Na análise por destinação das vendas totais de defensivos por unidade da federação, o Estado de São Paulo, em 1997, ocupou a primeira posição (27,1%), seguindo-se Paraná (18,0%), Rio Grande do Sul (12,8%), Minas Gerais (9,6%) e Mato Grosso (8,0 %); as demais unidades, juntas, responderam por 24,5% do total. Comparando-se os valores de 1997 com os de 1996, constatou-se crescimento na maioria dos estados brasileiros, com destaque para Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

Entre julho de 1997 e julho de 1998, os dados de preços médios de defensivos agrícolas pagos pelos agricultores na cidade de São Paulo, levantados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), indicaram que, dos 21 defensivos pesquisados, oito apresentaram aumento dos preços reais, situando-se entre 0,9% e 6,9%, sendo que os demais treze produtos registraram

queda dos preços reais, e sete dentre eles mostraram queda, até em termos nominais.

O faturamento do setor de defensivos foi de US\$804,2 milhões no primeiro semestre de 1998, valor 20,5% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior (US\$667,6 milhões). Esse incremento pode ser creditado principalmente ao aumento nas vendas para soja, milho (especialmente safrinha), feijão irrigado, algodão, batata, tomate, café e laranja. Para os segmentos, observa-se uma evolução diferenciada, o maior aumento no faturamento ocorreu nas vendas de inseticidas (30,6%), seguida de herbicidas (18,7%), acaricidas (17,0%), fungicidas (15,9%) e outros (10,3%) (Tabela 3).

TABELA 3 - Vendas de Defensivos Agrícolas, em Valor, por Classe, Brasil, Janeiro a Junho de 1997 e Janeiro a Junho de 1998

(em US\$1.000)			
Classe	Jan.-jun./97 (a)	Jan.-jun./98 (b)	Variação (%) (b) / (a)
Inseticidas	157.490	205.708	30,6
Acaricidas	38.370	44.903	17,0
Fungicidas	134.741	156.128	15,9
Herbicidas	307.692	365.101	18,7
Outros ¹	29.336	32.345	10,3
Total	667.629	804.185	20,5

¹Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes, fitohormônios e maturadores.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

Ressalte-se que o maior volume de vendas é efetuado com o plantio da safra das águas, ou seja, as vendas do setor se concentram em geral no período de julho a novembro de cada ano.

A previsão de vendas do setor de defensivos para 1998 é bastante otimista, com a expectativa de aumento no faturamento em torno de 10% a 15% em relação ao ano anterior, situando-se entre US\$2,4 bilhões e US\$2,5 bilhões.

FERTILIZANTES

Célia Regina R. P. T. Ferreira¹

O consumo efetivo de fertilizantes no Brasil alcançou quantidade recorde, em 1997, totalizando 13,8 milhões de toneladas de produto, com acréscimo de 13,0% em relação ao ano anterior (Tabela 1).

Os principais fatores que contribuíram para o aumento da demanda, em 1997, foram: a) bons níveis de preços de diversas *commodities* no mercado internacional, como soja e café; b) medidas de política agrícola adotadas pelo Governo no Plano de Safra 1997/98, referentes ao crédito rural e preços mínimos, consideradas adequadas; c) incremento na área plantada de soja, algodão, amendoim e sorgo; d) aumento no consumo médio de fertilizantes por unidade de área para várias culturas, com destaque para a cana-de-açúcar, soja e café; e e) relação de troca favorável para diversas culturas, como exemplo: algodão, cana-de-açúcar e soja (Tabela 2).

A cultura que mais demandou fertilizantes, em 1997, foi a de soja, com consumo estimado em 3,9 milhões de toneladas de produto, representando 28,3% do consumo total, seguida pela cana-de-açúcar e pelo milho (ambas com participação de 16,6%), portanto, somente essas três culturas responderam por mais de 60,0% da quantidade consumida nesse ano. Em relação a 1996, o consumo de fertilizantes cresceu para a maioria das culturas, tais como: algodão herbáceo (42,2%), amendoim (25,0%), banana (16,7%), café (17,8%), fumo (7,8%), laranja (21,7%), mandioca (10,7%), soja (40,1%) e trigo (10,3%). Observou-se decréscimo em algumas culturas, como: arroz (5,5%), feijão (11,5%) e milho (9,0%) (Tabela 3).

No caso do milho, houve retração no consumo total de fertilizantes, em função da redução em torno de 20,0% da área plantada na safra de verão 1997/98, porém, registrou-se aumento no consumo médio estimado por unidade de área, passando de 182kg de produto/ha em

1996 para 195kg/ha em 1997.

Em 1997, comparativamente ao ano anterior, segundo o critério de regionalização do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), constatou-se aumento das entregas de fertilizantes ao consumidor final na maioria dos estados da Região Centro (com exceção de Distrito Federal, Rio de Janeiro e Tocantins), na Região Nordeste (exceção de Alagoas) e na Região Norte. No caso da Região Sul, registrou-se crescimento de 11,5% nas entregas no Rio Grande do Sul e queda de 9,5% em Santa Catarina, no referido período, em que se observou a retração da área plantada para diversas culturas na safra 1997/98, como de feijão das águas e de milho (primeira safra). São Paulo foi o Estado em que houve maior quantidade de entrega de fertilizantes, ou seja, 3,2 milhões de toneladas de produto, praticamente estável em relação a 1996 (crescimento de apenas 1,4%). Embora ainda com a maior participação, o crescimento do consumo vem se verificando mais intensamente em outros Estados, como Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e Goiás (Tabela 4).

O incremento na utilização de fertilizantes na agricultura, em 1997, contribuiu para que a produção da indústria nacional aumentasse 8,5% em relação ao ano precedente, totalizando 7,4 milhões de toneladas de produto, com acréscimo na produção em termos de nutrientes, principalmente dos fertilizantes potássicos, seguido dos fosfatados e dos nitrogenados. No caso das matérias-primas para fertilizantes, houve maior produção no referido período, com exceção de ácido fosfórico.

As importações brasileiras de fertilizantes, em 1997, cresceram mais que a produção nacional, 26,7%, em relação ao ano anterior, fixando-se em 7,3 milhões de toneladas de produto. O cloreto de potássio foi o principal produto importado, respondendo por 49,4% do total de fertilizantes. Também aumentaram em 9,6% as importações de matérias-primas para fertilizantes no citado período.

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Consumo Efetivo e Estoque de Fertilizantes, Brasil, 1995-97

(em mil toneladas de produto)

Discriminação	1995 ¹	1996 ²	1997 ²
Estoque inicial (indústria) (a)	1.163	1.217	1.357
Produção ³ (b)	6.686	6.831	7.411
Importação ³ (c)	4.768	5.752	7.288
Consumo aparente (b+c)	11.454	12.583	14.699
Exportação (d)	339	249	278
Micros/outros/quebras ⁴ (e)	-222	54	-276
Disponibilidade (a+b+c-d+e) (f)	12.056	13.605	15.502
Estoque final (indústria) (g)	1.217	1.357	1.657
Entregas (f-g) (h)	10.839	12.248	13.845
Estoque inicial (agricultor) (i)	130	130	130
Estoque final (agricultor) (j)	130	130	130
Consumo efetivo (h+i-j)	10.839	12.248	13.845

¹Dados revistos pela fonte.

²Dados preliminares.

³Na produção e na importação está incluído o fosfato natural para aplicação direta e o fosfato natural reativo.

⁴Referem-se às matérias-primas portadoras de micronutrientes e macronutrientes secundários, inertes e perdas no processo.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

No Brasil, estima-se que o dispêndio com importações de fertilizantes em 1997, segundo o SIACESP, foi de cerca de US\$1,0 bilhão/FOB e no caso das matérias-primas para fertilizantes, em torno de US\$243 milhões/FOB, portanto, totalizando US\$1,2 bilhão/FOB. Os preços dos fertilizantes importados em 1997, na média, em valores FOB, permaneceram praticamente estáveis em relação ao ano anterior, passando de US\$143,30/t em 1996 para US\$141,06/t em 1997 (decréscimo de 1,6%).

A indústria brasileira de fertilizantes registrou, nos primeiros seis meses de 1998, incremento de 2,4% na produção, quando comparada com o mesmo período de 1997, totalizando 3,2 milhões de toneladas de produto. Fato explicado principalmente pelo aumento na produção de cloreto de potássio, superfosfato triplo, fosfato mono-amônio (MAP) e termofosfato. Constatou-se queda na produção de diversos fertilizantes nitrogenados, como sulfato de amônio, uréia e nitrato de amônio. No caso das matérias-primas para fertilizantes, registrou-se crescimento na

produção, exceto de rocha fosfática para aplicação direta.

As condições favoráveis para importações de fertilizantes contribuíram, em grande parte, para que também no período de janeiro a junho de 1998 as importações brasileiras crescessem mais que a produção nacional, ou seja, 23,0% em relação ao ano anterior, somando 2,8 milhões de toneladas de produto. As importações de matérias-primas para fertilizantes também cresceram, com exceção de amônia anidra.

No primeiro semestre de 1998, segundo fontes do setor, os preços praticados no mercado internacional do cloreto de potássio, principal produto importado, mostraram-se firmes, situando-se em US\$129-138/t-FOB em junho de 1998 contra US\$125-134/t-FOB em junho de 1997, enquanto os preços de vários fertilizantes nitrogenados decresceram. Por exemplo, o preço do sulfato de amônio nos Estados Unidos, que foi cotado em US\$85-90/t-FOB a granel em junho de 1997, passou para US\$63-65/t-FOB

TABELA 2 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Uma Tonelada de Adubo, Região Centro-Sul, Brasil, 1995-98

Ano/mês	Algodão		Arroz em casca		Cana-de-açúcar	
	15kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹	t	Índice ¹
1995	28,4	100,0	20,2	100,0	16,6	100,0
1996	31,0	109,2	22,1	109,4	17,4	104,8
1997	26,9	94,7	19,2	95,0	15,3	92,2
Jan.	28,7	101,1	19,6	97,0	16,0	96,4
Fev.	29,0	102,1	19,6	97,0	16,3	98,2
Mar.	27,5	96,8	20,5	101,5	16,0	96,4
Abr.	26,9	94,7	20,4	101,0	15,9	95,8
Maio	26,7	94,0	20,3	100,5	16,1	97,0
Jun.	26,8	94,4	20,3	100,5	15,1	91,0
Jul.	26,9	94,7	20,0	99,0	14,9	89,8
Ago.	26,6	93,7	20,1	99,5	15,0	90,4
Set.	25,7	90,5	18,9	93,6	14,9	89,8
Out.	26,1	91,9	17,9	88,6	15,1	91,0
Nov.	25,9	91,2	16,9	83,7	14,5	87,3
Dez.	26,4	93,0	16,7	82,7	14,3	86,1
1998						
Jan.	26,5	93,3	16,4	81,2	14,9	89,8
Fev.	26,0	91,5	16,5	81,7	14,9	89,8
Mar.	26,9	94,7	16,3	80,7	14,3	86,1
Abr.	29,5	103,9	16,9	83,7	14,5	87,3
Ano/mês	Feijão		Milho		Soja	
	60kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹
1995	4,8	100,0	30,7	100,0	18,6	100,0
1996	4,9	102,1	30,2	98,4	16,4	88,2
1997	5,2	108,3	33,6	109,4	14,3	76,9
Jan.	4,9	102,1	33,0	107,5	14,4	77,4
Fev.	5,0	104,2	35,6	116,0	15,3	82,3
Mar.	5,2	108,3	35,6	116,0	14,9	80,1
Abr.	5,1	106,3	35,8	116,6	14,2	76,3
Maio	5,1	106,3	33,1	107,8	14,0	75,3
Jun.	5,0	104,2	35,5	115,6	14,7	79,0
Jul.	5,3	110,4	35,0	114,0	15,4	82,8
Ago.	5,6	116,7	34,9	113,7	14,9	80,1
Set.	5,6	116,7	34,3	111,7	13,7	73,7
Out.	5,4	112,5	31,6	102,9	13,7	73,7
Nov.	5,1	106,3	30,8	100,3	12,9	69,4
Dez.	5,0	104,2	28,5	92,8	13,2	71,0
1998						
Jan.	5,1	106,3	29,2	95,1	14,1	75,8
Fev.	4,5	93,8	28,5	92,8	15,1	81,2
Mar.	4,1	85,4	27,9	90,9	15,6	83,9
Abr.	3,7	77,1	28,3	92,2	17,2	92,5

¹Índice simples. Base 1995=100.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

TABELA 3 - Estimativa de Consumo de Fertilizantes, por Cultura, Brasil, 1995-97

Cultura	Consumo por cultura (1.000t de produto)			Consumo (kg de produto/hectare)		
	1995 ¹	1996 ²	1997 ²	1995 ¹	1996 ²	1997 ²
Abacaxi	17	19	21	340	345	404
Algodão herbáceo	258	187	266	309	287	298
Alho	10	10	11	769	833	917
Amendoim	11	12	15	138	133	156
Arroz	632	621	587	159	172	182
Aveia	13	13	6	88	69	30
Banana	122	126	147	235	242	266
Batata	405	369	413	2.132	2.039	2.614
Cacau	58	57	67	84	79	92
Cafê	619	827	974	311	409	463
Cana-de-açúcar ³	1.914	2.139	2.298	390	436	467
Cebola	36	35	35	480	500	507
Cevada	13	19	10	146	156	79
Feijão	671	585	518	130	118	119
Frutas	69	74	18	216	231	...
Fumo	228	282	304	743	806	854
Laranja	349	382	465	355	393	470
Mamona	7	7	9	53	47	64
Mandioca	66	84	93	33	44	56
Milho	2.027	2.528	2.300	146	182	195
Olerícolas	144	121	29	392	330	...
Pastagens ⁴	228	353	663	3	4	7
Reflorestamento	66	79	111	51	61	85
Soja	2.486	2.796	3.917	231	246	295
Sorgo	19	27	50	99	119	175
Tomate	106	97	103	1.767	1.565	1.717
Trigo	207	311	343	200	169	223
Outras ⁵	58	88	72
Total	10.839	12.248	13.845

¹Dados revistos pela fonte.

²Dados preliminares.

³Inclui cana planta (20% da área da cana para corte).

⁴Considerando-se pastagens naturais e artificiais.

⁵Culturas consideradas: algodão arbóreo, castanha de caju, centeio, coco-da-Bahia, dendê, florícolas, guaraná, juta, malva, pimenta-do-reino, rami, sisal e uva.

Fonte: Associação Nacional de Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

no mesmo mês de 1998. No caso das matérias-primas para fertilizantes, observou-se que para o enxofre e a amônia anidra as cotações também decresceram, no referido período, enquanto que aumentaram para o ácido fosfórico.

As exportações brasileiras de fertilizantes, no período de janeiro a junho de 1998, totalizaram 83,4 mil toneladas de produto, com decréscimo de 5,1%, em relação ao mesmo pe-

ríodo do ano precedente. Os principais produtos exportados foram: uréia, formulações NPK e fosfato di-amônio(DAP).

Os preços médios ponderados de fertilizantes pagos pelos produtores, na Região Centro-Sul, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), decresceram em 8,6% em 1997 em relação ao ano anterior, situando-se em US\$220,57/t-FOB fábrica. Os pre-

TABELA 4 - Entregas de Fertilizantes ao Consumidor Final, por Região e Estado, Brasil, 1995-98

(em mil toneladas de produto)						
Região e Estado	1995	1996	1997 ¹	Jan.-jun./96	Jan.-jun./97	Jan.-jun./98
Região						
Rio Grande do Sul	1.301	1.333	1.486	422	489	475
Santa Catarina	310	334	302	141	136	117
Subtotal	1.611	1.667	1.788	563	625	592
Região Centro						
Espirito Santo	189	157	216	55	66	80
Goiás/DF/Tocantins	646	1.127	1.215	236	309	335
Mato Grosso	780	1.125	1.367	260	413	321
Mato Grosso do Sul	529	475	694	93	162	167
Minas Gerais	1.407	1.643	2.029	444	559	595
Paraná	1.458	1.696	2.028	626	724	841
Rio de Janeiro	17	57	42	22	19	18
São Paulo	3.140	3.122	3.166	1.047	1.111	1.147
Subtotal	8.166	9.402	10.757	2.783	3.363	3.504
Região Nordeste						
Alagoas	231	242	211	113	125	134
Bahia	465	525	611	154	189	182
Ceará	13	14	23	8	12	12
Maranhão	50	80	92	15	26	30
Paraíba	38	36	47	23	32	30
Pernambuco	158	180	190	126	117	108
Piauí	13	21	23	5	6	5
Rio Grande do Norte	34	29	39	13	24	30
Sergipe	15	17	18	9	8	9
Subtotal	1.017	1.144	1.254	466	539	540
Região Norte						
Brasil	10.839	12.248	13.845	3.827	4.550	4.667

¹Dados preliminares.

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA-BRASIL), Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), Sindicato Nacional da Indústria de Matérias-Primas para Fertilizantes (SINPRIFERT), Sindicato da Indústria de Adubos do Rio Grande do Sul (SIARGS) e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos do Nordeste (SIACAN).

ços dos fertilizantes continuaram a decrescer no primeiro quadrimestre de 1998, ficando em média em US\$205,93/t-FOB fábrica.

No primeiro trimestre de 1998, as vendas de fertilizantes no Brasil apresentaram aumento de 15,0% em relação ao mesmo período de 1997, em grande parte devido às vendas para: milho safrinha, café e laranja. Contudo, no segundo trimestre, as vendas decresceram 9,1%. As entregas de fertilizantes ao consumidor final acumuladas no primeiro semestre de 1998 totalizaram 4,7 milhões de toneladas de produto, com acréscimo de apenas 2,6%, comparativamente

ao mesmo período do ano anterior (Tabela 4).

O aumento das entregas no primeiro semestre de 1998 em relação ao primeiro semestre de 1997 foi observado especialmente nos Estados de: Tocantins, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Maranhão, Goiás e, também, na Região Norte. Entretanto, em vários Estados registrou-se decréscimo nas entregas, por exemplo, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco.

No caso específico de São Paulo, as entregas de fertilizantes aumentaram apenas

3,3% no primeiro semestre de 1998, em relação ao mesmo período do ano precedente, no entanto, é o Estado que mais adquiriu fertilizantes, com 1,1 milhão de toneladas de produto, respondendo por 24,6% do total nacional, seguido do Paraná (18,0%), Minas Gerais (12,7%) e Rio Grande do Sul (10,2%).

O principal fator que contribuiu para esse fraco desempenho comercial, particularmente no segundo trimestre de 1998, foi a pequena antecipação de compras de fertilizantes pelos agricultores para o plantio da safra das águas 1998/99, principalmente pelos sojicultores, cujo ritmo da comercialização da safra 1997/98 está sendo lento, uma vez que os produtores estão segurando estoque na expectativa de obter preços mais remuneradores. No cenário mundial, o anúncio da safra recorde de soja nos Estados Unidos e a crise financeira asiática apontam como fatores de baixa para as cotações da soja, porém eventuais alterações climáticas podem reverter esse quadro.

Na comercialização dos fertilizantes por cultura em 1998, as expectativas se mostram mais favoráveis para as culturas de milho, arroz, laranja, café, feijão das águas e amendoim; enquanto que estimativa de retração no consumo é observada na cultura da cana-de-açúcar.

A previsão do setor de fertilizantes para 1998 é de que as entregas ao consumidor final no Brasil situem-se no mesmo nível do ano anterior, ou seja, em torno de 13,8 milhões de toneladas de produto, podendo, pelas hipóteses mais otimistas, atingir em torno de 14,0 milhões de toneladas. Com a projeção de uma maior concentração das entregas no segundo semestre de 1998, faltando ainda para ser entregue mais de 9 milhões de toneladas, poderá ocorrer problemas de transporte pela falta de caminhões e elevação dos fretes, conforme se observa tradicionalmente no setor.

RAÇÕES

Sebastião Nogueira Junior¹
Afonso Negri Neto¹

A ração, principal item de custo da produção animal, tem importância vital nas atividades criatórias que fazem a conversão de produtos vegetais em proteína animal. Assim é que os dois componentes fundamentais para a elaboração de rações são justamente duas das mais expressivas lavouras mundiais: milho e soja.

Na realidade, a demanda de rações é derivada principalmente do grau de consumo humano de proteínas animais e do contingente de animais de estimação que utilizam o produto final.

O complexo protéico-animal é composto não só pelas fábricas de ração mas também por uma gama de agentes, tais como: produtores de grãos e forragens, bens de capital, moinhos de cereais, indústria de óleos, indústrias química e farmacêutica, embalagens e os segmentos da área animal.

Esse complexo vem, já há certo tempo, passando por profundas modificações, sobretudo no tocante à formulação de rações. Atualmente, os grandes criatórios não utilizam mais rações prontas, mas sim adquirem o *premix* (muitas vezes também o fabricam) e preparam a ração nos recintos de criação. Nesse sentido, as fábricas (de ração) tanto multinacionais como nacionais voltam sua atenção para este composto de vitaminas e minerais que resulta em melhor controle de qualidade e possibilita maior controle de custos da ração produzida na granja.

Quanto à ração pronta, são os setores emergentes - *pet food*, aquíicultura, equinocultura - que têm despertado o interesse dos fabricantes. Na realidade, trata-se de produtos de elevada exigência na fabricação, não só por utilizar matérias-primas mais caras como tecnologia mais requintada, o que resulta em produtos de valor mais elevado.

A concorrência nestes segmentos de

consumo de rações tem sido acirrada sobretudo com o grande percentual de produtos prontos importados e com canais de comercialização diferenciados daqueles da produção tradicional de proteína animal representados, principalmente, por aves, ovos, leite e suínos.

Rações para pequenos animais são hoje comercializadas em diversos pontos - *pet shops*, supermercados, lojas de conveniência e cooperativas, facilitando o acesso dos compradores e constituindo-se numa mercadoria típica de grandes centros urbanizados.

De modo geral, não tem ocorrido problemas de suprimento de matérias-primas para a produção de rações, já que os microelementos são sistematicamente importados, exceção feita a poucos itens. No caso de macroelementos, na falta de disponibilidade interna recorre-se à importação, principalmente no caso do milho, já que para a soja, o País tem sido auto-suficiente. Quanto ao trigo (farelo) não há problema de suprimento, dada a rotina de importação do grão. No Brasil, o milho tem uma participação de 63% e o farelo de soja de 20% na composição de rações.

A tendência do setor de rações prontas e de concentrados, como já foi dito, é de diminuição. A produção brasileira de rações no período de 1995 a 1997 apresentou crescimento de 20,6%. O faturamento do setor em 1997 foi da ordem de US\$6 bilhões, correspondente a um montante de 28,6 milhões de toneladas. A produção de *premix* total, por sua vez, também tem aumentado. No mesmo período, 1995-97, houve acréscimo de 23,3% segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES). Para 1998, a produção está estimada em 69 mil toneladas, correspondendo a um aumento de 6,0% em relação à cifra do ano precedente.

Para 1998, a produção de rações está estimada pelo SINDIRAÇÕES em 30,4 milhões de toneladas que, uma vez efetivada, represen-

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

taria acréscimo de 6,6% em relação à produção do ano anterior.

Com base na produção total, o Estado de São Paulo, em 1996, respondeu por 20,2% do total de ração pronta e por 15,8% de concentrado convertido em ração, segundo a publicação *Alimentação Animal: perfil do mercado brasileiro 1995/96*.²

Segundo levantamento do SINDIRAÇÕES, realizado em 1997, os segmentos de consumo têm a seguinte participação: aves (56%); suínos (31%); bovinos (6%); *pet food* (2%); eqüinos (1%) e peixes (0,2%). Os 3,8% restantes estão distribuídos por várias espécies, tais como: perus, codornas, rãs, coelhos, ovinos e caprinos, entre outros.

A comparação dos preços médios de rações e concentrados entre os meses de junho de 1998 e julho de 1997 e 1996, respectivamente, indicam queda para todos os casos considerados, à exceção do preço do concentrado para corte/crescimento (ave) que variou 2,4% positivamente no período de junho de 1998 em relação a julho de 1997, embora tenha decrescido 5,6% quando comparado a julho de 1996. Observa-se que os preços praticados pouco se alteraram nos anos considerados. (Tabela 1).

Como fatos relevantes ocorridos recentemente no setor de alimentação animal podem ser citados: a) a inauguração da primeira fábrica de lisina no Brasil, instalada no Estado de São Paulo; b) fase final de discussão do "Marco Regulatório para Produtos Destinados à Alimentação Animal no MERCOSUL", que poderá auxiliar o Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA) na reedição do Decreto nº 76.986 de 1976 que normatiza as ações do setor; c) Lançamento do "Compêndio Brasileiro de Alimentação Animal", resultado de esforço conjunto do SINDIRAÇÕES, ANFAR e Colégio Brasileiro de Alimentação Animal, e que trata dos temas: legislação, matérias-primas, métodos analíticos e microingredientes; e d) a delegação da inspeção dos pontos paulistas de venda de rações, remédios e outros produtos veterinários do MAA para a Secretaria de Agricultura e

Abastecimento do Estado de São Paulo, a partir de julho de 1998.

Em termos de perspectiva, pode ser que haja até uma diminuição na projeção de produção de 30,4 milhões de toneladas de ração para 1998, podendo a mesma permanecer ao nível observado em 1997, dada a retração da exportação de carne avícola, principal segmento consumidor do insumo, fato que vem ocorrendo face à crise nos países asiáticos, grandes compradores destes produtos.

No primeiro semestre de 1998 houve declínio de 11% nos embarques de frangos inteiros e partes, que totalizaram 290 mil toneladas. A Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (ABEF) estima em 6% a queda no total a ser exportado em 1998, podendo chegar a 620 mil toneladas.

A produção brasileira de carne de frango, por sua vez, deverá ficar estável em 1998, ao redor de 4,4 milhões de toneladas, de acordo com estimativas feitas a partir de dados mensais divulgados pela União brasileira de Avicultura (UBA). Para o Estado de São Paulo, contudo, a Associação Paulista de Avicultura (APA) prevê aumento de 2,5% em relação à produção do ano anterior (1,0 milhão de toneladas).

A produção de ração balanceada das empresas filiadas ao SINDIRAÇÕES, no primeiro semestre de 1998, totalizou 764.438 toneladas, ligeiramente inferior à obtida no mesmo período do ano anterior. Este fato corrobora a expectativa de estabilidade do setor.

A suinocultura, segundo segmento em importância no consumo de rações, não deverá contrabalançar as perdas de exportação da avicultura, apesar das perspectivas favoráveis de recuperação do mercado externo, devido ao fato de os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina terem sido considerados área livre de aftosa, possibilitando a exportação de sua carne suína para qualquer país.

Segundo dados da Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Suína (ABECS), enquanto, em 1997, as exportações brasileiras de carne suína totalizaram 56,4 mil toneladas, de janeiro a junho de 1998, foram enviadas 39,8 mil toneladas do produto ao mercado internacional (crescimento de 44% em relação a equivalente período do ano anterior). Entretanto, a meta do Brasil exportar 80 mil toneladas em 1998 poderá ser inviabilizada pela grave crise econômica pela

²Publicação conjunta do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES), Associação Nacional dos Fabricantes de Ração (ANFAR) e Federação de Associações de Indústrias de Alimentos para Animais do MERCOSUL (FAIAPA).

TABELA 1 - Preços Médios de Rações e Concentrados por Destinação e Variação Percentual na Cidade de São Paulo, Junho de 1998, Julho de 1997 e Julho de 1996¹

Tipo/destinação	Ração				
	Preço (R\$/kg)			Variação (x100)	
	Jun./98 (A)	Jul./97 (B)	Jul./96 (C)	(A)/(B) (%)	(A)/(C) (%)
Ave-corte/crescimento	0,41	0,41	0,41	-4,0	-10,0
Ave-postura (gaiola)	0,35	0,36	0,36	-6,7	-19,2
Bovino-lactação	0,33	0,33	0,34	-4,0	-12,6
Suino-engorda/acabamento terminal e final	0,34	0,34	0,36	-4,0	-15,0

Tipo/destinação	Concentrado				
	Preço (R\$/kg)			Variação (x100)	
	Jun./98 (D)	Jul./97 (E)	Jul./96 (F)	(D)/(E) (%)	(D)/(F) (%)
Ave-corte/crescimento	0,64	0,60	0,61	2,4	-5,6
Ave-postura (gaiola)	0,58	0,58	0,57	-4,0	-8,4
Bovino-lactação	0,43	0,43	0,45	-4,0	-14,0
Suino-engorda/acabamento terminal e final	0,49	0,49	0,52	-4,0	-15,2

¹Preços coletados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) na cidade de São Paulo e deflacionados pelo Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

qual passam a Rússia e o Continente Asiático, grandes consumidores do produto.

Para a pecuária de leite espera-se que haja aumento no consumo de rações em razão de melhorias tecnológicas que vêm ocorrendo na exploração. Na pecuária de corte, a esperada redução no número de animais confinados não deverá resultar em grandes modificações no consumo total de ração, face à pequena participação desse segmento.

Maiores acréscimos na demanda por rações, embora sem grande efeito no volume total a ser consumido, são esperados para as rações destinadas às espécies menores, sobretudo no *pet food*, cujo montante poderá ultrapassar 650 mil toneladas, em razão do acréscimo do número de animais domésticos no Brasil, principalmente nos grandes centros. Neste segmento, em que predominam cães e gatos, há uma gama de outras espécies, tais como: chinchilas, hamster, peixes ornamentais e pássaros diversos com grande potencial de crescimento.

A piscicultura, em razão do avanço da exploração para abastecimento de pesque-pa-

gue e obtenção de proteína animal com baixo teor de colesterol, fruto do forte apelo popular e recomendações médicas, respectivamente, tem merecido a atenção dos fabricantes de ração. Espera-se um grande avanço neste segmento, estimado em 33% em termos de demanda de ração.

A equinocultura também apresenta potencial de crescimento, embora moderado e de pouca representabilidade na demanda total.

Conclui-se que devem ocorrer modificações positivas nos segmentos de menor representabilidade, ficando, contudo, o comportamento do setor como um todo condicionado às alterações que ocorrerem na avicultura de corte, segmento que direciona o complexo proteico-animal.

SEMENTES

Ikuyo Kiyuna¹

A produção brasileira de sementes melhoradas das principais culturas (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo), destinada ao plantio da safra 1998/99, estimada pela Associação Brasileira de Produtores de Sementes (ABRASEM), é de 1,57 milhão de toneladas, com acréscimo de 25% em relação à safra anterior (1,25 milhão de toneladas). Houve crescimento da produção nos casos de sementes de arroz, feijão, soja e trigo, e redução nos casos de algodão e milho. A participação do Estado de São Paulo na oferta nacional de sementes melhoradas para a safra 1998/99 é expressiva apenas em algodão (29%) e milho (18%), sendo que nos casos de arroz, feijão, soja e trigo, as participações são de 0,5%, 5%, 2% e 1%, respectivamente (Tabela 1).

As estimativas de oferta e demanda de sementes melhoradas das principais culturas para a safra das águas 1998/99 no Estado de São Paulo, caso as áreas cultivadas permaneçam nos patamares da safra anterior, serão deficitárias nos casos de algodão, arroz e soja, sendo superavitária, como sempre, para o milho. A disponibilidade de sementes de feijão no Estado de São Paulo, de 1.200 toneladas, provavelmente não será suficiente para atender à demanda, pois a quantidade demandada de 1.072 toneladas foi estimada com base na área plantada da safra anterior (71,5 mil hectares), sendo que para 1998 as expectativas são de expansão de 15% na área cultivada. Apesar de o Estado de São Paulo ser tradicionalmente deficitário na oferta interna de sementes de soja, o saldo negativo estimado para este ano de 23 mil toneladas é preocupante, dada a sua magnitude atípica (Tabela 2).

A relação de troca semente/grão nesta safra no Estado de São Paulo varia de 1,02:1 para o preço de semente de feijão da Secretaria de Agricultura a 16,43:1 para a semente de milho híbrido das empresas privadas. No caso do feijão, a relação de troca tanto das empresas privadas como as de produção estatal está bem menor que a de 2,50:1 verificada no ano anterior, devido ao fato de o preço médio recebido pelos

produtores (R\$1,28/kg) estar bem acima do verificado no ano anterior (R\$0,52/kg). A relação de troca de sementes de algodão da Secretaria de Agricultura passou de 1,43:1 no ano anterior para 1,88:1 nesta safra, em função, exclusivamente, do aumento do preço do algodão em pluma, pois o preço de sementes da Secretaria permaneceu inalterado em R\$0,43/kg. Quanto a sementes de empresas privadas comercializadas no Estado de São Paulo, sua relação de troca, considerando sementes não tratadas, ficou em 6,96:1, sendo o preço unitário (R\$1,60/kg) bem superior ao da Secretaria de Agricultura (Tabela 3).

A Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456), promulgada em 25 de abril de 1997, e regulamentada pelo Decreto nº 2.366, de 05/11/97, já mostrou os primeiros efeitos no mercado brasileiro de sementes. Um deles foi a aquisição pela multinacional Monsanto, especializada na produção de sementes transgênicas, tanto da Agroceres Sementes (setor de sementes de milho híbrido e hortaliças) como da FT Sementes (sementes de soja). No Estado de São Paulo, um dos efeitos verificados foi a entrada no mercado de sementes de algodão não comercializadas pela Secretaria de Agricultura.

Neste cenário, observam-se, por um lado, os pequenos produtores de sementes independentes que sofrerão, provavelmente, uma competição bem maior que a existente no período anterior à vigência da referida lei. De outro, a iminência da introdução de sementes transgênicas no cultivo comercial do País, a partir da próxima safra em algumas culturas, trará não só as implicações do pacote tecnológico a ser adotado por parte dos produtores, exigindo adoção de um conjunto de insumos compatíveis (por exemplo, um herbicida específico, para sementes transgênicas), mas também o da comercialização de grãos transgênicos que, independente da liberação da comercialização para o consumo humano ou não, poderá enfrentar resistência por parte dos consumidores e dos países importadores do produto. Há de considerar, ainda, a reação dos defensores do meio ambiente que vêem nesse tipo de tecnologia uma ameaça à qualidade de vida da população.

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Evolução da Produção de Sementes Melhoradas das Principais Culturas, Brasil, 1994/95 a 1997/98 e Participação Relativa do Estado de São Paulo na Safra 1997/98 (em t)

Cultura	Brasil				São Paulo 1997/98 ¹ (b)	São Paulo/Brasil (b)/(a) (%)
	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98 ¹ (a)		
Algodão	24.341	24.803	13.325	11.013	3.200	29,06
Arroz ²	180.951	162.264	96.164	117.878	600	0,51
Feijão	29.185	24.936	13.898	23.120	1.200	5,19
Milho	138.089	129.413	169.106	165.978	30.000	18,07
Soja	1.128.443	866.818	742.668	998.881	16.564	1,66
Trigo	267.015	231.547	219.475	252.285	2.500	0,99
Total	1.768.024	1.441.781	1.254.636	1.572.175	54.064	3,44

¹Estimativa, sujeita à quebra na colheita.

²Arroz irrigado e de sequeiro.

Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (ABRASEM).

TABELA 2 - Estimativa da Demanda e Oferta de Sementes Melhoradas Produzidas no Estado de São Paulo, para o Plantio da Safra das Águas 1998/99

Espécie	Área ¹ (1.000ha)	Taxa de utilização de sementes melhoradas ² (%)	Densidade (kg/ha)	Demanda efetiva (t) (a)	Oferta interna ³ (t) (b)	Saldo (t) (b)-(a)
Algodão	123,10	92	37	4.190,32	3.200,00	-990,32
Arroz irrigado	11,35	30	100	340,59	-	-
Arroz de sequeiro	43,22	30	41	531,57	-	-
Arroz ⁴	54,57	30	-	872,16	600,00	-272,16
Feijão	71,49	30	50	1.072,35	1.200,00	127,65
Milho	698,36	75	23	12.046,71	30.000,00	17.953,29
Soja	519,77	85	90	39.762,41	16.546,00	-23.216,41

¹Utilizou-se como referência a área cultivada na safra 1997/98, levantada pelo IEA/CATI em abril de 1998.

²A taxa de utilização de sementes melhoradas foi baseada em ANUÁRIO ABRASEM 98.

³Oferta de sementes sujeita à queda na colheita.

⁴Irrigado e de sequeiro.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

TABELA 3 - Preço de Venda de Sementes para o Plantio e Relação de Troca, Estado de São Paulo, Julho de 1998

Espécie	Preço de semente (R\$/kg)		Preço do produto (R\$/kg) (c)	Relação de troca	
	Secretaria da Agric. (a)	Empresas privadas (b)		(a)/(c) (%)	(b)/(c) (%)
Algodão ¹	0,43	1,60	0,23 ²	1,88	6,96
Arroz irrigado	0,70	1,00	0,34	2,06	2,94
Arroz de sequeiro	0,64	0,75	0,28	2,29	2,68
Feijão	1,30	2,90	1,28	1,02	2,27
Milho híbrido	-	2,30	0,14	-	16,43
Milho variedade	0,90	0,80	0,14	6,43	5,71
Soja	0,60	0,65	0,21	2,86	3,10

¹Preço de semente sem tratamento. Com tratamento, o preço da semente de empresas privadas é de R\$2,67/kg.

²Foi considerado 54% do preço de algodão em caroço.

Fonte: Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

MÁQUINAS AGRÍCOLAS AUTOMOTRIZES

Celso Luis Rodrigues Vegro¹

Em 1998, o segmento de máquinas agrícolas vem apresentando recuperação da produção e das vendas, após ostentar, em 1996, um dos mais baixos volumes de comercialização da história recente. Cotejando-se as vendas totais entre janeiro e julho de 1997 e 1998, observa-se elevação de 21%, ou seja, incremento de 3.574 máquinas agrícolas comercializadas². Apesar da existência de sazonalidade nesse mercado, pode-se prever produção total de mais de 35 mil máquinas em 1998.

O crescimento das transações no mercado interno entre janeiro e julho de 1998, frente a igual período de 1997, foi de 30%, ou incremento de 3.267 máquinas agrícolas vendidas. No período janeiro a julho de 1998, o mercado interno absorveu 14.228 máquinas agrícolas, assim distribuídas: 387 cultivadores mecanizados, 459 tratores de esteiras, 10.335 tratores de rodas, 1.529 colhedoras e 1.518 retroescavadeiras (Tabela 1).

A consolidação do aumento das vendas no mercado interno nos dois últimos anos sinaliza fase de renovação do parque nacional de máquinas agrícolas que está parcialmente deteriorado. Comparando as vendas no período de janeiro a julho de 1997 com as observadas em mesmo período de 1998, constata-se elevação das máquinas típicas de utilização agrícola, como os tratores de rodas e colhedoras, com incremento de 2.343 e 570 unidades, respectivamente. Decorrente da sazonalidade do mercado de tratores de rodas, pois os negócios se concentram no período que antecede o início do ano agrícola, pode-se esperar que, no segundo semestre de 1998, as vendas apresentem desempenho inferior à média observada entre janeiro e julho.

Dos itens analisados, somente os cultivadores mecanizados (tratores de rabiças) não apresentaram crescimento nas vendas, pois foram comercializadas somente 387 máquinas

entre janeiro e julho de 1998 contra 442 unidades no mesmo período de 1997.

Na análise do comportamento das vendas mensais de tratores de rodas, no período agosto de 1996 a julho 1997, constatou-se que as vendas foram sistematicamente inferiores às verificadas no último ano safra (agosto/97-julho/98) (Figura 1). Em junho de 1998, foram comercializados no mercado interno 2.053 tratores de rodas (sendo o recorde mensal do período) contra 1.490 no mesmo mês de 1997. Em função desse desempenho, pode-se prever que, em 1998, poderão ser vendidas entre 21.000 e 22.000 unidades.

Em 1997, as vendas de tratores de rodas, amplamente majoritário nas vendas de máquinas agrícolas, foram regionalmente concentradas. As Regiões Sul e Sudeste absorveram juntas 72% do total das vendas no mercado interno (Figura 2).

O Estado de São Paulo, em 1997, participou com 67% das vendas de tratores de rodas ocorridas na Região Sudeste, confirmando sua posição de maior mercado. Tal liderança deve-se, em parte, à prática comum no mercado de realizar compras em São Paulo, visando a utilização em outras regiões brasileiras. Segundo o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola (LUPA), realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, no período 1995/96, verificou-se a existência de 88.291 unidades de produção agrícola dispostas de tratores de rodas que somaram frota total de 154.323 unidades em uso³.

No período de maior concentração das vendas de colhedoras no mercado interno (entre janeiro e março), comercializaram-se 1.293 unidades em 1998 contra 791 no mesmo período de 1997, alcançando crescimento de 61%. Em março de 1998, observou-se o recorde de vendas com cerca de 490 colhedoras transacionadas.

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²Incluem-se tratores de rodas e esteiras, colhedoras, cultivadores motorizados e retroescavadeiras.

³FRANCISCO, Vera L. F. dos Santos et al. Censo agropecuário no Estado de São Paulo: resultados regionais. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.27, n.11, p.7-140, nov. 1997.

TABELA 1 - Evolução da Produção e Vendas de Máquinas Agrícolas Automotrizes, Brasil, 1995-98

(em unidade)					
Item	1995	1996 ¹	1997 ²	Jan.jul./97 ²	Jan.jul./98 ²
Cultivador motorizado					
Produção	1.568	926	844	532	430
Vendas no mercado interno	1.210	714	702	442	387
Exportação	327	35	139	91	17
Total das vendas	1.537	949	841	533	404
Trator de esteira					
Produção	1.875	1.543	2.035	1.019	1.315
Vendas no mercado interno	1.155	500	777	448	459
Exportação	721	985	1.199	631	812
Total das vendas	1.876	1.485	1.976	1.079	1.271
Trator de roda					
Produção	21.044	15.545	22.459	12.264	15.968
Vendas no mercado interno	17.584	10.291	15.731	7.992	10.335
Exportação	3.138	5.273	6.384	3.432	3.884
Total das vendas	20.722	15.561	22.115	11.424	14.219
Colhedoras					
Produção	2.371	2.531	3.715	2.134	2.504
Vendas no mercado interno	959	1.529	1.652	959	1.529
Exportação	948	1.689	1.906	1.208	957
Total das vendas	2.371	2.588	3.568	2.167	2.486
Retroescavadeiras					
Produção	1.480	1.644	2.599	1.317	1.689
Vendas no mercado interno	1.334	1.489	2.141	1.120	1.518
Exportação	129	177	427	198	197
Total das vendas	1.463	1.666	2.568	1.318	1.715
Máquinas agrícolas					
Produção	28.338	22.189	31.652	17.356	21.906
Vendas no mercado interno	22.706	13.893	21.013	10.961	14.228
Exportação	5.263	8.359	10.054	5.560	5.867
Total das vendas	27.969	22.245	31.067	16.521	20.095

¹Dados revistos pela fonte.

²Dados preliminares.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

Entretanto, no trimestre abril/junho de 1998, as vendas totais somaram 197 unidades, mostrando o caráter sazonal desse mercado (Figura 3). Pode-se prever que em 1998 poderão ser comercializadas cerca de 2.300 unidades. Em 1997, o destino das vendas de colhedoras foi concentrado na Região Centro-Oeste, que absorveu cerca

de 42% das unidades comercializadas nesse ano (Figura 2).

Dentre as regiões brasileiras, a Sul e a Centro-Oeste absorveram 90% das vendas no mercado interno. Esse fenômeno decorre da reconhecida concentração das lavouras de grãos nos estados que compõem essas regiões,

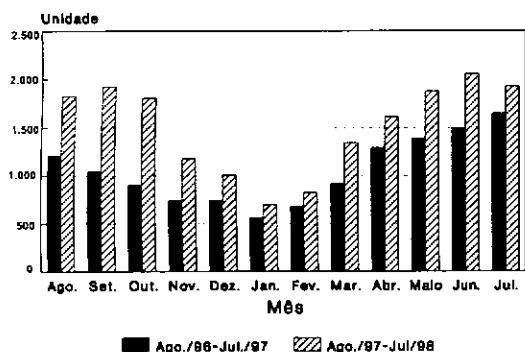


Figura 1 - Distribuição das Vendas de Tratores de Rodas no Mercado Interno, Agosto de 1996 a Julho de 1998.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

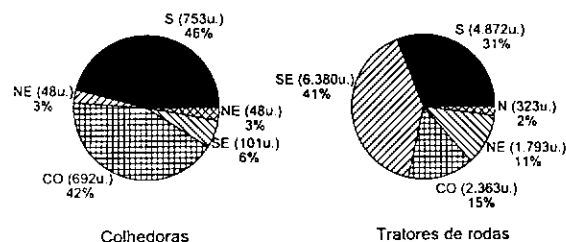


Figura 2 - Destino das Vendas de Tratores de Rodas e Colhedoras, por Região, Brasil, Jan.-Jun./1997.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

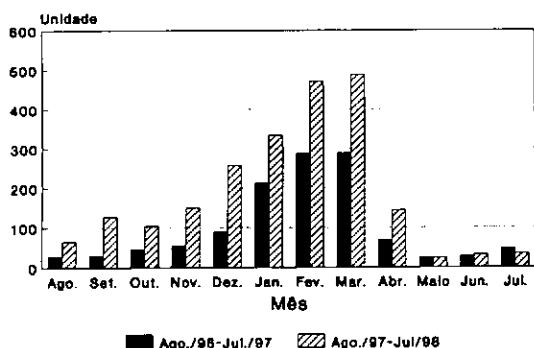


Figura 3 - Vendas de Colhedoras no Mercado Interno, Agosto de 1996 a Julho de 1998.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

tornando-as mercados preferenciais (Figura 2). Segundo o LUPA, no período 1995/96, observou-se a existência de 2.861 unidades de produção agrícola, dispostas de colhedoras automotrizas que somaram frota total de 4.140 unidades em uso.

Acompanhando as tendências de internacionalização produtiva, associadas ao redescobrimiento da América Latina, notadamente do Brasil, como *locus* privilegiado do investimento privado, observa-se alteração na estrutura do segmento de máquinas agrícolas na economia brasileira. Este fato pode ser evidenciado pelo crescente volume de exportações do segmento, que salta do patamar de aproximadamente 5,2 mil máquinas em 1995 para mais de 10 mil em 1997, podendo alcançar mais de 11 mil máquinas em 1998. Em 1997, as exportações participaram com 32% das vendas totais do segmento contra 18% observados em 1995 (Tabela 1).

O crescimento da participação das exportações no destino da produção do segmento de máquinas agrícolas, torna-o menos dependente das oscilações conjunturais da demanda do mercado interno, conferindo ao mesmo menor vulnerabilidade econômica e ambiente favorável aos novos investimentos produtivos.

Os principais compradores de máquinas agrícolas brasileiras são os países da América do Sul, que absorveram 77% das exportações em 1996. Isoladamente, o bloco de países que compõem o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (acordo 4+1) absorveu 69% das exportações totais. Comparativamente, em 1995, esse mesmo bloco de países havia adquirido 61% das exportações, indicando, preliminarmente, que o setor de máquinas agrícolas brasileiro tornou-se bastante competitivo nessa região. Por outro lado, essa excessiva concentração das exportações brasileiras de máquinas pode se tornar fonte de instabilidade. Com a plena operacionalização dos investimentos efetuados em 1995 e 1996 nesse setor, a indústria conseguiu ampliar sua presença no mercado da África do Sul, elevando a exportação para esse destino de apenas 19 máquinas em 1995 para 558 em 1996. O Leste Europeu e o Asiático permanecem como mercados potenciais a serem conquistados pelo setor.

O crescimento sustentado das vendas de máquinas no mercado interno a partir de 1996 decorre, em parte, da progressiva recuperação

da renda dos produtores das principais culturas. Entretanto, as principais empresas do setor ainda convivem com ociosidade média de 50%⁴.

A elevação das receitas dos produtores pode ser comprovada pela evolução do Índice de Preços Recebidos (IPR) pelos produtores paulistas, elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA). Entre julho de 1997 e junho de 1998, o índice elevou-se em cerca de 15 pontos (Tabela 2).

TABELA 2 - Índices Mensais de Preços Recebidos e Pagos pelos Agricultores Paulistas e Índice de Paridade, Junho/97 a Junho/98¹

Ano e mês	IPR	IPP	IPR/IPP (x 100)
1997			
Jul.	134,86	122,48	107,55
Ago.	133,28	124,86	106,03
Set.	130,56	124,83	103,86
Out.	130,09	125,67	103,45
Nov.	131,03	125,59	104,39
Dez.	135,37	126,19	107,56
1998			
Jan.	138,80	126,56	110,22
Fev.	142,89	125,71	114,00
Mar.	144,37	126,03	115,39
Abr.	144,51	125,96	115,31
Mai	148,18	127,05	118,24
Jun.	149,35	127,66	116,96

¹Base: agosto de 1994 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Se, por um lado, os preços recebidos apresentaram tendência de aumento no período analisado, por outro, os preços pagos não pressionaram os custos dos produtores paulistas⁵. A combinação desses dois fenômenos gerou in-

⁴GOVERNO decide reduzir juros para financiamento de máquina agrícola. *Diário do Comércio e Indústria*, São Paulo, 24 jul. 1998, p.6.

⁵Os preços pagos pelas máquinas agrícolas mantêm-se praticamente estáveis, sendo praticados substanciais descontos pelas concessionárias no valor de tabela sugerido pelo fabricante.

dice de paridade favorável aos produtores, evoluindo cerca de 9 pontos no período (Tabela 2).

Ressalva-se, ainda, que os índices apresentados estão influenciados pela participação da cultura da cana-de-açúcar em sua composição. Em 1998, a cana apresentou queda substancial dos preços recebidos, introduzindo tendência baixista no índice de preços recebidos calculado. Excluindo-a desse cálculo, o poder de compra dos produtores, mensurado através da evolução da paridade, melhora significativamente.

A relação de troca entre agricultores e a indústria de máquinas agrícolas, expressa pelo número de unidades de produto agrícola necessárias para a aquisição do trator médio, mostra tendências diferentes dependendo do produto. O feijão da seca⁶ apresentou variação bastante favorável aos produtores, pois em 1997 eram necessários 841 sacos de 60kg para a aquisição de trator médio, enquanto que em 1998, essa exigência caiu para 353 sacos (queda de 488 sacos). Igualmente, as relações feijão/colhedora mantiveram essa proporcionalidade com diminuição de 1.031 sacos na aquisição de uma colhedora. Os produtores de arroz, também, compartilharam dessa melhoria na relação de troca com queda de 402 sacos e 889 sacos no volume necessário para a aquisição de trator médio e colhedora, respectivamente (Tabela 3).

O milho também apresentou variação favorável aos produtores, pois enquanto em 1997 eram necessárias 4.398 sacas de 60kg para compra de trator médio, em 1998, bastavam 3.655 sacas. A relação de troca para o algodão em caroço teve pequena melhora, pois caiu em 92 arrobas a necessidade de produto para compra de trator médio.

Situação inversa ocorreu com os produtores de soja, havendo piora significativa nas relações de troca entre 1997 e 1998, com crescimento de 30% na necessidade de produto agrícola para aquisição de trator médio e de 28% para aquisição de colhedora.

A relativa melhoria nas relações de troca consideradas nessa análise oferecem a sustentação ao argumento de que a agropecuária

⁶Deve-se destacar que o feijão da seca não representa a principal safra desse produto no Estado de São Paulo, apesar de se notar paulatino crescimento da oferta do produto nesse período.

TABELA 3 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir um Trator entre 60 e 70cv e uma Colhedora MF 3640, Estado de São Paulo, 1995-98¹

Produto	Unidade	1995		1996	
		60-70cv	Colhedora	60-70cv	Colhedora
Algodão	15kg	4.765	...	4.187	...
Arroz	60kg	3.131	6.843	2.489	5.193
Feijão da seca	60kg	1.113	2.432	691	1.441
Milho	60kg	4.848	10.595	3.802	7.935
Soja	60kg	3.334	7.285	2.228	4.650

Produto	Unidade	1997		1998	
		60-70cv	Colhedora	60-70cv	Colhedora
Algodão	15kg	4.979	...	4.887	...
Arroz	60kg	2.212	4.634	1.810	3.745
Feijão da seca	60kg	841	1.762	353	731
Milho	60kg	4.398	9.215	3.655	7.560
Soja	60kg	1.859	3.894	2.424	5.014

¹Tomaram-se como base os preços médios recebidos e pagos pelos produtores no trimestre maio-julho de cada ano.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

ria brasileira, em 1998, tem capacidade de renovar parcialmente seu parque de máquinas, além de permitir que a área cultivada aumente na próxima safra.

Outro fator que induz as vendas de tratores de rodas e colhedoras é o volume de crédito agrícola disponível. Analisando-se a principal linha existente para a aquisição de tratores e colhedoras, os empréstimos da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME-agrícola), tem-se significativa elevação nos montantes de recursos aprovados e liberados na comparação entre os primeiros semestres de 1997 e 1998, com crescimento de 42% nas liberações (R\$137,87 milhões em 1997 para 196,88 milhões em 1998)⁷. Certamente, esse incremento nos montantes emprestados impulsiona as vendas do setor para o mercado interno. No segundo semestre de 1998, espera-se elevação ainda maior dos recursos liberados pelo FINAME, devido a duas mudanças nas regras desse financiamento ocorridas em agosto deste ano: a) queda da taxa de juros incidente nos contratos de 14,4% a.a. para 11,95% a.a.; e b) possibilidade de aumento da participação do agente financeiro para até

100% do valor da máquina adquirida⁸.

O maior obstáculo à elevação da contratação de FINAME para a aquisição de tratores e colhedoras está na falta de garantias de parcela dos produtores que optaram pela securitização de suas dívidas em 1996. Além disso, a cobrança de taxa de administração pelo agente financeiro intermediador da operação e da taxa a ser recolhida ao FINAME nos contratos com prazo superiores a cinco anos (denominada de Flat) acabam elevando os juros totais do contrato, o que, em empréstimos de longo prazo, pode gerar risco de inadimplência do produtor face à incerteza de preços que caracteriza a atividade agrícola.

Ainda quanto às linhas de crédito existentes, em julho de 1998, o Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB) associou-se ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em operação financeira, disponibilizando aos pequenos e médios produtores R\$12 milhões para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas⁹.

Outra opção de financiamento é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

⁷Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME: DIREX/ASPLA/DIVES. Rio de Janeiro, agosto de 1998. Em valores de junho/98 corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

⁸CAEM os juros para compra de máquinas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 24-26 jul. 1998. Caderno C, p.7.

⁹BANCOOB financia a compra de máquinas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 29 jul. 1998. Caderno C, p.7.

Familiar (PRONAF). O volume total de recursos liberados em 1997 somou R\$1,33 bilhão, segundo o Banco Central do Brasil¹⁰, dos quais cerca de R\$63,59 milhões foram destinados à compra de máquinas. O plano da safra de verão de 1998/99 do Ministério da Agricultura prevê liberação de R\$2 bilhões via PRONAF, o que poderá aumentar os recursos destinados à aquisição de tratores e demais máquinas agrícolas.

Já o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) financiou em 1997 mais de R\$45 milhões, dos quais aproximadamente R\$23 milhões foram para investimento, em que as aquisições de máquinas agrícolas constituem o item de despesa majoritário¹¹.

As empresas produtoras de máquinas agrícolas, sobretudo tratores de rodas, adaptaram-se a essas linhas de financiamento, lançando versões "populares" de seus principais modelos de tratores. A VALTRA, fabricante do Valmet,

obteve elevação nas vendas nos modelos da Linha 100 (três modelos de 60cv, 70cv e 80cv)¹². Portanto, a análise do conjunto de políticas de crédito existentes mostra que não é sem razão o otimismo sobre o desempenho das vendas para o mercado interno de máquinas agrícolas em 1998.

Finalmente, espera-se que o setor de tratores e colhedoras tenha incremento no número de fabricantes, pois estão sendo anunciados novos investimentos, notadamente no ramo de colhedoras. A VALTRA planeja instalar fábrica da alemã CLAAS (esperando participar em 15% do mercado até 2000), enquanto a estadunidense CAMECO projeta instalação de indústria de colhedoras para cana-de-açúcar. Assim, acredita-se que os preços desses bens de capital não sofram reajustes. Ao contrário, supõe-se que a política competitiva estabelecida pelas firmas atuantes, a agressividade das entrantes e a significativa ociosidade observada no segmento sejam condições suficientes para levar os vendedores à prática de descontos e promoções.

¹⁰ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL, 1997. Brasília: BACEN/Depart. de Cadastro e Informações, 1998. 435p.

¹¹Idem nota 5.

¹²FATURAMENTO de VALTRA cresce 48%. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 22 jun. 1998. Caderno C, p.11.

AÇÚCAR E ÁLCOOL

José Sidnei Gonçalves¹
Alceu de Arruda Veiga Filho¹

1 - INTRODUÇÃO

O complexo sucroalcooleiro ocupa lugar de destaque no agronegócio paulista, produzindo açúcar e álcool combustível, além de inúmeros outros produtos de relevância para a economia nacional. Trata-se de setor historicamente marcado pela intervenção governamental direta, incluindo o próprio planejamento da produção, mas que nos anos recentes passa por profundas mudanças no aparato regulatório. Essa transição, que já se mostra avançada para o açúcar e álcool anidro, ainda não foi completada para o álcool hidratado e para a cana-de-açúcar. Dessa maneira, consiste num setor em franco processo de ajustamento às novas condições de concorrência.

2 - MERCADO INTERNACIONAL DE AÇÚCAR

O mercado internacional de açúcar passou por transformações acentuadas nas duas últimas décadas, repercutindo as mudanças ocorridas no desenvolvimento dos principais países produtores e consumidores de açúcar. O comércio, antes dos anos 90, era dominado pelos acordos preferenciais, tais como: o acordo URSS-Cuba e aqueles entre os países europeus e suas ex-colônias na África. Isso impunha uma característica de fragmentação ao mercado internacional e uma extrema volatilidade aos preços formados nesse mercado, os quais também eram influenciados pelos resultados das políticas protecionistas nacionais que possibilitaram a existência de custos de produção elevados e um baixo padrão de competitividade, e influenciados pelas flutuações na produção mundial face a um consumo estável ou com evolução constante.

A análise da série de preços médios nominais mundiais de açúcar bruto, entre 1980 e 1997, mostra tendência de queda nos coeficientes de variação que medem a dispersão relativa dos preços em relação à média do período.

Essa dispersão, que era de 79% entre 1980-85, reduziu-se para 30% no período 1986-91, chegando a apenas 14% de variação no período 1992-97. Essa maior estabilidade não foi acompanhada por aumento no preço médio que, no primeiro período, estava em US\$12 centavos por libra-peso, sofrendo queda de 21% e ficando em US\$9,5, para se recuperar no último período, crescendo para a média de US\$11 centavos por libra-peso. Todavia a compensação veio por conta do aumento na produtividade de açúcar por tonelada de cana e pela queda nos custos de produção, os quais, para os países exportadores mais importantes, inclusive o Brasil (Centro-Sul), estiveram na faixa média de US\$10 centavos por libra-peso.

Acresce-se a essas características o aumento do comércio de açúcar branco, uma maior diversificação da produção industrial pelo aproveitamento de subprodutos, um novo rearranjo nos mercados com a formação de blocos regionais de comércio e uma acentuada competição dos adoçantes com o açúcar de cana e de beterraba. Além disso, embora pouco se tenha avançado em termos de redução do protecionismo, estão sendo reduzidos os controles governamentais, desregulando-se os mercados internos, e as discussões, iniciadas em 1986 na Rodada Uruguaí, no âmbito do antigo General Agreement of Trade and Tariffs (GATT) e atual Organização Mundial do Comércio (OMC), encaminham-se para o estabelecimento de um horizonte de comércio internacional de produtos agrícolas de cunho menos restritivo com respeito às taxas e aos direitos alfandegários.

Esse quadro desenha uma perspectiva de acirramento da competição no mercado internacional de açúcar, no qual o Brasil passou a pesar na formação de preços pelo volume produzido e participação no volume comercializado mundialmente. Do total estimado de comercialização mundial de 34,4 milhões de toneladas de açúcar para a safra 1997/98, a participação brasileira foi da ordem de 20%, ou seja, 7,2 milhões de toneladas, mantendo o primeiro lugar no *ranking* dos países exportadores.

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

Essa posição, junto com o estoque excedente de álcool e aliada à crise dos países asiáticos, ajudou a precipitar a queda nos preços internacionais para a faixa de US\$8 centavos por libra-peso a partir do segundo trimestre deste ano. As perspectivas de curto prazo para uma recuperação de preços ao patamar anterior não estão dadas, uma vez que o fator principal, que é a crise financeira internacional, ainda se encontra em fase de turbulência. Por outro lado, a previsão de crescimento da produção para 128 milhões de toneladas e de um consumo de 127,5 milhões, na safra 1998/99, apontam para um certo equilíbrio entre a oferta e a demanda, sinalizando favoravelmente.

Uma questão importante, relacionada ao mercado internacional para a economia açucareira brasileira, é dada justamente pela liderança assumida pelo Brasil na produção e na exportação mundiais. A expansão da produção nacional tem sido, ao longo desta década, impulsionada pelo crescimento das exportações (Tabela 1). Veja-se que a produção nacional cresceu de 8,07 milhões de toneladas para 14,8 milhões entre 1989/90 e 1997/98, a uma taxa geométrica anual média de 9%, enquanto as exportações saíram de um patamar de 1,5 milhão em 1989/90 para 7,2 milhões em 1997/98, o que significou crescer a 27% ao ano; enquanto o consumo aparente ou a produção destinada ao mercado interno foi ligeiramente superior ao crescimento vegetativo da população, ou seja, de 2% ao ano, saindo de 5,4 milhões de toneladas em 1989/90 para 7,6 milhões em 1997/98.

As exportações brasileiras, que no início dos anos 90, absorviam entre 18% e 20% da produção, passaram a representar cerca de 30% em meados da década, atingindo a expressiva participação de 50% da produção total na média das três últimas safras. Por sua vez, a economia canavieira paulista acompanhou essa expansão contribuindo atualmente com mais de 60% do total exportado, crescendo à extraordinária taxa de 107,5% ao ano, o que significou, em termos médios, dobrar sua participação nas exportações a cada ano.

Conclui-se que a maior exposição ao mercado internacional coloca várias questões de ordem estrutural e conjuntural a esse subsetor da economia brasileira - e principalmente paulista - as quais envolvem a competitividade setorial e a necessidade de planejamento da produção,

e que deverão fazer parte da agenda de decisões sobre os investimentos de médio e longo prazos do subsetor. E, nesse sentido, assume importância crucial o processo de desregulamentação de preços internos como forma de criar mercados de cana e de álcool hidratado, além de incrementar os mercados de açúcar e de álcool anidro e de subprodutos da cana, os quais, no seu conjunto, podem propiciar condições que induzam à busca de redução de custos e ao aumento das produtividades agrícola e industrial.

3 - PRODUÇÃO E PREÇOS RECEBIDOS DE CANA PARA INDÚSTRIA

A área colhida de cana para indústria no Brasil cresceu de 4,6 milhões de hectares em 1995 para 5,4 milhões de hectares em 1998, o que corresponde a 18,2% de incremento. Regionalmente reduz-se a participação da tradicional região canavieira nordestina que, mantendo sua área colhida em pouco mais de 1,2 milhão de hectares, perde proporção no total nacional de 27,6% para 22,7%. A Região Sudeste, no seu conjunto, apresenta um avanço de 2,7 milhões para 3,0 milhões de hectares colhidos de cana para indústria, mas esse acréscimo de 11,1% foi insuficiente para impedir a redução da participação regional de 60,0% para 56,0% da área total colhida no País. Isso porque na Região Sul ocorreu um grande aumento de área colhida, especialmente no Paraná, onde saltou de 289,9 mil hectares para 380,4 mil hectares no período 1995-98 (+31,2%). Crescimento similar verificou-se no Centro-Oeste, que dos 278,2 mil hectares cultivados em 1995, alcançou 367,8 mil hectare (+32,2%) em 1998 (Tabela 2).

Dessa maneira, verifica-se a progressiva importância de duas novas frentes de expansão da agroindústria canavieira, com incrementos de área colhida verificando-se em ritmo superior à média nacional e dos principais estados produtores. Entre as Unidades da Federação, confirma-se a liderança paulista que saltou dos 2,2 milhões de hectares em 1995 para 2,5 milhões de hectares em 1998, embora a participação no total nacional tenha recuado de 49,6% para 46,9% nesse período. Nos demais Estados relevantes, Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro, notam-se quedas generalizadas na faixa de 15% em suas áreas colhidas. Em grandes li-

TABELA 1 - Produção e Destino do Açúcar Centrifugado Nacional, Safras 1989/90 a 1997/98

(em milhão de toneladas)¹

Safr	Exportação		Participação percentual (SP)/(BR)	Prod. açúcar Brasil	Participação percentual (Exp./prod.)	Mercado interno
	Brasil (BR)	São Paulo (SP)				
1989/90	1,500	0,000	0	8,07	18	5,4
1990/91	1,300	0,013	1	7,20	18	5,9
1991/92	1,607	0,268	17	7,40	22	5,8
1992/93	2,425	0,889	37	8,60	28	6,2
1993/94	2,861	1,530	53	9,30	31	6,4
1994/95	4,300	2,264	53	9,30	46	5,0
1995/96	5,800	3,080	53	11,80	49	6,0
1996/97	6,670	3,460	52	12,60	53	6,0
1997/98	7,200	4,471	62	14,80	49	7,6

¹O açúcar refinado foi convertido para centrifugado segundo a relação 1:1,07.

Fonte: USDA, Sugar and Sweetener, 1991 a 1998, para exportação Brasil e produção de açúcar Brasil; AIAA/ÚNICA, Boletins Avaliação da Evolução das Safras, 1990 a 1998, para exportação São Paulo; e Informação ÚNICA, julho/98, para exportação Brasil e produção de açúcar Brasil, safra 1997/98.

TABELA 2 - Evolução da Área Colhida de Cana para Indústria, Brasil e Estados, 1995-98

Região/Estado	1995		1996		1997		1998	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Norte	12.893	0,28	14.827	0,31	14.954	0,31	15.770	0,29
Alagoas	449.746	9,87	432.236	8,97	450.470	9,25	455.586	8,45
Pernambuco	417.812	9,17	416.116	8,64	420.461	8,64	417.108	7,74
Paraíba	152.425	3,35	125.783	2,61	136.119	2,80	127.688	2,37
Bahia	75.138	1,65	76.919	1,60	85.177	1,75	78.481	1,46
Nordeste	1.255.966	27,56	1.211.822	25,16	1.261.375	25,91	1.223.288	22,70
São Paulo	2.258.900	49,57	2.493.180	51,76	2.446.300	50,25	2.527.400	46,90
Minas Gerais	267.551	5,87	256.008	5,32	263.661	5,42	280.410	5,20
Rio de Janeiro	161.787	3,55	153.883	3,19	163.775	3,36	164.008	3,04
Sudeste	2.728.496	59,88	2.946.918	61,18	2.916.372	59,90	3.015.740	55,96
Paraná	255.551	5,61	294.000	6,10	305.000	6,26	336.700	6,25
Sul	289.875	6,36	329.238	6,84	340.685	7,00	380.374	7,06
Mato Grosso	98.906	2,17	123.089	2,56	133.387	2,74	148.837	2,76
Goiás	104.498	2,29	114.480	2,38	129.630	2,66	130.000	2,41
Mato Grosso do Sul	74.815	1,64	85.618	1,78	82.007	1,68	89.013	1,65
Centro-Oeste	278.219	6,11	323.187	6,71	345.024	7,09	367.850	6,83
Brasil	4.556.793	100,00	4.816.479	100,00	4.868.746	100,00	5.389.219	100,00

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

nhas, no último quadriênio, consolida-se a tendência de organizar-se no Paraná e no Centro-Oeste duas novas regiões produtoras relevantes no contexto nacional, apresentando vantagens em termos de eficiência em relação a regiões tradicionais como o norte Fluminense e o Nordeste.

A produção nacional de cana para indústria cresceu de 303,0 milhões de toneladas para 339,9 milhões de toneladas no período 1995-98, significando um crescimento de 12,2%. Regionalmente, o Nordeste apresenta uma ligeira elevação da produção com o que a participação da região decresce de 20,0% para 17,9%. Ressalte-se na canavicultura nordestina o avanço da produção alagoana de 21,5 milhões de toneladas para 30,8 milhões de toneladas, num aumento de 43,2% em todo período, consolidando-a como segunda produtora nacional. Na Sudeste, a quantidade colhida eleva-se de 201,0 milhões de toneladas para 224,8 milhões de toneladas, correspondendo a crescimento de 11,8%, sendo que São Paulo, o maior produtor nacional, evoluiu de 175,0 milhões de toneladas para 198,0 milhões de toneladas, com aumento de 13,1%, ou seja, produzindo quase 3/5 do total brasileiro. As outras duas Regiões apresentaram expansões similares. No Centro-Oeste de 19,6 milhões para 26,6 milhões de toneladas (+35,5%) e no Sul de 21,6 milhões para 27,2 milhões de toneladas (+25,9%), com realce para o desempenho do Paraná, cuja produção cresceu de 20,4 milhões de toneladas para 25,8 milhões de toneladas (+26,5%), consolidando-se como terceiro produtor nacional (Tabela 3).

A produtividade média da cana para indústria no Brasil, após aumento de 66,5t/ha em 1995 para 68,9t/ha em 1997, apresenta estimativa de redução para 63,1t/ha em função de problemas climáticos. No contexto nacional, destaca-se a produtividade paulista (78,3t/ha), 24,0% superior à média nacional, seguido da paranaense (76,7t/ha). Realce deve ser dado a Alagoas, único estado nordestino a apresentar produtividade superior à média nacional, sendo que nessa região localizam-se as menores médias nacionais, com Pernambuco, zona canavieira tradicional, apresentando a mais baixa produtividade média estadual do Brasil em 1998 (Tabela 4). A evolução das produtividades, numa situação de ajustamento progressivo à realidade de superação do antigo aparato regulatório, per-

mite visualizar as dificuldades a serem enfrentadas nas zonas canavieiras menos dinâmicas, dado o desafio de substituir um complexo consolidado há séculos, por uma alternativa consistente em termos da geração de emprego e renda.

Analisando os preços recebidos pelos plantadores de cana para indústria no período 1995-98, verifica-se que os preços-base apresentam não apenas uma certa homogeneidade dentro de cada ano, como também entre os anos desse quinquênio, conformando uma média de R\$15,76/t (Tabela 5). Entretanto, os verdadeiros preços recebidos incluem o pagamento por teor de sacarose, o qual varia dentro do ano, resultando em deságios em abril, no início da safra, e ágios crescentes que atingem o pico em setembro, para em seguida reverterem a tendência e recuarem até dezembro. A qualidade da matéria-prima também mostra oscilações de ano para ano, em função das variações climáticas que influenciam o desenvolvimento da cultura. Dessa maneira, para um ágio anual médio de 19,84% no quadriênio 1994-97, em 1995, esse indicador alcançou 17,6% e, em 1994, o nível de 22,5%. Nas médias mensais, o ágio negativo é normalmente em abril (-0,01%), e o pico ocorre em setembro com 30,9% (Tabela 6).

Corrigidos os preços recebidos com o acréscimo dos respectivos ágios pela qualidade, verifica-se que a média do quinquênio 1994-98 alcançou R\$19,92/t, com os menores valores ocorrendo em abril (R\$15,40/t) e os maiores em setembro (R\$20,54/t) (Tabela 7). Tomando o comportamento do período como um todo, verifica-se que os menores preços médios ocorreram em 1996, em função de a colheita concentrar-se em meses em que o teor de sacarose foi baixo, ainda que os preços base fossem maiores. Em linhas gerais, a preocupação com a qualidade da matéria-prima representa um aspecto estratégico para a rentabilidade da atividade. Assim, um sistema equitativo de preços precisa prever a compensação ao fornecimento de matéria-prima fora do trimestre agosto-outubro, pois a disponibilidade de canas precoces e tardias ajudam a garantir o pleno funcionamento das usinas.

4 - DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO E PREÇOS DE AÇÚCAR NO VAREJO

A produção nacional de açúcar cresceu

TABELA 3 - Evolução da Produção de Cana para Indústria, Brasil e Estados, 1995-98

Região/Estado	1995		1996		1997		1998	
	t	%	t	%	t	%	t	%
Norte	685.478	0,23	787.357	0,24	781.780	0,23	810.669	0,24
Alagoas	21.572.980	7,12	20.754.266	6,41	24.850.102	7,41	30.825.103	9,07
Pernambuco	20.664.614	6,82	20.771.631	6,41	20.938.481	6,24	14.259.309	4,19
Paraíba	6.412.235	2,12	5.461.637	1,69	6.370.124	1,90	4.803.464	1,41
Bahia	4.019.741	1,33	4.081.939	1,26	4.542.994	1,35	4.160.600	1,22
Nordeste	60.687.568	20,02	59.069.772	18,24	65.079.150	19,40	61.017.774	17,95
São Paulo	174.960.000	57,73	192.320.000	59,38	194.025.000	57,83	198.022.000	58,25
Minas Gerais	16.726.400	5,52	15.864.934	4,90	16.497.900	4,92	16.935.445	4,98
Rio de Janeiro	7.295.349	2,41	6.923.508	2,14	7.423.980	2,21	7.437.680	2,19
Sudeste	201.051.837	66,34	217.603.605	67,18	220.187.608	65,63	224.851.813	66,14
Paraná	20.429.522	6,74	22.500.000	6,95	23.200.000	6,91	25.836.000	7,60
Sul	21.574.678	7,12	23.661.209	7,31	24.406.097	7,27	27.234.006	8,01
Mato Grosso	6.944.989	2,29	8.703.583	2,69	9.971.095	2,97	10.706.695	3,15
Goiás	7.690.407	2,54	8.695.347	2,68	10.222.459	3,05	9.750.000	2,87
Mato Grosso do Sul	4.922.386	1,62	5.913.645	1,83	5.390.083	1,61	6.101.461	1,79
Centro-Oeste	19.557.782	6,45	23.312.575	7,20	25.583.637	7,63	26.558.156	7,81
Brasil	303.079.776	100,00	323.896.429	100,00	335.505.692	100,00	339.942.749	100,00

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 4 - Evolução da Produtividade da Terra de Cana para Indústria, Brasil e Estados, 1995-98

Região/Estado	1995		1996		1997		1998	
	kg/ha	%	kg/ha	%	kg/ha	%	kg/ha	%
Norte	53.167	80	53.103	79	52.279	76	51.406	81
Alagoas	47.967	72	48.016	71	55.165	80	67.660	107
Pernambuco	49.459	74	49.918	74	49.799	72	34.186	54
Paraíba	42.068	63	43.421	65	46.798	68	37.619	60
Bahia	53.498	80	53.068	79	53.336	77	53.014	84
Nordeste	48.319	73	48.745	72	51.594	75	49.880	79
São Paulo	77.454	116	77.138	115	79.314	115	78.350	124
Minas Gerais	62.517	94	61.970	92	62.572	91	60.395	96
Rio de Janeiro	45.092	68	44.992	67	45.330	66	45.349	72
Sudeste	73.686	111	73.841	110	75.501	110	74.559	118
Paraná	79.943	120	76.531	114	76.066	110	76.733	122
Sul	74.428	112	71.867	107	71.638	104	71.598	114
Mato Grosso	70.218	106	70.710	105	74.753	108	71.936	114
Goiás	73.594	111	75.955	113	78.859	114	75.000	119
Mato Grosso do Sul	65.794	99	69.070	103	65.727	95	68.546	109
Centro-Oeste	70.296	106	72.133	107	74.150	108	72.198	114
Brasil	66.512	100	67.248	100	68.910	100	63.078	100

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 5 - Preços-Base Médios Mensais Recebidos pelo Canavicultor, Estado de São Paulo, 1994-98
(R\$/t)

Mês	1994	1995	1996	1997	1998 ¹	1994-97
Jan.	16,73	14,56	15,15	16,11	16,34	15,64
Fev.	17,82	14,24	15,16	15,97	15,72	15,80
Mar.	16,82	14,02	15,06	15,72	16,20	15,41
Abr.	16,91	13,79	16,33	15,72	16,05	15,69
Mai	17,12	14,31	16,70	15,77	15,99	15,98
Jun.	17,03	14,25	16,55	16,48	15,68	16,08
Jul.	16,51	14,09	16,42	16,64	15,78	15,92
Ago.	15,83	14,29	16,40	16,62	...	15,79
Set.	15,54	14,39	16,50	15,86	...	15,57
Out.	15,08	15,14	16,74	15,97	...	15,73
Nov.	14,76	15,29	16,40	16,20	...	15,66
Dez.	14,82	15,38	16,25	16,93	...	15,85
Média	16,25	14,48	16,14	16,17	...	15,76

¹Expresso em valores constantes de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 6 - Percentual Médio Mensal do Âgio pela Qualidade da Cana, Estado de São Paulo, 1993-97
(em %)

Ano	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Safra ¹
1994	2,8446	6,4541	14,2495	17,3157	26,6386	36,1270	35,1738	19,7746	4,0178	22,5422
1995	-9,5538	1,1797	7,6012	13,9454	25,6172	32,7145	27,6166	16,1473	10,5187	17,6425
1996	-7,8784	3,2216	12,3630	18,7723	28,3456	27,6334	22,8417	12,0241	1,4644	18,1354
1997	6,0771	12,3409	12,6037	17,0394	24,6257	31,3888	27,6100	15,5132	-1,0403	20,0214
Média	-0,0109	6,1795	11,7804	17,4802	26,4214	30,8993	26,7546	15,6836	3,8371	19,8403

¹Ponderado pela quantidade mensal de cana moída.
Fonte: União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA).

TABELA 7 - Preços Médios Mensais Recebidos pelo Canavicultor, com Acréscimo de Âgio, Estado de São Paulo, 1994-98

Mês	1994	1995	1996	1997	1998 ¹	1994-97
Abr.	17,39	12,47	15,04	16,68	15,71	15,40
Mai	18,22	14,48	17,24	17,72	16,92	16,91
Jun.	19,46	15,33	18,60	18,56	17,52	17,99
Jul.	19,37	16,05	19,50	19,48	18,43	18,60
Ago.	20,05	17,95	21,05	20,71	...	19,94
Set.	21,15	19,10	21,06	20,84	...	20,54
Out.	20,38	19,32	20,56	20,38	...	20,16
Nov.	17,68	17,76	18,37	18,71	...	18,13
Dez.	15,42	17,00	16,49	16,75	...	16,41
Média ²	22,16	20,17	15,63	21,70	...	19,92

¹Aplicando-se o âgio médio mensal 1994-97.

²Ponderada pela quantidade mensal de cana moída.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

de 253,0 milhões de sacas de 50kg em 1995/96 para 298,2 milhões de sacas em 1997/98, correspondendo a um crescimento de 17,8% no triênio. Nesse período destaca-se o avanço da produção do Centro-Sul que saltou de 184,4 milhões de sacas para 227,7 milhões de sacas num incremento de 23,5%, enquanto na Região Nordeste, o incremento foi inferior, totalizando 2,7%, ao crescer de 68,6 milhões de sacas para 70,5 milhões de sacas. Essa evolução ascendente da produção brasileira de açúcar sustentou-se também no aumento da produção paulista de 142,9 milhões de sacas para 174,7 milhões de sacas (+22,2%) e da alagoana, de 30,8 milhões de sacas para 35,5 milhões de sacas (+14,9%), consolidando São Paulo, com 58,6%, e Alagoas com 11,9%, como os mais maiores produtores brasileiros de açúcar (Tabela 8).

Esse crescimento do mercado de açúcar respondeu a dois estímulos de origens distintas, derivados da demanda do mercado interno e externo. No mercado internacional, os preços vigentes nos anos 90 e, principalmente, a elevação das exportações para a Rússia, garantiram maior inserção internacional do açúcar brasileiro. Ainda existe espaço relevante a ser ocupado no mercado internacional pelo produto nacional, haja vista a tendência de maior inserção de países com menores custos como são os casos do Brasil e da Austrália. Entretanto, o mercado interno não deixou de ser relevante para esse processo, tendo em vista o crescimento da demanda após 1994 com o Plano de Estabilização Econômica. Isso não decorre apenas da compra direta de açúcar pelos consumidores, mas, principalmente, do aumento da demanda de produtos da indústria de alimentos nos quais o açúcar é um ingrediente essencial. Isso pode ser comprovado nos casos dos refrigerantes, cujo consumo *per capita* elevou-se de 26,6 litros/hab./ano para 41,7 litros/hab./ano comparando-se 1993 com 1996; dos biscoitos, cujos indicadores evoluíram de 2,19kg/hab./ano para 3,31kg/hab./ano; e chocolates, cujas aquisições aumentaram de 0,34kg/hab./ano para 0,64kg/hab./ano. Por essas razões, o mercado interno revela-se estratégico para os produtores de açúcar, fundamentalmente pelas suas amplas possibilidades de crescimento com a alavancagem de uma política de desenvolvimento redistribuidora de renda.

Os preços de açúcar no varejo da Ci-

dade de São Paulo mostram queda de 48% no período 1994-98, saindo de R\$1,21 em julho de 1994 para o valor de R\$0,63 no final do primeiro semestre de 1998. Outro aspecto diz respeito à sazonalidade dos preços, com menores valores ocorrendo de setembro a dezembro, ou seja, logo após o pico da safra anual, acarretando maior oferta do produto nesse período em comparação com os demais meses (Tabela 9).

Observa-se que a oferta do produto tem ocorrido a preços cadentes desde o deflagrar do processo de estabilização da moeda em 1994, o que contribuiu para a redução do custo de vida, dado que o açúcar faz parte da cesta básica de consumo de produtos alimentares de todas as classes sociais.

5 - ÁLCOOL

O mercado de álcool no Brasil é composto por dois segmentos distintos, com possibilidades de evolução diferenciadas frente aos cenários delineados para a matriz energética brasileira. Essa diferenciação revela-se fundamental para a compreensão dos ajustamentos em curso frente ao processo de desregulamentação da economia sucroalcooleira, com a liberação de preços dos combustíveis após décadas de preços administrados. O primeiro mercado é aquele que utiliza o álcool hidratado como combustível sem mistura, representando o segmento mais incentivado pelas políticas desde o final dos anos 70, no contexto do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), o qual atualmente vive o dilema do fim da intervenção protecionista estatal face à redução de sua demanda. O segundo mercado está representado pelo álcool anidro, utilizado como mistura obrigatória à gasolina, atualmente na proporção de 22%, representando o segmento cuja demanda cresce com o aumento da frota de carros em utilização no Brasil.

A produção brasileira de álcool hidratado não cresceu na mesma proporção dos demais segmentos do setor sucroalcooleiros, tendo variado de 9,6 bilhões de litros para 9,7 bilhões de litros no triênio 1995/96-1997/98. Em termos regionais, essa produção concentra-se no Centro-Sul com 8,2 bilhões de litros em 1995/96 e 8,5 bilhões em 1997/98, tendo ocorrido redução na Região Nordeste de 1,4 bilhão para 1,2 bilhão (-14,3%). Destacando-se por Uni-

TABELA 8 - Produção de Açúcar, por Unidade da Federação, Brasil, 1995/96 a 1997/98
(sc.de 50kg)

Região/Estado	1995/96		1996/97		1997/98	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%
São Paulo	142.946.777	56,49	161.565.013	59,12	174.697.200	58,58
Paraná	11.244.912	4,44	15.548.616	5,69	18.737.080	6,28
Minas Gerais	8.760.026	3,46	9.287.021	3,40	9.870.500	3,31
Mato Grosso	5.290.761	2,09	6.017.905	2,20	7.334.120	2,46
Rio de Janeiro	8.041.297	3,18	8.369.522	3,06	7.028.400	2,36
Goiás	4.521.427	1,79	6.182.151	2,26	5.702.920	1,91
Mato Grosso do Sul	2.703.800	1,07	3.833.476	1,40	3.310.100	1,11
Espirito Santo	992.424	0,39	1.058.494	0,39	1.007.600	0,34
Centro-Sul	184.401.424	72,87	211.862.198	77,53	227.687.920	76,35
Alagoas	30.867.020	12,20	30.180.920	11,04	35.487.280	11,90
Nordeste	68.656.346	27,13	61.402.342	22,47	70.524.320	23,65
Brasil	253.057.770	100,00	273.264.540	100,00	298.212.240	100,00

Fonte: União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA).

TABELA 9 - Preços Médios Mensais de Açúcar no Varejo da Cidade de São Paulo, 1994-98
(R\$/kg)

Mês	1994	1995	1996	1997	1998 ¹	1994-97
Jan.	0,96	0,90	0,86	0,65	0,57	0,84
Fev.	1,00	0,86	0,88	0,68	0,60	0,86
Mar.	1,06	0,84	0,87	0,70	0,61	0,86
Abr.	1,08	0,83	0,88	0,68	0,61	0,87
Mai	1,10	0,81	0,86	0,65	0,62	0,85
Jun.	1,08	0,81	0,85	0,64	0,62	0,84
Jul.	1,21	0,80	0,82	0,63	0,63	0,86
Ago.	1,10	0,75	0,74	0,60	...	0,80
Set.	1,04	0,75	0,72	0,58	...	0,77
Out.	0,98	0,78	0,69	0,60	...	0,76
Nov.	0,95	0,81	0,67	0,55	...	0,74
Dez.	0,93	0,82	0,62	0,57	...	0,73
Média	1,04	0,81	0,79	0,63	...	0,82

¹Expresso em valores constantes de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

dades da Federação, verifica-se que São Paulo constitui-se no maior produtor nacional com 5,9 bilhões (60,8%), seguido do Paraná com 894,8 milhões (9,2%) (Tabela 10). Essa relativa estagnação da produção de álcool hidratado resulta do fato de o uso desse combustível, a despeito dos benefícios ambientais dele decorrentes, deixar de ser prioridade estratégica da política energética nacional, tal como ocorria no auge do PROÁLCOOL.

Em relação ao mercado de álcool anidro as perspectivas são opostas pela obrigatoriedade de utilização de mistura com a gasolina consumida no mercado interno. A produção bra-

sileira cresceu de 3,0 bilhões de litros em 1995/96 para 5,7 bilhões em 1997/98, correspondendo a um acréscimo de 90,0% no período. A Região Centro-Sul saiu do patamar de 2,6 bilhões de litros em 1995/96 para 4,8 bilhões de litros em 1997/98 (+84,6%), enquanto no Nordeste essa produção elevou-se de 404,6 milhões em 1995/96 para 904,2 milhões em 1997/98. Verifica-se também a preponderância da produção paulista, ainda que sua participação relativa tenha se reduzido no período (Tabela 11). Em linhas gerais a produção brasileira de álcool anidro não apenas cresce, mas o faz de maneira a desconcentrar a produção, antes centrada em São Paulo.

TABELA 10 - Produção de Álcool Hidratado, por Unidade da Federação, Brasil, 1995/96 a 1997/98
(1.000 litros)

Região/Estado	1995/96		1996/97		1997/98	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%
São Paulo	5.831.537	60,85	5.760.954	58,91	5.913.181	60,81
Paraná	973.284	10,16	995.928	10,18	894.827	9,20
Minas Gerais	350.499	3,66	353.631	3,62	484.001	4,98
Mato Grosso	295.374	3,08	284.247	2,91	395.282	4,07
Mato Grosso do Sul	258.988	2,70	212.112	2,17	334.747	3,44
Goiás	324.687	3,39	337.469	3,45	303.397	3,12
Rio de Janeiro	101.376	1,06	103.297	1,06	85.688	0,88
Espírito Santo	77.832	0,81	82.246	0,84	68.878	0,71
Rio Grande do Sul	1.935	0,02	-	0,00	2.986	0,03
Centro-Sul	8.215.511	85,72	8.129.884	83,14	8.482.987	87,24
Alagoas	411.025	4,29	462.360	4,73	457.941	4,71
Nordeste	1.368.581	14,28	1.649.054	16,86	1.240.644	12,76
Brasil	9.584.092	100,00	9.778.938	100,00	9.723.631	100,00

Fonte: União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA).

O ajuste à realidade de desregulação crescente do complexo sucroalcooleiro mostra que, em 1997/98, enquanto para o açúcar a safra realizada ficou praticamente igual à planejada no Plano de Safras, no álcool vem ocorrendo um acúmulo de excedentes, aumentando os estoques do produto. A produção planejada já estava superestimada, pois previa um total de 16,9 bilhões de litros, dos quais foram realizados 15,3 bilhões (-9,5%), para um consumo previsto em torno de 13,9 bilhões de litros. Dessa maneira, se fossem concretizadas as metas previstas, o excedente alcançaria a cifra de 3,0 bilhões de litros. No caso do hidratado, realizou-se um percentual 7,6% menor que o planejado, de 10,5 bilhões de litros, nível ainda assim 7,4% superior à demanda prevista, enquanto para o anidro, produziu-se 10,7% menos que os 6,4 bilhões de litros planejados, embora superando em 20,4% a demanda pelo produto. Em função disso, acumulam-se estoques expressivos, da ordem de 1,3 bilhão de litros de álcool anidro e 2,5 bilhões de hidratado, apenas na Região Centro-Sul, em pleno desenvolvimento da nova safra 1998/99.

Em função disso, verificam-se preços baixos e uma luta incansável para abrir oportunidades, não apenas de colocação do produto atualmente em estoque, bem como para garantir demanda para as safras futuras, o que permitiria operar em condições mais desejáveis de utilização da capacidade instalada. Os preços pagos às destilarias na aquisição de álcool anidro, segundo a Escola Superior de Agricultura Luiz de

Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), na metade de junho de 1998, estavam em torno de R\$0,30/litro, com redução de 9,3% em relação ao início de maio do mesmo ano - acumulando índices mais expressivos de queda se tomados como base de comparação os preços históricos. Para o hidratado, os preços caíram de R\$0,28/ litro para R\$0,27/litro (-3,6%) no mesmo período. Essa conjuntura reflete diretamente a situação dos estoques em plena execução de nova safra, criando uma situação de vendas diretas de destilarias às distribuidoras e mesmo aos postos de gasolina, fazendo com que os volumes definidos pela agência governamental gestora da política energética, correspondam a pequena parcela dos negócios realizados, com o que os preços praticados estão muito abaixo dos R\$0,41/ litro por ela estabelecido. Por outro lado, aguarda-se que seja completada a liberação de preços e do controle estatal sobre as transações de álcool hidratado e da cana-de-açúcar, ainda existente em função de sucessivos recuos governamentais, mas novamente aprazada para novembro deste ano. Isso de certa maneira tornaria transparente uma realidade de vendas livres, mas não oficiais, atualmente praticadas, criando imensas distorções no mercado.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando o conjunto do complexo sucroalcooleiro, nota-se que os desafios da adap-

TABELA 11 - Produção de Álcool Anidro, por Unidade da Federação, Brasil, 1995/96 a 1997/98
(1.000 litros)

Região/Estado	1995/96		1996/97		1997/98	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%
São Paulo	2.253.572	75,14	3.111.458	67,38	3.584.415	63,09
Paraná	99.064	3,30	201.100	4,35	416.295	7,33
Goiás	39.861	1,33	91.464	1,98	207.749	3,66
Mato Grosso	91.719	3,06	164.925	3,57	200.680	3,53
Minas Gerais	69.048	2,30	117.983	2,55	157.605	2,77
Espírito Santo	15.674	0,52	22.495	0,49	102.210	1,80
Mato Grosso do Sul	19.214	0,64	69.976	1,52	58.819	1,04
Rio de Janeiro	6.528	0,22	1.734	0,04	49.189	0,87
Centro-Sul	2.594.679	86,51	3.779.401	81,84	4.776.962	84,08
Alagoas	203.098	6,77	411.792	8,92	380.642	6,70
Nordeste	404.621	13,49	838.383	18,16	904.292	15,92
Brasil	2.999.300	100,00	4.617.784	100,00	5.681.254	100,00

Fonte: União da Agroindústria Canaveira de São Paulo (UNICA).

tação à realidade de produção "desplanejada" pela política governamental são imensos, não tendo sido ainda gestados os mecanismos pelos quais as organizações da produção orquestrarão seus interesses. Por outro lado, soma-se à essa exigência de adaptação o fato de que tal ajustamento realiza-se numa situação de perspectiva de profunda transformação da base técnica, conformando uma imensa disparidade de padrões em todos os segmentos do complexo sucroalcooleiro, tanto na ótica regional como dentro de cada região. De qualquer maneira, no segmento açucareiro sobressai a necessidade de alavancar a competitividade, ampliando as possibilidades de inserção no mercado internacional como produtor com vantagens de custos (às quais poderiam ser acrescentadas outras como as de caráter ambiental), bem como de ampliar o consumo interno, ainda que seja para amenizar os efeitos da crise econômica do principal comprador do produto brasileiro, representado pela Rússia. No caso do álcool, a principal reivindicação setorial é a ampliação das alternativas de utilização, não apenas resgatando o mercado de álcool combustível, como incrementando a mistura na gasolina de 22% para 26% e passando a adotá-la também para o diesel.

Os ganhos desse incremento da mistura de álcool aos combustíveis como a gasolina e o diesel, bem como o próprio consumo direto do álcool hidratado, teriam efeitos benéficos na redução dos índices de poluição atmosférica nas grandes cidades, com melhoria da qualidade do ar. Esse aspecto representa a base da argumen-

tação dos produtores de álcool na defesa de políticas que garantam a continuidade do programa nacional de produção de álcool combustível. Paradoxalmente, fruto de exigência também de caráter ambiental, ainda que associada à uma inexorável mudança da base técnica em curso, a proibição da despalha da cana por queima impele maior ritmo no processo de mecanização da colheita, o que produzirá um amplo reordenamento da estrutura de produção, com aumento da escala, impedimento de cultivos em áreas de declives inaptas à mecanização, bem como redução do emprego de safristas. Essa reestruturação ampla ocorre numa realidade em que o Estado altera radicalmente sua presença no planejamento setorial, em meio a uma crise que tende a reduzir mercados.

ALGODÃO

Marisa Zeferino Barbosa¹

Na temporada 1997/98², a produção mundial de algodão em pluma alcançou 19,9 milhões de toneladas, com acréscimo de 2,1% que, somado ao crescimento da ordem de 9,5% nos estoques iniciais, totalizou volume ofertado de 28,0 milhões de toneladas, 4,1% superior ao do ano anterior, enquanto o consumo mundial foi mantido em 19,3 milhões de toneladas, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Por sua vez, o comércio internacional dessa fibra foi reduzido sensivelmente, haja vista que as 5,7 milhões de toneladas exportadas durante 1997/98 apresentaram redução de 1,8% em relação à da temporada anterior, representando o menor volume transacionado nos últimos três anos. Diante dessa conjuntura, os estoques finais dessa temporada alcançaram volume relativamente elevado, de 8,9 milhões de toneladas, ou seja, 9,9% maior que o volume de passagem da temporada anterior (Tabela 1).

O comportamento do mercado mundial de algodão em pluma na safra 1997/98 deveu-se, também, à retração na demanda, sobretudo por parte de países asiáticos. Hong Kong, Indonésia, Japão, Coréia do Sul, Taiwan e Tailândia compõem o maior bloco importador, responsável, em 1997/98, por cerca de 27,0% das importações mundiais do produto. Assim, a crise financeira que se abateu sobre esses países, com reflexos em todo o mundo, no segundo semestre de 1997, não poderia deixar de trazer algum tipo de efeito sobre o mercado dessa fibra. De fato, em 1997/98, tanto as importações quanto o consumo de algodão em pluma nesses países, estimado em 1,6 milhão de toneladas para cada item, sofreram decréscimos de 15,8% e de 11,2%, respectivamente, em comparação aos volumes da safra anterior.

As cotações internacionais de algodão em pluma refletiram esse panorama, passando de US\$78,59 cents/libra-peso em 1996/97 (agos-

to a julho) para US\$72,20 cents/libra-peso, em 1997/98, acusando, portanto, decréscimo de 8,1% (Tabela 2).

Para a safra 1998/99, a produção mundial de algodão em pluma está prevista em 18,8 milhões de toneladas, 5,5% menor que a passada. A expansão dos estoques iniciais desta temporada, da ordem de 10,0%, deve reduzir o impacto da redução na produção, uma vez que a oferta deve somar 27,7 milhões de toneladas, com decréscimo de apenas 1,1%, em comparação ao volume do ano anterior. Do lado da demanda, tanto o consumo quanto as exportações devem ficar inalterados, em 19,3 milhões de toneladas e 5,7 milhões de toneladas, respectivamente. Neste contexto, os estoques finais devem totalizar 8,4 milhões de toneladas (-5,7%), revertendo a tendência crescente observada nas quatro safras anteriores.

A produção estadunidense de algodão em pluma deve ser de 3,2 milhões de toneladas em 1998/99, com redução de 22,0% em comparação à da temporada anterior, em decorrência de adversidades climáticas. A mesma tendência é observada para as exportações daquele país, tendo em vista que 1,1 milhão de toneladas a serem destinadas ao mercado internacional devem ser 35,3% menor que o volume registrado na safra passada.

O elevado estoque inicial existente na China, de 3,8 milhões de toneladas, 15,2% maior que o do ano passado, deverá contribuir para que o país deixe a posição de grande importador para assumir a de exportador, tendo em vista que as exportações chinesas devem passar de 30,0 mil toneladas em 1997/98 para 440,0 mil na temporada que se inicia. Ressalte-se que esse procedimento dos chineses não deverá exercer pressão baixista nas cotações internacionais pois, de certo modo, compensa a drástica diminuição do volume exportado pelos Estados Unidos. Os demais países asiáticos, importantes demandadores dessa fibra, devem manter os mesmos níveis de importação da safra passada.

Quanto à Argentina, principal fornecedor de algodão em pluma ao Brasil, os proble-

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²O ano comercial do algodão em pluma compreende os meses de agosto a julho.

TABELA 1 - Suprimento Mundial de Algodão em Pluma, 1994/95 a 1998/99¹
(em milhão de toneladas)

Item	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Estoque inicial	5,7	6,2	7,4	8,1	8,9
Produção	18,6	20,3	19,5	19,9	18,8
Oferta	24,3	26,5	26,9	28,0	27,7
Consumo	18,6	18,9	19,3	19,3	19,3
Exportação	6,2	6,1	5,8	5,7	5,7
Estoque final	6,2	7,4	8,1	8,9	8,4

¹Ano comercial de agosto a julho; previsão de agosto/98.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

TABELA 2 - Cotações Internacionais de Algodão em Pluma, 1994-98¹
(em centavos de dólar por libra-peso)

Mês	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	65,33	95,62	86,26	79,88	71,34
Fev.	77,05	100,94	85,07	80,40	68,86
Mar.	77,07	110,71	83,21	80,63	68,43
Abr.	77,18	113,76	82,78	78,92	65,48
Mai	80,85	106,56	82,96	79,28	64,37
Jun.	81,76	90,69	82,95	80,51	68,20
Jul.	78,71	87,35	78,80	81,34	69,47
Ago.	76,38	85,06	76,33	81,28	...
Set.	72,73	91,18	75,30	79,61	...
Out.	70,62	91,14	75,42	77,55	...
Nov.	74,24	89,19	75,94	77,22	...
Dez.	83,72	88,03	79,06	74,48	...
Média	76,30	95,85	80,34	79,26	...
Safra	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
Média ²	66,96	82,78	85,56	78,59	72,20

¹Índice de Outlook "A" do Liverpool Cotton Service (média dos cinco menores preços de dez tipos selecionados de algodão).

²Refere-se à média da safra, de agosto a julho.

Fonte: Cotton: World Statistics (ICAC), para o período de janeiro a dezembro de 1994; Cotton: World Markets and Trade (USDA), para janeiro de 1995 a abril de 1998; e Safras e Mercados para maio a julho de 1998.

mas climáticos na safra 1997/98 contribuíram para decréscimo de 12,6% na produção, que totalizou 284,0 mil toneladas. As previsões para 1998/99 dão conta que a produção argentina deverá ser expandida em 30,6%, chegando a 371,0 mil toneladas, enquanto as exportações deverão alcançar 240,0 mil toneladas, com crescimento de 29,0%, em comparação ao volume destinado ao mercado externo em 1997/98.

Em suma, o suprimento internacional de algodão em pluma deve apresentar um com-

portamento diferente na temporada 1998/99, pautado na redução da oferta, o que vem reverter a tendência observada em anos anteriores. Mesmo diante da estabilidade dos itens do lado da demanda, é esperada reação dos preços no sentido de elevação, a qual deve ser sustentada pelos menores estoques finais, os quais também devem apresentar inversão de tendência, em comparação ao verificado nos últimos quatro anos.

No Brasil foram cultivados 879,9 mil hectares e produzidas 414,4 mil toneladas de

algodão em pluma, com aumentos de 33,8% e de 35,6%, respectivamente, na safra 1997/98. Na Região Centro-Sul, a área plantada alcançou 659,9 mil toneladas (85,4%) e a produção 388,8 mil toneladas (57,6%). As adversidades climáti-

cas impediram maior volume de produção, causando redução de 15,0% na produtividade média da lavoura nessa região, conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (Tabela 3).

TABELA 3 - Área, Produção e Produtividade Média da Cultura de Algodão, Principais Estados Produtores, Brasil, 1993/94 a 1997/98

Estado/Região	Área (1.000ha)				
	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
Paraná	241,0	282,0	197,4	59,2	116,6
São Paulo	145,0	172,6	120,8	78,5	121,7
Minas Gerais	90,6	77,0	50,1	53,6	78,8
Mato Grosso	72,6	72,6	58,1	55,2	113,2
Mato Grosso do Sul	39,8	65,7	63,7	25,5	49,0
Goiás	52,7	65,9	76,4	84,0	180,6
Centro-Sul	641,7	735,8	566,5	356,0	659,9
Norte/Nordeste	596,1	492,7	406,8	301,5	220,0
Brasil	1.237,8	1.228,5	973,3	657,5	879,9
Estado/Região	Produção (1.000t) ¹				
	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
Paraná	146,3	175,7	119,5	40,4	64,5
São Paulo	83,3	111,2	63,4	54,4	66,9
Minas Gerais	26,3	27	23,1	28,1	41,1
Mato Grosso	41,5	38,9	33,1	34,8	97,1
Mato Grosso do Sul	28,1	44,8	35,7	19,6	32,6
Goiás	35,5	51,9	58,8	69,4	86,6
Centro-Sul	361,0	449,5	333,6	246,7	388,8
Norte/Nordeste	122,9	87,6	81,0	59,1	25,6
Brasil	483,9	537,1	414,6	305,8	414,4
Estado/Região	Produtividade (kg/ha) ²				
	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
Paraná	1.785	1.780	1.730	1.950	1.580
São Paulo	1.690	1.840	1.500	1.980	1.570
Minas Gerais	855	1.000	1.320	1.500	1.490
Mato Grosso	1.680	1.530	1.630	1.800	2.450
Mato Grosso do Sul	2.080	1.950	1.600	2.200	1.900
Goiás	1.980	2.250	2.200	2.360	1.370
Centro-Sul	1.655	1.745	1.683	1.980	1.683
Norte/Nordeste	626	508	569	560	332
Brasil	1.159	1.249	1.217	1.329	1.346

¹Refere-se a algodão em pluma.

²Produtividade expressa em algodão em caroço.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Passada uma década de constantes reduções no cultivo, a cultura do algodão no Brasil voltou a apresentar expansão, alicerçada na alta dos preços internos vigentes durante o primeiro semestre de 1997, aliada, ainda, às ações do setor público no âmbito do comércio exterior, configurando, num primeiro momento, situação favorável à comercialização interna e conseqüente retomada dessa atividade no País. Entretanto, o mercado brasileiro dessa fibra foi profundamente alterado no transcorrer do segundo semestre de 1997.

Um dos fatores para tal inversão deveu-se ao fato de a Medida Provisória (MP) nº 1.569³ não surtir o efeito esperado na contenção de importações a prazo. No primeiro quadrimestre de 1997, as importações de algodão em pluma, com prazo de pagamento superior a 360 dias, representavam apenas 3,3% do total importado no período, contra 77,9% daquelas com prazos de 181 a 360 dias. Em novembro, as internalizações com prazos mais extensos (acima de 360 dias) chegaram a representar 79,7%, contra 1,0% das contratadas com 181 a 360 dias, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Desse modo, a referida MP trouxe a ampliação dos prazos de pagamento das importações brasileiras de algodão em pluma, frustrando a expectativa inicial do setor agrícola no sentido de igualdade das condições de financiamento entre os produtos nacional e o importado.

Nesse ínterim, em 1997, as importações brasileiras de algodão em pluma alcançaram 470,8 mil toneladas, o maior volume dos quatro últimos anos (Tabela 4). A Argentina foi o principal fornecedor, responsável por 32,0% do valor total das importações do produto, que alcançou US\$881,7 milhões, conforme a SECEX e a CONAB. A fibra de algodão continuou sendo o item com maior participação (34,0%) na pauta de importações de produtos têxteis e vestuário, exercendo grande influência no resultado da balança comercial desses produtos, cujo déficit superou US\$1 bilhão em 1997.

Quanto a medidas de política comercial, referentes ao algodão em pluma, o De-

³A Medida Provisória 1.569, de 25/03/97, sem proibir as importações a prazo, determina o pagamento à vista das aquisições externas com prazos de pagamento inferiores a 360 dias (prazo então predominante nas importações de algodão em pluma).

TABELA 4 - Suprimento Brasileiro de Algodão em Pluma, 1994 a 1998
(em 1.000t)

Item	1994	1995	1996	1997	1998
Estoque inicial	160,9	170,4	133,5	184,1	169,0
Produção	483,1	537,0	410,1	305,8	414,4
Importação	367,3	282,3	468,2	470,8	400,0
Suprimento	1.011,3	989,7	1.011,8	960,7	983,4
Consumo	836,6	803,7	826,1	791,3	730,0
Exportação	4,3	52,5	1,6	0,3	50,0
Estoque final	170,4	133,5	184,1	169,0	203,4

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

creto nº 2.376, de 12/11/97 determinou a elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL de 3,0% para 6,0% em 1997, com taxas progressivas de 6,0% em 1998; 8,0% em 1999 e 2000; e 9,0% em 2001, aplicáveis às importações de países não integrantes desse bloco econômico⁴.

Do lado da demanda, o inverno menos rigoroso de 1997 impôs ao segmento industrial o carregamento de estoques por um período relativamente longo. Essa situação foi agravada a partir da elevação da taxa interna de juros motivada pela crise financeira internacional, aliada à perspectiva de retração no consumo desses produtos. Nesse contexto, o consumo industrial de algodão em pluma foi reduzido em 4,0% em relação ao volume do ano anterior.

Desse modo, as cotações de algodão em pluma, tipo 6, na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), não foram sustentadas ao nível dos R\$29,36/arroba, em termos médios, registrados durante o período de janeiro a junho de 1997, uma vez que no semestre seguinte a cotação média ficou em torno de R\$27,89/arroba. De janeiro a dezembro de 1997, os preços do produto sofreram queda nominal de 11,1%, enquanto o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI - FGV), variou 7,48%. Essa tendência de queda tem sido mantida no transcorrer de 1998, posto que os R\$25,58/arroba registrados em junho representou decréscimo de 4,1% em relação ao preço de janeiro, ao passo que, no mesmo período, a variação do IGP-DI foi de 1,51%.

Na safra 1997/98 a perspectiva de

⁴Anteriormente as TECs correspondiam a: 3,0% em 1997; 4,0% em 1998; 5,0% em 1999; e 6,0% em 2000 e 2001.

maior oferta e as incertezas em torno do escoamento da produção delineavam dificuldades para a comercialização, que foram ampliadas na medida em que transcorria a operação de colheita. Nesse contexto, o preço médio recebido pelos cotonicultores paulistas, no período de comercialização mais intensa, de março a junho, foi de R\$6,63/arroba que, além de inferior ao preço mínimo, de R\$7,00/arroba, acusou queda, em termos reais, de 27,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Acrescente-se, ainda, que tal nível de preços se constitui no mais baixo dos últimos cinco anos (Tabela 5).

TABELA 5 - Preços Médios de Algodão em Caroço Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1994-98 (R\$/15kg)¹

Mês	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	9,23	8,89	8,00	8,13	8,53
Fev.	10,44	8,63	7,85	8,05	8,41
Mar.	11,48	8,54	7,63	8,68	7,49
Abr.	10,76	8,75	7,67	9,12	6,75
Mai	10,62	8,07	7,94	9,28	6,04
Jun.	9,92	7,34	8,00	9,27	6,22
Jul.	9,23	7,04	8,08	9,21	...
Ago.	9,14	6,98	8,16	9,38	...
Set.	9,13	7,06	8,21	9,20	...
Out.	9,09	7,63	8,30	9,01	...
Nov.	9,05	7,84	8,27	8,93	...
Dez.	9,02	8,07	8,31	8,43	...

¹Em RS de junho de 1998. Deflator IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Com a finalidade de amenizar as conseqüências dessa situação, o Governo Federal lançou uma linha especial de crédito, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de R\$400 milhões, destinada às indústrias para financiar as compras do algodão, com taxa de juros de longo prazo (TJLP) mais 5,0% ao ano, além de uma taxa de risco. Outro instrumento para sustentação dos preços mínimos, adotado neste ano para o algodão, foi o Prêmio para Escoamento de Produção (PEP), no qual o Governo Federal, por intermédio da CONAB, em leilões públicos, oferece um prêmio para compradores do produto, visando garantia do preço mínimo para o cotonicultor.

Até julho de 1998, foram operacionalizadas, via instrumentos governamentais, aquisições e financiamentos de comercialização de 28,8 mil toneladas de algodão em pluma em Aquisições do Governo Federal (AGFs), 5,2 mil toneladas em Empréstimos do Governo Federal (EGFs) e 99,8 mil toneladas através do PEP, perfazendo um total de 133,8 mil toneladas, correspondente a 32,2% do total produzido, segundo a CONAB.

A oferta de algodão em pluma em 1998 deve ser de 983,4 mil toneladas, 2,4% maior que a do ano passado, por conta, sobretudo, da expansão da produção interna, uma vez que é prevista redução de 15,1% no volume a ser importado até o final do ano. O destaque, no entanto, deve ser a significativa retração de 7,8% no consumo, estimado em 730,0 mil toneladas, o menor volume demandado pelas indústrias desde 1991. A exportação prevista no balanço de oferta e demanda da CONAB, de 50,0 mil toneladas de algodão em pluma, é composta por produto de qualidade inferior, ou seja, de tipos não utilizados pela indústria nacional. Assim, o estoque final do suprimento brasileiro de 1998 deve ser de 203,4 mil toneladas, 20,4% maior que o do ano passado e o suficiente para 3,1 meses de consumo, o que significa uma quantidade elevada quando comparada com os níveis históricos (Tabela 4).

No Plano de Safra 1998/99, os preços mínimos do algodão permaneceram no mesmo nível do ano passado, em R\$7,00/arroba para o produto em caroço e em R\$24,50/arroba para pluma. O limite de financiamento também foi mantido em R\$300.000,00 por beneficiário (para crédito de custeio e comercialização), de modo que essa cultura continua a contar com o maior limite entre todas as contempladas pela medida. Especificamente quanto ao crédito de comercialização, os Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) poderão ser utilizados por beneficiadoras e indústrias, até o limite de 50% da capacidade de transformação, desde que tenham adquirido o produto pelo preço mínimo.

No âmbito estadual, o Decreto nº 43.073, de 05/05/98, modifica o Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (RICMS) concernente à incidência desse imposto sobre algodão em caroço e em pluma no Estado de São Paulo. A medida determina que "pela proposição, o lançamento do imposto

concernente às operações com algodão em caroço e ao algodão em pluma dele resultante fica diferido para quando houver a saída dos produtos resultantes da industrialização desse algodão em pluma. Dessa forma, o produtor não será onerado em momento algum com o ICMS⁴.

As estimativas do Instituto de Economia Agrícola de custo de produção da cultura do algodão, para a safra 1998/99, apontam que o custos operacionais totais devem corresponder a R\$7,96/arroba na região de Presidente Prudente (produtividade de 127 arrobas/ha) e a R\$6,75/arroba em Limeira (produtividade de 159 arrobas/ha). A produtividade média esperada em cada uma das regiões justifica a significativa diferença entre os custos por arroba do produto (Tabela 6).

Tendo em conta a forte influência do desempenho econômico da cultura na decisão do cotonicultor, lembrando as dificuldades para o escoamento da safra 1997/98, e, ainda, a ausência de indícios de reversão desse quadro na próxima temporada, a redução da área plantada com algodão no Estado de São Paulo poderá chegar a 30,0%, enquanto no Paraná, o Departamento de Economia Rural (DERAL) prevê decréscimo de 43,1%. Na Região Centro-Oeste, onde o uso intensivo de tecnologia e de mecanização em grandes unidades de produção garante custo por arroba menor que o observado nas regiões denominadas tradicionais, a perspectiva é de expansão do cultivo.

⁴Pronunciamento do Sr. Yoshiaki Nakano, Secretário da Fazenda, em ofício GS-CAT n. 139/98.

TABELA 6 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Algodão, Tração Motomecanizada, por Hectare, Regiões de Presidente Prudente e de Limeira, Estado de São Paulo, Safra 1998/99¹

Item	Presidente Prudente (produção de 127@/ha)			Limeira (produção de 159@/ha)		
	Por hectare	Por arroba	Participação percentual	Por hectare	Por arroba	Participação percentual
Mão-de-obra	97,99	0,77	9,69	95,95	0,60	8,95
Sementes	16,14	0,13	1,60	44,00	0,28	4,10
Aubos e corretivo	169,54	1,33	16,77	142,06	0,89	13,24
Defensivos	91,34	0,72	9,03	129,11	0,81	12,04
Operação de máquinas	168,23	1,32	16,64	162,79	1,02	15,18
Colheita empreitada	228,60	1,80	22,61	302,10	1,90	28,16
Custo Operacional Efetivo	771,84	6,08	76,33	876,01	5,51	81,67
Depreciação de máquinas	64,79	0,51	6,41	61,61	0,39	5,74
Encargos financeiros ²	22,21	0,17	2,20	25,20	0,16	2,35
Encargos sociais ³	32,34	0,25	3,20	31,66	0,20	2,95
Seguro ⁴	92,62	0,73	9,16	43,80	0,28	4,08
CESSR ⁵	27,43	0,22	2,71	34,34	0,22	3,20
Custo Operacional Total	1.011,22	7,96	100,00	1.072,63	6,75	100,00

¹Em RS de agosto de 1998.

²Taxa de juros de 8,75% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,0%).

⁴Refere-se ao seguro da COESP de 12,0% do COE em Presidente Prudente e de 5,0% em Limeira.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,7% sobre a renda bruta.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

AMENDOIM DAS ÁGUAS

Silene Maria de Freitas¹

1 - INTRODUÇÃO

De acordo com informações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a safra 1997/98 de amendoim foi 33,75% acima da anterior, alcançando 183,5 mil toneladas, das quais 89,97% foram produzidas no Estado de São Paulo, em duas safras: águas e seca.

Na Alta Paulista são cultivadas as duas safras, combinadas ao processo de reforma de pasto. O plantio da águas inicia-se a partir da segunda quinzena de agosto, e o da seca não deve ultrapassar o mês de março, sob pena de prejudicar o próximo cultivo do amendoim das águas ou o preparo do pasto. A safra da seca, proveniente desta região, é responsável por 20% da produção total de amendoim do Estado.

Na Alta Mogiana, a safra das águas ocorre nos períodos compreendidos entre setembro/outubro e janeiro/fevereiro, sendo predominantemente cultivada em áreas de reforma de canaviais. A cultura do amendoim é propícia na a rotação com a cana-de-açúcar não só por ter ciclo curto (120 dias), como também por ser benéfica à brotação das mudas, ao perfilhamento das touceiras e à nutrição inicial da cana. Por estar quase que totalmente atrelado às condições edafoclimáticas e sócio-econômicas da cana-de-açúcar, o cultivo do amendoim da seca, nesta região, é praticamente inexistente.

Em São Paulo, a safra das águas é significativamente a mais importante, respondendo por cerca de 80% da produção estadual. As principais regiões produtoras de amendoim das águas se localizam em municípios pertencentes aos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) de Ribeirão Preto e Jaboticabal, localizados na Alta Mogiana, respondendo, respectivamente, por 31% e 19%, e Tupã, na Alta Paulista, por 10%.

2 - SITUAÇÃO ATUAL DO MERCADO

Na Alta Paulista, principal região produtora do amendoim da seca, a colheita em junho/julho de 1998 foi excepcional. Além do aumento de área e de produtividade, houve melhoria na qualidade do produto. Porém, como a safra da seca é muito pequena, quando comparada com a das águas, tal resultado não alterará o mercado do produto primário, no decorrer de 1998.

Este ano não foi e nem será rentável para o manicultor. Em janeiro, início da colheita da safra das águas, os preços recebidos pelo produtor no Estado de São Paulo estavam 7,79% abaixo dos praticados no mesmo período de 1997. Comparativamente, a defasagem verificada entre as colheitas da seca, em junho, foi bem maior (-29,34%).

Porém, a equiparação entre os anos comerciais 1997 e 1998 torna-se inadequada, pois, 1997 foi atípico para o mercado de amendoim, uma vez que a escassez de mercadoria propiciou substancial aumento do preço da matéria-prima.

2.1 - A Safra 1996/97 e a Comercialização em 1997

No início do ano (janeiro e fevereiro) era esperada uma redução no preço recebido pelo manicultor devido à colheita das águas. Porém, adversidades climáticas, ocorridas nas principais regiões produtoras do estado no decurso da safra 1996/97, geraram perdas na quantidade e na qualidade do amendoim. A produtividade e o volume colhido estiveram, respectivamente, 12,58% e 7,66% abaixo da safra anterior. Conseqüentemente, os preços recebidos pelos manicultores foram, no pico da safra, cerca de 20% a 30% superiores aos observados para o mesmo período de 1996 e mantiveram-se praticamente estáveis no primeiro trimestre de 1997 (Tabela 1 e Figura 1).

Problemas climáticos ocorridos na Ar-

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Produção e Rendimento na Cultura do Amendoim, São Paulo, Safras 1993/94 a 1997/98

Safr	Águas				Seca			
	Produção (mil t)	Varição (%)	Rendimento (t/ha)	Varição (%)	Produção (mil t)	Varição (%)	Rendimento (t/ha)	Varição (%)
1993/94	115,25	-	2,14	-	23,50	-	1,55	-
1994/95	123,75	7,38	2,01	-6,10	27,50	17,02	1,57	1,76
1995/96	113,12	-8,59	2,28	13,53	21,88	-20,44	1,52	-3,55
1996/97	104,45	-7,66	1,99	-12,58	23,92	9,32	1,48	-2,21
1997/98	154,75	48,16	2,25	13,08	32,28	34,95	1,72	16,21

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

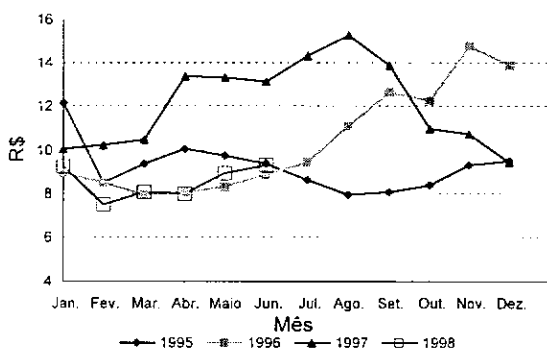


Figura 1 - Preços¹ Médios Mensais Recebidos pelos Manicoutores Paulistas, 1995 a Junho de 1998.

¹Em R\$/sc.25kg.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

gentina e a conseqüente quebra de 43,09% na safra contribuíram, ainda mais, para impulsionar os preços recebidos pelos produtores paulistas. Em abril de 1997 (início da colheita argentina), o preço da saca de 25kg estava 66,05% acima do preço alcançado no mesmo mês em 1996. Não bastasse essa escassez de amendoim, a safra da seca 1996/97 do Estado de São Paulo também não teve bom rendimento físico, repercutindo favoravelmente nos preços recebidos pelos produtores paulistas até agosto de 1997, quando se intentava para o preparo do solo da safra das águas 1997/98.

2.2 - A Safra 1997/98 e a Comercialização em 1998

Estimulados pelas altas cotações do produto no mercado doméstico, produtores de diversos EDRs, inclusive alguns não tradicionais no cultivo do amendoim, expandiram a área plantada (Figura 2).

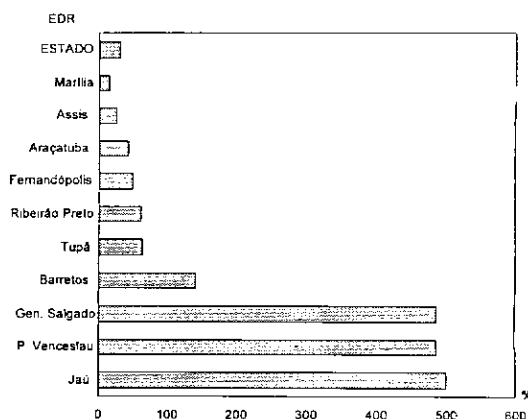


Figura 2 - Variação da Área Cultivada com Amendoim das Águas em Alguns EDRs e Estado de São Paulo, Safras 1996/97 e 1998/99.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Segundo estatísticas do Instituto de Economia Agrícola (IEA), a área cultivada com amendoim das águas na safra 1997/98 ficou 31,04% acima da verificada no ano anterior, o que, associado ao aumento de 13,08% no rendimento, possibilitou um acréscimo de 48,14% no volume produzido (Tabela 1). Em decorrência, observou-se redução dos preços recebidos a patamares próximos aos observados no primeiro semestre de 1996. Isso demonstra a atipicidade do mercado, em 1997, e seu retorno à normalidade em 1998 (Figura 1).

No decorrer de 1998, não há perspectiva de melhoria de preços em nível de produtor, pois, além da excelente recém-colhida safra da seca, cuja produtividade foi 16,21% acima da verificada na safra anterior, ainda há estoques remanescentes nas principais regiões produtoras de amendoim.

A produtividade média da safra das águas 1997/98 observada no Estado foi de 90,16 sc./ha. Porém, a colheita não foi muito bem su-

cedida em alguns municípios, ocasionando importantes reduções nos rendimentos obtidos em nível regional. Segundo o IEA, a produtividade mínima foi observada nos municípios de abrangência do EDR de Limeira, ficando em torno de 45sc./ha, enquanto a máxima, no EDR de Sorocaba, ficou em 150sc./ha. Nos EDRs de Jaboticabal e Ribeirão Preto, localizados na Alta Mogiana e responsáveis por 47% da produção do Estado, em 1998, a produtividade média alcançou, respectivamente, 76,19sc./ha e 108,40sc./ha.

As disparidades no rendimento médio da cultura ocorrem, na maioria das vezes, na fase da colheita. Esta, que no caso da safra das águas é feita em janeiro/fevereiro, oferece riscos de perda total do produto, caso haja muita chuva, seja pela possibilidade de germinação dos grãos, seja pela maior propensão à contaminação do *Aspergillus Flavus*. O primeiro caso refere-se à uma perda física, enquanto o segundo, a uma perda qualitativa fortemente sentida na coação do produto.

Segundo o IEA, em julho, o preço médio da saca de 25kg de amendoim foi cotado em R\$8,33/sc., na região de Ribeirão Preto e em R\$8,39/sc., em Jaboticabal.

Com base nas informações do IEA e nas estimativas de custo operacional da cultura, pode-se inferir a rentabilidade do manicultor de acordo com a Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba (COPLANA), situada na Alta Mogiana, o custo de implantação e produção de um hectare de amendoim nessas re-

giões estava orçado, na primeira quinzena de agosto, em R\$876,22/ha, para as áreas comuns, e em R\$816,98/ha nas áreas de reforma de canaviais. Já o EDR de Presidente Prudente, situado na Alta Paulista, estimou que para se produzir um hectare de amendoim nos municípios por ele abrangidos seriam necessários R\$744,47.

Assim, estima-se que, a este nível de preços, a cultura só seria lucrativa para o produtor da Alta Mogiana que obtivesse produtividade acima de 97,38sc./ha nas áreas de reforma de canaviais e 104,44sc./ha, nas áreas comuns. Com menores custos de produção, na Alta Paulista, os produtores de Presidente Prudente teriam prejuízos em nível de produtividade alcançado e rentabilidade nula, caso produzissem cerca de 91,12sc./ha (Tabela 2).

Além do risco de baixa produtividade, o manicultor vivencia outros problemas que deprimem a receita líquida, tais como: o alto custo de arrendamento, que para a safra atual situa-se em torno de 21sc./ha e a dificuldade na estocagem do grão, seja por questões técnicas, seja pela falta de recursos.

Diante da atual descapitalização do produtor, constata-se a importância do crédito rural como estímulo à safra 1998/99.

3 - PERSPECTIVAS DA SAFRA 1998/99

Os financiamentos para a cultura de amendoim encontraram resistência por parte dos

TABELA 2 - Estimativa da Receita Líquida por Hectare Auferida pelo Produtor de Amendoim das Águas, Regiões de Jaboticabal, Ribeirão Preto e Presidente Prudente, 1998

Item	Unidade	Alta Mogiana				Alta Paulista
		Área ¹		Área ²		Presidente Prudente
		Jaboticabal	Ribeirão Preto	Jaboticabal	Ribeirão Preto	
Produtividade	sc./ha	91,42	101,39	91,42	101,39	73,35
Preço da saca	R\$/sc.	8,39	8,33	8,39	8,33	8,17
Receita bruta	R\$/ha	767,01	844,58	767,01	844,58	599,27
Custo operacional	R\$/ha	816,98	816,98	876,22	876,22	744,47
Receita líquida	R\$/ha	-49,97	27,60	-109,21	-31,64	-145,20
Rendimento mínimo requerido	sc./ha	97,38	98,08	104,44	105,19	91,12

¹Excluindo do Custo Operacional operações normalmente efetuadas pelas usinas de cana-de-açúcar, tais como: análise de solo, calagem, demarcação de curvas de nível, demarcação e construção de carregadores, subsolagem, gradagem pesada, dentre outras.

²Inclui operações do preparo de solo.

Fonte: Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba (COPLANA); Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI); Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

agentes financeiros, pois os problemas de inadimplência eram recorrentes, tornando as liquidações muito trabalhosas e de elevado custo. Assim, frente à crise da agricultura e, depois, com a securitização, os recursos utilizados para o custeio das safras 1995/96 e 1996/97 ficaram praticamente estabilizados (Figura 3). Porém, em 1997, o fornecimento de crédito para custeio elevou-se substancialmente, contribuindo para a elevação da safra 1997/98, conforme visto acima e, conseqüentemente, na formação dos estoques atuais.

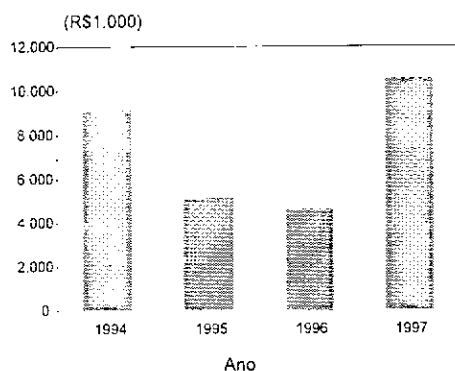


Figura 3 - Volume de Crédito Destinado ao Custeio de Amendoim Via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), 1994-1997.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Para a safra 1998/99, os financiamentos de custeio para a cultura de amendoim estão disponíveis até o limite de R\$40 mil por produtor, com taxa de 8,75% a.a., desde que 80% de sua renda bruta provenha da agricultura. Estão disponíveis, também, recursos do Programa de Geração de Emprego Rural (PROGER) e o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). O PROGER, que abrange mini e pequenos produtores, inclusive participantes de cooperativas ou associações de produção, é destinado a beneficiários com limite de renda até R\$48 mil/ano. Porém, embora utilize a mesma taxa (8,75%), o limite de beneficiamento é menor que o do crédito tradicional, ou seja, R\$30 mil, ou R\$15 mil, no caso do PROGER-rotativo.

Quanto ao PRONAF, os produtores familiares podem utilizar a modalidade de crédito-rotativo ou tradicional para os financiamentos rurais de custeio, até o limite de R\$5.000,00, com taxa de juros de 5,75% a.a.

Embora a redução das taxas de juros, com relação à safra passada, seja bastante atrativa à safra 1998/99, a conjuntura econômica do Brasil pode dificultar a expansão de área a ser cultivada com amendoim. Uma vez que a elevação da taxa de juros no mercado fornece riscos de redução no volume de recursos destinado ao crédito rural e a rentabilidade do amendoim é muito incerta, pode-se esperar que as instituições financeiras tornem-se mais cautelosas em financiar culturas ou produtores que considerem de alto risco.

Conforme visto, a atual descapitalização do produtor, o sucesso verificado no volume e qualidade da safra da seca e a presença de estoques remanescentes, frente à proximidade do recesso industrial, induzem à retração na área a ser cultivada com amendoim das águas. Outro aspecto que reforça esta colocação é a menor oferta de terras para amendoim, por parte das usinas de cana-de-açúcar, e a concorrência que este produto enfrenta com a soja precoce e o milho safrinha, nas áreas de reforma de canaviais, produtos amparados pelos clássicos mecanismos da política agrícola brasileira e de maior rentabilidade.

Porém, paradoxalmente, o sistema de produção do amendoim tem um fator que pode estimular o aumento do cultivo em novas áreas: o alto custo do "arrendamento" em áreas de reforma de canaviais, sobretudo na Alta Mogiana, principal região produtora, o que leva os manicultores a buscarem áreas fora das regiões tradicionais, deslocando a cultura para outras regiões. Além disso, considerando-se o alto risco de produtividade da safra das águas, os produtores têm arrendado maiores áreas, buscando economias de escala. Portanto, estas especificidades do sistema produtivo podem contrabalançar a retração de área esperada.

Diante do exposto, espera-se pequena redução ou mesmo manutenção na área a ser semeada com amendoim das águas na safra 1998/99.

ARROZ

Denyse Chabaribery¹
Sônia Santana Martins¹

A área e a produção nacional de arroz em 1997/98 apresentaram redução de 8,3% e 10,6%, respectivamente, em relação ao ano anterior. As 8.510,6 mil toneladas produzidas resultaram em um déficit no abastecimento doméstico estimado em cerca de 3.200 mil toneladas (Tabelas 1 e 2).

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o estoque vinculado aos Empréstimos e Aquisições do Governo Federal (EGF e AGF) foi estimado, em julho de 1998, em 553,4 mil toneladas, um volume muito baixo para utilização no suplemento da oferta. Também o estoque de passagem é o mais baixo registrado desde 1985/86, prejudicando a recomendação em termos de segurança alimentar, que é de 1.500 mil toneladas de arroz.

TABELA 1 - Área e Produção da Cultura do Arroz nos Principais Estados do Brasil, 1995/96 a 1997/98

Estado	Área (1.000ha)		
	1995/96	1996/97	1997/98
Rio Grande do Sul	828,8	779,1	849,2
Mato Grosso	432,0	337,0	428,0
Santa Catarina	153,5	155,0	142,6
Maranhão	661,5	621,8	435,3
Minas Gerais	310,2	254,4	208,6
São Paulo	110,4	93,8	73,2
Brasil	3.862,8	3.493,0	3.204,1

Estado	Produção (1.000t)		
	1995/96	1996/97	1997/98
Rio Grande do Sul	4.210,3	4.160,4	3.609,1
Mato Grosso	842,4	690,9	1.018,6
Santa Catarina	732,2	790,5	805,7
Maranhão	926,1	808,3	587,7
Minas Gerais	533,5	480,1	394,3
São Paulo	176,6	168,8	121,5
Brasil	10.037,4	9.524,0	8.510,6

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 2 - Oferta e Demanda Brasileiras de Arroz, 1993/94 a 1997/98

(em 1.000t)

Item	1993/94	1994/95	1995/96
1 - Estoque inicial	1.479,6	2.122,8	2.766,9
2 - Produção	10.522,8	11.237,3	10.037,4
3 - Importação	1.683,0	1.017,9	1.137,7
4 - Suprimento (1+2+3)	13.685,4	14.378,0	13.942,0
5 - Consumo	11.560,0	11.594,7	11.629,0
6 - Excedente (4-5)	2.125,4	2.783,3	2.313,0
7 - Exportação	2,6	16,4	11,7
8 - Estoque final (6-7)	2.122,8	2.766,9	2.301,3

Item	1996/97	1997/98
1 - Estoque inicial	2.301,3	1.377,1
2 - Produção	9.524,0	8.510,6
3 - Importação	1.222,7	2.000,0
4 - Suprimento (1+2+3)	13.048,0	11.887,7
5 - Consumo	11.664,4	11.699,3
6 - Excedente (4-5)	1.383,6	188,4
7 - Exportação	6,5	2,0
8 - Estoque final (6-7)	1.377,1	186,4

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O decréscimo na produção nacional de arroz é reflexo de uma situação continuada de desestímulo à atividade que, nos últimos anos, vinha propiciando resultados econômicos pouco favoráveis aos produtores. No entanto, o ano-safra 1997/98 foi um dos mais bem sucedidos para a atividade da orizicultura nessa década. Esse melhor desempenho econômico, em parte, deveu-se à expectativa de bons preços alcançados devido a uma substancial diminuição no estoque de passagem da safra 1996/97 e à própria redução da produção.

A expectativa de reação dos preços de mercado, vigente no segundo semestre de 1997, foi responsável pela expansão da área plantada nos dois principais estados produtores, de 9% no Rio Grande do Sul (RS) e 27% no Mato Grosso (MT). A despeito desses dois estados juntos contribuírem com 54,4% da produção nacional, a safra 1997/98 apresentou queda de 4,6% em

relação ao ano anterior, devido à quebra na colheita gaúcha (Tabela 1).

A safra 1997/98 do Rio Grande do Sul foi estimada inicialmente em 4.500 mil toneladas, se a produtividade se mantivesse igual à de 1996/97. Devido aos problemas climáticos, provocados pelo fenômeno *El Niño*, que resultaram em enchentes de diversas áreas da lavoura arrozeira, houve perda na colheita avaliada em 20% (900 mil toneladas).

O rendimento obtido no Mato Grosso, 16% superior ao do ano passado, aliado ao aumento de área, permitiu a produção de 1.018,6 mil toneladas neste estado, cobrindo parcialmente a quebra da colheita gaúcha. Também Santa Catarina (SC) registrou aumento de 2% na produção e vem se apresentando como o Estado de melhor evolução no rendimento físico (de 4.770kg/ha em 1995/96 para 5.650kg/ha em 1997/98). Esses dois estados têm se sobressaído com relação à produtividade (Figura 1), pois incorporaram variedades mais adaptadas ao meio físico. No Mato Grosso, as variedades de sequeiro que estão sendo crescentemente utilizadas apresentam produto de qualidade compatível ao arroz agulhinha. Em Santa Catarina, estão sendo utilizadas variedades irrigadas (no sistema pré-germinado) destinadas à indústria de arroz parboilizado, cujo mercado vem se mostrando promissor.

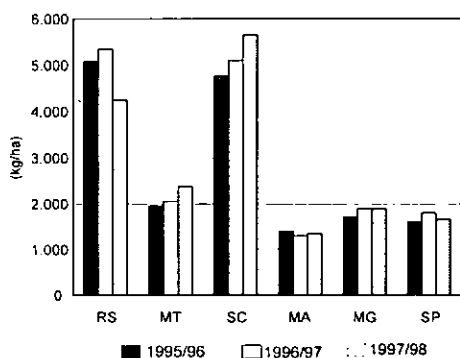


Figura 1 - Rendimento Físico da Produção de Arroz em Estados Seleccionados, Brasil, 1995/96 a 1997/98.

Fonte: Elaborada a partir de dados da tabela 1.

A safra de arroz 1997/98 transcorreu com alguns sobressaltos no que se refere ao comportamento do mercado, pois, além da quebra da produção no Sul e no Nordeste do País,

resultado das condições climáticas desfavoráveis, aconteceu que o mercado internacional esteve relativamente aquecido pela demanda elevada da Indonésia, que o Vietnã não estava conseguindo suprir inteiramente com exportações da sua primeira safra; os países do MERCOSUL, que se tornaram os fornecedores preferenciais do mercado doméstico brasileiro, encontraram dificuldades climáticas que reduziram a produção esperada em 12,2%, disponibilizando para exportar ao Brasil volume de 120 mil toneladas menor que o previsto.

Como resultado da redução da oferta, o período de colheita apresentou médias de preços superiores às do ano anterior, em todo o território nacional, tendo provocado, em maio de 1998, reação do governo no sentido de facilitar as importações de arroz. Foi determinada a redução de 21% para 15% na alíquota do imposto de importação do arroz beneficiado, e a suspensão da exigência de pagamento à vista para importações contratadas até agosto e internalizadas até 30 de outubro de 1998. Posteriormente, o prazo para internalizar arroz importado, financiado pelo exportador, foi prorrogado para 30 de novembro e poderá sê-lo novamente caso haja necessidade. Como o preço interno já vinha cobrindo o custo de importação, a redução das alíquotas e o financiamento externo a juros baratos deverão tornar as importações mais atraentes e rápidas, desde que solucionado o problema de obtenção da carta de crédito junto aos exportadores. Os volumes importados dos Estados Unidos aumentaram em 1998, porque este país possui programas especiais para financiar a exportação de arroz. Já os países asiáticos apresentam maiores dificuldades para fornecer crédito para a exportação de excedentes, agravadas nesse momento de crise.

Os leilões também foram utilizados pelo governo, no decorrer da safra, para conter a alta dos preços, mas foram suficientes apenas para amenizar o problema. A retração no consumo, mais uma vez, parece ter sido a chave para a contenção dos preços. Estima-se que, no período de maiores altas nos preços, durante o primeiro semestre de 1998, o consumo nos centros urbanos chegou a se retrair 20%, derrubando os preços na indústria e ao produtor. Entre a indústria e os produtores, os volumes transacionados se reduziram, pois, os produtores passaram a reter o produto o máximo possível, para que a

menor oferta evitasse a queda dos preços. Os supermercados, que possuem grande poder nas negociações com a indústria, mantiveram-se firmes durante certo período na estabilização de preços dos produtos da cesta básica, não repassando imediatamente as altas ao preço do varejo, numa tática para atrair o consumidor.

A média dos preços ao produtor, nos meses de safra, esteve acima dos preços praticados no mesmo período dos três anos anteriores. No Rio Grande do Sul, principal Estado produtor de arroz, a média de preços recebidos durante a safra (março a junho de 1998) foi 25% superior à de 1996/97. Os outros estados produtores mais importantes também apresentaram aumentos nas médias de preços recebidos, com exceção do Maranhão, que abastece apenas o mercado regional nordestino, e cujo período de safra é mais tardio que no restante do País

(Tabela 3 e Figura 2).

Na entressafra 1996/97, também houve tendência de alta na média dos preços recebidos para o arroz em casca, em relação à safra anterior. Essa média foi relativamente mais alta no Rio Grande do Sul (8,7%), Mato Grosso (16,7%), e São Paulo (6,4%), excetuando o Maranhão e Santa Catarina que contrariaram essa tendência com queda de 12% e 7,4%, respectivamente (Tabela 3 e Figura 3).

No Estado de São Paulo, os preços do arroz apresentaram comportamento diferenciado nos três níveis de mercado (produtor, atacado e varejo), segundo dados do Instituto de Economia Agrícola. Isso porque as altas dos preços recebidos, durante o segundo semestre de 1997, resultaram em um percentual de aumento relativamente maior nos preços do atacado e do varejo. Esses percentuais em nível do produtor, do ata-

TABELA 3 - Preços Recebidos pelos Produtores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão e Mato Grosso, 1994 a 1998¹

Mês	Rio Grande do Sul ²					Santa Catarina				
	1994	1995	1996	1997	1998	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	0,37	0,29	0,28	0,28	0,30	0,33	0,26	0,23	0,26	0,27
Fev.	0,32	0,26	0,26	0,27	0,29	0,26	0,24	0,23	0,24	0,25
Mar.	0,28	0,23	0,23	0,25	0,27	0,25	0,21	0,21	0,21	0,24
Abr.	0,27	0,20	0,23	0,24	0,27	0,26	0,21	0,22	0,22	0,24
Mai	0,33	0,19	0,23	0,24	0,33	0,28	0,19	0,23	0,22	0,23
Jun.	0,34	0,22	0,23	0,24	0,34	0,27	0,20	0,22	0,22	0,30
Jul.	0,31	0,23	0,23	0,24	...	0,27	0,21	0,22	0,22	...
Ago.	0,30	0,25	0,23	0,24	...	0,28	0,23	0,22	0,23	...
Set.	0,31	0,25	0,24	0,27	...	0,26	0,22	0,23	0,24	...
Out.	0,32	0,25	0,26	0,30	...	0,28	0,22	0,24	0,27	...
Nov.	0,31	0,26	0,27	0,31	...	0,29	0,23	0,24	0,28	...
Dez.	0,31	0,28	0,28	0,30	...	0,29	0,24	0,25	0,27	...

Mês	Maranhão					Mato Grosso				
	1994	1995	1996	1997	1998	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	0,39	0,28	0,23	0,28	0,28	0,26	0,23	0,19	0,20	0,20
Fev.	0,37	0,29	0,30	0,29	0,27	0,25	0,21	0,19	0,19	0,20
Mar.	0,30	0,28	0,30	0,29	0,28	0,22	0,20	0,17	0,18	0,20
Abr.	0,26	0,26	0,29	0,28	0,28	0,19	0,17	0,17	0,18	0,20
Mai	0,18	0,22	0,24	0,25	0,27	0,18	0,17	0,18	0,18	0,20
Jun.	0,16	0,20	0,22	0,23	0,27	0,18	0,15	0,18	0,18	0,20
Jul.	0,23	0,17	0,21	0,23	...	0,20	0,15	0,18	0,18	...
Ago.	0,25	0,17	0,22	0,23	...	0,21	0,16	0,18	0,18	...
Set.	0,23	0,17	0,22	0,24	...	0,22	0,16	0,18	0,19	...
Out.	0,23	0,17	0,24	0,23	...	0,21	0,17	0,18	0,20	...
Nov.	0,23	0,18	0,25	0,24	...	0,22	0,17	0,20	0,20	...
Dez.	0,27	0,21	0,27	0,25	...	0,23	0,18	0,20	0,20	...

¹Em R\$ de junho de 1998, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²Dados básicos do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA).

Fonte: Elaborada a partir de dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Riograndense do Arroz (IRGA).

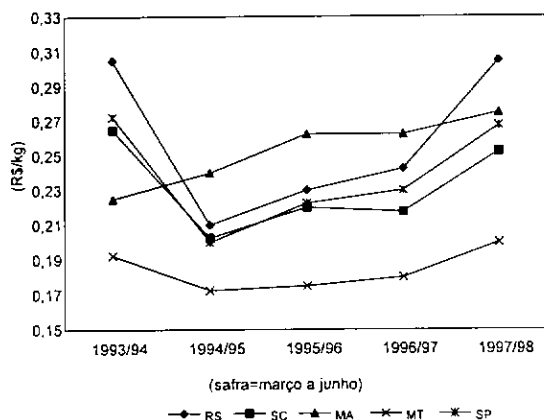


Figura 2 - Média dos Preços Recebidos pelos Produtores no Período de Safra do Arroz em Estados do Brasil, 1993/94 a 1997/98.

Fonte: Elaborada a partir de dados das tabelas 3 e 4.

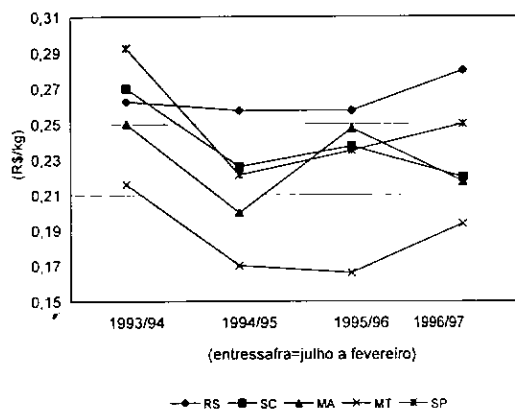


Figura 3 - Média dos Preços Recebidos pelos Produtores no Período da Entressafra do Arroz em Estados do Brasil, 1994/95 a 1997/98.

Fonte: Elaborada a partir de dados das tabelas 3 e 4.

cado e do varejo foram de 8,3%, 14,5% e 10,6%, respectivamente, entre agosto e outubro de 1997 quando ocorreu a primeira alteração significativa nos preços, mostrando que o varejo foi parcialmente poupado no repasse dos aumentos. O segundo pico nos preços ocorreu de abril a junho de 1988, com aumentos de 15,4%, 18,6% e 26,5%, respectivamente, ao produtor, no atacado e no varejo (Tabela 4 e Figura 4).

Esperam-se novas altas nos preços, durante o segundo semestre de 1998, mas é provável que as importações para o abastecimento interno consigam conter variações exageradas nas cotações praticadas.

As previsões para a safra de arroz

1998/99 são otimistas. Alguns principais fatores convergem para que assim seja, tanto no mercado internacional quanto no nacional.

No mercado internacional, os dados de suprimento mundial do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) são de aumento no consumo de 1,3%, de 1997/98 para 1998/99, que se apresenta mais pronunciado que na produção, com incremento de apenas 0,4%. Isso resultará em oferta mais ajustada e redução de estoque final em 4,5% no ano comercial 1998/99, apontando na direção de preços firmes (Tabela 5).

Desde meados de 1995, o arroz beneficiado com 100% de grãos inteiros da Tailândia manteve-se acima dos US\$300/t, no porto de Bangkok, tendo atingido mais de US\$400/t em outubro de 1995 (Figura 5). A partir de setembro de 1997, com a desvalorização da moeda tailandesa, primeiro sintoma da crise asiática, o resultado mais imediato foi que os preços deste tipo de arroz se igualassem aos do vietnamita, de qualidade bastante inferior.

Em janeiro de 1998, o preço do arroz tailandês se recuperou, atingindo US\$320/t, e vem se mantendo firme graças ao anúncio de aumento das necessidades de importação por parte da Indonésia, grande produtora e consumidora, que acabou tendo que importar 5 milhões de toneladas, devido à quebra de safra provocada pelo *El Niño*.

O agravamento da crise pode provocar novas desvalorizações de moeda em países exportadores, ou mesmo redução do consumo, modificando o cenário de preços sustentados no mercado internacional, pelo menos em conjunturas específicas.

No caso do Brasil, que se tornou um importador sistemático de arroz (Tabela 6), seus fornecedores habituais são Uruguai e Argentina, que vêm expandindo a produção e têm consumo interno muito baixo, podendo exportar, via de regra, até 80% do que produzem, como ocorreu na safra 1996/97. Isso tem algumas vantagens: não há imposto de importação no âmbito do MERCOSUL e a menor distância resulta em frete muito menor. Assim sendo, o produto argentino importado por US\$475,00/tonelada FOB Uruguiana chega em São Paulo ao mesmo custo que o arroz Thay 100B, importado por US\$333,00/t FOB Bangkok. O arroz do MERCOSUL, em geral, é de melhor qualidade que o ofe-

TABELA 4 - Preços Recebidos pelos Produtores¹, no Atacado e no Varejo, de Arroz Agulhinha Tipo 2, São Paulo, 1993 a 1998

(R\$/kg)²

Mês	Produtor						Atacado					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	0,36	0,36	0,28	0,24	0,24	0,27	0,78	0,87	0,71	0,66	0,67	0,70
Fev.	0,32	0,33	0,26	0,24	0,24	0,26	0,71	0,76	0,69	0,63	0,65	0,70
Mar.	0,29	0,28	0,22	0,23	0,23	0,25	0,71	0,76	0,65	0,63	0,62	0,69
Abr.	0,27	0,26	0,20	0,22	0,23	0,26	0,69	0,71	0,62	0,63	0,62	0,70
Mai	0,27	0,27	0,19	0,22	0,23	0,26	0,72	0,75	0,62	0,65	0,62	0,76
Jun.	0,27	0,28	0,19	0,22	0,23	0,30	0,69	0,88	0,59	0,63	0,62	0,83
Jul.	0,29	0,29	0,19	0,23	0,23	...	0,72	0,85	0,57	0,63	0,62	...
Ago.	0,31	0,30	0,19	0,23	0,24	...	0,79	0,78	0,58	0,63	0,62	...
Set.	0,32	0,30	0,22	0,23	0,24	...	0,77	0,75	0,54	0,63	0,65	...
Out.	0,33	0,32	0,23	0,23	0,23	...	0,75	0,73	0,68	0,63	0,71	...
Nov.	0,34	0,30	0,23	0,24	0,26	...	0,78	0,71	0,67	0,63	0,71	...
Dez.	0,36	0,29	0,23	0,24	0,27	...	0,86	0,72	0,68	0,66	0,70	...

Mês	Varejo					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	0,98	1,01	0,82	0,83	0,77	0,88
Fev.	0,88	0,91	0,81	0,81	0,78	0,84
Mar.	0,8	0,8	0,77	0,8	0,77	0,83
Abr.	0,81	0,78	0,76	0,77	0,76	0,83
Mai	0,8	0,86	0,75	0,76	0,74	0,97
Jun.	0,81	0,99	0,72	0,76	0,75	1,05
Jul.	0,83	1,02	0,72	0,75	0,75	...
Ago.	0,85	0,94	0,76	0,74	0,75	...
Set.	0,89	0,9	0,79	0,77	0,78	...
Out.	0,85	0,89	0,8	0,76	0,83	...
Nov.	0,84	0,88	0,8	0,77	0,86	...
Dez.	0,96	0,86	0,82	0,76	0,87	...

¹Arroz em casca.

²Em RS de junho de 1998, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

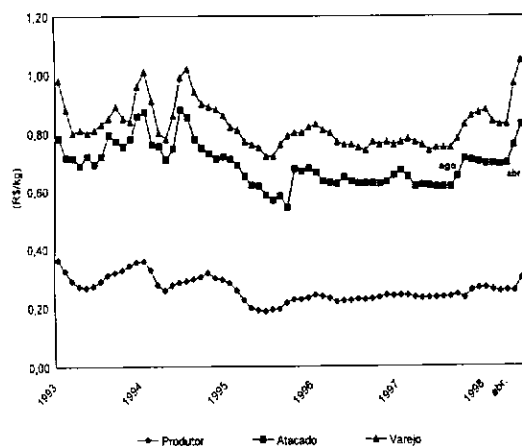


Figura 4 - Evolução dos Preços Médios do Arroz em São Paulo, 1993-98.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Prognóstico Agrícola, SP, v.2, 1998.

TABELA 5 - Quadro de Suprimento Mundial de Arroz Beneficiado, 1996/97 a 1998/99

(milhão de toneladas)

Ano	Estoque inicial	Produção	Importação
1996/97	50,13	380,04	17,4
1997/98 ¹	51,16	384,63	23,92
1998/99 ²	52,12	386,27	19,39

Ano	Uso doméstico	Exportação	Estoque final
1996/97	379,01	20,17	51,16
1997/98 ¹	383,68	23,83	52,12
1998/99 ²	388,62	21,29	49,77

¹Estimativa.

²Projeção.

Fonte: USDA, agosto de 1998.

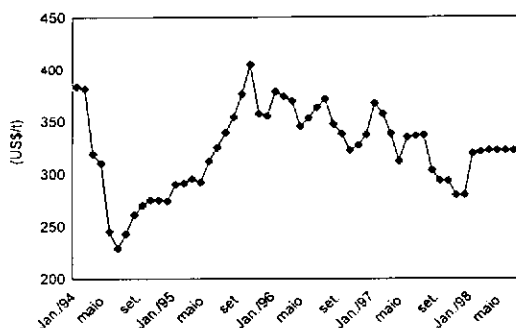


Figura 5 - Evolução das Cotações para o Arroz Beneficiado, Thai 100B, FOB Bangkok, Janeiro de 1994 a Maio de 1998.

Fonte: FAO e CONAB.

recido pelo mercado asiático (com exceção da Tailândia), e seu preço de exportação é formado no mercado interno brasileiro.

No entanto, devido aos problemas climáticos, as safras da Argentina e do Uruguai, juntas, apresentaram redução na produção de 2.050 mil toneladas, em 1996/97, para 1.770 mil toneladas, em 1997/98. De janeiro a maio de 1998, esses países haviam exportado para o Brasil 467 mil toneladas de arroz, base casca, estimando-se que ainda exista disponível para exportação no MERCOSUL, cerca de 580 mil toneladas do produto, descontando-se o já exportado para outros países.

De maneira geral, o prognóstico da safra 1998/99 de arroz é de que a produção total brasileira não ultrapasse 11,0 milhões de toneladas do produto base casca. No Rio Grande do Sul, responsável por mais de 40% do abastecimento doméstico, a perspectiva de melhores condições climáticas e bons preços vem motivando o aumento na área plantada com o produto em apenas 10%. Com isso a expectativa é de uma colheita que não deve ultrapassar 5 milhões de toneladas de arroz em casca.

As áreas de cerrado do Mato Grosso, ocupadas esse ano com soja, poderão ser substituídas principalmente pelo arroz, em função das perspectivas de manutenção das baixas cotações da oleaginosa. Além dessa retração no preço da soja, a prática da monocultura tem apresentado aumento de incidência de pragas e doenças, levando à busca de rotação de culturas para diminuir a gravidade do problema. Nesse processo, a cultura de uma gramínea como o arroz deverá ganhar maior estímulo, mesmo em relação ao milho, devido à perspectiva de manutenção dos preços do arroz em patamares elevados.

A estimativa de crescimento da área plantada com arroz de sequeiro no Mato Grosso é das mais otimistas, ao redor de 170 mil hectares, o que representaria uma elevação de 40% em relação a 1997/98. A se confirmarem melho-

TABELA 6 - Importações Brasileiras de Arroz, 1994-98

Tipo	1994		1995		1996	
	t	mil US\$FOB	t	mil US\$FOB	t	mil US\$FOB
Com casca	245.531,0	45.485,9	357.052,4	48.605,8	161.904,7	35.871,7
Branqueado	711.284,5	223.350,4	549.797,8	202.993,4	552.000,0	221.102,5
Sem casca	85.807,6	27.664,1	75.494,9	24.794,4	126.424,9	42.871,8
Partido	35.442,7	6.891,7	11.110,3	2.263,8	11.533,9	2.565,6
Total	1.078.066	303.392,1	993.455,4	278.657,4	851.863,5	302.411,6
Tipo	1997		Jan. a Maio de 1998			
	t	mil US\$FOB	t	mil US\$FOB		
Com casca	207.845,2	46.728,6	100.661,6	23.523,8		
Branqueado	530.946,9	212.452,8	264.798,1	107.841,8		
Sem casca	139.546,1	48.126,0	42.343,6	15.005,5		
Partido	10.152,0	2.451,0	8.755,0	1.372,6		
Total	888.490,2	309.758,4	416.558,3	147.743,7		

Fonte: SECEX.

res produtividades das variedades de sequeiro, que estão sendo divulgadas na região², espera-se ter um aumento na produção desse estado em torno de 400 a 500 mil toneladas.

Nos demais estados, tanto da região Centro-Oeste como em Santa Catarina e São Paulo, a expectativa é de aumento de área para a cultura do arroz na safra 1998/99. Em Santa Catarina, as terras ao norte do Estado já se encontram preparadas para o plantio, apenas aguardando as condições climáticas ideais para o início. Em São Paulo, as terras do Vale do Paraíba também estão sendo drenadas com o objetivo de recuperação de 3% a 5% na área de lavoura do arroz irrigado, esperando-se de 10.280 a 10.480 hectares de área plantada que poderá significar mais 1.740 toneladas na produção do estado. Como os produtores dessa região deverão importar uma parte da semente utilizada de Santa Catarina, especialmente o EPAGRI 109, o sistema de plantio pré-germinado tenderá a dominar. Nas áreas de sequeiro, a expectativa é de manutenção de área, apenas podendo aumentar um pouco em regiões de pequenos produtores, como a de Itapeva, onde não existem muitas alternativas de exploração. Na região de São José do Rio Preto, no município de José Bonifácio, os produtores pretendem fazer reforma nas áreas de pasto com arroz, aumentando a área da cultura em 20% (300ha). No global, para São Paulo, espera-se um aumento de apenas 5% na área cultivada com arroz, em relação à área colhida na safra 1997/98, que foi de 55.821 hectares, segundo o Levantamento de Previsão e Estimativa de Safra, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA).

Com relação à política agrícola, a redução das taxas de juros de crédito de custeio, de 9,5% ao ano para 8,75% ao ano, foi bem recebida pelos produtores que têm se adiantado para conseguir a liberação da primeira parcela do empréstimo de custeio, e com ela realizar a compra de sementes certificadas e o preparo do solo para o plantio. Como os preços mínimos vêm sendo mantidos nos mesmos níveis desde

a safra 1995/96, a busca de menores custos e de aumento de rendimento físico têm sido os objetivos perseguidos pelos produtores.

Segundo o Instituto de Economia Agrícola, a estimativa para 1998/99 de custo operacional efetivo (COE) da cultura do arroz de sequeiro, considerando-se um rendimento físico de 1.680kg por hectare, é de R\$319,51 por hectare, e o custo operacional total (COT) de R\$412,80 por hectare, sendo que 22,6% deste custo total é despendido com depreciação de máquinas, encargos financeiros e sociais e com o seguro agrícola (Tabela 7). Com relação à estimativa de custo da safra anterior, não houve grandes alterações na proporcionalidade com os gastos relativos a cada item do custo. Os itens que mais pesam no custo são operação de máquinas (25,2%), adubo e corretivo (16,9%) e mão-de-obra (13,4%). Em relação ao custo estimado para a safra 1996/97, houve um aumento de 4,2%, em termos nominais.

Como ocorrido em 1997, o preço mínimo fixado em R\$9,30 a saca de 60kg do arroz tipo 3 (39/41% de grãos inteiros) é insuficiente para cobrir o custo operacional efetivo de R\$11,41 a saca de 60kg para o arroz de sequeiro em São Paulo.

O arroz irrigado no sistema convencional, considerando-se produtividade de 4.200 kg por hectare, teve seu custo operacional efetivo (COE) estimado em R\$847,01 por hectare, e o custo operacional total (COT) em R\$1.059,53 por hectare (Tabela 8). Este representa um aumento de 9,2% em relação à estimativa realizada para a safra passada, em termos correntes. Os itens que mais pesam no custo são os defensivos, que alcançam 20,8%, operação de máquinas (20,3%) e mão-de-obra (16,2%). No geral, é um sistema com utilização intensiva de máquinas e de mão-de-obra nas operações de preparo do solo e de irrigação. Atualmente, o plantio no sistema pré-germinado domina a região do Vale do Paraíba, e deve utilizar menos insumos e mão-de-obra no manejo da cultura, além de ser mais produtivo, o que aumenta a relação preço recebido/custo de produção. Para o sistema irrigado convencional, o preço mínimo de R\$10,53 a saca de 50kg para o arroz tipo 2 (58/60% de grãos inteiros), que permanece sem alteração desde o ano passado, cobrirá o custo operacional efetivo de R\$10,08 a saca.

²São as variedades Primavera e Maravilha de grão longo fino da EMBRAPA, e a Cirad 141 e Tolipã de grão longo da empresa CIRAD.

TABELA 7 - Estimativa de Custo Operacional de Produção da Cultura de Arroz de Sequeiro, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 28sc. de 60kg, Região de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Safra 1998/99¹

Item	Por hectare	Por saca	Participação percentual
Mão-de-obra	55,26	1,97	13,4
Sementes	32,80	1,17	7,9
Aubos e Corretivo	69,70	2,49	16,9
Defensivos	4,00	0,14	1,0
Operação de máquinas	103,83	3,71	25,2
Colheita empreitada	41,32	1,48	10,0
Sacaria	12,60	0,45	3,1
Custo Operacional Efetivo	319,51	11,41	77,4
Depreciação de máquinas	35,22	1,26	8,5
Encargos financeiros ²	9,19	0,33	2,2
Encargos sociais ³	18,24	0,65	4,4
PROAGRO ⁴	21,41	0,76	5,2
Contribuição ao INSS ⁵	9,24	0,33	2,2
Custo Operacional Total	412,80	14,74	100,0

¹Em R\$ de julho de 1998.

²Taxa de juros de 8,75 % a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

⁴Refere-se a 6,7% sobre o COE considerando plantio em área de zoneamento agrícola.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (28sc. x R\$15,00/sc.60kg).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 8 - Estimativa de Custo Operacional de Produção da Cultura de Arroz Irrigado, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 84sc. de 50kg, Região do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, Safra 1998/99¹

Item	Por hectare	Por saca	Participação percentual
Mão-de-obra	171,49	2,04	16,2
Sementes	70,00	0,83	6,6
Aubos	132,25	1,57	12,5
Defensivos	220,10	2,62	20,8
Operação de máquinas	215,37	2,56	20,3
Sacaria	37,80	0,45	3,6
Custo Operacional Efetivo	847,01	10,08	79,9
Depreciação de máquinas	87,60	1,04	8,3
Encargos financeiros ²	24,36	0,29	2,3
Encargos sociais ³	56,59	0,67	5,3
PROAGRO ⁴	14,40	0,17	1,4
Contribuição ao INSS ⁵	29,57	0,35	2,8
Custo Operacional Total	1.059,53	12,61	100,0

¹Em R\$ de julho de 1998.

²Taxa de juros de 8,75% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

⁴Refere-se a 1,7% sobre o COE.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (84sc. x R\$16,00/sc.50kg).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

AVICULTURA

Nelson Giulietti¹
Sônia Santana Martins¹

1 - AVICULTURA DE CORTE

Em 1997, a produção mundial de carne de aves foi de 52,745 milhões de toneladas, 4% superior à obtida no ano anterior, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Nos Estados Unidos, maior produtor mundial, a produção de 14,9 milhões de toneladas superou em 3% a de 1996. Na China, segundo produtor mundial, a produção estimada de 11,5 milhões de toneladas superou em 7% a de 1996 e, no Brasil, terceiro colocado no *ranking* dos maiores produtores, com 4,5 milhões de toneladas, o aumento de produção foi de 9%.

Para 1998 as estimativas do USDA apontam aumento de 3% na produção mundial, 3% na americana, 8% na produção chinesa e 2% na brasileira.

O consumo total mundial de carne de aves em 1997 foi de 50,83 milhões de toneladas, sendo que os maiores consumidores foram os EUA, com 12,14 milhões de toneladas, seguido da China, com 11,96 milhões de toneladas. Para 1998, o consumo total está projetado pelo USDA em 53 milhões de toneladas, o que representa aumento de 4% em relação ao do ano anterior.

A exportação total de carne de aves, segundo o USDA, foi da ordem de 5,7 milhões de toneladas em 1997, volume 8% superior ao do ano anterior. Os Estados Unidos têm sido o maior exportador, respondendo, em 1997, por 44% do volume total, seguido pelo Brasil com 11%, Hong Kong com 9% e França com 8%.

Para 1998 a exportação total está projetada em 5,9 milhões de toneladas, apenas 1% acima da observada em 1997. A redução no ritmo de crescimento das exportações mundiais de carne de frango, que cresceram 30% em 1994, 24% em 1995, 14% em 1996 e 8% em 1997, deve-se à substituição de importações por produção própria em uma série de países importadores, entre os quais a China, e às dificuldades

econômicas em países da Ásia e na Rússia, maior importador.

O Brasil, segundo exportador mundial de carne de frango, cujas exportações cresceram 45% no período 1992-96, também deverá reduzir suas vendas em 1998. As exportações brasileiras de carne de frango em 1997 atingiram 649.347 toneladas, superando em 14% o volume exportado em 1996. Deste total, 373.772 toneladas foram de frango inteiro e 275.575 toneladas de recortes de frango. Em valores, essas exportações atingiram US\$875,8 milhões, significando um crescimento de apenas 4% em relação a 1996, tendo havido queda nos preços médios de US\$1.477,00 por tonelada em 1996 para US\$1.349,00 por tonelada em 1997. O crescimento das exportações ocorrido em 1997, apesar da redução dos preços internacionais, resultou dos preços ainda mais baixos vigentes no mercado interno.

O significativo desempenho registrado pela avicultura de corte na última década teve como propulsor o grande aumento da demanda ocorrido durante o Plano Cruzado, quando a capacidade produtiva de pintos de corte, em declínio desde 1982, cresceu cerca de 8% em 1986, enquanto a capacidade ociosa, que vinha apresentando índices superiores a 20% desde 1981, caiu para cerca de 10%. Entretanto, com o recrudescimento do processo inflacionário, a partir de 1987, com conseqüente queda na demanda e aviltamento nos preços do frango em nível de produtor e atacado, a avicultura teve que ajustar a oferta à realidade do mercado, reduzindo, em 1988, a produção de pintos de corte, elevando a capacidade ociosa para 27%, pois a capacidade instalada havia atingido, nesse ano, o maior nível da década.

Em 1989, a ociosidade foi reduzida a menos de 10% e, a partir de 1990, a capacidade instalada voltou a crescer, proporcionando assim aumentos constantes na oferta de carne de frango, mostrando o dinamismo da cadeia produtiva da avicultura de corte e o funcionamento relativamente harmonioso dos seus vários segmentos.

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

A adoção de tecnologia moderna no segmento produtivo, através da utilização de material genético altamente produtivo e de arração e manejo adequados, possibilitou altos ganhos de produtividade que, juntamente, com novas formas de administração da produção proporcionaram elevados ganhos de economia de escala, levando o setor a produzir com custos decrescentes e a oferecer ao mercado proteína animal a preços reais, também, decrescentes (Tabela 1).

O competente esforço mercadológico do setor conseguiu conquistar considerável parcela do mercado internacional de carne de frango, abastecendo 11% desse mercado em 1997. No mercado interno, esse esforço foi mais significativo, pois o consumo aparente de carne de frango cresceu 123% entre 1988 e 1997, enquanto o consumo *per capita* dobrou (Tabela 2).

A absorção de volumes crescentes de produção deveu-se, também, à diversificação dos produtos oferecidos ao mercado, além do frango abatido limpo, entre os quais os cortes especiais como: peito, coxas, sobrecoxas, asas, passarinho e miúdos; os embutidos como: salsichas, lingüiças e presuntos, hamburques, *nuggets* e outros.

Pode-se dizer que a atividade já possui um mercado cativo em diferentes faixas de consumo, pois oferece produtos de qualidade a preços acessíveis. Esse mercado deve se expandir e se consolidar ainda mais, devido às vantagens da carne de frango em relação às outras, tanto de preço, como de qualidade intrínseca e extrínseca, e, também, devido à colocação no mercado de produtos elaborados e semi-elaborados de preparo rápido ou que apenas necessitam de aquecimento para serem consumidos, que vêm de encontro a uma demanda da população de maior poder aquisitivo.

Esses fatos mostram que a avicultura de corte brasileira evoluiu de uma atividade relativamente instável, sujeita a crises periódicas, muitas vezes causadas por reduções de demandas decorrentes de mudança do preço relativo da carne bovina, para uma atividade mais sólida, empresarial e com condições de se ajustar às vicissitudes do mercado, criando a sua própria demanda e aproveitando os nichos desse mercado. Assim, a atividade não fica tão ao sabor das oscilações da demanda, que levavam ao aviltamento de preços e conseqüentes prejuízos.

Desse modo, ganha o consumidor, que tem à sua disposição produtos de qualidade a preços acessíveis, em função do repasse das reduções de custo de produção advindas da absorção de tecnologia moderna aos preços de varejo, e ganha o produtor, beneficiado pelo aumento e estabilidade do mercado.

A rentabilidade do produtor é relativamente baixa, de modo que a escala de produção e a eficiência da administração de custos são fundamentais. Tal situação é ilustrada pelo fato de a relação entre o preço do quilo de frango vivo e o preço da ração no mercado ser muito próxima da taxa de conversão (Tabela 3).

Analisando o período mais próximo, observa-se em 1997, a produção brasileira de carne de frango atingiu 4.461 mil toneladas, 10% superior à de 1996, que foi de 4.052 mil toneladas. As exportações foram de quase 650 mil toneladas, de modo que o consumo aparente situou-se em cerca de 3.812 mil toneladas, e o consumo *per capita* ao redor de 23,8kg, cerca de 8% maior que o verificado em 1996.

Estima-se que o Estado de São Paulo tenha produzido, em 1996, 826 mil toneladas de carne de frango, cerca de 20% da produção nacional. Em 1997, essa produção ficou ao redor de 991 mil toneladas, aumentando a participação do Estado para cerca de 22% da produção brasileira.

A produção efetiva de pintos de corte no País atingiu, em 1997, perto de 2.864 milhões de cabeças contra 2.593,1 milhões em 1996, com acréscimo de cerca de 10%, utilizando aproximadamente 99% da capacidade instalada, que atingiu 2.897,3 milhões de cabeças, chegando perto do pleno emprego da estrutura produtiva. Para 1998, os dados da Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (APINCO) apontam para uma capacidade instalada da ordem de 3.060 milhões de cabeças. Este potencial está sendo quase plenamente utilizado, podendo-se prever, assim, uma produção da ordem de 2.917 milhões de cabeças, que deverão resultar em cerca de 4.540 mil toneladas, significando acréscimo ao redor de 2% sobre a produção de 1997. Embora a confirmação dessa expectativa dependa da intensidade da recessão que se anuncia, é de se esperar que o agravamento do desemprego atinja menos o consumo de frango e ovos do que o de outros produtos substitutos, dado seu preço mais baixo.

O desempenho positivo da produção

TABELA 1 - Preços Recebidos pelos Produtores de Frango, Estado de São Paulo, 1993-98¹
(em R\$/kg)

Mês	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	1,19	1,02	0,96	0,70	0,66	0,73
Fev.	1,16	1,04	0,83	0,73	0,70	0,91
Mar.	1,13	1,06	0,62	0,74	0,68	0,84
Abr.	1,06	0,98	0,63	0,74	0,64	0,84
Mai	0,98	0,98	0,65	0,78	0,61	0,76
Jun.	0,98	0,93	0,68	0,80	0,70	0,72
Jul.	1,16	0,94	0,77	0,81	0,77	0,72
Ago.	1,18	0,88	0,82	0,74	0,79	0,74
Set.	1,21	0,90	0,77	0,79	0,79	...
Out.	1,13	1,06	0,70	0,85	0,72	...
Nov.	1,13	1,18	0,68	0,87	0,71	...
Dez.	1,20	1,18	0,78	0,80	0,71	...

¹Preços corrigidos pelo IGP-DI, base jul./98 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 2 - Evolução da Produção, Exportação e Consumo de Carne de Frango, 1993-98

Ano	Produção	Exportação	Consumo interno	
	(t)	(t)	(t)	(kg/hab.)
1993	3.143.315	516.848	2.626.467	17,0
1994	3.411.026	490.303	2.920.723	18,3
1995	3.705.698	433.744	3.271.954	22,8
1996	4.051.561	568.795	3.482.766	22,2
1997	4.460.924	649.347	3.811.568	23,7
1998 ¹	4.540.000	590.000	3.950.000	24,5

¹Previsão.

Fonte: União Brasileira de Avicultura (UBA) e Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (APINCO).

TABELA 3 - Relação¹ de Preço Frango/Ração, Estado de São Paulo, 1994-98

Mês	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	1,50	1,87	1,54	1,49	1,78
Fev.	1,88	1,63	1,62	1,59	2,20
Mar.	2,05	1,27	1,64	1,56	2,05
Abr.	1,89	1,40	1,64	1,49	2,05
Mai	1,69	1,55	1,77	1,41	1,85
Jun.	1,62	1,67	1,82	1,63	1,76
Jul.	1,63	1,91	1,80	1,80	1,76
Ago.	1,54	2,00	1,68	1,85	1,83
Set.	1,59	1,85	1,78	1,85	...
Out.	1,88	1,85	1,88	1,71	...
Nov.	2,21	1,54	1,93	1,68	...
Dez.	2,21	1,67	1,78	1,71	...

¹kg de ração para frango que se pode adquirir com a venda de um kg de frango-vivo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

de carne avícola nestes últimos anos se deve ao crescimento das exportações e do consumo interno. Nos últimos vinte anos houve queda absoluta dos preços reais da carne de frango frente aos da carne bovina, que resultou no aumento do consumo interno.

2 - AVICULTURA DE POSTURA

A produção e o consumo mundial de ovos e derivados, segundo o USDA, cresceram 3% em 1997, sendo que grande parte desse crescimento deveu-se à China, onde a produção foi 7% maior que a de 1996. Note-se que a China é o maior produtor (47%) e consumidor (52%) mundial de ovos, com consumo de 272 ovos por habitante/ano em 1997, só superado pelo Japão e Taiwan. A produção brasileira caiu quase 20% em relação à de 1996, sendo que o consumo *per capita* caiu de 99 para 77 ovos. As projeções para a produção brasileira e chinesa, segundo o mesmo órgão, são de aumento de, respectivamente, 3% e 7%.

Conforme dados da União Brasileira de Avicultura (UBA), a produção de ovos no Brasil, em 1995, atingiu cerca de 1.339 milhões de dúzias, com um acréscimo ao redor de 19% em relação a 1994. Em 1996, verificou-se ligeira queda, com uma produção de 1.328 milhões de dúzias. Para 1997, a estimativa é de queda de cerca de 21%, devendo a produção ficar em 1.050 milhões de dúzias. Para 1998, a UBA prevê uma reação, mas a produção deve ficar em torno de 1.124 milhões de dúzias, bem abaixo dos níveis de 1995 e 1996 (Tabela 4).

No Estado de São Paulo, segundo dados da Associação Paulista de Avicultura (APA), a produção de ovos, em 1996, atingiu cerca de 538 milhões de dúzias, representando 40% da produção nacional. Em 1997, essa produção caiu para 447 milhões de dúzias, com uma redução ao redor de 17%, mas a participação paulista no total da produção brasileira aumentou para cerca de 42%. Para 1998 existe previsão de recuperação na produção de ovos, que deve atingir 478 milhões de dúzias, com acréscimo de 7% em relação a 1997, mas bem abaixo do produzido em 1996.

O Brasil, que, em 1996, era o oitavo produtor e consumidor mundial de ovos, passou para o nono lugar em 1997, pois a produção e o

consumo mundial cresceram 4% enquanto a produção nacional se reduziu. O consumo *per capita* brasileiro, que estava ao redor de 102 ovos/ano, caiu para 83 ovos/ano em 1997.

Essa retração nos níveis de produção ensejou, em 1997, uma recuperação dos preços recebidos pelo produtor, num momento em que o melhor desempenho das safras de grãos, especialmente milho e soja, repercutiu favoravelmente no custo de produção e na rentabilidade da avicultura. Isso deverá estimular a avicultura de postura a investir na estrutura produtiva, visando o aumento da produção e a expansão do mercado (Tabela 5).

Assim como na avicultura de corte, na de postura, a rentabilidade do produtor depende da eficiência produtiva e de uma administração de custos competente, pois a relação de preço entre a ração e o ovo é muito próxima da taxa de conversão da ração em ovo (Tabela 6).

Ao contrário do que aconteceu no sub-setor de corte da avicultura, no que se refere ao consumo de ovo, os esforços realizados para aumentá-lo não foram bem sucedidos, seja no mercado externo, seja no interno, sendo que o consumo atual brasileiro está muito abaixo do observado nos países desenvolvidos e abaixo também do próprio nível interno de consumo de alguns anos atrás. Isso em parte se deve ao maior leque de opções de proteína animal hoje disponíveis ao consumidor, sendo o frango, provavelmente, o seu maior substituto, por tratar-se da carne mais barata. Além disso, foi muito difundido o possível efeito maléfico do ovo sobre a saúde, devido ao seu conteúdo de colesterol, carregando negativamente a imagem do produto, que é um excelente alimento.

Nota-se, contudo, nos últimos anos, a ocorrência de uma diversificação no mercado do ovo e um esforço no sentido de imprimir marca ao produto. Já estão nos supermercados ovos com baixo nível de colesterol, ovo "caipira", ovo em embalagens plásticas transparentes e embalagens de 6, 12 e 18 unidades. Entre os produtos industrializados, destinados basicamente à indústria de alimentos, está sendo lançado o ovo em pó para consumo doméstico, em embalagens com o correspondente a quatro unidades, com o que se procura abrir um novo mercado. As possibilidades de aumento do consumo do ovo industrializado são grandes, haja vista que no

TABELA 4 - Evolução da Produção e do Consumo Aparente de Ovos, Estado de São Paulo e Brasil, 1993-98

Ano	Produção (milhares de dz.)		Consumo aparente
	Brasil	Estado de São Paulo	(u./hab./ano) Brasil
1993	1.055.520	430.830	86
1994	1.138.080	448.080	92
1995	1.338.810	537.720	101
1996	1.327.650	538.260	101
1997	1.049.670	447.420	83
1998 ¹	1.124.280	477.600	83

¹Previsão

Fonte: União Brasileira de Avicultura in Revista Aves e Ovos, fev. e junho de 1998.

TABELA 5 - Preços Recebidos pelos Produtores do Ovo Tipo Grande, Estado de São Paulo, 1994-98¹

Mês	(em R\$/dz.)				
	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	0,71	0,61	0,45	0,58	0,46
Fev.	0,78	0,59	0,60	0,69	0,50
Mar.	0,84	0,52	0,65	0,78	0,61
Abr.	0,88	0,45	0,75	0,70	0,63
Mai	0,83	0,40	0,75	0,65	0,70
Jun.	0,85	0,44	0,83	0,71	0,65
Jul.	0,99	0,41	0,84	0,72	0,68
Ago.	0,95	0,47	0,83	0,64	0,58
Set.	0,79	0,39	0,64	0,61	...
Out.	0,66	0,39	0,55	0,53	...
Nov.	0,71	0,44	0,43	0,40	...
Dez.	0,83	0,49	0,55	0,47	...

¹Preços deflacionados pelo IGP-DI, base jun./98 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 6 - Relação¹ de Preços Ovos/Ração, Estado de São Paulo, 1994-98

Mês	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	1,13	1,38	1,13	1,50	1,26
Fev.	1,56	1,34	1,51	1,79	1,39
Mar.	1,86	1,28	1,66	2,04	1,69
Abr.	1,90	1,13	1,91	1,85	1,80
Mai	1,66	1,05	1,90	1,72	1,99
Jun.	1,74	1,19	2,12	1,90	1,86
Jul.	1,92	1,13	2,16	1,94	1,95
Ago.	1,85	1,25	2,21	1,72	1,68
Set.	1,55	1,04	1,83	1,63	...
Out.	1,34	1,09	1,45	1,42	...
Nov.	1,52	1,08	1,19	1,08	...
Dez.	1,72	1,21	1,49	1,30	...

¹kg de ração que pode ser comprado com a venda de uma dúzia de ovos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Japão, por exemplo, metade da produção se destina à indústria.

É possível que o aprofundamento da

crise cause algum aumento no consumo de ovo, em substituição a produtos como as carnes bovina ou suína e os laticínios.

CAFÉ

Luis Moricochi¹

1 - SITUAÇÃO MUNDIAL

1.1 - Produção

A produção mundial de café em 1998 poderá alcançar mais de 105 milhões de sacas, que representa 11,7% de aumento em relação à produção do ano anterior, de 94 milhões de sacas. O responsável por esse incremento é, principalmente, o Brasil, cuja produção, segundo as últimas informações oficiais, deverá atingir 34 milhões de sacas, comparativamente a 19 milhões produzidas em 1997.

Quando se analisa a produção mundial de café, chama logo atenção o aumento da participação da Ásia e Oceania no volume total produzido, que passa de 14,92%, em 1991/92 para 19,98% em 1997/98 (Tabela 1). O principal responsável pelo desempenho favorável desse continente foi o Vietnã que quase dobrou sua produção no período, passando de 3,0 para 5,8 milhões de sacas. Esse volume teria sido maior não fosse o efeito "El Niño" que provocou severa seca não só nesse país, mas também na Indonésia, ainda o principal produtor da região. As expectativas, todavia, são de que o Vietnã não deverá demorar muito para se tornar o principal produtor asiático.

TABELA 1 - Evolução Percentual da Produção de Café no Mundo, 1991/92 a 1997/98

Continente	1991/92	1993/94	1995/96	1997/98
África	17,91	15,58	19,03	19,68
América do Norte e Central	17,79	18,22	22,00	19,56
América do Sul	49,38	47,50	39,24	40,78
Ásia e Oceania	14,92	18,70	19,73	19,98
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados originais de F.O. LIGHT International Coffee Report., v.12, n. 9, 11 nov. 1997.

A África vem recuperando sua produção cafeeira, por conta principalmente da liberalização das atividades econômicas, que vêm ocorrendo nos principais países produtores de café e também dos programas governamentais, visando a melhoria da produtividade dessa cultura. A participação desse continente na produção mundial é de mais de 19%, mas as expectativas são de que deverá aumentar ainda mais nos próximos anos.

Na América do Norte e Central, o único país que apresenta tendência clara de crescimento da produção é o México. Esse país dispõe de três condições favoráveis para crescimento da atividade cafeeira. Primeira, a demanda cativa pelo produto, representada pelo mercado dos Estados Unidos; segunda, a disponibilidade de área que permite a expansão da atividade; e terceira, o menor custo de produção do café nesse país, devido, principalmente, ao baixo custo da mão-de-obra. Segundo a Associação da Agricultura Cafeeira do México, o preço do café, mesmo na faixa de US\$100 a US\$115/saca de 60kg ao produtor, seria ainda lucrativo. Sabe-se que esse nível de preço é bastante desestimulador para os demais países da América Central, onde existem restrições físicas de área e recursos financeiros para expansão da atividade.

Na América do Sul, o Brasil é o País que apresenta condições mais favoráveis para ampliação da atividade. Fora o cerrado de Minas Gerais, o oeste baiano é outra região com potencial de crescimento dessa atividade. As autoridades desse Estado esperam transformar a Bahia no segundo produtor de café do País, com a criação de incentivos para atrair empresários de outros estados, principalmente paulistas, mineiros e paranaenses.

A Colômbia já produziu no passado perto de 18 milhões de sacas e atualmente seu potencial é de no máximo 13 milhões. Para 1998/99, as informações mais recentes apontam para uma produção acima de 11,7 milhões de sacas, superior portanto à obtida nos dois últimos anos-safras, da ordem de 10,5 milhões de sacas.

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

Ainda que de forma pouco significativa, observa-se também aumento da produção no Equador e no Peru, sendo que esse último vem se destacando como produtor de café orgânico, procurado sobretudo por importadores alemães.

1.2 - Consumo

Aumenta o consumo de café no mundo, sendo que no momento é da ordem de 100 milhões de sacas. Os incrementos no consumo estão ocorrendo principalmente nos Estados Unidos, mercados emergentes, países produtores e parte da Europa Ocidental.

No caso dos Estados Unidos, o crescimento deve-se não só aos cafés especiais que revertem a tendência de declínio no consumo dessa bebida, mas ao fato de a sociedade americana aparentemente estar vivendo a fase de "redescoberta" do café, o que explica o crescente interesse que esse produto vem despertando junto à população. Alguns analistas prognosticam que o atual consumo, de 18 milhões de sacas, poderá evoluir para 30 milhões de sacas no ano 2020, sendo que só os cafés especiais deverão responder por 30% desse volume.

Quanto aos mercados emergentes, a atual crise por que passam os países asiáticos e a Rússia deverá afetar o consumo nessas regiões, pelo menos enquanto durarem as dificuldades econômicas. Na China, no entanto, o consumo deverá continuar aumentando não só devido ao crescente interesse da população pelos hábitos de consumo ocidental, como, também, pelo crescente fluxo de turistas nesse país, estimado anualmente em mais de 50 milhões.

Com os recentes problemas econômicos, a Rússia deverá importar menos café este ano, afetando principalmente Índia e Brasil. Por outro lado, Polônia e Hungria são exemplos de países do Leste Europeu para onde estão voltadas as atenções da indústria de café, dadas as perspectivas de elevação do consumo da região.

Observa-se, também, maior interesse dos países produtores em desenvolver programas de aumento de seu próprio consumo de café, tendo como referência o programa elaborado pela Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), grande responsável pelo aumento do consumo *per capita* de 2,98kg/ano em 1995 para 3,60kg/ano em 1997. Esses países estão cons-

cientes de que uma maneira de reduzir a vulnerabilidade do mercado de café à volatilidade dos preços internacionais é através do desenvolvimento de um mercado interno forte.

2 - SITUAÇÃO INTERNA

2.1 - Produção

De acordo com o último levantamento do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), a produção brasileira de café poderá alcançar 33,9 milhões de sacas de 60kg em 1998, o que representa incremento de 79,4% em relação à produção de 1997 (18,9 milhões de sacas) (Tabela 2). Minas Gerais deverá produzir 19,63 milhões de sacas, seguido do Espírito Santo (5,00 milhões) e de São Paulo (4,45 milhões). No Estado do Paraná, a expectativa de produção é de 2,13 milhões de sacas, enquanto em Rondônia e na Bahia, é de 1,20 e 1,00 milhão de sacas, respectivamente.

Com relação à produção de café no Brasil, deve-se chamar atenção para dois pontos: primeiro, observa-se uma grande mudança na estrutura produtiva, consubstanciada pela incorporação de novas técnicas agronômicas como o adensamento e também pelo maior interesse que tem despertado em grandes empresários ligados ao agronegócio; segundo, o deslocamento dessa atividade para outras regiões do País, tradicionalmente não produtoras de café, mas que apresentam bom potencial de crescimento. Como exemplo, pode-se citar o oeste baiano que já possui cerca de 6 mil hectares cultivados com café, com possibilidades de grande ampliação desde que seja feito investimento em infra-estrutura, sobretudo no que se refere à abertura de estradas e fornecimento da energia elétrica. O entusiasmo pelo café é tão grande que alguns analistas crêem na possibilidade de o Estado da Bahia vir a ser, no futuro, o segundo produtor de café no Brasil, deslocando o Espírito Santo dessa posição. As condições aí existentes, de terras baratas e mecanizáveis e com possibilidades de se produzir produto de melhor qualidade voltada à exportação, dão suporte a esses argumentos.

A incorporação de novas regiões, com a consolidação inclusive de áreas consideradas novas, como as do cerrado mineiro e oeste

TABELA 2 - Estimativa de Produção Brasileira de Café, Safra 1998/99

Estado	Área (ha)	Nº de pés (1.000pés)	Produção (1.000sc.)		Total (1.000sc.)	Distribuição da produção (%)
			Arábica	Robusta		
Minas Gerais	771.170	1.674.800	19.570	60	19.630	57,8
Espírito Santo	460.960	745.900	2.090	2.980	5.070	14,9
São Paulo	190.800	300.000	4.450	-	4.450	13,1
Paraná	127.840	236.900	2.130	-	2.130	6,3
Bahia	83.400	119.140	840	190	1.030	3,0
Rondônia	120.000	120.000	20	1.180	1.200	3,5
Outros	44.150	74.850	310	130	440	1,4
Total	1.788.320	3.260.640	29.410	4.540	33.950	100,0

Fonte: MICT/EMBRAPA.

baiano, associada à euforia que conta do setor produtivo, devido aos bons preços recebidos pelo café, sugere que o novo patamar de produção de café no Brasil poderá ultrapassar 30 milhões de sacas, afastados, evidentemente, quaisquer imprevistos de ordem climática, como geadas fortes (e generalizadas) e secas severas.

2.2 - Consumo

O Brasil não alcançou a meta estabelecida pela Associação Brasileira do Café (ABIC) de consumir 12 milhões de sacas em 1997. O número observado (11,4 milhões de sacas) foi pouco superior ao volume consumido em 1996 (11,0 milhões de sacas). Aparentemente o não cumprimento da meta é explicado pela elevação dos preços da matéria-prima e também por problemas de qualidade, ou seja, algumas torrefadoras teriam negligenciado no processamento do produto, provocando recuo dos consumidores.

De qualquer forma, a meta de se alcançar 15 milhões de sacas no ano 2000 estaria completamente afastada. Há razões para se acreditar que mesmo uma meta de 13 milhões de sacas dificilmente seria alcançada, pois significaria que o consumo deveria crescer pelo menos 4,5% ao ano, o que é duvidoso, dadas as atuais restrições de ordem econômica, apesar do elevado crescimento que vem se observando em alguns segmentos como o do café solúvel. Contudo, deve-se registrar que houve um substancial aumento no consumo de café no Brasil, quando comparado com o volume observado no início

desta década e as perspectivas são bastante favoráveis.

A entrada da Sara Lee (multinacional, terceira colocada no *ranking* mundial, como torrefadora de café) deverá dar uma nova dinâmica no mercado brasileiro, aumentando a concorrência e beneficiando o consumidor, mas poderá trazer mais dificuldades para os médios e pequenos torrefadores que já operam com capacidade ociosa.

2.3 - Preços

Sempre é bom lembrar que os preços do café, independentemente de fatores climáticos (geadas e secas), têm comportamentos cíclicos determinados por fatores econômicos endógenos. O atual ciclo de preços elevados teve início no segundo semestre de 1993 antes, portanto, da geada de 1994. Equivocados estão aqueles que pensam que a criação da Associação dos Países Produtores de Café (APPC), em 1993, é que teria provocado uma reversão de preços no mercado do café. O que de fato determinou o início do período de altas nos preços foram a erradicação de lavouras de café e os maus tratos agrônômicos dispensados às mesmas, em função dos baixos preços em vigor, principalmente em 1992 e primeiro semestre de 1993, quando o produto foi vendido a US\$40/saca, o que reduziu a oferta do produto. Esta fase de preços ascendentes atingiu o pico da alta em 1997 (US\$300,00/saca em maio), sendo que, atualmente, esta sendo cotado entre 115 e 120

dólares, nível que poderá permanecer também em 1999 (com pequenas oscilações para baixo ou para cima), antes de ter início um novo ciclo de preços desfavoráveis, que possivelmente poderá ocorrer a partir de 2000. Não se acredita, todavia, que esses preços poderão descer a níveis inferiores a R\$50,00/saca, como tem noticiado algumas agências internacionais, como ocorreu em 1992 e 1993. As condições de mercado hoje são bem diferentes das observadas naqueles dois anos, quando haviam, nos países consumidores, estoques superiores a 20 milhões de sacas, enquanto que o volume atualmente existente é de menos de 10 milhões de sacas. Além disso, em geral, os produtores dos diferentes países encontram-se hoje em situação econômico-financeira bem mais favorável, o que lhes permitiria administrar de forma mais racional os fluxos de venda do produto.

CARNES BOVINA E SUÍNA

Valéria da Silva Peetz¹

1 - INTRODUÇÃO

A produção mundial das carnes bovina e suína tem apresentado crescimento contínuo ao longo da presente década (2,5% a.a. em ambos os casos) e deverá totalizar 132,3 milhões de toneladas (agregadamente), contra 130,2 milhões de toneladas em 1997, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

O consumo mundial desses dois tipos de carne também tem crescido em proporção equivalente à expansão da produção, e está projetado em 131,8 milhões de toneladas em 1998, contra 128,2 milhões no ano anterior.

A carne suína continua a ocupar posição hegemônica em relação às demais carnes, tanto em termos de produção como de consumo (83,3 milhões de toneladas e 82,8 milhões de toneladas, respectivamente, previstos para 1998), seguida da carne bovina (produção projetada em 49,3 milhões de toneladas e consumo em 48,9 milhões de toneladas).

A produção brasileira conjunta destas carnes deverá totalizar 7,2 milhões de toneladas contra 7,4 milhões de toneladas produzidas em 1997. A disponibilidade interna estimada é da ordem de 6,9 milhões de toneladas, contra 7,2 milhões de toneladas em 1997.

2 - CARNE BOVINA

A produção mundial de carne bovina em 1998 deverá apresentar nível equivalente ao estimado em 1997, de 49,3 milhões de toneladas. Dentre os principais países produtores destacam-se: EUA (11,6 milhões de toneladas), União Européia (UE) (7,5 milhões de toneladas), Brasil (5,6 milhões de toneladas), China (5,8 milhões de toneladas), Argentina (2,4 milhões de toneladas) e Federação Russa (2,1 milhões de

toneladas).

A China deverá apresentar o maior percentual de crescimento na produção (7,4%), totalizando 5,8 milhões de toneladas, decorrência da expressiva elevação do seu consumo *per capita*, observada nos anos recentes, propiciando retornos favoráveis ao produtor e conseqüente estímulo à expansão do rebanho. Em 1998, o consumo previsto é de 5,7 milhões de toneladas (7,7% superior ao observado em 1997).

Na Argentina, o menor contingente de abates previsto para 1998, decorrência da fase de recuperação do rebanho bovino, deverá implicar redução da ordem de 2,3% na produção, comparativamente a 1997. O consumo de carne bovina, que tem se apresentado relativamente estável no país desde 1995, poderá crescer 2% em 1998 com o consumo *per capita* mantendo posição de destaque (57,6kg), ou seja, o maior do mundo.

Para a Federação Russa está projetado decréscimo de 8,7% na produção de carne bovina (estimada em 2,1 milhões de toneladas), o menor nível da presente década, como reflexo da continuidade do ajustamento econômico naqueles países. Entre 1990 e 1997, a redução registrada no rebanho bovino foi da ordem de 42,5%, na produção de carne foi da ordem de 52% e, no consumo *per capita*, da ordem de 56%.

Os EUA e o Canadá deverão produzir 11,6 milhões e 1,0 milhão de toneladas, respectivamente, de carne bovina em 1998, enquanto no México, a produção deverá manter-se em 1,8 milhão de toneladas. Enquanto em 1997, a bovicultura de corte estadunidense permaneceu em franca fase de liquidação de rebanho, para 1998 está previsto decréscimo de 2% no número de animais a serem abatidos no país, com a produção devendo situar-se em nível ligeiramente inferior ao obtido em 1997. Também no Canadá, a liquidação do rebanho bovino, iniciada no final 1996, teve continuidade em 1997, sendo que 1998 foi iniciado com perspectivas de recuperação de preços, o que poderá ter impacto positivo

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

na produção. Por outro lado, a maior oferta projetada para as demais carnes deverá conter altas substanciais nos preços da carne bovina naquele país.

O comércio internacional de carne bovina deverá movimentar cerca de 5,2 milhões de toneladas em exportações, em 1998, contra 5,3 milhões de toneladas estimados para 1997. A UE (2,1 milhões de toneladas), a Austrália (1,1 milhão de toneladas) e os EUA (946 mil toneladas) são as maiores expressões em termos de exportações de carne bovina em nível mundial. No movimento importador (previsto em 4,6 milhões de toneladas), destacam-se a União Européia (1,7 milhão de toneladas), os EUA (1,2 milhão de toneladas), o Japão (924 mil toneladas) e a Federação Russa (750 mil toneladas). Entretanto, com a grave crise econômico-financeira ocorrida no Sudeste Asiático e Rússia, essas projeções poderão não se concretizar. Assim, o fluxo do produto no mercado internacional poderá ficar aquém do inicialmente previsto, com crescimento dos estoques mundiais do produto, superando 1,7 milhão de toneladas, nível do início de 1998.

Considerando-se a produção por país, o Brasil deverá ocupar o terceiro lugar no *ranking* mundial, em se concretizando a expansão de produção esperada na China. Em termos de blocos econômicos, o MERCOSUL (principalmente Argentina, Brasil e Uruguai) deverá ocupar posição de terceiro exportador mundial de carne bovina, com o total de 963 mil toneladas previstas para 1998, a despeito do ligeiro decréscimo esperado nas exportações argentinas, face ao decréscimo na demanda da UE, desde a crise da BSE ("Vaca Louca"), que tem inibido o consumo de carne bovina em todo o continente europeu. Por outro lado, ao adquirir o *status* de país livre de febre aftosa, com vacinação, a Argentina voltou a exportar carne *in natura* ao mercado norteamericano, no qual esteve proibida de atuar durante mais de 50 anos.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a projeção de produção brasileira de carne bovina em 5,6 milhões de toneladas para 1998 indica decréscimo da ordem de 5% em relação à registrada no ano anterior. Desse total, cerca de 10% deverão ser produzidos no Estado de São Paulo. O consumo brasileiro de carne bovina deverá atingir 5,4 milhões de toneladas (33,6kg *per capita*, em mé-

dia), sendo que o Estado de São Paulo se destaca como maior consumidor (37kg *per capita*).

O volume a ser exportado, em 1998, está previsto em 310 mil toneladas, devido à redução de plantéis, principalmente nos países europeus, além de preços desfavoráveis para o produto dos principais concorrentes brasileiros, Argentina e Uruguai. De janeiro a junho de 1998, as exportações brasileiras de carne bovina superaram em cerca de 31% o volume comercializado externamente em equivalente período do ano anterior. As vendas totalizaram 165 mil toneladas, com um faturamento de US\$264 milhões, contra US\$187 milhões obtidos no mesmo período de 1997, de acordo com as estatísticas da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC).

Um fator relevante, que deveria impactar positivamente a atuação brasileira no mercado internacional, foi a aprovação dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina como zona livre de febre aftosa com vacinação, em 27/05/1998, pela Organização Internacional de Epizootias (OIE). Entretanto, os benefícios da medida não deverão ser imediatos, haja vista a ocorrência de protecionismo dos grandes países produtores, além de questões inerentes à competitividade da agroindústria sulina de carne bovina (menor produtividade frente aos demais estados produtores; desconcentração setorial, dificultando o estabelecimento de uma estrutura industrial para fornecimento de carne bovina de acordo com o padrão exigido pela moderna estrutura do varejo; deficiência dos serviços de fiscalização e inspeção; questões tributárias estimulando clandestinidade; além de disparidade tecnológica em relação ao atual padrão das cadeias produtivas de aves e suínos nesses estados). Por outro lado, pontos positivos, como: matéria-prima de qualidade (raças européias e zebuínas), baixo custo de produção, e agora a vantagem competitiva no mercado interno de carnes (pelo avanço sanitário, com o título recém obtido), deverão conduzir esses estados a busca de ampliação de oportunidades negociais em âmbito internacional, uma vez que eles têm potencial para oferecer ao mercado mundial volume superior a 100 mil toneladas anuais.

Ainda nesse sentido, o Estado de São Paulo, ao experimentar dois anos consecutivos sem incidência de focos da doença, caminha no sentido de pleitear, também, o reconhecimento

de zona livre de febre aftosa (com vacinação) junto à OIE, que favoreceria, sobremaneira, o crescimento da participação do Estado no mercado internacional, haja vista que hoje São Paulo responde por cerca de 90% das exportações brasileiras de carne bovina industrializada, permanecendo ainda com participação restrita no mercado do produto *in natura*.

Em termos de importações, os preços do principal fornecedor brasileiro, a Argentina, da ordem de US\$4.000/t em média para o produto *in natura*, de janeiro a maio de 1998, foi fator limitante para aquisições brasileiras nesse mercado. Assim, o volume a ser importado pelo Brasil, em 1998, não deverá superar 120 mil toneladas, contra 153,5 mil toneladas internalizadas em 1997.

O decréscimo projetado para a produção nacional é decorrente da menor disponibilidade de animais para abate, em consequência do intenso abate de matrizes ocorrido em 1996, afetando o estoque de animais jovens em 1997, bem como a reposição dos mesmos. Esse fato permitiu sustentação dos preços para as categorias animais jovens em 1997, bem como no decorrer do primeiro semestre de 1998 (Tabela 1). No caso do boi gordo, os preços têm apresentado níveis relativamente estáveis, e equivalentes, em termos médios, aos praticados no ano anterior (Tabela 2). Para tanto contribuíram as boas condições climáticas, no primeiro semestre de 1998, nas principais regiões produtoras, mesmo nos períodos de inverno mais rigoroso, com as pastagens sendo mantidas em condições favoráveis à retenção dos animais, bem como uma fraca demanda interna, face ao menor poder aquisitivo da população e a elevação do nível de desemprego no País.

O segundo semestre de 1998 foi iniciado com boa oferta de animais e preços sem variações significativas, fato historicamente incomum para esse período do ano quando a atividade estaria em pleno período de "entressafra". Mesmo as expectativas de uma reação no mercado na primeira quinzena de agosto (por ocasião da comemoração do Dia dos Pais) não se concretizaram, com a maioria dos frigoríficos operando com escalas curtas e plenamente abastecidas.

As expectativas para os próximos meses ficam por conta de uma mudança esperada no perfil da oferta, quando o volume de gado

proveniente do sistema extensivo tende a diminuir, para que passe a se concretizar a oferta de animais oriundos da engorda em confinamento. Como a demanda dificilmente apresentará reação acentuada, os preços só tenderiam a se elevar mediante retenção dos animais por parte dos confinadores, já que os custos dessa prática de engorda foram amenizados em 1998, devido aos preços favoráveis de alguns componentes do arraçoamento animal, como: farelo de soja e sorgo, e da súbita disponibilidade de polpa cítrica a preços bastante atrativos.

O número de animais confinados, em 1998, está estimado em cerca de 1,4 milhão de cabeças, nível equivalente ao auferido em 1997, sendo que desse total aproximadamente 32% reportam-se ao Estado de São Paulo (significando cerca de 114.000 toneladas de carne, em equivalente carcaça). Mesmo que parte dessa oferta seja destinada ao mercado internacional, internamente os preços não deverão apresentar incremento significativo.

As tendências de curto prazo para o mercado da carne bovina são de adequação da oferta à uma demanda reprimida, e sem grandes perspectivas de reação.

3 - CARNE SUÍNA

A produção mundial de carne suína, em 1998, projetada em aproximadamente 83,3 milhões de toneladas, supera em 3,1% a de 1997. Dentre os principais produtores mundiais, a liderança prevalece com a China (44 milhões de toneladas), seguida dos países membros da UE (somando 16,4 milhões de toneladas) e Estados Unidos (8,6 milhões de toneladas). A América do Sul ocupa o sexto lugar no *ranking* mundial, pela expressão da produção brasileira, estimada em 1,6 milhão de toneladas para 1998.

Deverão ser consumidas, em 1998, cerca de 82,8 milhões de toneladas de carne suína, destacando-se como principais consumidores: China (43,9 milhões de toneladas), UE (15,4 milhões de toneladas), EUA (8,3 milhões de toneladas), Japão (2 milhões de toneladas), Federação Russa (1,8 milhão de toneladas), Brasil (1,5 milhão de toneladas) e Polônia (1,4 milhão de toneladas). A partir de 1996, a República Tcheca passou a ocupar posição de destaque no consumo *per capita* mundial de carne suína

TABELA 1 - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Boi Magro, Garrote e Bezerro no Estado de São Paulo, 1996-98

(em R\$/cabeça)¹

Mês	Boi magro			Garrote			Bezerro		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Jan.	245,98	249,89	283,78	179,36	184,47	216,90	114,62	123,76	149,65
Fev.	246,37	259,33	282,20	182,31	189,49	213,23	120,29	130,78	152,87
Mar.	252,17	272,10	292,46	184,78	200,85	228,74	122,26	140,06	162,99
Abr.	255,50	282,68	294,09	187,68	217,04	224,12	129,41	149,33	160,77
Mai	251,19	278,07	302,28	190,06	215,58	237,65	129,09	150,63	172,44
Jun.	253,71	280,79	308,34	185,53	212,09	237,01	125,70	147,39	167,37
Jul.	256,84	283,40	296,15	188,91	213,52	236,75	127,88	149,26	168,60
Ago.	261,17	289,07	...	193,95	219,45	...	127,12	154,52	...
Set.	258,30	275,62	...	188,33	215,23	...	125,75	148,57	...
Out.	263,94	288,83	...	193,14	221,64	...	131,04	149,99	...
Nov.	253,74	284,41	...	184,93	213,73	...	123,84	147,66	...
Dez.	248,86	287,83	...	181,31	214,00	...	124,49	146,62	...

¹Preços reais, corrigidos pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), para julho de 1998.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 2 - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Boi Gordo e de Suíno para Abate, no Estado de São Paulo, 1996-98

(em R\$/@)¹

Mês	Boi gordo			Suíno para abate		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Jan.	24,56	25,17	27,03	19,44	21,41	20,84
Fev.	24,69	25,73	26,68	18,65	21,74	20,75
Mar.	24,52	26,15	26,82	17,71	22,42	19,84
Abr.	24,74	27,10	26,83	17,14	24,97	20,38
Mai	23,85	26,42	26,68	16,69	23,47	19,92
Jun.	23,55	26,18	25,94	18,47	22,43	19,27
Jul.	25,19	26,95	26,40	19,03	22,00	19,66
Ago.	26,16	27,17	...	19,53	21,94	...
Set.	26,11	26,49	...	18,90	21,52	...
Out.	27,20	27,57	...	19,30	20,61	...
Nov.	25,67	27,43	...	21,10	21,40	...
Dez.	25,22	27,35	...	22,45	21,49	...

¹Preços reais, corrigidos pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), para julho de 1998.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

(68,5kg *per capita* previstos para 1998), seguida da Dinamarca (64,7kg *per capita*), Hong Kong (58,3kg *per capita*), Áustria (57kg *per capita*), Bélgica-Luxemburgo (56,9kg *per capita*) e Espanha (55,8kg *per capita*).

O balanço do comércio internacional da carne suína, para 1998, mostra que as importações mundiais deverão somar 5,2 milhões de to-

neladas, com o maior movimento importador permanecendo por conta dos países membros da UE (3,0 milhões de toneladas) e que as exportações poderão atingir 5,4 milhões de toneladas, com a maior expressão também na UE (3,4 milhões de toneladas). Historicamente, o Japão, a Federação Russa, os EUA e Hong Kong participam como grandes compradores no mercado

mundial, uma vez que não são auto-suficientes no suprimento de suas demandas domésticas, e Canadá, Taiwan e China, como ofertantes do produto no mercado internacional, depois dos países membros da UE.

O estoque mundial, estimado em 1º de janeiro de 1998 foi da ordem de 1,1 milhão de toneladas, nível equivalente ao de 1997. Desse total, destaca-se que cerca de 51,5% estariam por conta da UE e países asiáticos, 26,2% na Federação Russa e Ucrânia, e 17,2% nos EUA e Canadá. A crise econômico-financeira deflagrada no Sudeste Asiático e Rússia deverá interferir, também, no balanço da oferta e demanda mundiais de carne suína, o que poderá culminar num *carry-over* para 1999, superior ao observado no início de 1998.

Contrariamente à posição de destaque que ocupa no mercado mundial, a carne suína no Brasil ainda enfrenta uma imagem bastante negativa e preconceituosa em termos de qualidade, tanto para aspectos nutricionais quanto para aspectos sanitários, principalmente para o produto *in natura*. O consumo brasileiro de carne suína tem permanecido inferior a 15% do total de produtos cárneos consumidos no país, ao longo da presente década, com relativa melhoria no último triênio, passando dos estáticos 7-8kg *per capita* com que os anos 90 foram iniciados, para os atuais 9,5kg *per capita*.

As estatísticas recentes do USDA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as projeções da CONAB indicam que a produção brasileira de carne suína deverá atingir 1,6 milhão de toneladas em 1998, com incremento da ordem de 5,4% em relação ao volume produzido em 1997. Com isso, o período de redução da produção, observado a partir de 1996, deverá ser revertido em 1998. Esse fato deve-se, principalmente, aos bons preços obtidos em 1997, quando a média esteve entre US\$0,91 (estados sulinos, para um custo médio de US\$0,70/kg) e US\$1,15/kg (São Paulo, para um custo médio da ordem de US\$0,90), favorecendo investimentos no setor produtivo, com crescimento no alojamento de matrizes durante todo o decorrer do segundo semestre do ano. Acrescente-se ainda que, o crescimento das exportações incentivou as indústrias, para incremento da produção nas integrações.

A continuidade de preços favoráveis nos meses iniciais de 1998 propiciou expectati-

vas positivas para a produção nacional, uma vez que uma das principais características dessa atividade é o seu potencial de rápida resposta a estímulos econômicos. Acrescente-se ainda que o reconhecimento dos estados do sul como zona livre de febre aftosa, com vacinação, traduziu-se em otimismo por parte da indústria brasileira de conquistar novos mercados internacionais. Entretanto, os principais destinos das exportações brasileiras permaneceram por conta da Argentina e Hong Kong no primeiro semestre de 1998. As expectativas de entrada nos mercados do Japão e Rússia, grandes consumidores e importadores mundiais de carne suína, não se concretizaram. Pelo lado do Japão, em decorrência de aquele país não reconhecer apenas parte de um país como livre da doença, exigindo o todo, para possibilidade de intercâmbio comercial, e pelo lado da Rússia face à crise econômica em que se encontra.

O Brasil tem ainda pouca expressão no comércio internacional de carne suína, mas grande potencial de competitividade externa, principalmente devido aos menores custos do seu produto, comparativamente aos demais países produtores. A principal barreira às exportações brasileiras continua a ser de ordem sanitária, uma vez que o País não conseguiu ainda a eliminação total da Peste Suína Clássica. O êxito do Programa Nacional de erradicação da doença deverá atrair novos compradores para o produto brasileiro.

De acordo com a Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Suína (ABECS), o volume enviado ao exterior, no primeiro semestre de 1998, cresceu 43,5%, totalizando 40,6 mil contra 28,3 mil toneladas no mesmo período de 1997, resultando num faturamento da ordem de US\$79,4 milhões. Esse resultado está propiciando expectativas bastante otimistas para o setor exportador, de que sejam embarcadas 90 mil toneladas de carne suína, em 1998, contra 65 mil toneladas em 1997. Os principais destinos para o produto exportado foram Hong Kong (51,4%), Argentina (38%) e Uruguai (4,5%). Para a Rússia, que caracteriza o mais novo destino do produto brasileiro, foram enviadas 19,5 toneladas, que apesar de modesta, significa um avanço do Brasil no mercado internacional. Com a crise econômico-financeira que afeta a Rússia, houve necessidade de reavaliação das previsões iniciais por parte da indústria brasileira, que

intencionava cobrir cerca de 10% das 480 mil toneladas importadas anualmente por aquele país.

No Estado de São Paulo, a produção de carne suína não deverá superar 110.000 toneladas, nível entretanto que significará franca recuperação da produção paulista em relação as cerca de 90.00 toneladas estimadas em 1997, decorrência do comportamento favorável de preços auferido durante todo o decorrer do ano (Tabela 2). Apesar de responder por menos de 10% da produção nacional, São Paulo é o principal consumidor de produtos suínos do país (cerca de 11kg *per capita*/ano, sendo que nos grandes centros urbanos chega a 20kg *per capita*/ano).

O bom desempenho previsto para a atividade em 1998 poderá, entretanto, sofrer novo processo de reversão, uma vez que não existem perspectivas de crescimento da demanda interna. Em se mantendo as perspectivas de crescimento das exportações, o mercado interno poderá continuar a conviver com preços compensadores. Caso contrário, o País poderá enfrentar uma situação de mercado super ofertado, baixos preços, o que certamente culminará numa inversão de tendências para o próximo ano.

FEIJÃO

Ikuyo Kiyuna¹

O abastecimento de feijão no Brasil, em 1998, passou por momentos de aperto durante alguns meses, devido à conjunção de vários fatores. O principal foi o decréscimo tanto da área total cultivada como da produção total de feijão no País, sendo a queda na produção motivada, sobretudo, pela menor área cultivada na segunda safra de feijão, agravada pela queda na produtividade física da cultura, devido à severa seca causada pelo fenômeno *El Niño*, notadamente na Região Nordeste (Figuras 1, 2 e 3).

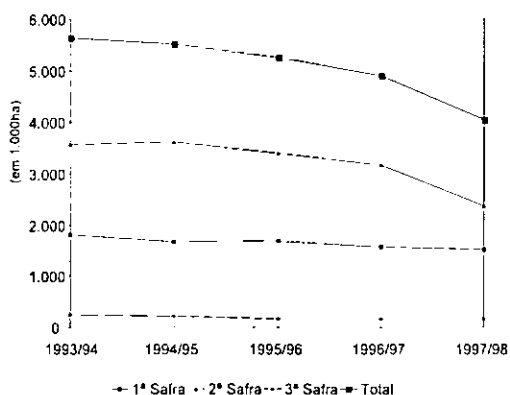


Figura 1 - Evolução da Área Plantada de Feijão, Brasil, 1993/94-1997/98.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Especificamente, a produção de feijão no Brasil em 1997/98 teve queda de 22,7% em relação ao ano anterior, ao passo que a área plantada teve queda de 19,5%. Basicamente, os decréscimos ocorreram na primeira safra (-5,4% na área e -10,1% na produção) e na segunda safra (-28,2% na área e -37,6% na produção), acarretando escassez de oferta de feijão entre abril e junho, meses típicos da colheita da segunda safra de feijão no País. A terceira safra, entretanto, apresentou crescimento tanto na área (8,8%) como na produção (12,1%), mas não su-

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

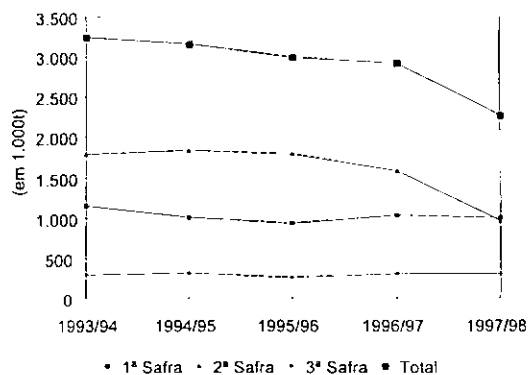


Figura 2 - Evolução da Produção de Feijão, Brasil, 1993/94-1997/98.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

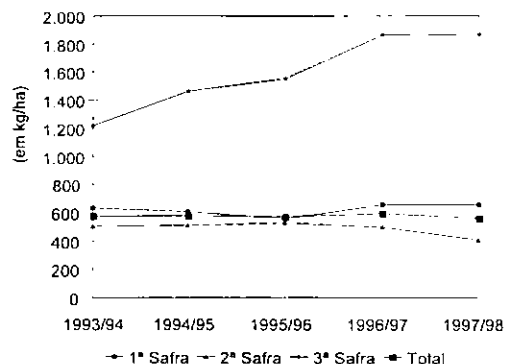


Figura 3 - Evolução da Produtividade de Feijão, Brasil, 1993/94-1997/98.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

ficientes para compensar a perda das duas outras safras (Tabela 1).

Ao analisar a produção brasileira de feijão da segunda safra, por região e por estado, compreende-se a calamidade causada pelo fenômeno *El Niño* na Região Nordeste. Nessa região, a queda na produção total de feijão de segunda safra foi de 60,5% em relação ao ano anterior, ocasionada principalmente pela redução de produtividade (-40,2%) e também pela queda na área plantada (-33,9%) (Tabelas 2, 3 e 4).

TABELA 1 - Estimativa da Área Plantada e da Produção de Feijão, na 1ª, 2ª e 3ª Safras, Brasil, 1996/97 e 1997/98

Safr	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (kg/ha)		
	1996/97	1997/98	Varição (%)	1996/97	1997/98	Varição (%)	1996/97	1997/98	Varição (%)
1ª Safr	1.570,3	1.484,9	-5,4	1.031,4	926,8	-10,1	656,8	624,1	-5,0
2ª Safr	3.161,5	2.270,2	-28,2	1.581,3	987,5	-37,6	500,2	435,0	-13,0
3ª Safr	187,2	203,7	8,8	302,0	338,5	12,1	1.613,2	1.661,5	3,0
Total	4.919,0	3.958,8	-19,5	2.914,7	2.252,8	-22,7	592,5	569,0	-4,0

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 2 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade da Cultura de Feijão (1ª Safr), por Região, Brasil, 1996/97 e 1997/98

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção(1.000t)			Produtividade (1.000kg/ha)		
	1996/97	1997/98	Varição (%)	1996/97	1997/98	Varição (%)	1996/97	1997/98	Varição (%)
Tocantins	1,8	1,8	-	0,5	0,5	-	278	300	7,9
Norte	1,8	1,8	-	0,5	0,5	-	278	278	-
Sul da Bahia	377,6	330,0	-12,6	90,6	60,1	-33,7	240	182	-24,2
Nordeste	377,6	330,0	-12,6	90,6	60,1	-33,7	240	182	-24,2
Paraná	468,7	468,7	-	389,0	379,6	-2,4	830	810	-2,4
Santa Catarina	226,4	192,4	-15,0	140,4	116,4	-17,1	620	605	-2,4
Rio Grande do Sul	145,9	145,9	-	129,9	94,8	-27,0	890	650	-27,0
Sul	841,0	807,0	-4,0	659,3	590,8	-10,4	784	732	-6,6
Minas Gerais	221,2	221,2	-	168,1	134,9	-19,8	760	610	-19,7
Espírito Santo	19,5	13,8	-29,0	16,6	10,8	-34,9	850	780	-8,2
Rio de Janeiro	3,6	4,1	14,0	2,7	3,1	14,8	760	765	0,7
São Paulo	77,9	79,5	2,0	70,1	87,5	24,8	900	1.100	22,2
Sudeste	322,2	318,6	-1,1	257,5	236,3	-8,2	799	742	-7,1
Mato Grosso	6,2	6,6	6,0	2,4	3,3	37,5	380	500	31,6
Mato Grosso do Sul	0,9	0,5	-44,0	0,5	0,3	-40,0	600	600	-
Goiás	16,5	16,3	-1,0	13,2	28,0	112,1	800	1.720	115,0
Distrito Federal	4,1	4,1	-	7,4	7,5	1,4	1.817	1.819	0,1
Centro-Oeste	27,7	27,5	-0,7	23,5	39,1	66,4	848	1.422	67,7
Norte/Nordeste	379,4	331,8	-12,5	91,1	60,6	-33,5	240	183	-23,8
Centro-Sul	1.190,9	1.153,1	-3,2	940,3	866,2	-7,9	790	751	-4,9
Brasil	1.570,3	1.484,9	-5,4	1.031,4	926,8	-10,1	657	624	-5,0

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 3 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade da Cultura de Feijão (2ª Safra), por Região, Brasil, 1996/97 e 1997/98

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção(1.000t)			Produtividade (1.000kg/ha)		
	1996/97	1997/98	Variação (%)	1996/97	1997/98	Variação (%)	1996/97	1997/98	Variação (%)
Roraima	2,1	2,1	-	0,6	0,6	-	300	300,0	-
Rondônia	129,0	94,2	-27,0	83,9	67,8	-19,2	650	720,0	10,8
Acre	14,5	14,5	-	7,8	7,7	-1,3	540	530,0	-1,9
Amazonas	3,7	3,7	-	2,9	3,2	10,3	790	865,0	9,5
Pará	80,0	34,4	-57,0	48,0	18,2	-62,1	600	530,0	-11,7
Tocantins	2,6	3,3	26,9	0,8	1,2	50,0	290	360,0	24,1
Norte	231,9	152,2	-34,4	144,0	98,7	-31,5	621	648,5	4,4
Maranhão	96,0	99,5	3,6	41,8	35,8	-14,4	435	360,0	-17,2
Piauí	300,0	192,5	-35,8	60,0	19,8	-67,0	200	103,0	-48,5
Ceará	549,9	469,2	-14,7	157,3	58,7	-62,7	286	125,0	-56,3
Rio Grande do Norte	143,9	68,0	-52,7	48,2	7,0	-85,5	335	103,0	-69,3
Paraíba	275,5	169,8	-38,4	131,7	22,6	-82,8	478	133,0	-72,2
Pernambuco	373,4	35,6	-90,5	153,1	11,0	-92,8	410	309,0	-24,6
Alagoas	162,9	153,6	-5,7	88,0	41,5	-52,8	540	270,0	-50,0
Sergipe	68,0	63,0	-7,4	32,5	15,1	-53,5	478	240,0	-49,8
Bahia	312,0	255,8	-18,0	212,2	153,5	-27,7	680	600,0	-11,8
Nordeste	2.281,6	1.507,0	-33,9	924,8	365,0	-60,5	405	242,2	-40,2
Paraná	64,0	93,4	46,0	64,0	108,3	69,2	1.000	1.160,0	16,0
Santa Catarina	95,5	75,4	-21,0	66,9	45,2	-32,4	700	600,0	-14,3
Rio Grande do Sul	49,9	44,4	-11,0	20,3	25,8	27,1	407	580,0	42,5
Sul	209,4	213,2	1,8	151,2	179,3	18,6	722	841,0	16,5
Minas Gerais	218,9	165,5	-27,0	159,4	115,9	-27,3	728	700,0	-3,8
Espírito Santo	19,8	23,0	16,2	16,8	18,5	10,1	850	805,0	-5,3
Rio de Janeiro	2,8	5,0	78,6	2,3	3,5	52,2	810	700,0	-13,6
São Paulo	89,8	93,4	4,0	88,9	98,1	10,3	990	1.050,0	6,1
Sudeste	331,3	286,9	-13,4	267,4	236,0	-11,7	807	822,6	1,9
Mato Grosso	18,4	18,4	-	12,0	11,7	-2,5	650	635,0	-2,3
Mato Grosso do Sul	27,5	25,0	-9,0	19,3	20,0	3,6	700	800,0	14,3
Goiás	59,3	64,6	9,0	59,3	71,1	19,9	1.000	1.100,0	10,0
Distrito Federal	2,1	2,9	38,1	3,3	5,7	72,7	1.575	1.958,0	24,3
Centro-Oeste	107,3	110,9	3,4	93,9	108,5	15,5	875,1	978,4	11,8
Norte/Nordeste	2.513,5	1.659,2	-34,0	1.068,8	463,7	-56,6	425,2	279,5	-34,3
Centro-Sul	648,0	611,0	-5,7	512,5	523,8	2,2	791	857,3	8,4
Brasil	3.161,5	2.270,2	-28,2	1.581,3	987,5	-37,6	500	435,0	-13,0

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 4 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade da Cultura de Feijão (3ª Safra), por Região, Brasil, 1996/97 e 1997/98

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (1.000kg/ha)		
	1996/97	1997/98	Variação (%)	1996/97	1997/98	Variação (%)	1996/97	1997/98	Variação (%)
Bahia	25,5	20,0	-21,6	61,2	50,0	-18,3	2.400	2.500,0	4,2
Nordeste	25,5	20,0	-21,6	61,2	50,0	-18,3	2.400	2.500,0	4,2
Paraná	28,2	25,1	-11,0	14,1	13,8	-2,1	500	550,0	10,0
Sul	28,2	25,1	-11,0	14,1	13,8	-2,1	500	550,0	10,0
Minas Gerais	47,5	53,0	11,6	90,3	100,7	11,6	1.900	1.900,0	-
São Paulo	49,2	56,6	15,0	54,1	62,3	15,0	1.100	1.100,0	-
Sudeste	96,7	109,6	13,3	144,4	163,0	12,9	1.493	1.487,0	-0,4
Mato Grosso	1,2	1,6	33,0	2,5	3,4	33,3	2.100	2.100,0	-
Mato Grosso do Sul	1,1	1,5	36,0	1,8	2,4	36,4	1.600	1.600,0	-
Goiás	32,0	42,9	34,0	72,0	98,7	37,0	2.250	2.300,0	2,2
Distrito Federal	2,5	3,0	20,0	6,1	7,3	20,0	2.420	2.420,0	-
Centro-Oeste	36,8	49,0	33,2	82,3	111,7	35,7	2.237	2.279,0	1,9
Norte/Nordeste	25,5	20,0	-21,6	61,2	50,0	-18,3	2.400,0	2.500,0	4,2
Centro-Sul	161,7	183,7	13,6	240,8	288,5	19,8	1.489	1.570,0	5,4
Brasil	187,2	203,7	8,8	302,0	338,5	12,1	1.613	1.662,0	3,0

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O desequilíbrio na oferta de feijão no Brasil na safra agrícola 1997/98 teve reflexos nos preços de feijão do Estado de São Paulo, nos três segmentos de comercialização: produtor, mercado atacadista e mercado varejista. Em termos reais, os preços de feijão, a partir de abril deste ano, mostraram-se atípicos em relação aos anos anteriores, com elevação em todos os segmentos (Figuras 4, 5 e 6).

O balanço de oferta e demanda de feijão do País, nos últimos três anos, não tem estado equilibrado: o estoque final vem se reduzindo e o montante importado tem crescido anual-

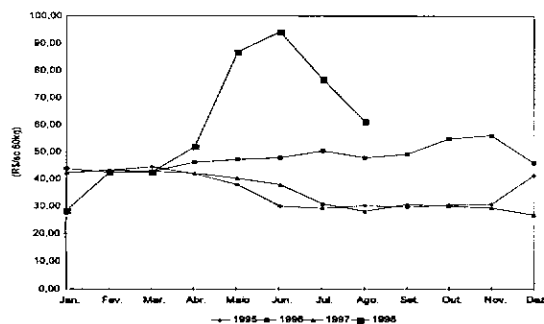


Figura 4 - Preços¹ Médios Mensais de Feijão Recebidos pelos Produtores do Estado de São Paulo, 1995-98.

¹Em R\$ de jun./98.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Prognóstico Agrícola, SP, v.2, 1998

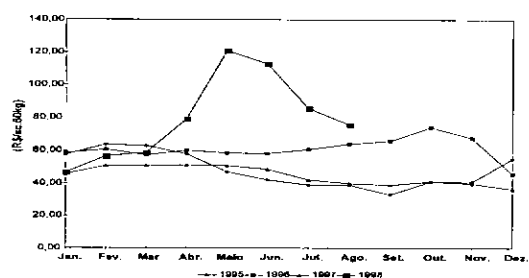


Figura 5 - Preços¹ Médios Mensais do Feijão Cariquinha Tipo 1 no Mercado Atacadista de São Paulo, 1995-98.

¹Em R\$ de jun./98.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

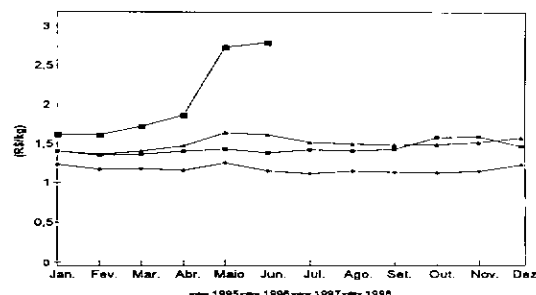


Figura 6 - Preços¹ Médios Mensais de Feijão no Mercado Varejista do Estado de São Paulo, 1995-98.

¹Em R\$ de jun./98.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

mente. Segundo especialistas, a alta de preços de feijão ao consumidor, nos últimos meses, só não foi maior porque houve diminuição no consumo em benefício de produtos substitutos. Em 1997/98, o consumo foi de 2.518 mil toneladas, muito inferior ao consumo médio observado nos quatro anos anteriores, de 3.237 mil toneladas. Ressalte-se que a estimativa do estoque final de feijão da safra 1997/98 foi de 30 mil toneladas, quando, em 1994/95, o País apresentou estoque final de 447 mil toneladas. Nesse contexto, qualquer desequilíbrio na oferta de feijão na safra 1998/99 poderá trazer problema no abastecimento do produto no País (Tabela 5).

TABELA 5 - Balanço de Oferta e Demanda de Feijão no Brasil, 1995/96 a 1997/98

(em 1.000t)

Safra	Estoque inicial ¹	Produção	Importação
1993/94	1.996	3.244	156
1994/95	400	3.458	190
1995/96	447	2.992	82
1996/97	271	2.914	150
1997/98	135	2.253	160

Safra	Consumo	Exportação	Estoque final
1993/94	3.200	-	400
1994/95	3.300	-	447
1995/96	3.250	-	271
1996/97	3.200	-	135
1997/98	2.518	-	30

¹O estoque inicial é computado em 1º de fevereiro de cada ano.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Para 1998/99, a estimativa de custo operacional total da cultura de feijão das águas (ou primeira safra) em Itapeva, principal região produtora do Estado de São Paulo, considerando a produtividade média de 27 sacos de 60kg (1.620kg) por hectare, é de R\$624,85/ha, ou R\$23,14 por saca. Comparando o custo por saca com os preços reais recebidos pelos produtores paulistas de feijão nos meses de dezembro dos últimos quatro anos, que tiveram médias em torno de R\$39,00, a receita líquida estimada fornece uma margem de lucro aos produtores paulistas, desde que a produtividade física não esteja muito abaixo daquele patamar.

A perspectiva para a safra de feijão das

águas 1998/99 no Estado de São Paulo é de aumento de 10% a 15% na área plantada com a cultura, devido a: a) os preços médios mensais recebidos pelos produtores paulistas (valores nominais) por saca de 60kg nos últimos meses, de R\$51,65 (abril), R\$86,66 (maio), R\$94,27 (junho), R\$76,78 (julho) e R\$61,38² (agosto), sinalizaram favoravelmente para os agricultores que estão tomando decisões de plantio para a safra das águas, embora os preços que realmente vão afetar esta safra sejam os de novembro a janeiro; b) outro fator, de natureza psicológica, é o preço de feijão no varejo, cujas médias mensais nominais em maio e junho de 1998 foram, respectivamente, de R\$2,73 e R\$2,79 por kg (quando no mesmo período do ano anterior, foram, respectivamente, de R\$1,64 e R\$1,61, em valores nominais), atraindo a atenção tanto dos consumidores queixosos como da imprensa; c) o ritmo de chuvas para o plantio de feijão das águas 1998/99 no Estado de São Paulo está normal, pelo menos até o presente momento.

²Valor preliminar.

FLORES

Ikuyo Kiyuna¹

O mercado brasileiro de flores, no último triênio, apresentou crescimento de 23% ao ano, passando de US\$700 milhões (valor no varejo), em 1995, para um valor estimado em US\$1,3 bilhão em 1998. Hoje em dia, a floricultura paulista ocupa cerca de 60% do mercado nacional, movimentando valores em torno de US\$800 milhões no varejo. A participação de cada segmento no mercado de flores está estimada em 30% para a produção, 20% para a distribuição, 10% para os acessórios e 40% para os pontos de venda. Estima-se que o valor total da produção de flores no Estado de São Paulo, em 1998, esteja em torno de US\$240 milhões.

Atualmente, o gasto com flores *per capita* ao ano no Brasil é de US\$6,00, ainda muito baixo se comparado ao dos países desenvolvidos. Apesar de muito baixo, este valor é o dobro do verificado em 1994. A Noruega, um dos países de maior consumo de flores, gasta US\$143,00 *per capita* ao ano. A diferença entre o consumo brasileiro e o de outros países desenvolvidos permite inferir que há um imenso potencial de mercado de flores ainda inexplorado no Brasil (Tabela 1).

TABELA 1 - Gastos *Per Capita* Ano com Flores no Brasil e Outros Países do Mundo, em 1994 e 1998 (em US\$)

País	Consumo <i>per capita</i> ao ano	
	1994	1998
Noruega	137,00	143,00
Alemanha	90,00	137,00
Estados Unidos	43,00	36,00
Argentina	25,00	25,00
Brasil	3,00	6,00

Fonte: Elaborada a partir de dados da Gazeta Mercantil, 1994 e 1998.

Historicamente, o balanço de importação e exportação brasileiras de plantas vivas e

produtos de floricultura foi superavitário. No período 1992-98, o pico da exportação brasileira nessa categoria ocorreu em 1995, com valor de US\$13,9 milhões, enquanto a importação representou US\$5,3 milhões. Considerando o período de janeiro/1992 a junho/1998, a relação entre os valores de importação e exportação foi 31%. Esta relação, que em 1992 foi de 6%, evoluiu rapidamente para 56%, 54% e 63% em 1996, 1997 e 1998 (até junho), respectivamente, mostrando a participação crescente da importação no balanço comercial (Tabela 2).

A análise dos valores do comércio exterior brasileiro de flores frescas, para buquês, e de flores secas, em 1996 e em 1997, indica que as flores frescas representam 40% a 50% da importação total de plantas vivas e produtos de floricultura, atingindo, em 1996 e 1997, US\$2,6 milhões e US\$3,1 milhões, respectivamente. Por outro lado, as exportações brasileiras de flores frescas, no mesmo período, foram de US\$420 mil e US\$262 mil, indicando grande desequilíbrio no balanço comercial das flores frescas. Ressalte-se, entretanto, o valor de exportações de flores secas no mesmo período de US\$1 milhão por ano (Tabela 3).

A estrutura de produção de flores no Estado de São Paulo pode ser vislumbrada através dos dados oriundos do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) 1995/96. O Censo acusou a existência de 1.214 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) cultivando flores em 1995, sendo os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs), que concentram maior número de UPAs, os de Mogi das Cruzes (259 UPAs), Bragança Paulista (238 UPAs), Mogi Mirim (156 UPAs), São Paulo (130 UPAs) e Sorocaba (107 UPAs). Considerando o conceito de área homogênea (AH) utilizado no LUPA, como "*um conjunto de talhões com as mesmas características produtivas (os talhões podem não ser contíguos, mas devem estar dentro do mesmo imóvel rural)*", o Estado de São Paulo apresentava, ao todo, 1.839 áreas homogêneas cultivadas com flores.

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 2 - Importação e Exportação Brasileira de Plantas Vivas e Produtos de Floricultura, 1992-98

Período	Importação		Exportação		Imp./Exp. (a)/(b) (%)
	US\$ FOB (a)	kg	US\$ FOB (b)	kg	
1992	658.744	231.283	11.706.193	3.524.684	6
1993	978.502	249.275	13.221.437	5.113.512	7
1994	1.781.228	397.366	12.634.964	4.485.564	14
1995	5.311.569	834.696	13.903.748	3.509.764	38
1996	6.638.525	1.346.237	11.855.354	3.154.258	56
1997	5.944.382	1.374.644	11.004.990	3.617.816	54
1998 ¹	3.666.372	834.543	5.825.960	1.622.987	63
Total	24.979.322	5.268.044	80.152.646	25.028.585	31

¹Janeiro a junho.

Fonte: SECEX/DECEX.

TABELA 3 - Valor da Importação e Exportação de Flores no Brasil, por Categoria, 1996-97

(em US\$ FOB)

Ano	Valor de importação (a)		Valor de exportação (b)		Imp./Exp. (a)/(b) (%)	
	Flores frescas ¹	Flores secas ²	Flores frescas	Flores secas	Flores frescas	Flores secas
	1996	2.461.220	425.659	420.416	1.157.418	585
1997	3.116.150	94.417	262.162	1.026.722	1.189	9
Total	5.577.370	520.076	682.578	2.184.140	817	24

¹Flores e seus botões, frescos, cortados para buquês.

²Flores e seus botões, secos, etc. cortados.

Fonte Elaborada a partir de dados de SECEX/DECEX.

Excetuando a categoria outras flores, que engloba todas as espécies ornamentais cultivadas que não sejam antúrio, branquinha, cravo, gradiolo, lírio, margarida, rosa e violeta africana, as categorias de flores com maior número de áreas homogêneas são: rosa (385 AHs), crisântemo (237 AHs), branquinha (89 AHs) e violeta africana (70 AHs) (Tabela 4).

Em termos de área cultivada, a floricultura ocupa 5.165,6 hectares, sendo 2.180,7 hectares ocupados pela categoria outras flores. Em seguida, a de maior área cultivada é a branqui-

nha (1.173,6ha), vindo a seguir a rosa (984,0ha) e o crisântemo (498,9ha). Os EDRs com maiores áreas de cultivo de ornamentais são: Bragança Paulista (876,5ha), Mogi das Cruzes (751,5ha), Mogi Mirim (483,9ha) e São Paulo (446,2ha) (Tabela 5).

Finalmente, os números elevados tanto de UPAs como de área cultivada com a categoria "outras flores" indicam diversidade no tipo de ornamentais cultivadas e diversificação da exploração no Estado de São Paulo, fruto de vocações regionais na produção agrícola.

TABELA 4 - Número de Áreas Homogêneas (AH) por Flor e Número de Unidade de Produção Agropecuária (UPA) com Flores, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), no Estado de São Paulo, 1995/96¹

(continua)

EDR	Antúrio	Branquinha	Cravo	Crisântemo	Gradiolo	Lírio
Andradina	-	-	-	-	-	-
Araçatuba	-	-	-	2	-	-
Araraquara	-	-	-	-	-	-
Assis	-	2	-	-	-	-
Avaré	-	-	-	7	-	-
Barretos	-	-	1	-	-	-
Bauru	-	-	-	1	-	-
Bragança Paulista	-	33	2	93	2	5
Campinas	-	1	-	7	-	5
Catanduva	-	-	-	2	-	-
Dracena	-	11	-	-	-	-
Fernandópolis	-	-	-	1	-	-
Franca	-	1	-	-	-	-
Guaratinguetá	1	-	-	1	-	-
Itapetininga	1	8	1	3	-	-
Itapeva	-	2	-	-	-	-
Jales	-	1	-	1	-	-
Jaú	1	-	-	-	-	-
Limeira	-	-	-	6	-	-
Lins	-	-	-	-	-	-
Marília	-	-	-	1	-	-
Mogi das Cruzes	2	3	5	29	-	1
Mogi Mirim	2	-	1	31	1	2
Orlândia	-	3	-	-	-	-
Ourinhos	-	-	-	-	-	-
Pindamonhangaba	3	1	8	14	1	2
Piracicaba	-	1	-	1	-	-
Presidente Prudente	-	1	1	1	-	-
Presidente Venceslau	-	1	-	-	-	-
Registro	12	-	-	-	-	-
Ribeirão Preto	-	2	-	-	-	-
São João da Boa Vista	-	4	-	-	2	1
São José do Rio Preto	-	-	-	-	-	-
São Paulo	-	2	3	17	-	5
Sorocaba	-	9	1	17	-	-
Tupã	-	2	-	2	-	-
Votuporanga	-	1	-	-	-	-
AH por Flor	22	89	23	237	6	21

¹Dados preliminares.

Fonte: Elaborada a partir de dados não publicados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) 1995/96.

TABELA 4 - Número de Áreas Homogêneas (AH) por Flor e Número de Unidade de Produção Agropecuária (UPA) com Flores, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), no Estado de São Paulo, 1995/96¹

EDR	Margarida	Outras flores	Rosa	Violeta africana	(conclusão)
					UPAs por EDR (n°)
Andradina	-	1	-	-	1
Araçatuba	1	-	-	-	3
Araraquara	-	-	1	-	1
Assis	-	-	-	-	2
Avaré	2	3	2	-	12
Barretos	-	1	-	-	2
Bauru	-	1	1	-	2
Bragança Paulista	-	56	184	3	238
Campinas	1	55	13	1	70
Catanduva	-	-	-	-	2
Dracena	1	-	-	1	13
Fernandópolis	-	1	-	-	2
Franca	-	-	-	-	1
Guaratinguetá	-	2	1	1	4
Itapetininga	-	4	2	-	18
Itapeva	-	-	-	1	3
Jales	-	-	-	-	2
Jaú	-	-	-	-	1
Limeira	-	7	2	-	14
Lins	-	-	1	-	1
Marília	1	1	1	1	5
Mogi das Cruzes	2	283	89	8	259
Mogi Mirim	-	163	60	53	156
Orlândia	-	-	-	-	3
Ourinhos	-	1	-	-	1
Pindamonhangaba	-	78	16	-	65
Piracicaba	1	-	-	-	3
Presidente Prudente	-	2	-	-	4
Presidente Venceslau	-	-	-	-	1
Registro	-	52	-	-	60
Ribeirão Preto	-	-	1	-	3
São João da Boa Vista	-	2	5	-	13
São José do Rio Preto	-	1	2	-	3
São Paulo	-	161	2	-	130
Sorocaba	4	93	2	1	107
Tupã	4	-	-	-	7
Votuporanga	-	1	-	-	2
Total de UPAs no Estado de São Paulo					1.214
AH por flor	17	969	385	70	
Total de AHs no Estado de São Paulo					1.839

¹Dados preliminares.

Fonte: Elaborada a partir de dados não publicados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) 1995/96.

TABELA 5 - Área Cultivada com Flores, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), por Tipo, no Estado de São Paulo, 1995/96¹

EDR	(em ha)						(continua)
	Antúrio	Branquinha	Cravo	Crisântemo	Gradiolo	Lírio	
Andradina	-	-	-	-	-	-	-
Araçatuba	-	-	-	1,4	-	-	-
Araraquara	-	-	-	-	-	-	-
Assis	-	75,0	-	-	-	-	-
Avaré	-	-	-	73,9	-	-	-
Barreto	-	-	0,4	-	-	-	-
Bauru	-	-	-	3,0	-	-	-
Bragança Paulista	-	40,6	3,2	132,7	2,0	-	22,9
Campinas	-	0,2	-	41,8	-	-	6,1
Catanduva	-	-	-	0,6	-	-	-
Dracena	-	346,0	-	-	-	-	-
Fernandópolis	-	-	-	0,1	-	-	-
Franca	-	58,8	-	-	-	-	-
Guaratinguetá	2,0	-	-	0,1	-	-	-
Itapetininga	36,3	206,8	0,5	3,6	-	-	-
Itapeva	-	7,4	-	-	-	-	-
Jales	-	1,4	-	0,2	-	-	-
Jaú	2,4	-	-	-	-	-	-
Limeira	-	-	-	18,5	-	-	-
Lins	-	-	-	-	-	-	-
Marília	-	-	-	0,2	-	-	-
Mogi das Cruzes	9,1	4,6	12,5	81,8	-	-	3,6
Mogi Mirim	0,9	-	0,5	61,4	5,0	-	0,7
Orlândia	-	63,5	-	-	-	-	-
Ourinhos	-	-	-	-	-	-	-
Pindamonhangaba	1,8	2,0	7,1	5,3	12,1	-	0,4
Piracicaba	-	9,7	-	1,2	-	-	-
Presidente Prudente	-	7,2	0,1	0,1	-	-	-
Presidente Venceslau	-	3,6	-	-	-	-	-
Registro	35,9	-	-	-	-	-	-
Ribeirão Preto	-	21,0	-	-	-	-	-
São João da Boa Vista	-	25,5	-	-	72,2	-	2,4
São José do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	-
São Paulo	-	10,5	5,5	38,5	-	-	1,4
Sorocaba	-	19,7	2,5	34,2	-	-	-
Tupã	-	39,9	-	0,3	-	-	-
Votuporanga	-	230,2	-	-	-	-	-
Total	88,4	1.173,6	32,3	498,9	91,3	-	37,5

¹Dados preliminares.

Fonte: Elaborada a partir de dados não publicados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) 1995/96.

TABELA 5 - Área Cultivada com Flores, por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), por Tipo, no Estado de São Paulo, 1995/96¹

EDR	(em ha)				(conclusão) Total
	Margarida	Outras flores	Rosa	Violeta africana	
Andradina	-	1,2	-	-	1,2
Araçatuba	1,2	-	-	-	2,6
Araraquara	-	-	1,0	-	1,0
Assis	-	-	-	-	75,0
Avaré	0,7	4,2	9,0	-	87,8
Barreto	-	0,7	-	-	1,1
Bauru	-	1,0	1,5	-	5,5
Bragança Paulista	-	170,8	502,5	1,8	876,5
Campinas	0,8	143,7	23,2	1,2	217,0
Catanduba	-	-	-	-	0,6
Dracena	0,5	-	-	2,4	348,9
Fernandópolis	-	0,1	-	-	0,2
Franca	-	-	-	-	58,8
Guaratinguetá	-	40,0	0,1	0,1	42,3
Itapetininga	-	11,2	4,0	-	262,4
Itapeva	-	-	-	8,4	15,8
Jales	-	-	-	-	1,6
Jaú	-	-	-	-	2,4
Limeira	-	17,3	1,2	-	37,0
Lins	-	-	2,0	-	2,0
Marília	0,2	0,1	0,2	0,3	1,0
Mogi das Cruzes	1,3	447,7	169,6	21,3	751,5
Mogi Mirim	-	218,1	166,6	30,7	483,9
Orlândia	-	-	-	-	63,5
Ourinhos	-	0,1	-	-	0,1
Pindamonhangaba	-	86,4	38,0	-	153,1
Piracicaba	0,1	-	-	-	11,0
Presidente Prudente	-	5,2	-	-	12,6
Presidente Venceslau	-	-	-	-	3,6
Registro	-	384,3	-	-	420,2
Ribeirão Preto	-	-	0,1	-	21,1
São João da Boa Vista	-	3,0	50,5	-	153,6
São José do Rio Preto	-	1,0	0,7	-	1,7
São Paulo	-	387,3	3,0	-	446,2
Sorocaba	2,8	256,3	10,8	1,0	327,3
Tupã	4,1	-	-	-	44,3
Votuporanga	-	1,0	-	-	231,2
Total	11,7	2.180,7	984,0	67,2	5.165,6

¹Dados preliminares.

Fonte: Elaborada a partir de dados não publicados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) 1995/96.

FRUTAS

José Sidnei Gonçalves¹
 Antonio Ambrosio Amaro¹
 Maria Lúcia Maia¹
 Sueli Alves Moreira Souza²
 Luis Henrique Perez¹

1 - INTRODUÇÃO

As frutas de mesa representam produtos que conheceram aumento da demanda interna no contexto da estabilização da moeda, com o que houve incremento das importações, em decorrência de que para muitas espécies a procura dos consumidores não pode ser atendida pela produção nacional, seja pela insuficiência de capacidade produtiva, seja porque a produção nacional ainda não se apresenta consolidada, tendo em vista que o investimento na formação de pomares não permite resultados no curto prazo. Ressalte-se o amplo potencial não realizado da fruticultura de mesa brasileira para satisfazer as necessidades internas numa realidade de consumo crescente, bem como para inserir-se no mercado internacional como grande exportador frutícola.

No caso dos sucos cítricos, o Brasil construiu uma agroindústria com vantagens competitivas no cenário internacional que se iniciam na produção de laranja mais barata que a do seu concorrente direto, os Estados Unidos da América (EUA), passa pelos custos industriais e pela logística de transporte a granel e atinge crescentemente os terminais das empresas nos portos, tanto na origem como no destino. Tanto isso ocorre que, no período recente, as maiores empresas brasileiras de sucos cítricos adquiriram fábricas na Flórida, estimando-se que, atualmente, cerca de 40% da laranja norte-americana é processada em unidades dessas empresas, cuja atuação lhes permite manter-se na liderança adquirida no contexto internacional.

2 - SITUAÇÃO GLOBAL DO COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial de frutas frescas no Brasil, no período de 1994 a 1997, mostra déficit crescente, atingindo 128 milhões de dólares em 1997 (Tabelas 1 e 2). Esse comportamento deve ser atribuído, principalmente, à adoção da política de inserção externa e de abertura do mercado brasileiro, reforçada pela estabilidade da moeda vivida desde 1994, quando foram ampliadas as possibilidades de importação de frutas, que passaram a ser adquiridas em maiores quantidades (Tabela 3).

Em 1998, de janeiro a junho, o déficit era de 74 milhões de dólares e poderá aumentar até o final do ano, uma vez que boa parte das importações de frutas ocorrem no segundo semestre. Com base nos dados oficiais, divulgados pelo Governo Federal, observa-se que, em 1996, quando entrou em operação o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), teriam ocorrido discrepâncias muito acentuadas nos volumes de importação de frutas frescas, principalmente de maçã, pêra, uva, ameixa e cereja, não só prejudicando as análises de mercado, mas propiciando elementos que induzem à suposição de que teria ocorrido subfaturamento, uma vez que os preços médios anuais caíram praticamente 50% em relação à média do período (Tabela 4).

Essa suposição é reforçada pelo fato de que, nesse mesmo ano, também ocorreram exportações de maçã e uva do Brasil, porém com valores bastante distintos dos de importação (Tabela 5). Argentina e Chile são os maiores fornecedores de frutas ao mercado brasileiro (80%), seguidos pelos Estados Unidos (10%). Mesmo com a expansão das áreas plantadas com maçã e uva fina, as produções brasileiras dessas espécies ainda são insuficientes para atendimento do mercado interno, cuja demanda vem crescendo devido ao aumento populacional e da renda *per capita*, favorecida pela estabilidade da moeda.

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²Assistente Técnico de Pesquisa do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Valor das Importações Brasileiras de Frutas Frescas, 1994-98
(em US\$1.000)

Fruta	1994	1995	1996	1997	1998 ¹
Maçã	47.784	87.819	87.560	57.229	19.899
Pêra	35.207	77.007	99.048	91.668	42.208
Uva	7.515	19.810	31.938	25.901	25.881
Ameixa	10.604	21.577	29.892	23.272	15.586
Nectarina	3.099	6.466	10.326	8.403	4.161
Pêssego	2.306	7.226	10.104	7.441	3.798
Laranja	164	213	425	464	602
Limão	744	515	192	158	16
Tangerina	-	-	-	1.392	410
Pomelo	-	-	-	138	65
kiwi	-	-	-	13.934	817
Cereja	2.759	4.698	6.547	3.689	200
Marmelo	128	233	122	30	62
Damasco	220	736	353	383	70
Morango	169	629	466	432	305
Outras frutas frescas	7.936	21.185	197	2.485	900
Total	118.635	248.114	277.170	237.019	114.980

¹Janeiro a junho.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

TABELA 2 - Valor das Exportações Brasileiras de Frutas Frescas, 1994-98
(em US\$1.000)

Produto	1994	1995	1996	1997	1998 ¹
Laranja	27.208	29.092	20.410	23.092	1.485
Melão	31.492	16.475	25.326	20.913	9.989
Banana	10.702	3.907	6.149	8.381	7.429
Manga	17.505	22.135	28.740	20.182 ²	7.065 ²
Abacaxi	6.883	3.784	4.050	3.938	831
Melancia	524	900	1.251	739	146
Tangerina	1.920	3.243	2.684	4.693	630
Mamão	3.766	4.020	4.723	7.277	4.223
Uva	8.524	10.123	6.296	4.780	2.383
Maçã	15.046	6.190	1.787	11.297	4.556
Limão Tahiti	1.492	558	591	909	1.070
Figo	921	1.252	1.739	1.599	787
Abacate	234	148	245	160	133
Limão	178	68	164	-	-
Coco em casca	116	113	-	79	43
Morango	144	58	338	185	56
Caqui	128	86	148	-	-
Goiaba	103	169	212	-	-
Outras frutas citricas	94	-	22	120	106
Outras frutas frescas	2	872	165	420	280
Total	126.982	103.193	105.040	108.764	41.212

¹Janeiro a junho.

²Inclui goiaba.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

TABELA 3 - Quantidade de Importações Brasileiras de Frutas Frescas, 1994-98
(em t)

Fruta	1994	1995	1996	1997	1998 ¹
Maçã	87.686	161.756	347.402	120.233	44.078
Pêra	66.812	134.276	392.220	162.182	83.163
Uva	8.399	22.489	68.764	23.222	24.258
Ameixa	11.007	21.776	30.854	23.362	15.275
Nectarina	3.127	13.205	12.732	9.221	4.550
Pêssego	2.387	8.924	11.859	8.130	4.303
Laranja	5.925	1.869	2.016	1.398	1.632
Limão	3.729	1.823	1.016	1.126	68
Tangerina	-	-	-	2.771	1.046
Pomelo	-	-	-	211	151
kiwi	-	-	-	17.702	7.697
Cereja	1.254	1.744	3.509	992	64
Marmelo	532	921	379	95	125
Damasco	196	628	254	220	41
Morango	86	353	254	199	109
Outras frutas frescas	10.148	26.916	154	2.925	1.008
Total	201.288	396.680	871.413	373.989	187.568

¹ Janeiro a junho.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

TABELA 4 - Preço Médio das Importações Brasileiras de Frutas Frescas, 1994-98
(em US\$/t)

Fruta	1994	1995	1996	1997	1998 ¹
Maçã	545	543	252	476	451
Pêra	527	573	252	565	507
Uva	895	881	464	1.115	1.067
Ameixa	963	990	969	996	1.020
Nectarina	991	490	811	911	914
Pêssego	966	810	852	915	883
Laranja	28	114	211	332	369
Limão	199	282	189	140	235
Tangerina	-	-	-	502	392
Pomelo	-	-	-	654	430
kiwi	-	-	-	787	106
Cereja	2.200	2.694	1.866	3.719	3.125
Marmelo	241	253	322	316	496
Damasco	1.122	1.172	1.390	1.741	1.707
Morango	1.965	1.782	1.835	2.170	2.798
Outras frutas frescas	782	787	1.279	850	893
Total	589	625	318	634	613

¹ Janeiro a junho.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

TABELA 5 - Preço Médio das Exportações Brasileiras de Frutas Frescas, 1994-98
(em US\$/t)

Produto	1994	1995	1996	1997	1998 ¹
Laranja	194	255	206	252	237
Melão	451	448	499	457	423
Banana	206	313	205	209	172
Manga	1.328	1.726	1.188	863 ²	1.007 ²
Abacaxi	304	370	351	304	327
Melancia	166	147	164	127	157
Tangerina	243	409	353	503	453
Mamão	636	763	830	924	941
Uva	1.202	1.492	1.394	1.290	1.474
Maçã	499	512	540	545	504
Limão Tahiti	597	554	508	601	625
Figo	1.474	2.080	2.627	2.355	1.813
Abacate	462	851	660	615	532
Limão	664	393	628	-	-
Coco em casca	558	452	-	1.097	494
Morango	1.161	1.450	1.867	2.011	2.074
Caqui	1.113	1.303	1370	-	-
Goiaba	990	1.385	1.423	-	-
Outras frutas cítricas	1.918	-	1.222	378	620
Outras frutas frescas	500	669	3.750	1.802	1.944
Total	356	452	425	411	400

¹Janeiro a junho.

²Inclui goiaba.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

Considerando-se apenas o volume de produção, a fruticultura brasileira é uma das mais importantes do mundo em termos agregados, mas exporta somente 1% de sua produção total, tendo como principal destino o mercado europeu (Tabela 6). Apesar de alguns avanços quanto à classificação, padronização, embalagens e adequação às exigências fitossanitárias, observa-se, nesses segmentos, a maioria dos problemas que emperram o comércio de frutas, já que as tarifas passaram a ter importância muito menor como barreira comercial. No que se refere ao aspecto fitossanitário esta é uma área em que a legislação brasileira tem muito a avançar, tanto para evitar a entrada de material prejudicial à produção nacional, como para atender às exigências de mercado externo.

Como exemplo, pode-se citar as recentes alegações da Malásia e Indonésia, para dificultarem a importação de frutas cítricas do Brasil, argumentando que, eventualmente, iriam nas embalagens esporos de fungos causadores de doenças de seringueiras no Estado de São Paulo. Cabe observar, entretanto, o desconhecimento até o momento de fatos dessa natureza na li-

teratura sobre o assunto.

O volume físico das exportações brasileiras de suco de laranja concentrado congelado (SLCC), no período 1992-97, foi oscilante, situando-se abaixo de 1 milhão de toneladas em 1992 e 1995 e, nos demais anos, em torno de 1,2 milhão de toneladas, atingindo em média cerca de 1 bilhão de dólares anuais (Tabela 7). Esses indicadores revelam a importância desse setor para a economia brasileira, e garantem ao País a liderança no contexto internacional, como o maior produtor de laranja e o maior exportador de sucos cítricos, produzindo cerca de 19 milhões de toneladas de laranja, das quais quase 70% são processadas para fabricação de SLCC totalmente destinado à exportação. Ressalte-se, entretanto, que o Brasil não se constitui no maior exportador mundial de cítricos, pois a Espanha, especializada em frutas frescas, com uma produção dez vezes menor, gera cambiais da ordem de US\$2 bilhões ao ano.

O mercado externo para os sucos cítricos brasileiros alterou-se nos últimos anos, pois, até 1993/94, grande parcela do produto (34,0% do total) destinava-se aos consumidores

TABELA 6 - Volume das Exportações Brasileiras de Frutas Frescas, 1994-98
(em t)

Produto	1994	1995	1996	1997	1998 ¹
Laranja	140.276	114.060	99.223	91.662	6.271
Melão	69.796	36.766	50.719	45.729	23.599
Banana	51.792	12.492	29.938	40.061	43.164
Manga	13.181	12.828	24.186	23.370 ²	7.018 ²
Abacaxi	22.623	10.239	11.542	12.956	2.539
Melancia	3.153	6.103	7.620	5.812	931
Tangerina	7.900	7.933	7.599	9.325	1.389
Mamão	5.916	5.272	5.693	7.869	4.488
Uva	7.092	6.786	4.516	3.705	1.617
Maçã	30.146	12.084	3.308	20.725	9.040
Limão Tahiti	2.498	1.007	1.163	1.512	1.713
Figo	625	602	662	679	434
Abacate	506	174	371	260	250
Limão	268	173	261	-	-
Coco em casca	208	250	-	72	87
Morango	124	40	181	92	27
Caqui	115	66	108	-	-
Goiaba	104	122	149	-	-
Outras frutas cítricas	49	-	18	317	171
Outras frutas frescas	4	1.303	44	233	144
Total	356.376	228.300	247.301	264.379	102.882

¹Janeiro a junho.

²Inclui goiaba.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

TABELA 7 - Exportações de Suco de Laranja Concentrado Congelado (SLCC), Brasil, 1992-98

Ano	Valor (US\$)	Quantidade (kg)	Preço médio (US\$/kg)
1992	1.046.271.766	973.630.539	1,07
1993	826.738.734	1.174.568.315	0,70
1994	985.476.671	1.146.857.477	0,86
1995	1.105.080.937	960.905.329	1,15
1996	1.391.664.784	1.180.098.002	1,18
1997	1.003.015.399	1.179.571.236	0,85
1998 ¹	420.822.890	465.518.337	0,90

¹Até junho.

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

norte-americanos, mas progressivamente esse mercado reduziu sua importância, absorvendo apenas 19,5% em 1996/97. Em contrapartida, a Europa, que comprava pouco mais da metade do suco brasileiro destinado ao exterior (52% em

1993/94), cresceu em relevância, atingindo 66,7% em 1996/97, enquanto o Japão e os demais países mostram tendência de manutenção nas proporções totais das vendas brasileiras (Tabela 8).

As exportações brasileiras de sucos cítricos revelam a solidez da posição competitiva nacional nesse segmento, com empresas inseridas nos principais mercados, tendo conseguido amenizar a tendência à auto-suficiência mostrada pela produção norte-americana nos anos 90, o que progressivamente lhes tolheu a inserção nesse mercado altamente protegido por barreira tarifária.

Os dados referentes ao destino do suco brasileiro mostram os Países Baixos e a Bélgica como maiores compradores, o que na verdade corresponde à importância desses países como plataformas reexportadoras dentro da Europa, por sediarem os portos de Rotterdam e Antuérpia, que são os principais destinos dos produtos encaminhados ao continente europeu.

TABELA 8 - Destinação das Exportações Brasileiras de Suco de Laranja Concentrado Congelado (SLCC), 1993/94 a 1996/97

(em %)				
Safra	EUA	Europa	Japão	Outros
1993/94	34,0	52,0	6,1	7,5
1994/95	20,9	61,6	9,2	8,3
1995/96	18,1	69,4	6,2	6,3
1996/97	19,5	66,7	6,1	7,7

Fonte: Dados básicos da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

Recentemente, houve a interdição de 100 mil toneladas de polpa cítrica brasileira na Europa, sob alegação de contaminação com dioxina (substância cancerígena). A polpa é um subproduto da agroindústria empregada na composição de ração para o gado leiteiro, que gerou, em 1997, o equivalente a US\$100 milhões, e que representa receita relevante para as empresas. As autoridades européias exigem maior controle das brasileiras sobre o processo de fabricação desse subproduto que, sozinho, gera receitas cambiais equivalentes ao total das exportações nacionais de frutas frescas.

3 - ABACAXI

A área colhida da cultura de abacaxi no Brasil cresceu no período recente, evoluindo de 43,5 para 53,0 mil hectares no triênio 1995-97, muito embora tenha ocorrido redução para 50,2 mil hectares em 1998. As Unidades da Federação com maior área de abacaxi são: Minas Gerais (25,5%), Pará (19,6%) e Paraíba (12,8%), que, no conjunto, respondem por 57,9% do total brasileiro (Tabela 9). Nesses estados a cultura avança no Pará, mas cai, em todo quadriênio, nos demais, razão pela qual altera-se a ordem de importância entre as plantações paraense e paraibana. No Estado de São Paulo, a cultura apresenta participação reduzida na produção nacional (3,2%), embora responda pelo principal mercado consumidor.

A quantidade produzida, no Brasil, aumentou de 1,96 milhão de toneladas em 1995 para 2,50 milhões em 1997, recuando para 2,26 milhões em 1998. Isso significa que, comparando-se 1998 com 1995, ocorreu um crescimento

de 15,3%. A distribuição regional da produção obedece praticamente à mesma proporcionalidade visualizada para a área cultivada. Minas Gerais é o maior produtor, apesar da ocorrência de queda no triênio 1996-98, em que evoluiu de 933,6 mil toneladas (41,2%) para 759,5 mil toneladas (33,6%). No caso do Pará, segundo produtor nacional, a quantidade cresceu de 142,1 para 411,6 mil toneladas no quadriênio 1995-98, com sua importância nacional avançando de 7,2% para 18,2%. Situação distinta verifica-se na Paraíba, que perdeu a posição de segunda produtora, ao reduzir sua colheita de 418,6 mil toneladas (21,3%) para 238,6 mil toneladas (10,5%). No Estado de São Paulo, a oferta avançou de 40,8 mil toneladas (2,1%) em 1995 para 76,1 mil toneladas (3,4%) em 1998, apesar de já ter alcançado 110,5 mil toneladas (4,0%) em 1997 (Tabela 10).

A produtividade da terra na cultura do abacaxi no Brasil cresceu de 45,0t/ha em 1995 para média de 47,0t/ha no biênio seguinte, mas volta ao patamar anterior nas previsões para 1998. Os maiores rendimentos agrícolas médios são observados no Rio de Janeiro com 73,6t/ha (63% mais que a média nacional), seguido de Minas Gerais (59,3t/ha), Espírito Santo (49,6t/ha) e São Paulo (47,6t/ha). Os menores ocorrem no Rio Grande do Sul (26,1t/ha) e Maranhão (30,9t/ha) (Tabela 11). Ressalte-se que parcela importante da diferenciação regional do rendimento agrícola do abacaxi deriva do cultivo de variedades que geram fruta com pesos médios distintos.

O volume anual médio de abacaxi, comercializado no Entrepósito Terminal de São Paulo, da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (ETSP - CEAGESP), atingiu 33,3 mil toneladas no quadriênio 1994-97, tendo apresentado quantidades crescentes no período, quando salta de 27,8 mil toneladas para 39,5 mil toneladas, o que corresponde ao expressivo crescimento de 42,1%. Esse crescimento associa-se de maneira direta ao incremento do consumo em função da estabilização da moeda que alargou a base de consumidores do produto. No tocante às quantidades médias mensais, os maiores volumes (4,1 mil toneladas) ocorrem em dezembro e janeiro e os menores, em torno de 2,0 mil toneladas, em maio e junho (Tabela 12). Dessa maneira, ainda que o abacaxi seja uma fruta tropical, não são

TABELA 9 - Evolução da Área Colhida de Abacaxi, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Pará	3.561	8,18	3.560	7,46	10.955	20,66	9.854	19,62
Tocantins	570	1,31	908	1,90	1.087	2,05	1.452	2,89
Maranhão	1.281	2,94	2.247	4,71	2.809	5,30	2.130	4,24
Rio Grande do Norte	1.299	2,99	2.137	4,48	2.792	5,26	2.582	5,14
Paraíba	9.289	21,35	8.726	18,28	7.290	13,75	6.427	12,80
Pernambuco	1.387	3,19	869	1,82	1.275	2,40	1.128	2,25
Alagoas	777	1,79	838	1,76	855	1,61	903	1,80
Sergipe	342	0,79	421	0,88	458	0,86	518	1,03
Bahia	2.769	6,36	2.863	6,00	3.349	6,31	3.778	7,52
Minas Gerais	15.622	35,90	17.023	35,66	12.825	24,18	12.812	25,52
Espírito Santo	2.502	5,75	2.524	5,29	2.781	5,24	2.781	5,54
Rio de Janeiro	817	1,88	929	1,95	892	1,68	892	1,78
São Paulo	782	1,80	1.600	3,35	2.283	4,30	1.600	3,19
Santa Catarina	128	0,29	130	0,27	117	0,22	102	0,20
Rio Grande do Sul	367	0,84	310	0,65	316	0,60	320	0,64
Mato Grosso do Sul	162	0,37	214	0,45	283	0,53	268	0,53
Mato Grosso	741	1,70	733	1,54	691	1,30	691	1,38
Goiás	992	2,28	1.579	3,31	1.891	3,57	1.900	3,78
Outros	129	0,30	126	0,26	86	0,16	74	0,15
Brasil	43.517	100,00	47.737	100,00	53.035	100,00	50.212	100,00

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 10 - Evolução da Produção de Abacaxi, Brasil e Estados, 1995-98¹

Estado	1995		1996		1997		1998 ²	
	t	%	t	%	t	%	t	%
Pará	142.101	7,23	141.993	6,26	445.279	17,79	411.619	18,19
Tocantins	20.412	1,04	27.031	1,19	42.534	1,70	56.819	2,51
Maranhão	39.535	2,01	70.704	3,12	99.994	3,99	65.858	2,91
Rio Grande do Norte	54.367	2,77	96.255	4,24	98.503	3,94	89.053	3,94
Paraíba	418.639	21,31	452.601	19,95	390.150	15,59	238.657	10,55
Pernambuco	49.655	2,53	27.742	1,22	43.090	1,72	39.330	1,74
Alagoas	27.232	1,39	23.675	1,04	29.144	1,16	32.128	1,42
Sergipe	10.951	0,56	14.013	0,62	16.573	0,66	16.850	0,74
Bahia	106.159	5,40	101.750	4,48	140.168	5,60	156.242	6,90
Minas Gerais	777.698	39,59	933.610	41,15	775.620	30,98	759.525	33,56
Espírito Santo	126.525	6,44	127.513	5,62	137.913	5,51	137.913	6,09
Rio de Janeiro	61.275	3,12	69.663	3,07	65.675	2,62	65.675	2,90
São Paulo	40.838	2,08	76.100	3,35	100.495	4,01	76.100	3,36
Santa Catarina	5.698	0,29	5.698	0,25	5.348	0,21	4.718	0,21
Rio Grande do Sul	9.665	0,49	7.943	0,35	8.108	0,32	8.358	0,37
Mato Grosso do Sul	7.100	0,36	10.003	0,44	11.533	0,46	10.676	0,47
Mato Grosso	23.608	1,20	26.410	1,16	22.842	0,91	22.842	1,01
Goiás	41.429	2,11	54.863	2,42	69.346	2,77	69.825	3,09
Outros	1.457	0,07	1.422	0,06	945	0,04	855	0,04
Brasil	1.964.343	100,00	2.268.986	100,00	2.503.258	100,00	2.263.041	100,00

¹Utilizada a conversão de 1 fruto igual a 2,5kg para o Sul-Sudeste e 1 fruto igual a 2,1kg para o Centro-Oeste e 1,8kg para os demais estados.

²Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 11 - Evolução da Produtividade da Terra no Abacaxi, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	kg/ha	Índice	kg/ha	Índice	kg/ha	Índice	kg/ha	Índice
Pará	39.905	88	39.886	84	40.646	86	41.772	93
Tocantins	35.797	79	29.782	63	39.130	83	39.131	87
Maranhão	30.863	68	31.466	66	35.598	75	30.919	69
Rio Grande do Norte	41.853	93	45.042	95	35.281	75	34.490	77
Paraíba	45.068	100	51.868	109	53.519	113	37.133	82
Pernambuco	35.800	79	31.924	67	33.796	72	34.867	77
Alagoas	35.048	78	28.252	59	34.086	72	35.579	79
Sergipe	32.021	71	33.285	70	36.185	77	32.529	72
Bahia	38.338	85	35.540	75	41.854	89	41.356	92
Minas Gerais	49.782	110	54.844	115	60.477	128	59.282	132
Espírito Santo	50.570	112	50.520	106	49.591	105	49.591	110
Rio de Janeiro	75.000	166	74.987	158	73.627	156	73.627	163
São Paulo	52.222	116	47.563	100	44.019	93	47.563	106
Santa Catarina	44.512	99	43.827	92	45.705	97	46.250	103
Rio Grande do Sul	26.335	58	25.621	54	25.657	54	26.117	58
Mato Grosso do Sul	43.827	97	46.741	98	40.753	86	39.837	88
Mato Grosso	31.860	71	36.029	76	33.056	70	33.056	73
Goiás	41.763	93	34.745	73	36.672	78	36.750	82
Outros	11.298	25	11.283	24	10.988	23	11.550	26
Brasil	45.139	100	47.531	100	47.200	100	45.070	100

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 12 - Volume Total Comercializado de Abacaxi, no Entrepósito da Capital Paulista da CEAGESP, 1994-97

Ano	(em t)												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
1994	4.413	3.065	2.080	2.247	2.451	2.047	1.254	1.565	2.951	1.745	1.460	2.511	27.789
1995	3.374	1.925	1.287	1.074	2.175	1.403	1.451	2.617	2.672	2.774	3.715	3.558	28.025
1996	3.777	2.656	2.876	3.167	2.260	2.767	2.502	2.867	2.977	2.931	4.101	5.120	38.001
1997	4.917	2.854	2.004	2.130	3.042	1.933	2.925	2.588	3.077	4.655	3.932	5.442	39.500
Média	4.120	2.625	2.062	2.154	2.482	2.038	2.033	2.409	2.919	3.026	3.302	4.158	33.329

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

desprezíveis as quantidades comercializadas na entressafra.

Os preços médios pagos pelo consumidor paulistano, depois uma expressiva elevação no momento imediatamente após a edição do Plano Real em julho de 1994, recuam persistentemente a partir de então. Tomando as médias anuais, entre 1994 e 1995, o aumento foi de 56,6%, sendo que até 1998 (considerando-se, neste caso, a média do primeiro semestre) há um recuo de 35,3% em relação ao pico de

preços. Ressalte-se que, no primeiro semestre de 1998, os preços ficaram em níveis ligeiramente superiores ao primeiro semestre de 1994, com o que fica nítido que ainda não voltaram aos patamares de antes da estabilização (Tabela 13). Verificando-se as variações mensais, os maiores preços ocorrem em março e abril e os menores, em janeiro, embora a diferenciação varietal e de procedência distorça uma verificação mais precisa da sazonalidade a partir de informações globais.

TABELA 13 - Preços Médios Mensais de Abacaxi no Varejo da Cidade de São Paulo, 1994-98
(em R\$/u.)¹

Mês	1994	1995	1996	1997	1998	1994-97
Jan.	0,79	2,18	1,98	1,50	1,34	1,61
Fev.	1,27	2,37	2,10	1,59	1,54	1,83
Mar.	1,27	2,90	2,24	1,74	1,51	2,04
Abr.	1,18	3,09	2,12	1,74	1,57	2,03
Mai	1,13	2,46	2,11	1,52	1,51	1,81
Jun.	1,07	2,33	1,75	1,53	1,59	1,67
Jul	1,32	2,34	1,66	1,49	1,59	1,70
Ago.	2,11	2,29	1,70	1,52	...	1,90
Set.	2,22	2,03	1,73	1,51	...	1,87
Out.	2,39	2,15	1,77	1,48	...	1,95
Nov.	1,52	1,97	1,67	1,46	...	1,65
Dez.	2,17	2,06	1,52	1,48	...	1,81
Média	1,54	2,35	1,86	1,55	1,52	1,82

¹Expressando valores constantes de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

4 - BANANA

A área colhida de banana no Brasil evoluiu de 464,7 mil hectares para 497,9 mil hectares no período 1995-98, correspondendo a um crescimento de 28,7%. A distribuição regional dos bananais mostra a Bahia na posição de destaque, com 59,8 mil hectares (12,0%), seguido de Mato Grosso, cuja área atinge 56,2 mil hectares (11,3%), Ceará (9,3%), Pará (8,7%) e São Paulo (8,6%) (Tabela 14). Ressalte-se o fato de que a banana é uma fruta tropical presente em todo Território Nacional, principalmente na faixa de clima mais quente, e que apresenta enorme diferenciação de variedades. Outro aspecto a destacar está no fato de que, como cultura principal para fins econômicos, há uma nítida concentração no litoral sul de São Paulo.

A quantidade produzida, após haver crescido de 6,9 milhões de toneladas em 1995 para 7,4 milhões em 1997, apresenta estimativa de recuo para 6,8 milhões de toneladas em 1998. Essa queda associa-se em grande parte a problemas de ordem climática que se verificaram nas principais regiões produtoras, envolvendo desde o excesso de chuvas até a falta delas. O maior produtor nacional é o Estado de São Paulo, cuja oferta cresceu de 962 mil toneladas em 1995 para 1 milhão de toneladas em 1998, com participação superior a 14% do total nacional. Também relevantes são as produções da Bahia

(9,4%), Pará (9,3%), Santa Catarina (9,3%) e Minas Gerais (8,9%) (Tabela 15). Mais uma vez a diferenciação de variedades, associada a preferências dos consumidores das várias regiões, explica as participações estaduais.

Os rendimentos agrícolas são diferenciados, em grande medida, também como decorrência do cultivo de diversas variedades. A produtividade média nacional está em torno de 14t/ha, mas há níveis muito superiores como no Paraná (29,6t/ha), Santa Catarina (24,4t/ha) e São Paulo (23,4t/ha), que correspondem exatamente à região onde prevalece o cultivo da variedade Nanicão, cujo peso do cacho é muito superior ao observado nos bananais das Regiões Norte e Nordeste. No Ceará, por exemplo, importante em superfície plantada com bananais, a produtividade média alcança apenas cerca da metade da média nacional (Tabela 16). Destaque-se que, apesar de ser a distinção de variedades um ponto fundamental para explicar a diferença de produtividades, ocorrem enormes disparidades regionais sob a ótica do padrão tecnológico.

No atacado de banana na capital paulista verifica-se uma expressiva mudança na estrutura de comercialização, com perda de importância dos volumes que transitam pelo ETSP/CEAGESP, cujos níveis recuaram de 123,2 mil toneladas em 1994 para 74,1 mil toneladas em 1997. Essa queda de 39,8% nas quantidades

TABELA 14 - Evolução da Área Colhida de Banana, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Rondônia	30.963	6,66	28.153	5,92	25.335	5,04	7.149	1,44
Acre	7.895	1,70	8.082	1,70	4.275	0,85	4.609	0,93
Amazonas	6.368	1,37	6.368	1,34	6.701	1,33	6.946	1,40
Roraima	2.500	0,54	2.500	0,53	2.500	0,50	2.500	0,50
Pará	41.480	8,93	40.150	8,44	39.919	7,94	43.145	8,67
Tocantins	8.143	1,75	6.185	1,30	5.745	1,14	5.800	1,16
Maranhão	8.756	1,88	11.002	2,31	12.315	2,45	12.335	2,48
Piauí	4.604	0,99	4.638	0,97	4.802	0,96	2.787	0,56
Ceará	42.486	9,14	43.545	9,15	44.087	8,77	46.226	9,28
Rio Grande do Norte	2.535	0,55	2.550	0,54	3.326	0,66	3.413	0,69
Paraíba	25.754	5,54	24.478	5,14	24.478	4,87	20.445	4,11
Pernambuco	34.805	7,49	34.168	7,18	37.590	7,48	37.590	7,55
Alagoas	3.604	0,78	3.504	0,74	4.032	0,80	4.363	0,88
Sergipe	3.302	0,71	3.352	0,70	3.401	0,68	3.308	0,66
Bahia	65.094	14,01	61.430	12,91	59.474	11,84	59.789	12,01
Minas Gerais	38.620	8,31	39.539	8,31	38.014	7,56	40.427	8,12
Espírito Santo	28.857	6,21	28.933	6,08	29.626	5,90	29.626	5,95
Rio de Janeiro	29.472	6,34	31.041	6,52	30.731	6,12	30.731	6,17
São Paulo	40.140	8,64	45.500	9,56	42.880	8,53	42.880	8,61
Paraná	5.811	1,25	5.400	1,13	5.700	1,13	5.700	1,14
Santa Catarina	31.301	6,74	31.437	6,61	32.157	6,40	25.849	5,19
Rio Grande do Sul	10.409	2,24	10.893	2,29	10.227	2,04	10.190	2,05
Mato Grosso do Sul	2.607	0,56	5.270	1,11	5.433	1,08	4.640	0,93
Mato Grosso	25.452	5,48	31.357	6,59	56.247	11,19	56.247	11,30
Goiás	11.254	2,42	11.360	2,39	12.171	2,42	12.200	2,45
Distrito Federal	207	0,04	154	0,03	156	0,03	177	0,04
Brasil	464.693	100,00	475.886	100,00	502.511	100,00	497.868	100,00

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

transacionadas nesse mercado atacadista na verdade não se verifica para o conjunto do atacado paulistano, uma vez que crescem as vendas diretas aos supermercados por parte tanto de produtores como de climatizadores. Os supermercados assumiram posição cada vez mais importante no varejo de frutas, e essa mudança na comercialização envolveu, logo no início, a banana, uma das principais frutas. Na distribuição mensal das quantidades ofertadas, as variações entre os meses são reduzidas, com os maiores volumes ocorrendo em novembro e janeiro e o menor em junho (Tabela 17).

Os preços no varejo diferem entre as variedades, sendo que, no período 1994-98, as

menores médias se referiram à Nanica (R\$1,38/dz.), seguida da Prata (R\$2,19/dz.) e da Maçã (R\$2,87/dz.). Durante o ano, todas as variedades apresentam maiores preços entre setembro e novembro e os menores em janeiro (Tabela 18). A comparação entre os anos revela um comportamento errático, o que se explica pela ocorrência de fenômenos climáticos que afetaram o abastecimento em alguns anos, principalmente os ligados às chuvas no Vale do Ribeira, principal região produtora do Estado de São Paulo. Dentre os mercados de frutas *in natura*, o de banana foi o menos afetado pelas importações, devido sua menor densidade econômica à existência de barreiras fitossanitárias

TABELA 15 - Evolução da Produção de Banana, Brasil e Estados, 1995-98¹

Estado	1995		1996		1997		1998 ²	
	t	%	t	%	t	%	t	%
Rondônia	253.453	3,69	228.861	3,28	207.431	2,81	54.824	0,81
Acre	90.881	1,32	81.521	1,17	46.806	0,63	46.346	0,68
Amazonas	54.100	0,79	54.119	0,78	57.536	0,78	52.954	0,78
Roraima	19.580	0,29	19.580	0,28	21.391	0,29	17.103	0,25
Pará	580.753	8,46	559.919	8,02	564.736	7,65	634.363	9,31
Tocantins	50.350	0,73	37.603	0,54	38.905	0,53	39.747	0,58
Maranhão	150.045	2,19	182.680	2,62	205.787	2,79	120.660	1,77
Piauí	69.585	1,01	71.899	1,03	74.283	1,01	30.894	0,45
Ceará	315.713	4,60	360.782	5,17	319.576	4,33	319.174	4,69
Rio Grande do Norte	32.806	0,48	32.242	0,46	41.628	0,56	41.970	0,62
Paraíba	349.635	5,10	350.963	5,03	385.962	5,23	192.961	2,83
Pernambuco	459.068	6,69	468.615	6,72	510.646	6,92	510.646	7,50
Alagoas	35.874	0,52	34.798	0,50	40.602	0,55	44.173	0,65
Sergipe	36.840	0,54	37.604	0,54	37.081	0,50	31.287	0,46
Bahia	689.261	10,04	633.951	9,09	625.933	8,48	636.969	9,35
Minas Gerais	659.336	9,61	635.995	9,11	617.506	8,37	608.123	8,93
Espirito Santo	420.374	6,13	386.426	5,54	405.235	5,49	405.235	5,95
Rio de Janeiro	343.167	5,00	393.681	5,64	398.446	5,40	398.446	5,85
São Paulo	962.114	14,02	1.049.436	15,04	1.003.414	13,60	1.003.414	14,73
Paraná	166.773	2,43	169.717	2,43	168.902	2,29	168.902	2,48
Santa Catarina	844.586	12,31	751.597	10,77	808.694	10,96	631.365	9,27
Rio Grande do Sul	187.941	2,74	192.034	2,75	184.663	2,50	184.163	2,70
Mato Grosso do Sul	52.257	0,76	109.016	1,56	116.277	1,58	95.129	1,40
Mato Grosso	279.202	4,07	350.348	5,02	634.931	8,61	525.582	7,72
Goiás	172.233	2,51	165.320	2,37	191.016	2,59	183.436	2,69
Distrito Federal	3.942	0,06	2.971	0,04	3.184	0,04	3.760	0,06
Brasil	6.861.852	100,00	6.977.597	100,00	7.377.408	100,00	6.810.398	100,00

¹Utilizada a conversão de 1 cacho igual a 10,06kg na Região Nordeste, a 9,79kg na Norte, a 15,15kg na Centro-Oeste, a 18,52kg na Sul e em São Paulo e 14,57kg nos demais estados da Sudeste.

²Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

que impedem a entrada de fruta equatorial e de outras nações bananeiras da América Equatorial.

5 - MAÇÃ

A área colhida de maçã no Brasil se manteve estabilizada em torno dos 27 mil hectares, durante o período 1995-98, revelando que a pomicultura perdeu dinamismo na incorporação de novas áreas nos anos recentes. Dessa maneira, mantêm-se praticamente inalteradas as participações das Unidades da Federação no

total nacional, com a liderança inequívoca de Santa Catarina, 53,5%, seguida do Rio Grande do Sul com 39,3%. Nota-se até mesmo um crescimento da participação desses dois estados sulistas em contraposição a uma redução da participação do Paraná de 7,3% para 5,2% no quadriênio 1995-98. Essa distribuição geográfica dos pomares de maçã reflete com nitidez a estruturação da atividade em níveis competitivos, no tocante à produção e logística, nesses dois estados brasileiros (Tabela 19).

Entretanto, ainda que a área colhida tenha se mantido, os volumes produzidos cresceram de forma significativa, saindo de um pa-

TABELA 16 - Evolução da Produtividade da Terra na Banana, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	kg/ha	%	kg/ha	%	kg/ha	%	kg/ha	%
Rondônia	8.186	55	8.129	55	8.188	56	7.669	56
Acre	11.511	78	10.087	69	10.949	75	10.056	74
Amazonas	8.496	58	8.499	58	8.586	58	7.624	56
Roraima	7.832	53	7.832	53	8.556	58	6.841	50
Pará	14.001	95	13.946	95	14.147	96	14.703	107
Tocantins	6.183	42	6.080	41	6.772	46	6.853	50
Maranhão	17.136	116	16.604	113	16.710	114	9.782	72
Piauí	15.114	102	15.502	106	15.469	105	11.085	81
Ceará	7.431	50	8.285	57	7.249	49	6.905	50
Rio Grande do Norte	12.941	88	12.644	86	12.516	85	12.297	90
Paraíba	13.576	92	14.338	98	15.768	107	9.438	69
Pernambuco	13.190	89	13.715	94	13.585	93	13.585	99
Alagoas	9.954	67	9.931	68	10.070	69	10.125	74
Sergipe	11.157	76	11.218	77	10.903	74	9.458	69
Bahia	10.589	72	10.320	70	10.524	72	10.654	78
Minas Gerais	17.072	116	16.085	110	16.244	111	15.042	110
Espírito Santo	14.567	99	13.356	91	13.678	93	13.678	100
Rio de Janeiro	11.644	79	12.683	86	12.966	88	12.966	95
São Paulo	23.969	162	23.065	157	23.401	159	23.401	171
Paraná	28.699	194	31.429	214	29.632	202	29.632	217
Santa Catarina	26.983	183	23.908	163	25.148	171	24.425	179
Rio Grande do Sul	18.056	122	17.629	120	18.056	123	18.073	132
Mato Grosso do Sul	20.045	136	20.686	141	21.402	146	20.502	150
Mato Grosso	10.970	74	11.173	76	11.288	77	9.344	68
Goiás	15.304	104	14.553	99	15.694	107	15.036	110
Distrito Federal	19.042	129	19.295	132	20.408	139	21.241	155
Brasil	14.766	100	14.662	100	14.681	100	13.679	100

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 17 - Volume Total Comercializado de Banana, no Entrepósito da Capital Paulista da CEAGESP, 1994-97

(em t)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1994	10.768	9.925	10.969	9.366	10.376	9.942	9.904	10.746	10.665	10.795	10.533	9.238	123.227
1995	9.705	8.198	8.909	7.052	7.662	8.063	9.124	9.706	10.712	10.686	10.323	9.137	109.277
1996	10.210	8.553	9.489	8.960	8.554	5.805	7.109	7.434	7.500	8.431	8.924	7.528	98.497
1997	7.480	6.274	6.196	8.048	6.421	5.867	6.221	6.444	6.944	2.029	6.390	5.857	74.172
Média	9.540	8.237	8.891	8.356	8.253	7.419	8.090	8.582	8.955	7.985	9.042	7.940	101.293

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

TABELA 18 - Preços Médios Mensais de Banana no Varejo da Cidade de São Paulo, 1994-98
(em R\$/dz.)¹

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Banana Maçã													
1994	1,12	1,27	1,22	1,15	1,34	1,52	1,48	2,42	2,85	3,36	3,47	3,64	2,07
1995	3,51	3,92	3,87	3,82	3,72	3,82	3,55	3,51	3,67	3,47	3,31	3,33	3,62
1996	3,28	3,31	3,28	3,32	3,14	3,09	3,06	3,26	3,18	3,05	2,99	2,74	3,14
1997	2,72	2,81	2,82	2,84	2,66	2,77	2,66	2,57	2,52	2,32	2,56	2,42	2,64
1998	2,57	2,42	2,64	2,52	2,12	2,17	2,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,37
1994-97	2,66	2,83	2,80	2,78	2,71	2,80	2,69	2,94	3,06	3,05	3,08	3,03	2,87
Banana Nanica													
1995	1,72	1,68	1,65	1,98	1,98	1,92	1,71	1,80	1,72	1,68	1,54	1,40	1,73
1996	1,46	1,44	1,61	1,58	1,34	1,47	1,51	1,60	1,44	1,44	1,38	1,37	1,47
1997	1,23	1,44	1,35	1,20	1,23	1,21	1,17	0,96	0,97	1,10	1,04	0,99	1,16
1998	1,10	1,01	1,06	0,98	1,07	1,00	0,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,03
1994-97	1,27	1,33	1,37	1,40	1,34	1,39	1,34	1,46	1,44	1,44	1,39	1,36	1,38
Banana Prata													
1995	2,84	3,15	3,24	3,13	3,14	3,10	2,75	2,78	2,77	2,48	2,43	2,31	2,84
1996	2,57	2,35	2,53	2,38	2,41	2,22	2,23	2,32	2,15	2,14	2,06	2,00	2,28
1997	1,90	2,02	2,11	1,94	1,96	2,13	2,09	1,97	1,86	1,94	1,90	1,68	1,96
1998	1,90	1,75	1,93	1,88	1,73	1,73	1,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,83
1994-97	2,11	2,17	2,25	2,13	2,16	2,20	2,12	2,27	2,29	2,23	2,19	2,14	2,19

¹Expressando valores constantes de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 19 - Evolução da Área Colhida de Maçã, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
São Paulo	620	2,30	560	2,09	560	2,04	540	2,01
Paraná	1.961	7,28	1.918	7,17	1.980	7,21	1.402	5,21
Santa Catarina	14.182	52,63	14.182	53,01	14.532	52,91	14.400	53,48
Rio Grande do Sul	10.184	37,79	10.094	37,73	10.391	37,84	10.586	39,31
Brasil	26.947	100,00	26.754	100,00	27.463	100,00	26.928	100,00

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

tamar em torno de 438,6 mil toneladas em 1995 para 510,5 mil toneladas em 1998, ou seja, um crescimento de 16,3% no período. Esse aumento da oferta nacional decorre de maneira direta da elevação do rendimento agrícola que, na média nacional, avançou de 16,2t/ha para 19,0t/ha, aumento relacionado à ampla inovação tecnológica dos pomares catarinenses (Tabelas 20 e 21). Em linhas gerais, fica também, pelos indicadores de produção e de produtividade, caracterizado o dinamismo do complexo pomícola brasileiro em termos de produção e de logística.

Na avaliação do abastecimento paulistano, a partir dos volumes comercializados no ETSP/CEAGESP, nota-se que a comercialização de maçã, que inclui as frutas nacionais e importadas, alcançou em média a cifra de 136,6 mil toneladas anuais no período 1994-97. Houve, porém, nitida tendência de queda no volume transacionado, que recuou de 151,7 mil toneladas em 1995 para 120,8 mil toneladas em 1997, ou seja, decréscimo de 20,3% (Tabela 22). Esse fato se deve à mesma transformação na estrutura de comercialização destacada para as outras frutas,

TABELA 20 - Evolução da Produção de Maçã, Brasil e Estados, 1995-98¹

Estado	1995		1996		1997		1998 ²	
	t	%	t	%	t	%	t	%
São Paulo	9.584	2,19	9.262	2,15	9.266	1,81	9.280	1,82
Paraná	22.091	5,04	19.034	4,41	25.613	5,02	20.856	4,08
Santa Catarina	203.233	46,36	205.831	47,74	281.156	55,06	271.629	53,20
Rio Grande do Sul	203.454	46,41	197.055	45,70	194.613	38,11	208.786	40,89
Brasil	438.361	100,00	431.183	100,00	510.649	100,00	510.550	100,00

¹Utilizada a conversão de 1 fruto igual a 132 gramas.

²Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 21 - Evolução da Produtividade da Terra de Maçã, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	kg/ha	Índice	kg/ha	Índice	kg/ha	Índice	kg/ha	Índice
São Paulo	15.458	95	16.540	102	16.547	89	17.184	91
Paraná	11.265	69	9.924	61	12.936	70	14.876	78
Santa Catarina	14.330	88	14.514	89	19.347	104	18.863	99
Rio Grande do Sul	19.978	123	19.522	120	18.729	101	19.723	104
Brasil	16.268	100	16.117	100	18.594	100	18.960	100

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 22 - Volume Total Comercializado de Maçã, no Entrepósito da Capital Paulista da CEAGESP, 1994-97

(em t)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1994	9.150	9.503	12.288	8.997	11.066	9.322	10.656	14.176	14.112	14.167	12.918	10.917	137.272
1995	10.003	10.189	11.607	11.289	11.857	12.389	12.818	16.266	14.158	15.556	13.379	12.062	151.573
1996	10.577	10.719	11.588	12.229	11.237	11.584	12.662	11.025	11.674	12.478	11.516	9.410	136.699
1997	10.255	9.058	10.879	9.509	9.760	9.191	11.112	10.483	11.291	10.715	9.103	9.475	120.831
Média	9.996	9.867	11.591	10.506	10.980	10.622	11.812	12.987	12.809	13.229	11.729	10.466	136.594

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

qual seja, o crescimento das vendas diretas do produtor para os supermercados e grandes atacadistas, sem trânsito pela Central de Abastecimento da Capital Paulista. No tocante à sazonalidade, os volumes médios mensais crescem de fevereiro a setembro, com queda deste último mês até fevereiro, o que mostra a importância da eficiência da logística de armazenagem frigorificada, dado que a safra nacional concentra-se no primeiro semestre.

No tocante aos preços pagos pelo consumidor paulistano nas aquisições no varejo, no-

ta-se que os referentes à maçã nacional são ligeiramente menores que os da maçã importada, ambos com tendência de queda desde 1995, ou seja, após a consolidação da estabilização da moeda. Outro ponto a destacar é a sazonalidade caracterizada nos preços mensais, com os maiores ocorrendo entre outubro e fevereiro, tanto para o produto importado como nacional (Tabela 23), comportamento decorrente do custo da armazenagem a frio durante a entressafra, que envolve não só despesas operacionais, mas, principalmente, financeiras, decorrentes de

TABELA 23 - Preços Médios Mensais de Maçã no Varejo da Cidade de São Paulo, 1994-98
(em R\$/u.)¹

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Maçã estrangeira													
1994	0,43	0,41	0,39	0,36	0,34	0,38	0,53	0,57	0,63	0,62	0,56	0,60	0,49
1995	0,75	0,76	0,55	0,52	0,51	0,50	0,50	0,47	0,47	0,50	0,46	0,51	0,54
1996	0,53	0,49	0,47	0,44	0,43	0,42	0,43	0,42	0,40	0,41	0,42	0,47	0,44
1997	0,41	0,38	0,37	0,35	0,35	0,36	0,35	0,36	0,36	0,36	0,34	0,32	0,36
1998	0,34	0,37	0,35	0,36	0,33	0,38	0,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,36
1994-97	0,53	0,51	0,44	0,42	0,41	0,42	0,45	0,45	0,47	0,47	0,44	0,48	0,46
Maçã nacional													
1994	1,73	1,18	1,24	1,23	1,09	1,23	2,81	2,97	3,07	2,97	3,50	3,67	2,22
1995	4,63	3,47	3,48	2,78	2,57	2,39	2,18	2,39	2,57	2,97	2,92	2,78	2,93
1996	3,12	2,86	2,20	2,30	2,28	2,02	2,26	2,06	1,74	1,52	2,13	2,79	2,27
1997	2,61	3,06	1,80	1,53	1,48	1,64	1,76	1,53	1,65	2,01	2,32	1,87	1,94
1998	2,52	1,76	1,81	1,98	2,17	1,67	1,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,95
1994-97	3,02	2,64	2,18	1,96	1,86	1,82	2,25	2,24	2,26	2,37	2,72	2,78	2,34

¹Expressando valores constantes de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

carregar estoques com taxas de juros elevadas. No geral, contudo, a manutenção e, até mesmo, redução dos preços ao consumidores vêm permitindo a consolidação da maçã como fruta de consumo de massa, rompendo com o estereótipo de fruta de elite que a acompanhou até o advento, em bases competitivas, da produção nacional.

6 - UVA

A área colhida de uva no Brasil caiu de 60,5 mil hectares em 1995 para 56,0 mil hectares em 1998, num recuo de 7,4%, queda concentrada nos Estados do Rio Grande do Sul (-11,3%) e de Santa Catarina (-19,1%). Ressalte-se o fato de que essas informações devam ser analisadas tendo em conta que a viticultura em geral incorpora, na verdade, duas atividades distintas, a uva de mesa e a vitivinicultura (uva para sucos e vinho). A atividade atingida mais diretamente pela redução de área foi a vitivinicultura, na qual especializaram-se o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e cuja área colhida reduziu-se de 41,7 mil hectares para 36,7 mil hectares. Os demais estados apresentam uma viticultura em que predomina a uva de mesa, cuja área colhida nacional manteve-se em torno de 19 mil hectares. Nessa atividade destacam-se São Paulo (50,0%), Paraná (22,0%), Pernambuco (13,8%)

e Bahia (12,5%), sendo os dois últimos a base do núcleo de uva fina de mesa do Vale do Rio São Francisco, que ganhou notoriedade pela sua inserção no mercado internacional (Tabela 24).

A produção de uva também apresenta tendências diferenciadas para a viticultura de mesa e a vinícola, pois enquanto a produção das regiões onde predomina a uva industrial mostrou queda de 519,3 mil toneladas para 370,7 mil toneladas no período 1995-98, no caso das regiões onde prevalece a uva para mesa, ocorreu um aumento de 306,1 mil toneladas para 414,0 mil toneladas no mesmo intervalo de anos (Tabela 25). Na distribuição desse crescimento pelas Unidades da Federação, verifica-se que os acréscimos mais expressivos ocorreram em São Paulo, cuja participação nacional evoluiu de 44,8% para 58,5%, em detrimento dos demais estados. As produtividades também foram crescentes nesse período e as diferenças refletem o perfil das respectivas viticulturas, com destaque para a paulista e a baiana (Tabela 26). Essa diferenciação de dinamismo entre as duas atividades decorre de distintas perspectivas de desenvolvimento e de inserção no movimento mais amplo da economia brasileira.

O volume de uva de mesa comercializado no ETSP/CEAGESP, ao contrário das demais frutas, mostra-se crescente no período 1994-97, subindo de 58,2 mil toneladas para

TABELA 24 - Evolução da Área Colhida de Uva, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Pernambuco	2.615	13,87	2.626	13,93	2.044	10,84	2.605	13,82
Bahia	2.042	10,83	2.221	11,78	2.324	12,32	2.355	12,49
Minas Gerais	835	4,43	835	4,43	785	4,16	721	3,82
São Paulo	9.519	50,48	9.504	50,40	9.520	50,49	9.440	50,06
Paraná	3.845	20,39	3.750	19,89	4.200	22,27	4.150	22,01
Subtotal	18.856	31,12	18.936	31,25	18.873	31,15	19.271	31,81
Santa Catarina	3.727	8,93	3.727	8,93	3.645	8,73	3.017	7,23
Rio Grande do Sul	38.008	91,07	37.239	89,23	34.411	82,45	33.677	80,69
Subtotal	41.735	68,88	40.966	67,61	38.056	62,81	36.694	60,56
Brasil	60.591	100,00	59.902	100,00	56.929	100,00	55.965	100,00

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 25 - Evolução da Produção de Uva, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	t	%	t	%	t	%	t	%
Pernambuco	56.672	18,52	48.338	14,96	46.596	11,63	47.894	11,57
Bahia	59.326	19,38	64.675	20,01	67.631	16,88	68.501	16,55
Minas Gerais	8.946	2,92	8.956	2,77	8.928	2,23	10.729	2,59
São Paulo	137.160	44,81	149.960	46,40	227.140	56,69	242.080	58,47
Paraná	43.966	14,36	51.250	15,86	50.400	12,58	44.820	10,83
Subtotal	306.070	37,08	323.179	44,22	400.695	44,47	414.024	52,76
Santa Catarina	39.660	7,64	39.675	5,43	45.338	5,03	34.831	4,44
Rio Grande do Sul	479.619	92,36	368.031	50,35	454.946	50,49	335.840	42,80
Subtotal	519.279	62,92	407.706	55,78	500.284	55,53	370.671	47,24
Brasil	825.349	100,00	730.885	100,00	900.979	100,00	784.695	100,00

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 26 - Evolução da Produtividade da Terra de Uva, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	kg/ha	Índice	kg/ha	Índice	kg/ha	Índice	kg/ha	Índice
Pernambuco	21.672	159	18.407	135	22.796	144	18.385	131
Bahia	29.053	213	29.120	214	29.101	184	29.087	207
Minas Gerais	10.714	79	10.726	79	11.373	72	14.881	106
São Paulo	14.409	106	15.779	116	23.859	151	25.644	183
Paraná	11.435	84	13.667	100	12.000	76	10.800	77
Santa Catarina	10.641	78	10.645	78	12.438	79	11.545	82
Rio Grande do Sul	12.619	93	9.883	73	13.221	84	9.972	71
Brasil	13.622	100	12.201	100	15.826	100	14.021	100

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

74,9 mil toneladas. Esse comportamento diferenciado da uva de mesa decorre das especificidades de sua estrutura de mercado. As maiores quantidades mensais ocorrem no período de dezembro a março, com a safra de uva comum seguida da safra de uva fina, com menores volumes de junho a novembro (Tabela 27). Os preços pagos pelo consumidor paulistano mostram-se cadentes de 1995 a 1998, sendo que os níveis verificados para uva fina foram um pouco superiores aos da uva comum, com sazonalidades normais, dados os menores preços nos meses de safra (Tabela 28). Esse fato de preços cadentes, tal como os das outras frutas, abriu espaço para o incremento de consumo.

7 - LARANJA

A área colhida de laranja no Brasil cresceu de 852,6 mil hectares para 1,0 milhão de hectares no período de 1995-98, com incremento de 21,3%. Essa evolução foi sustentada quase que totalmente pelo plantio de novos laranjais em São Paulo, que fizeram com que a área colhida neste Estado avançasse de 620,7 mil hectares para 781,0 mil hectares, ou seja, apresentasse crescimento de 25,8% nesse quadriênio. Isso reforçou a liderança nacional da citricultura paulista, cuja participação cresceu de 72,8% para 75,5% na área colhida nacional. Os demais Estados com expressão na área colhida de laranja são: Bahia (5,2%), Sergipe (4,9%), Minas Gerais (4,4%) e Rio Grande do Sul (2,7%) (Tabela 29).

A produção nacional também cresceu de maneira expressiva, tendo saltado de 16,0 milhões de toneladas para 18,7 milhões de toneladas, com crescimento de 16,9% no período 1995-97. Para a safra 1998, em função de problemas climáticos e fitossanitários, as previsões indicam redução da quantidade colhida que, inclusive, tende a ser menor que a estimativa de 18,1 milhões de toneladas, feita pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no início do primeiro semestre. Os maiores Estados produtores, refletindo a realidade da área colhida, são: São Paulo (83,1%), Sergipe (4,2%) e Bahia (3,7%) (Tabela 30).

O patamar de produtividade dos laranjais não se alterou expressivamente no triênio 1995-97, variando entre 18,3t/ha e 19,2t/ha, sen-

do esperada para 1998, redução para 17,5t/ha em decorrência de problemas climáticos. As comparações entre as médias estaduais reforçam a liderança da citricultura paulista, com níveis de produtividades muito superiores aos das demais Unidades da Federação (Tabela 31). Esse desempenho decorre não só da maior adoção de tecnologia por parte dos produtores, mas também de sólida retaguarda de pesquisa e extensão, apoiada pelo setor da agroindústria de sucos cítricos, forjando um complexo produtivo moderno e competitivo no cenário internacional.

A citricultura brasileira orienta-se preponderantemente para a produção de sucos cítricos, em especial o principal produto de exportação do complexo cítrico representado pelo suco de laranja concentrado congelado (SLCC). Avaliando a produção e a destinação da laranja no Brasil verifica-se que em torno de 70% da fruta é utilizada para processamento. Entretanto, ainda que o suco cítrico para exportação seja o principal negócio da citricultura, não é desprezível o consumo interno da fruta, que evoluiu de 101,0 milhões de caixas de 40,8kg em 1994 para 144,8 milhões de caixas em 1997, embora deva sofrer redução para 133,0 milhões de caixas em 1998 (Tabela 32). Dessa maneira, torna-se essencial, para o complexo cítrico ter em conta a relevância do mercado interno para a realização da produção.

Particularizando o caso do Estado de São Paulo, o principal produtor nacional de laranja e núcleo dinâmico da moderna agroindústria cítrica, verifica-se que o percentual da laranja destinada ao processamento reduz-se de 86,0% para 68,1% no quinquênio 1994-98, enquanto cresce o do consumo interno de 13,0% para 31,2% (Tabela 33). Esses dados mostram que, mesmo no caso paulista, a venda no mercado nacional não é desprezível e cresce, em proporção, nos anos recentes, a despeito do aumento absoluto das quantidades destinadas à produção de SLCC, o que exige dos citricultores organizarem estratégias capazes de fortalecer mecanismos alternativos de colocação de seus produtos, sendo as vendas diretas aos supermercados um caminho relevante nesse sentido.

A laranja é a fruta mais importante, em volume transacionado, no Entrepósito Terminal da Capital da CEAGESP. No período 1992-97, a quantidade total de frutas comercializadas subiu

TABELA 27 - Volume Total Comercializado de Uva, no Entrepósito da Capital Paulista da CEAGESP, 1994-97

(em t)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1994	5.549	6.770	6.049	3.823	4.020	2.417	1.959	3.494	3.356	2.486	4.782	13.512	58.217
1995	10.228	7.428	6.901	5.768	5.434	3.048	3.363	3.590	3.688	3.983	3.425	11.405	68.261
1996	8.721	7.007	8.344	8.540	8.105	4.662	3.785	4.048	4.525	3.780	2.833	8.937	73.287
1997	10.466	7.536	6.359	5.932	5.492	3.918	4.741	3.734	3.744	3.053	3.253	16.641	74.868
Média	8.741	7.185	6.913	6.016	5.763	3.511	3.462	3.716	3.828	3.325	3.573	12.624	66.658

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

TABELA 28 - Preços Médios Mensais de Uva no Varejo da Cidade de São Paulo, 1994-98

(em R\$/kg)¹

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
Uva comum													
1994	1,21	1,10	1,25	1,87	1,62	1,66	2,51	3,37	0,00	0,00	5,93	3,68	2,42
1995	2,85	2,59	2,84	2,62	2,80	3,04	3,33	4,29	5,57	0,00	4,78	3,61	3,48
1996	2,83	2,77	2,62	2,90	2,69	2,72	2,88	2,54	2,20	0,00	0,00	2,72	2,69
1997	2,00	1,99	2,04	2,32	2,58	2,35	2,11	2,09	2,06	3,16	3,09	1,94	2,31
1998	1,71	2,05	2,07	2,55	2,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,57
1994-97	2,22	2,11	2,19	2,43	2,42	2,44	2,71	3,07	3,28	3,16	4,60	2,99	2,73
Uva fina													
1994	1,97	1,53	1,82	2,36	2,22	2,20	2,53	4,22	4,12	4,71	4,77	4,64	3,09
1995	4,01	3,86	4,18	4,05	3,98	3,68	3,55	3,82	3,86	3,61	4,33	4,05	3,92
1996	4,17	3,92	3,71	3,85	3,47	3,09	3,20	3,35	3,11	3,03	3,34	3,27	3,46
1997	2,86	2,59	2,73	2,81	2,86	2,72	2,80	2,84	3,00	3,09	3,08	2,66	2,83
1998	2,50	2,52	2,79	2,82	2,63	2,74	2,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,70
1994-97	3,25	2,97	3,11	3,26	3,13	2,92	3,02	3,56	3,52	3,61	3,88	3,66	3,32

¹Expressando valores constantes de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 29 - Evolução da Área Colhida de Laranja, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
São Paulo	620.770	72,80	732.500	75,63	736.770	75,54	780.976	75,47
Bahia	47.533	5,57	48.921	5,05	54.150	5,55	53.838	5,20
Sergipe	40.291	4,73	41.445	4,28	42.270	4,33	50.588	4,89
Minas Gerais	50.278	5,90	50.289	5,19	43.776	4,49	45.063	4,35
Rio Grande do Sul	27.960	3,28	27.448	2,83	27.783	2,85	27.701	2,68
Brasil	852.653	100,00	968.584	100,00	975.390	100,00	1.034.774	100,00

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 30 - Evolução da Produção de Laranja, Brasil e Estados, 1995-98¹

Estado	1995		1996		1997		1998 ²	
	t	%	t	%	t	%	t	%
São Paulo	131.337.725	82,24	14.557.938	82,01	15.465.440	82,72	15.064.460	83,07
Sergipe	552.461	3,46	680.682	3,83	709.855	3,80	760.150	4,19
Bahia	609.700	3,82	644.502	3,63	730.903	3,91	680.701	3,75
Minas Gerais	373.825	2,34	574.127	3,23	496.745	2,66	480.340	2,65
Rio Grande do Sul	353.898	2,22	344.855	1,94	360.967	1,93	348.111	1,92
Brasil	15.969.585	100,00	17.750.707	100,00	18.696.693	100,00	18.134.226	100,00

¹Utilizada a conversão de 1 fruto igual a 163 gramas.

²Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 31 - Evolução da Produtividade de Terra de Laranja, Brasil e Estados, 1995-98

Estado	1995		1996		1997		1998 ¹	
	kg/ha	%	kg/ha	%	kg/ha	%	kg/ha	%
São Paulo	21.157	113	19.874	106	20.991	110	19.289	110
Sergipe	13.712	73	16.424	88	16.793	88	15.026	86
Bahia	12.827	68	13.174	70	13.498	70	12.643	72
Rio Grande do Sul	12.657	68	12.564	67	12.992	68	12.567	72
Minas Gerais	7.435	40	11.417	61	11.347	59	10.659	61
Brasil	18.729	100	18.326	100	19.168	100	17.525	100

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 32 - Produção e Destinação de Laranja, Brasil, 1994-97
(em milhão de caixas de 40,8kg)

Ano	Produção		Processamento		Exportação		Consumo interno	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%
1994	352,0	100,0	248,0	70,5	3,0	0,9	101,0	28,7
1995	385,0	100,0	272,0	70,6	2,8	0,7	111,1	28,9
1996	428,0	100,0	282,0	65,9	2,4	0,6	143,6	33,6
1997	490,0	100,0	343,0	70,0	2,2	0,4	144,8	29,6
1998 ¹	392,0	100,0	257,0	65,6	2,0	0,5	133,0	33,9

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Associação Brasileira dos Exportadores de Citrus (ABECITRUS) e Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 33 - Produção e Destinação de Laranja, São Paulo, 1994-97
(em milhão de caixas de 40,8kg)

Ano	Produção		Processamento		Exportação		Consumo interno	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%
1994	285,0	100,0	245,0	86,0	3,0	1,1	37,0	13,0
1995	322,3	100,0	247,0	76,6	2,8	0,9	72,5	22,5
1996	355,0	100,0	260,0	73,2	2,4	0,7	92,6	26,1
1997	382,0	100,0	270,0	70,7	2,2	0,6	110,0	28,8
1998 ¹	298,0	100,0	203,0	68,1	2,0	0,7	93,0	31,2

¹Preliminar, sujeito à revisão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Associação Brasileira dos Exportadores de Citrus (ABECITRUS).

de 1,1 milhão de toneladas para 1,2 milhão de toneladas, enquanto a laranja, após crescer de 334,9 mil toneladas para 391,3 mil toneladas entre 1992 e 1996, recuou para 318,7 mil toneladas em 1997. Verifica-se, no conjunto de dados, que para as frutas mais importantes foram organizados canais de comercialização sem passar pelo ETSP/CEAGESP, como são os casos da banana e da laranja. Em termos percentuais médios do período, a laranja representou 29,7%, seguida da maçã (10,9%) e do mamão (10,5%). Saliente-se que a banana, cujo percentual é de 9,1%, representa a fruta em que as vendas diretas, sem trânsito pelo ETSP, são mais expressivas, pois, na verdade, consiste na segunda fruta mais consumida em São Paulo (Tabela 34).

Avaliando o volume comercializado no ETSP da CEAGESP pode-se aquilatar a diferença de participação, no mercado *in natura*, das distintas variedades. No quadriênio 1994-97, de um total médio anual de 364,5 mil toneladas, verifica-se que a laranja Pêra apresenta média de 308,2 mil toneladas (84,6%) contra 43,3 mil toneladas da laranja Lima (11,9%) e 13,0 mil toneladas da laranja Baía (3,6%) (Tabelas 35 a 37). Esse fato resulta da especialização dos pomares paulistas em variedades de laranja para sucos. Por outro lado, nota-se que tanto na laranja Pêra como na laranja Lima, as mais significativas em volume, após crescimento das quantidades transacionadas no período 1994-96, esse indicador mostra redução em 1997, fruto do incremento das vendas diretas para os supermercados por parte de comerciantes interioranos e agroindústrias, além do avanço da transformação em suco pasteurizado, cujo consumo cresce no mercado brasileiro substituindo exatamente a laranja *in natura* destinada às redes de *fast foods* e restaurantes.

Outra característica que chama a atenção diz respeito às diferentes sazonalidades das quantidades comercializadas das diversas variedades. Para a laranja Pêra, os maiores volumes acontecem no final de cada ano (novembro a março), exatamente o contrário do verificado para a laranja Lima (maio a outubro) e para a laranja Baía (maio a agosto). Essa diferenciação, função do ciclo de maturação de cada variedade, relaciona-se ao perfil das diferentes destinações, sendo a laranja Pêra consumida nos meses quentes, quando a procura por sucos cresce e as outras duas como fruta de mesa ("laranja de

chupar") nos meses mais frios. Essa situação de fruta de mesa acompanha a das tangerinas, cuja oferta dentro de cada ano também se concentra nos meses de inverno, embora o Tangor Murcote possa ser ofertado mais tarde. Levar em conta essas especificidades revela-se fundamental porque, em se tratando de cultura perene, as mudanças de opção entre laranja para suco e laranja de mesa, no curto prazo, consistem numa impossibilidade.

O comportamento dos preços de laranja ao consumidor, após aumento de 1994 para 1995, revela recuo nos anos seguintes em função do reajustamento das condições de mercado à nova realidade de moeda estável e queda nos preços pagos aos citricultores (Tabela 38). Outro aspecto consiste no fato de os maiores preços mensais se concentrarem no verão, e os menores no inverno, a despeito da menor oferta total, refletindo dupla ação causal, seja pela maior demanda de fruta para sucos nos meses quentes e queda na demanda nos meses frios (Tabela 39).

Os preços recebidos pelos agricultores para laranja para indústria reduziram-se da média de R\$3,18/cx. em 1994, para R\$1,61/cx. em 1996. No período seguinte, houve nítida recuperação, podendo o preço médio de 1998 superar o de 1994, em função de a média dos primeiros sete meses já ter alcançado R\$3,12/cx., mas com tendência crescente (Tabela 40). Essa realidade decorre diretamente da conjunção de quebra da atual safra paulista e expectativa de redução da próxima colheita norte-americana. Ressalte-se, porém, a importância de manter prudência quanto às tendências para um prazo mais longo, pois questiona-se a sustentabilidade dessas altas cotações.

Os preços recebidos pelos produtores pela laranja *in natura*, destinada ao mercado interno, sempre se apresentaram superiores aos pagos para a fruta destinada à indústria, ainda que com a mesma tendência. A diferença fundamental de comportamento entre esses preços refere-se à maior estabilidade dos preços da laranja para indústria, com níveis similares entre os vários meses do ano, em contraposição à nítida variação sazonal apresentada pela laranja *in natura*.

Apesar do crescimento expressivo do consumo interno de sucos cítricos, que se estima ter passado de 3 milhões de litros em 1993 para

TABELA 34 - Volume Total Comercializado de Frutas, no Entrepasto da Capital Paulista da CEAGESP, Total Anual de 1992-97

(em t)

Fruta	1992	1993	1994	1995	1996	1997	Média 1992-97	Participação percentual
Laranja	334.920	367.157	350.314	397.725	391.270	318.734	360.020	29,76
Maçã	117.290	128.222	137.272	151.573	136.699	120.831	131.981	10,91
Mamão	122.613	108.979	136.597	120.352	145.146	128.469	127.026	10,50
Banana	131.204	124.763	123.227	109.277	98.497	74.172	110.190	9,11
Tangerina	69.279	72.222	71.121	89.631	86.024	99.666	81.324	6,72
Pêra	37.155	38.342	48.900	88.415	100.096	120.115	72.171	5,97
Uva	53.149	55.468	58.217	68.261	73.287	74.868	63.875	5,28
Manga	39.903	58.464	58.411	57.860	68.934	69.151	58.787	4,86
Limão	54.285	54.565	46.673	44.262	45.669	47.224	48.780	4,03
Caqui	43.664	25.776	20.550	39.029	28.662	43.661	33.557	2,77
Abacaxi	22.254	35.630	27.789	28.025	38.001	39.500	31.866	2,63
Outras	75.265	78.503	79.646	92.698	114.947	99.142	90.034	7,44
Total	1.100.982	1.148.091	1.158.717	1.287.108	1.327.232	1.235.532	1.209.610	100,00

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

TABELA 35 - Volume Total Comercializado de Laranja Baía, no Entrepasto da Capital Paulista da CEAGESP, 1994-97

(em t)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1994	172	188	542	1.446	3.316	3.406	2.439	1.120	286	117	350	178	13.560
1995	156	72	241	508	1.388	2.327	2.943	3.100	1.374	655	377	144	13.285
1996	127	146	403	845	1.830	2.252	2.745	2.220	838	269	270	208	12.153
1997	57	192	1.898	1.133	2.181	2.255	2.435	1.691	723	215	59	58	12.897
Média	128	149	771	983	2.179	2.560	2.641	2.033	805	314	264	147	12.974

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

TABELA 36 - Volume Total Comercializado de Laranja Lima, no Entrepasto da Capital Paulista da CEAGESP, 1994-97

(em t)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1994	1.180	1.651	2.940	3.957	4.748	5.022	5.290	5.569	3.782	2.489	2.189	1.840	40.657
1995	2.094	1.420	2.348	2.628	3.518	4.225	5.060	6.156	5.420	5.046	4.974	3.182	46.071
1996	3.029	2.578	2.880	2.772	4.377	4.154	5.366	6.070	5.410	5.642	3.059	2.079	47.416
1997	1.373	1.362	2.066	3.074	3.641	3.742	4.959	4.845	4.923	3.790	2.985	2.336	39.097
Média	1.919	1.753	2.558	3.108	4.071	4.286	5.169	5.660	4.884	4.242	3.302	2.359	43.310

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

TABELA 37 - Volume Total Comercializado de Laranja Pêra, no Entrepasto da Capital Paulista da CEAGESP, 1994-97

(em t)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1994	23.311	24.322	26.382	20.740	19.944	18.940	22.674	29.534	31.792	24.877	27.343	26.238	296.097
1995	31.247	26.109	34.389	24.002	22.989	20.485	22.677	28.588	28.886	30.787	34.446	33.764	338.369
1996	35.588	33.518	31.157	27.644	23.998	21.127	23.705	26.225	25.945	29.330	27.701	25.763	331.701
1997	28.723	24.288	21.408	15.805	16.581	16.063	20.491	23.695	26.270	26.129	23.827	23.462	266.741
Média	29.717	27.059	28.334	22.048	20.878	19.154	22.387	27.010	28.223	27.781	28.329	27.307	308.227

Fonte: Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

TABELA 38 - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Laranja *In Natura*, Estado de São Paulo, 1994-98¹

(R\$/cx. de 40,8kg)

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1994-97
Jan.	6,09	6,15	2,10	3,39	4,37	4,43
Fev.	6,20	5,48	1,98	4,25	4,60	4,48
Mar.	5,18	6,21	1,98	4,43	5,06	4,45
Abr.	4,96	6,50	2,70	4,29	4,44	4,61
Mai	4,07	5,34	2,16	3,65	3,84	3,81
Jun.	4,79	4,05	2,38	3,05	4,12	3,57
Jul.	4,93	3,30	2,38	3,01	4,25	3,41
Ago.	5,01	2,84	2,45	2,83	0,00	3,28
Set.	5,26	2,92	2,79	2,81	0,00	3,44
Out.	5,90	2,83	2,83	2,85	0,00	3,60
Nov.	6,48	2,92	3,10	3,14	0,00	3,91
Dez.	7,19	2,42	2,95	3,63	0,00	4,05
Total	5,50	2,48	2,48	3,45	4,38	3,92

¹Expressando valores constantes de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 39 - Preços Médios Mensais de Laranja *In Natura* no Varejo da Cidade de São Paulo, 1994-98¹

(R\$/dz.)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1994	1,04	1,09	1,00	0,80	0,70	0,91	1,10	1,30	1,46	1,93	2,06	1,94	1,28
1995	1,95	1,96	1,96	1,86	1,83	1,65	1,48	1,42	1,32	1,29	1,31	1,34	1,62
1996	1,33	1,25	1,26	1,38	1,33	1,26	1,19	1,20	1,15	1,11	1,23	1,15	1,24
1997	1,28	1,35	1,40	1,10	1,11	1,12	0,98	1,05	1,10	1,10	1,07	1,01	1,14
1998	1,21	1,12	1,12	1,26	1,18	1,30	1,33	1,22
1994-97	1,40	1,41	1,41	1,29	1,24	1,23	1,19	1,24	1,26	1,36	1,42	1,36	1,32

¹Expressando valores constantes de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 40 - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Laranja para Indústria, Estado de São Paulo, 1994-98¹

(R\$/cx. de 40,8kg)

Mês	1994	1995	1996	1997	1998	1994-97
Jan.	2,21	3,45	1,44	2,33	2,70	2,36
Fev.	2,34	3,07	1,49	2,41	3,01	2,33
Mar.	2,23	0,00	1,10	2,30	2,91	1,41
Abr.	2,23	2,91	1,45	2,46	2,89	2,26
Mai	2,70	2,72	1,12	2,22	3,08	2,19
Jun.	3,45	2,65	1,45	2,22	3,54	2,44
Jul.	4,01	1,95	1,41	2,23	3,75	2,40
Ago.	3,97	1,77	1,69	2,23	0,00	2,41
Set.	3,88	1,67	1,88	2,17	0,00	2,40
Out.	3,71	1,58	1,94	2,15	0,00	2,34
Nov.	3,88	1,57	2,17	2,38	0,00	2,50
Dez.	3,49	1,58	2,20	2,49	0,00	2,44
Média	3,18	2,08	1,61	2,30	3,12	2,29

¹Expressando valores constantes de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

160 milhões em 1998, o principal destino da produção brasileira de sucos cítricos corresponde ao SLCC para a exportação. Dessa maneira, as cotações na Bolsa de Nova York representam o referencial mais relevante da rentabilidade setorial. Essas cotações, tomadas em dólar norte-americano, foram oscilantes no período 1994-98. Em 1994, elas recuaram de US\$1.575,58/t, em janeiro, para US\$1.256,02/t, em julho, e invertendo a tendência, atingiram o pico de US\$1.593,64/t em dezembro. Em 1995, após manterem-se estáveis no primeiro semestre, cresceram até março de 1996, quando atingiram US\$1.900,01/t. Desse mês em diante, frente ao acúmulo dos estoques que chegaram a 327 mil toneladas, os preços despencaram até outubro de 1997, quando atingiram o valor de US\$1.000,52/t. Desde então, vêm apresentando crescimento que levou à cotação de US\$1.637,20/t em setembro de 1998, em função da quebra da safra paulista (30%) e da redução drástica dos estoques para níveis abaixo de 90 mil toneladas. Trata-se de um produto com grandes oscilações de preço, mas, à exceção de 1997, quando as cotações médias anuais foram muito baixas (US\$1.109,29/t), nos demais anos, os preços estiveram acima dos US\$1.436,00/t (Tabela 41).

É interessante notar que, quando se convertem as cotações internacionais para moe-

da nacional, pelo câmbio oficial, verifica-se que as cotações do suco de laranja em Nova York, em setembro de 1998, estão nos patamares mais altos verificados desde janeiro de 1994, o que explica a disposição das indústrias de pagarem preços cada vez mais elevados pela matéria-prima, numa situação de retração de safras de laranja nos dois maiores pólos produtores mundiais (Tabela 42). Outro aspecto que fica nitido nessas cotações, convertidas para moeda nacional, que representam o valor internalizado pelo importador brasileiro, corresponde aos efeitos da política cambial brasileira, verificando-se que, em 1994 e 1995, o real esteve sobrevalorizado o suficiente para inverter a posição entre esses dois anos, sendo o preço vigente no primeiro o maior em moeda nacional e o vigente no segundo, o maior em moeda norte-americana. Isso decorre da enorme sobrevalorização verificada logo após a troca de moedas, em julho de 1994, e que persistiu em praticamente todo ano de 1995, desde quando vem sendo aos poucos revertida.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As frutas frescas representam um conjunto de produtos cuja demanda no mercado interno cresceu com a estabilização da moeda no

TABELA 41 - Cotações do Suco de Laranja Concentrado Congelado na Bolsa de Nova Iorque, 1994-98¹

(US\$/t -65° Brix)

Mês	1994	1995	1996	1997	1998	1994-97
Jan.	1.575,58	1.487,17	1.688,93	1.197,13	1.312,05	1.452,17
Fev.	1.510,00	1.478,71	1.815,75	1.151,56	1.403,77	1.471,96
Mar.	1.565,98	1.411,93	1.900,01	1.198,99	1.536,32	1.522,65
Abr.	1.465,67	1.546,21	1.890,56	1.076,90	1.391,44	1.474,16
Mai	1.376,11	1.466,24	1.818,91	1.136,94	1.589,73	1.477,59
Jun.	1.319,51	1.445,90	1.750,81	1.088,36	1.486,45	1.418,21
Jul.	1.256,02	1.401,76	1.653,11	1.077,04	1.508,95	1.379,38
Ago.	1.348,74	1.504,61	1.679,62	1.034,48	1.578,88	1.429,27
Set.	1.233,67	1.598,60	1.539,33	1.003,53	1.637,20	1.402,47
Out.	1.434,72	1.661,80	1.597,80	1.000,52	...	1.423,71
Nov.	1.563,83	1.766,89	1.407,64	1.137,09	...	1.468,86
Dez.	1.593,64	1.732,50	1.280,82	1.208,88	...	1.453,96
Média	1.436,96	1.541,86	1.668,61	1.109,29	1.493,87	1.450,11

¹Expressando valores constantes de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 42 - Cotações do Suco de Laranja Concentrado Congelado na Bolsa de Nova Iorque, 1994-98¹

(R\$/t -65° Brix)

Mês	1994	1995	1996	1997	1998	1994-97
Jan.	2.177,44	1.701,21	1.920,57	1.336,11	1.473,15	1.721,70
Fev.	2.064,57	1.654,55	2.063,89	1.287,24	1.585,66	1.731,18
Mar.	2.061,69	1.640,24	2.165,97	1.334,99	1.740,62	1.788,71
Abr.	1.956,65	1.801,24	2.148,98	1.196,53	1.589,68	1.738,62
Mai	1.862,38	1.673,32	2.043,68	1.267,71	1.823,17	1.734,03
Jun.	1.764,51	1.638,39	1.955,03	1.213,03	1.702,92	1.654,78
Jul.	1.772,94	1.579,10	1.836,93	1.206,07	1.750,38	1.629,08
Ago.	1.775,15	1.696,81	1.877,44	1.166,42	1.847,29	1.672,62
Set.	1.538,46	1.843,80	1.728,60	1.131,09	1.931,57	1.634,70
Out.	1.706,30	1.926,40	1.800,86	1.130,02	...	1.640,89
Nov.	1.806,35	2.027,72	1.589,78	1.281,79	...	1.676,41
Dez.	1.847,80	1.993,11	1.443,71	1.361,92	...	1.661,63
Média	1.861,19	1.764,66	1.881,28	1.242,74	1.716,05	1.693,18

¹Convertidos em real pela média mensal do dólar comercial, e para valores de julho de 1998, deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

período posterior a 1994. Passaram a ser consumidos por uma parcela da população que anteriormente não tinha acesso a esses produtos, em razão do seu baixo poder aquisitivo. Nesse processo, porém, o abastecimento interno passou a depender de crescentes volumes de frutas importadas o que, pela nítida diferença qualitativa no tocante às características extrínsecas (aspec-

to e apresentação), vem impulsionando ações de defesa da adoção de medidas de aprimoramento qualitativo da comercialização interna. Esse ponto revela-se estratégico para a fruticultura nacional, como atividade inserida numa economia globalizada, pela presença de frutas estrangeiras em segmentos até então monopolizados pela fruta nacional. Esse é o caso das tangerinas, em

que avança a oferta de fruta uruguaia e espanhola no período final da safra nacional, ou seja, num regime de concorrência direta. E, nesse mercado globalizado, as barreiras de cunho não tarifário são as mais importantes para a proteção dos mercados compradores, nas transações internacionais de frutas frescas, o que exige mudança de postura das autoridades brasileiras e dos próprios agentes da cadeia de produção.

No âmbito do mercado interno brasileiro, e particularmente em São Paulo, vem sendo observadas mudanças na comercialização de frutas frescas, que deverão merecer maior atenção de produtores e autoridades governamentais a fim de que não venham a ocorrer óbices que possam desestruturar esse importante segmento do agronegócio e a fim de evitar que os problemas se agravem. Dentre outros, cabe assinalar: a) inadimplência na comercialização de frutas; b) existência do mercado paralelo nas ruas adjacentes ao mercado central municipal e ao redor dos armazéns de firmas tradicionais competindo de forma desleal, prejudicando o trânsito e sujando a região; c) repasse aos produtores, por parte de alguns supermercados, das perdas que ocorrem em seus estabelecimentos devido principalmente a manuseio e exposição inadequados, agravadas às vezes por compras acima das necessidades, já que as perdas poderão ser minimizadas; e d) a perda de controle sobre a qualidade do produto, sem sistema alternativo de fiscalização, pelo crescimento das vendas de frutas diretamente aos supermercados e por grandes atacadistas ao varejo em geral, sem trânsito pelo ETSP/CEAGESP, em função de alterações na estrutura de mercado com o surgimento de canais alternativos de comercialização.

A Câmara de Fruticultura da Secretaria de Agricultura de São Paulo tem encaminhado importantes propostas de ação para solucionar vários dos problemas apresentados como: a) maiores exigências quanto ao certificado de origem dos produtos importados; b) valorização aduaneira na importação de frutas, para combater a concorrência desigual com as frutas nacionais; c) fechamento de câmbio de importação a curto prazo ou à vista, ao contrário do que vem ocorrendo; d) programa paulista de padronização e melhoria da classificação e embalagens de frutas; e e) adoção de estratégias mercadológicas, visando criar hábito de consumo e ampliação das vendas a curto e médio prazos.

Para o suco cítrico as perspectivas na safra 1998/99 são de preços crescentes, sendo que, já em setembro de 1998, as cotações da Bolsa de Nova York atingiram seus patamares mais elevados dos anos recentes, em razão de os preços que as agroindústrias se dispõem a pagar aos citricultores elevaram-se de maneira progressiva nos últimos meses. A futura produção norte-americana, que se projetava atingir 270 milhões de caixas, foi recentemente frustrada com as primeiras estimativas de fontes privadas de 219 milhões de caixas, bem inferiores à colheita da safra passada, revertendo a tendência à auto-suficiência desse mercado. Por outro lado, fenômenos climáticos associados a problemas de ordem fitossanitária, com o ressurgimento de inúmeros focos de cancro-cítrico numa situação agravada pelo minador dos citros e com a presença do amarelinho (Clorose Variegada do Citrus - CVC), fazem retroceder a produção paulista, a mais importante no contexto mundial.

Numa conjuntura tão favorável de preços é fundamental esclarecer a volatilidade desse mercado, pois há pouco tempo lideranças industriais vieram a público defendendo um programa de erradicação seletiva de pomares cítricos, face à perspectiva de superprodução, e a tendência recente foi de redução expressiva de novos plantios. Os elevados preços podem criar um clima de euforia com a ampliação de pomares, acontecendo que o aumento de produção se dará dentro de alguns anos, quando os preços podem não estar nos mesmos níveis. Além disso, no plantio de citros deve-se tomar imensos cuidados com a qualidade da muda, pois o uso de material de procedência desconhecida pode piorar ainda mais o quadro fitossanitário vigente. A produção de muda certificada, com um controle rígido da qualidade e procedência do material genético, constitui-se numa necessidade inexorável e inadiável da citricultura paulista e brasileira. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que vem agilizando esforços nesse sentido, deve priorizar esse aspecto e acelerar o processo para dar conta do desafio.

Quanto às perspectivas para a próxima safra, é ainda cedo para melhor caracterização, uma vez que as floradas das principais espécies cultivadas em São Paulo ainda não ocorreram, e a poda de figueiras e videiras é recente. De qualquer forma, pode-se antever que, se as chuvas forem normais no período setembro a novembro,

deverá ocorrer aumento da produtividade e da produção de laranjas e tangerinas, em relação à verificada na colheita de 1998, devido ao fato de que os pomares se encontram “descansados” da pequena safra em 1998 e que os citricultores se mostram reanimados pela elevação dos preços recebidos, tendo dedicado maiores atenções aos tratamentos culturais. No caso das tangerinas, em especial de ponkan, poderá ocorrer uma brusca elevação nas quantidades ofertadas, em decorrência dos intensos plantios nos últimos cinco anos, o que irá provocar queda nas cotações. No que diz respeito às demais frutas, como banana, uva e maçã, não há grandes problemas que concorram para bruscas mudanças nas condições de comercialização. De outra parte, com a crise econômica internacional, principalmente nos países asiáticos, os maiores fornecedores mundiais de frutas tenderão a dirigir suas atenções para o mercado brasileiro, embora a economia nacional também esteja sofrendo dificuldades agravadas pelo desemprego urbano.

LEITE

Eloisa Elena Bortoleto¹

1 - SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Desde meados dos anos 80, as estatísticas mundiais apontam aumento na produção de leite e redução de rebanho, graças a um trabalho de melhoramento genético, de alimentação e de sanidade animal, realizado nos principais países produtores e exportadores de derivados lácteos. Assim, no final dos anos 80, o mercado internacional apresentava elevados e caros estoques desses produtos.

A partir dos anos 90, a produção leiteira só não cresceu vertiginosamente, porque medidas de contenção de estoques foram tomadas pela União Européia (UE) e Estados Unidos (EUA). Atualmente, ainda continua o processo de redução no número de matrizes, ao mesmo tempo em que é mantido o controle da produção de leite.

As estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA)², com base em dados dos principais países, situam a produção total de leite, de 1997, em 381,6 bilhões de toneladas, 2,5% maior que a do ano anterior. Observa-se que, em 1997, houve aumento das produções dos EUA, países da Oceania, Brasil, Argentina e Índia, enquanto Rússia e Ucrânia registraram decréscimos. Para 1998, prevê-se que elevações mais significativas deverão acontecer na Argentina, no Brasil, na Austrália e na Índia, enquanto a produção na UE deverá sofrer pequena queda (Tabela 1).

Quanto ao desempenho recente da produção leiteira nas principais regiões produtoras, ressalte-se que, em muitos países da América Latina e na Índia, o crescimento vem sendo sustentado pela expansão da demanda interna. O Brasil, mesmo com a produção crescente, continua recorrendo às importações para atender

o seu mercado. Na Argentina, a produção, que vem crescendo nos últimos anos, só não será recorde em 1998 devido aos problemas climáticos atribuídos ao *El Niño*, e, também, à queda dos preços de derivados lácteos no mercado mundial desde o início do ano. A meta argentina é chegar ao ano 2000 exportando 30% de sua produção, e o mercado alvo é o brasileiro, que absorve 70% do total exportado daquele país. Já na Índia, onde predomina o leite de búfalas, espera-se uma oferta recorde.

Na Rússia e na Ucrânia, a atividade leiteira, realizada em propriedades que antes eram controladas pelo Estado, continua a apresentar prejuízos, com redução da produção e elevação do abate de vacas.

Na Nova Zelândia e na Austrália, a despeito do clima seco provocado pelo *El Niño*, a produção deverá expandir-se devido à perspectiva otimista sobre a situação do mercado internacional de produtos lácteos a longo prazo e alta lucratividade obtida com a atividade leiteira, em relação a outras atividades animais. O principal mercado para a Oceania é a Ásia, a despeito da crise recente na região, que absorveu, em 1997, 72% das exportações australianas e 39% das exportações neozelandesas de laticínios.

Desde 1995, os níveis de subsídios na União Européia vêm sofrendo cortes em função das definições da Rodada Uruguai, do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), atual Organização Mundial do Comércio (OMC). Sendo assim a produção, controlada principalmente por um rígido sistema de cotas, apesar das pressões contrárias dos produtores europeus, deverá apresentar pequena redução.

Os produtos predominantes no comércio mundial de derivados lácteos são o leite em pó, o queijo e a manteiga.

Em 1997, os maiores produtores mundiais de leite em pó desnatado foram: UE, EUA, Nova Zelândia, Austrália, Rússia e Japão. Já no caso do leite em pó integral, além da UE, Nova Zelândia e Austrália, a China também ocupa lu-

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²USDA. Dairy: world markets and trade. [Online] Available: <http://www.faz.usda.gov>. [capturado July 1998].

TABELA 1 - Produção de Leite em Países Seleccionados, 1994 a 1998

(em 1.000 toneladas)					
Região	1994	1995	1996	1997 ¹	1998 ²
União Européia	120.530	121.703	121.408	121.292	120.982
Alemanha	27.866	28.621	28.776	28.700	28.700
França	25.322	25.413	25.083	24.957	24.700
Reino Unido	14.920	14.700	14.640	14.830	14.650
Holanda	10.964	11.294	11.013	11.100	11.400
Itália	10.365	10.500	10.800	10.600	10.500
Outros	31.093	31.175	31.096	31.105	31.032
Estados Unidos	69.701	70.500	69.971	71.035	71.650
Índia ³	31.000	32.500	33.500	34.500	35.500
Rússia	42.800	39.300	35.700	33.000	33.000
Brasil	15.784	16.474	17.710	20.000	21.000
Ucrânia	18.138	17.181	16.000	14.600	13.000
Polônia	11.822	11.420	11.690	11.980	12.200
Nova Zelândia ⁴	9.719	9.684	10.405	11.500	11.640
Argentina	7.800	8.500	8.900	9.200	9.700
Austrália ⁵	8.300	8.433	8.957	9.307	9.609
Outros	42.814	45.057	45.455	45.167	46.030
Total	378.408	380.752	379.696	381.581	384.311

¹Dados preliminares.

²Previsão.

³Ano com início em 1º de abril do ano indicado.

⁴Ano com encerramento em 30 de maio do ano indicado.

⁵Ano com encerramento em 30 de junho do ano indicado.

Fonte: USDA, 1998; Brasil - dados oficiais do IBGE até 1995; de 1996 a 1998 - estimativa e previsão SPA/MAA.

gar de destaque. Na produção de queijo, os países da UE e os EUA respondiam por mais de 75%. A manteiga é produzida principalmente pela UE, Rússia, Índia, EUA e Nova Zelândia.

Com relação ao comércio internacional de produtos lácteos, em 1997, mais de 80% das exportações de queijo e manteiga foram realizadas pela UE e Nova Zelândia. Quase toda a comercialização do leite em pó integral foi feita pela UE, Nova Zelândia, Austrália e Argentina. O leite em pó desnatado também encontrou na UE, Nova Zelândia e Austrália seus maiores exportadores, além dos EUA.

Pelo lado das importações, cerca de 60% das transações com manteiga foram efetuadas pela Rússia. O queijo foi importado em mais de 60% pela UE, EUA e Japão. No caso do leite em pó (desnatado e integral), a maior parcela, nos últimos anos, tem sido comprada pela UE, México, Japão, Rússia, Brasil e Argélia.

Em termos gerais, o leite em pó, o queijo e a manteiga apresentaram comércio crescente em 1997. As exportações desses três

produtos no ano passado atingiu cerca de 4 milhões de toneladas, representando perto de 1% da produção mundial de leite e 17% da produção mundial desses derivados (Tabelas 1 e 2). Em consequência da crise no Japão e mais recentemente na Rússia, as expectativas, para 1998 e início de 1999, são de redução na comercialização daqueles produtos.

Em síntese, os preços de exportação dos principais produtos lácteos, mantidos artificialmente baixos por meio de operações de subsídios e/ou *dumping*, vêm caindo mais ainda desde o final de 1997, em função da desvalorização das moedas da Europa, Nova Zelândia e Austrália. Além disso, foram afetados pela redução da compra de leite em pó e manteiga pelos países do sudeste da Ásia, em decorrência da crise econômica que vem atingindo aquela região, e pelo aumento da produção de alguns países exportadores como Nova Zelândia, Austrália e Argentina. Nesse contexto, a expectativa é de manutenção dessa tendência de preços internacionais pelo menos até o final de 1998, o

TABELA 2 - Produção e Exportação de Leite em pó (Desnatado e Integral), Queijo e Manteiga em Países Selecionados, 1994 a 1998

		(em 1.000t)				
Produto	Item	1994	1995	1996	1997 ¹	1998 ²
Leite em pó Desnatado	Produção	2.994	3.049	3.073	3.132	3.119
	Exportação	852	1.108	767	1.041	1014
Leite em pó Integral	Produção	2.268	2.382	2.449	2.529	2.587
	Exportação	1.036	1.127	1.005	1.073	1.097
Queijo	Produção	11.194	11.349	11.686	11.949	12.199
	Exportação	917	969	941	1.002	994
Manteiga	Produção	5.221	5.215	5.123	5.129	5.171
	Exportação	678	671	641	764	745

¹Dados preliminares.

²Previsão.

Fonte: USDA, 1998.

que poderá ter o efeito de reduzir a necessidade de divisas para importação brasileira de leite e derivados, situação que, para os produtores nacionais, pode significar mais dificuldades para competir.

2 - SITUAÇÃO INTERNA

Assim como vem ocorrendo em outros setores do *agribusiness* brasileiro, a cadeia produtiva do leite está se modificando, tanto em termos estruturais como operacionais. Nos diversos segmentos, as empresas vêm implementando novas estratégias de ação.

No caso particular do leite e derivados, as modificações estão sendo influenciadas mais fortemente por quatro fatores principais:

- desregulamentação da produção e comercialização, com o fim do controle estatal de preços do leite que havia desestimulado, de forma mais expressiva, o segmento produtivo primário;
- instituição e consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em que o Brasil é o maior consumidor e importador de produtos lácteos. Em 1997, das importações brasileiras efetivas de leite e derivados, 71% foram provenientes da Argentina e do Uruguai. De janeiro a julho de 1998, estima-se que essa par-

- ticipação tenha sido de 75%;
- aceleração do processo de concentração econômica, visando reduzir custos de estrutura e aumentar a participação nos negócios, para poder enfrentar a competição nos mercados globalizados. Exemplo desse processo encontra-se na crescente importância e poder de negociação dos super e hiper-mercados na comercialização dos produtos, entre eles os lácteos. Ressalte-se aqui, que o aumento da participação do leite longa vida (UHT) no total das vendas de leite fluido, passando de 4% em 1990 para 53% em 1997, está diretamente vinculado à modernização na logística de distribuição. Na área industrial, calcula-se que, no Brasil, em 1996, dos 11,4 bilhões de litros de leite produzidos sob inspeção federal, 53%, aproximadamente 6,0 bilhões de litro, foram captados pelos dez seguintes grupos, em ordem decrescente: Nestlé, Parmalat, Paulista (CCLP/SP), Itambé (CCPR/MG), Elegê S.A (RS), Grupo Vigor/Mansur, Fleischmamm Royal, Danone, CCPL/RJ e Batavo (CCL/PR), entre os cerca de 1.200 grupos ou empresas existentes naquele ano. Em 1998, 51% das ações da Batavo foram compradas pela Parmalat. Só esse grupo italiano adquiriu dezesseis empresas no Brasil, desde 1989, investindo cerca de R\$500 milhões; e
- estabilização da moeda a partir do Plano Real,

expondo as fragilidades das empresas, antes camufladas pela escalada inflacionária, ao mesmo tempo em que aumentou o nível de conscientização dos consumidores quanto aos preços relativos e à administração do orçamento doméstico, o que passou a exigir das empresas maior ênfase na gestão do agronegócio, tendo em vista o aumento da competitividade.

No período de julho de 1994 a dezembro de 1997 houve expressivo aumento de consumo de leite e derivados, em particular dos mais nobres e de maior conveniência, como o longa vida (340%), iogurte (162%) e requeijão (119%), basicamente devido à estabilização da moeda e à queda real dos preços desses produtos. Essa redução de preços foi gerada, em grande parte, pelo acirramento da competição entre as empresas nesse período.

Embora a disponibilidade anual *per capita* média brasileira tenha saltado de 100 litros entre 1980 e 1994, para cerca de 136 litros em 1997, ainda continua distante dos 215 litros preconizados pela FAO. Aliando-se a isso o enorme contingente populacional de 160 milhões de habitantes, entende-se porque as empresas, incluindo as multinacionais como Nestlé, Parmalat, Danone, Fleischman Royal e, provavelmente, o grupo Bombril-Círio estão investindo no mercado brasileiro de lácteos.

A produção brasileira de leite, após apresentar uma lenta evolução, de 2,5% a.a., em média, durante quinze anos, cresceu 7% ao ano, no período de 1994 a 1997, passando de 15,7 bilhões de litros, em 1994, para os 20 bilhões estimados para 1997 (Tabela 3).

Mesmo assim, a produção nacional ainda não tem sido suficiente para abastecer o mercado interno, o que faz com que o país ainda seja um grande mercado para os produtos lácteos importados. Desde o Plano Real, ocorreram as maiores importações de produtos lácteos da história do País. De 1980 a 1993, o nível médio anual de importações foi de 690 milhões (em equivalente litros), sendo que no ano do Plano Cruzado, 1986, foi alcançado o recorde de 2,3 bilhões (em equivalente litros). De 1994 a 1997, o volume médio foi equivalente a 2,3 bilhões de litros, sendo que o recorde histórico foi de 3,0 bilhões (em equivalente litros) em 1995 (Tabela 3). Os principais produtos e seus respectivos volumes importados desde 1994 constam da tabela

4. De janeiro a junho de 1998, do total de 187 mil toneladas, aproximadamente 1,0 bilhão em equivalente litros, 74,8% vieram do MERCOSUL, 12,0% da União Européia e 13,2% de outros países, principalmente da Oceania.

Houve significativo aumento da produção doméstica e da importação de leite e derivados, depois do Plano Real. Porém, a partir de 1996, quando a demanda apresentou redução no seu ritmo de crescimento, os preços da matéria-prima mostraram tendência de queda nas principais regiões produtoras (Tabela 5). Os baixos níveis de preços, verificados particularmente a partir do segundo semestre de 1997, continuaram perdurando nos primeiros seis meses de 1998, quando o preço médio recebido pelos produtores, em São Paulo, foi de US\$0,20 por litro. Segundo informações da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em 1997, a remuneração da atividade foi 7,5% menor do que no ano anterior.

Há consenso, no setor, no entendimento de que a produção leiteira especializada vem enfrentando três principais dificuldades: concorrer, internamente com a matéria-prima oriunda do produtor "safrista", que vende o excedente na safra, além daquela originada à margem do mercado formal e, externamente, com o leite e derivados provenientes de países que subsidiam a produção e a exportação na origem. Há indícios de triangulação feita pela Argentina, que estaria exportando para o Brasil leite em pó produzidos na UE, utilizando-se da diferença da Tarifa Externa Comum (TEC) entre os dois países, já que, produtos de terceiros países, para entrar pelo Brasil, pagam um imposto de importação de 33% e para entrar na Argentina, pagam 16%. Como entre os países do MERCOSUL há isenção, existem denúncias de que algumas empresas argentinas importam de outros países para exportar posteriormente para o Brasil. A Comissão Nacional de Pecuária Leiteira, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)³, vem reunindo provas a esse respeito, para que providências possam ser tomadas.

O governo federal, após intensa pressão exercida por várias entidades representati-

³As informações da CNA, utilizadas neste texto, foram extraídas do Informativo Técnico denominado Revista Gleba, jan./97-ago./98.

TABELA 3 - Produção, Importação e Consumo de Leite no Brasil, 1990 a 1997

Ano	Produção ¹ (milhão de litros) (a)	Variação (%)	Importação (equivalente a milhão de litros) (b)	(b)/(a) (%)	Consumo aparente (equivalente a litros/hab.)	Variação (%)
1990	14.484	-	906,0	6,3	106,3	-2,1
1991	15.079	4,1	1313,0	8,7	111,5	4,8
1992	15.784	4,7	276,0	1,7	107,5	-3,5
1993	15.604	-1,1	816,0	5,2	108,5	0,9
1994	15.784	1,2	1378,0	8,7	108,0	-0,5
1995	17.474	10,7	3.025,0	17,3	111,1	2,9
1996	17.710	1,4	2.370,0	13,4	125,1	12,6
1997	20.000	12,9	1.800,0	9,0	135,9	8,6

¹Dados oficiais da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até 1995; estimativa da Secretaria da Política Agrícola, do Ministério de Agricultura e Abastecimento (SPA/MAA), para 1996 e 1997.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério de Agricultura e Abastecimento (MAA).

TABELA 4 - Importação Brasileira de Lácteos, 1994 a 1998

Ítem	(em t)					
	1994	1995	1996	1997	1997 ¹	1998 ¹
Leite longa vida (UHT)	17.309	56.540	89.161	123.014	77.297	83.632
Leite em pó	119.401	270.623	196.277	146.116	90.490	112.381
Manteiga e outras matérias gordas	13.540	20.840	12.257	6.996	5.578	8.982
Queijos	23.825	89.281	33.865	31.463	19.217	14.052
Outros	3.443	21.474	25.366	22.230	8.895	21.853
Total	153.693	458.758	356.926	329.819	201.477	240.900

¹Janeiro a julho. Dados preliminares.

Fonte: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SAE/MF).

TABELA 5 - Preços do Leite Tipo C ao Produtor nas Principais Regiões Produtoras, 1994 a 1997

Região	(R\$/litro)				
	1994	1995	1996	1997	1997
São Paulo	0,24	0,27	0,25	0,23	0,23
Minas Gerais	0,24	0,26	0,25	0,22	0,22
Paraná	0,21	0,25	0,24	0,22	0,22
Santa Catarina	0,22	0,24	0,21	0,20	0,20
Goiás	0,20	0,25	0,20	0,19	0,19

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, para São Paulo, e DERAL/PR, FAEMG/MG, SEPA/SC e FAEG/GO in: Anuário Milkbiz: Laticínios, 1998/99.

vas do setor, atendeu algumas das reivindicações, no sentido de minimizar os danos causados pelas importações, muitas vezes desnecessárias. Foram adotadas as seguintes medidas:

- licenciamento não autorizado ou anuência prévia do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA) nas importações de produtos lácteos;

- instituição de linhas de crédito para as cooperativas, com o objetivo de financiar a compra do excedente de produção de leite no período de safra;
- aumento da alíquota do imposto de importação de leite em pó e queijos de 27% e 19%, respectivamente, para 33%;

- redução do prazo de financiamento das importações de produtos lácteos para o período máximo de 30 dias.

Para que a produção possa continuar crescendo em níveis superiores ao aumento da população, alcançando auto-suficiência no abastecimento interno, outras medidas complementares foram encaminhadas pela CNA ao Executivo, mas ainda não foram implementadas. Entre as principais estão: elevação da TEC dos produtos lácteos para 23%, com o objetivo de desestimular as operações de triangulação via MERCOSUL; fixação de preços de referência para aplicação da valoração aduaneira nas importações de produtos lácteos, para evitar o subfaturamento nas transações; criação de linhas de crédito especiais para investimento, principalmente de máquinas e equipamentos.

Essas medidas, entre outras, são fundamentais, visto que as anteriores não foram suficientes para impedir o aumento das importações. Como visto anteriormente, de janeiro a julho de 1998, as importações de leite e derivados alcançou 240,9 mil toneladas e foram 19,6% superiores às 201,4 mil toneladas, no mesmo período de 1997, contrariando as expectativas anteriores (Tabela 4).

Na análise da evolução da oferta brasileira de leite não é demais lembrar que há intensa heterogeneidade na produção leiteira, em que convivem desde produtores que comercializam pequenos excedentes do leite produzido para sua subsistência, criadores de gado de corte que vendem o leite como subproduto, criadores de gado cuja produção acompanha os preços relativos carne/leite, até aqueles extremamente especializados, em diferentes sistemas de produção e níveis tecnológicos. No caso da cadeia de produção do leite, é no segmento primário que se encontram os pontos mais sensíveis a serem atacados, a começar pela baixa eficiência produtiva.

Nesse contexto, a situação ainda é muito confusa, convivendo duas tendências aparentemente contraditórias, resultado do atual período de transição.

Verifica-se, por um lado, a expansão horizontal da produção na direção de regiões mais distantes dos centros consumidores, com a criação de novas linhas de coleta de leite não resfriado nas propriedades, sem qualquer padrão de qualidade e oferecendo muitas vezes o pro-

duto comercializado clandestinamente e sem prévia pasteurização. Nos últimos anos, a participação relativa da Região Sudeste, maior produtora, vem declinando principalmente em favor das áreas de cerrado, da Região Centro-Oeste, tradicionalmente produtora de gado de corte. Nesse sentido, estimativas da FNP Consultoria & Comércio, para 1997, baseadas em dados primários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que o Estado de São Paulo, há décadas o segundo maior produtor, precedido por Minas Gerais, está perdendo essa posição para Goiás, que ultrapassou, também, nesse ano, o Estado do Rio Grande do Sul, que era o terceiro colocado. Também em São Paulo, tradicionais bacias produtoras de leite, como as do Vale do Paraíba e de Campinas, vêm perdendo seus espaços para regiões mais distantes, ao norte e oeste do Estado. Pelo levantamento da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e do Instituto de Economia Agrícola (CATI/IEA), em 1996, dezesseis, dos 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs), existentes em São Paulo, são responsáveis por mais de 70% da produção. São eles em ordem decrescente: Presidente Prudente, Tupã, São José do Rio Preto, General Salgado, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, São João da Boa Vista, Franca, Lins, Avaré, Dracena, Ribeirão Preto, Jales, Araraquara, Araçatuba e Fernandópolis.

Por outro lado, paralelamente à horizontalização da produção, o processo de reestruturação mundial tem exigido uma maior profissionalização dos agentes nos agronegócios, a qual vem estimulando a modernização da pecuária leiteira brasileira e paulista, via utilização de sistemas de formação de preços que premiam escala, regularidade de produção e qualidade da matéria-prima. Apesar das deficiências estatísticas, pesquisas recentes junto aos dez maiores laticínios do Brasil indicam melhorias de produtividade e também de escala, em que o número de produtores diminuiu e a produção aumentou. Esse processo é similar ao que ocorreu nos países que modernizaram sua pecuária, só que, enquanto naqueles países, o processo levou algumas décadas para se consolidar, no Brasil, deverá acontecer nos próximos anos, por meio do resfriamento imediato do leite na propriedade e da granelização da coleta.

Estima-se que mais de 90% da produção de leite é recolhida da forma convencio-

nal, mas, pela aceitação do novo processo, a expectativa é de que, no máximo, daqui a dez anos a coleta por latões seja pouco representativa, senão em número de propriedades, pelo menos em relação ao total de leite produzido no País. A implantação desse sistema está sendo agilizada desde 1997, por grandes multinacionais, como Nestlé e Parmalat, cooperativas como a Itambé, COONAI e outras empresas, como a Elegê S. A. e a antiga Batavo, que estão investindo na coleta a granel, inclusive financiando seus fornecedores na compra de tanques de resfriamento.

Reforçando a expectativa de que o setor leiteiro nacional pode e deve fazer frente ao crescimento da demanda por produtos lácteos para os próximos dez anos, o movimento SOS Leite, no final de maio, encaminhou ao Presidente da República, o documento intitulado "Um Projeto para o Leite", contendo diversas propostas para o setor. A elaboração desse documento, e sua entrega ao Presidente, foi fruto de uma inédita e bem articulada mobilização dos representantes dos produtores de leite, das indústrias e das mais diversas entidades do setor, sensibilizando a classe política. Já aprovado por unanimidade pela Comissão de Agricultura e Política Rural, da Câmara dos Deputados, o documento está tramitando para aprovação final. As principais medidas nele propostas são as seguintes:

- programa de recuperação de pastagens, formação de capineiras e disseminação do ensilamento;
- linhas de crédito para a aquisição de tanques de resfriamento e caminhões tanque, mediante utilização de recursos da "Resolução 63 caipira"⁴, entre outros;
- instituição do contrato de 12 meses para fornecimento de leite;
- criação e estímulo às associações de produtores de leite para a venda do produto em conjunto;
- proibição da reidratação de leite em pó na "produção" de leite pasteurizado e de outros derivados;
- criação de um sistema de informações *on line* com parceria entre governo e iniciativa privada e, também, aquisições governamentais de leite

e derivados em sintonia com condições de mercado e orientadas para o estímulo de atividades salutaras ao desenvolvimento de toda a cadeia produtiva;

- orçamento participativo para definição de investimentos públicos no âmbito de cada uma das principais bacias leiteiras;
- ampliação do PRONAF para atendimento aos pequenos produtores de leite;
- proteção contra a concorrência desleal e predatória que sofre a pecuária leiteira nacional, atendendo às reivindicações pendentes e aplicando com rigor as medidas emergenciais já adotadas;
- implementação de sistema de inquérito epidemiológico de doenças transmitidas principalmente pelo leite, esclarecimento aos produtores sobre problemas mais comuns de sanidade animal e fortalecimento da capacidade operacional dos organismos encarregados da vigilância sanitária; e
- estabelecimento de prioridades de pesquisa para a modernização do setor.

Está ficando cada vez mais claro, para os agentes da cadeia de produção do leite, que o passo fundamental para a modernização da atividade está no estabelecimento de um padrão de qualidade para o leite cru. Nesse sentido, como resultado de um trabalho de profissionais do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA), de institutos de pesquisa, de universidades e da iniciativa privada, foi entregue ao governo, em agosto, uma minuta-proposta preliminar. Nela, elegeu-se como fundamento e primeiro passo a ser atacado, a "melhoria da qualidade do leite cru", com duas condições: 1) os objetivos estabelecidos e o tempo fixado para alcançá-los devem ser compatíveis com a realidade brasileira, podendo até se adotar cronogramas diferentes de progresso para as várias regiões e 2) os progressos ou mesmo os eventuais insucessos devem ser acompanhados por indicadores de desempenho confiáveis. Como parte da proposta foram criados 3 subgrupos que devem apresentar proposições finais no prazo máximo de 60 dias. Temas a serem estudados: padrões higiênico-sanitários do leite cru e sanidade do rebanho leiteiro; resfriamento do leite cru na propriedade e transporte a granel; e qualificação e habilitação da mão-de-obra. Também no Estado de São Paulo, a Câmara Setorial de Leite e Derivados, da Secretaria de Agricultura e Abasteci-

⁴Com a crise atual, 100% do montante desses recursos (até agosto eram 50%), que se originam de captação no exterior, destinados ao financiamento agrícola, poderão ser utilizados pelos bancos para aplicações no mercado financeiro.

mento (SAA/SP), constituiu um grupo multidisciplinar de profissionais para estudar e propor um programa de melhoria e qualidade do leite cru, priorizando a modernidade da cadeia láctea paulista.

No Brasil, a situação do leite em termos de padrão mínimo de qualidade é a seguinte: no aspecto de número de microorganismos no leite cru tipos A, B e C, respectivamente, os limites são: 10 mil unidades formadoras de colônias/ml (ufc/ml), 500 mil ufc/ml e sem qualquer especificação ou limite máximo; no que se refere à contagem de células somáticas (CCS), não existe nenhuma especificação para os três tipos de leite. A meta, a longo prazo, será produzir leite cru de qualidade higiênico-sanitária nos níveis do mercado internacional, que exige os seguintes limites, máximo de 100 mil ufc/ml de microorganismos e contagem máxima de células somáticas de 400 mil/ml.

Pela velocidade com que estão se dando os recentes acontecimentos, pode-se arriscar a dizer que esse processo de modernização, em que o sistema de implantação de transporte do leite a granel desempenha papel fundamental, não tem volta, a despeito dos problemas sociais que poderá acarretar, com a perspectiva de expulsão de grande número de produtores, principalmente daqueles que não possuem capacidade de investimento e nem escala de produção.

Algumas alternativas têm sido propostas para os pequenos produtores que querem se manter na atividade e estão buscando especialização:

- formação de associações, cooperativas, condomínios, ou "círculos de máquinas", que facilitem a utilização comunitária de máquinas e equipamentos;
- criação de linhas de crédito específicas para pequenos produtores que estão participando dos programas de granelização;
- o governo, por meio de suas várias instâncias, deve despender esforços e recursos para solucionar questões que correm o risco de atingir dimensão social e econômica significativa. Nesse sentido, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo lançou, em agosto, o "Projeto Máquinas e Equipamentos Comunitários", cujo objetivo geral é o aumento da produtividade agrícola com consequente elevação da produção e da renda do agricultor, principalmente dos mini e pequenos

produtores de leite. O projeto é considerado de investimento, financiado com recursos do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP), via Nossa Caixa/Nosso Banco S.A., agente financeiro estadual;

- ou ainda, desenvolvimento de estudos regionais que forneçam subsídios sobre atividades alternativas para reconversão desses produtores, viabilizando a sua sobrevivência econômica e permanência no campo.

A curto prazo, com o objetivo de minimizar ou reverter a tendência de redução de preços e de renda para o produtor de leite, a Comissão Nacional de Pecuária de Leite, da CNA, solicitou ao Governo Federal que sejam adotadas, com a máxima urgência, as seguintes providências:

- aplicação de rigorosas medidas sanitárias para impedir importações de produtos em condições impróprias para consumo, além de forte atuação da fiscalização contra fraudes;
- inclusão do soro de leite na lista de exceções à TEC, com alíquota de 335, em virtude do significativo crescimento desse produtos nas importações de 1998. De janeiro a julho de 1998, foram importadas 20,4 mil toneladas de soro de leite, representando um acréscimo de 187,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O soro de leite está incluído no item **outros** da tabela 4;
- elevação da alíquota da TEC de todos os produtos lácteos para 23%, pois como dito anteriormente, esta medida objetiva desestimular as importações, inclusive por meio de operações de triangulação comercial via MERCOSUL; e
- aprovação pela Comissão Nacional de Coordenação Executiva do Programa de Distribuição de Alimentos (PRODEA) de inclusão do leite em pó e fluido nacionais na cesta básica distribuída às populações carentes, de forma que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) possa, já na próxima safra, iniciar os leilões para compra.

Com a crise econômica, que vem assolando o País, existe a expectativa de que, a curto prazo, haja redução do consumo de leite e derivados, sendo provável a queda de preços desses produtos, o que reforça a necessidade urgente de providências que minimizem esse quadro.

MANDIOCA

José Roberto da Silva¹

Os dados de junho da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) situam a produção brasileira de mandioca da safra 1997/98 em 20,1 milhões de toneladas, o que significa redução de 17,3% em relação à safra anterior. A maior parte desse declínio decorre da estiagem na Região Nordeste, responsável por cerca de 45% da produção brasileira e também a maior consumidora. Nessa região, o decréscimo foi de 34%, contra 14% na Região Norte e 6,6% na Região Sudeste. Verifica-se, contudo, que nos Estados principais produtores, onde o caráter comercial da atividade é predominante, a produção caiu pouco e em alguns até cresceu, caso da Bahia, Paraná e Mato Grosso do Sul, fato que vem ocorrendo nos anos recentes. O Pará, que ocupa o primeiro lugar no *ranking* de produção e é importante fornecedor de farinha para o Nordeste, apresentou queda de 6,0%. Em São Paulo, dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) indicam um aumento de produção de 2,0% (Tabela 1).

Apesar da magnitude do decréscimo da produção nacional, os preços da raiz recebidos pelos produtores no Estado de São Paulo não reagiram como historicamente se verifica quando ocorrem longos períodos de estiagem na Região Nordeste, mesmo com o aumento do fluxo de farinha de mandioca para essa região, principalmente do Paraná. O preço médio mensal recebido pelo produtor paulista, em todos os meses do primeiro semestre de 1998, esteve abaixo dos verificados no mesmo período do ano anterior, sendo que em junho de 1998 o preço foi 21% menor que o do mesmo mês do ano anterior (Tabela 2).

Particularmente em São Paulo, essa situação é resultado da baixa competitividade das indústrias frente às similares paranaenses, que são líderes no setor produtivo de farinha e fécula de mandioca. Algumas empresas endividadas

paralisaram suas atividades ou elevaram ainda mais os níveis de ociosidade, daí o fato de não estar havendo uma competição mais acirrada pela raiz. Mesmo assim, o preço médio vigente atualmente, em plena safra, de R\$40,00 a R\$45,00 por tonelada, é aceitável e vem sendo mantido, em grande parte porque há um acordo entre as indústrias de fécula para evitar que os preços da raiz caiam abaixo de R\$40,00, agindo estrategicamente para garantir o suprimento de matéria-prima.

Os preços de farinha no varejo da cidade de São Paulo apresentaram-se estáveis. Comparando-se o preço médio do primeiro semestre de 1998 com o de igual período do ano anterior, em termos reais, verifica-se queda de 1%, o que mostra que a maior demanda nordestina não está afetando o mercado varejista paulista (Tabela 3). No atacado de São Paulo, no mesmo período, os preços apresentaram queda acentuada de 12% (Tabela 4). Contudo, informações da Zona Cerealista confirmam o fato de que nos últimos anos está havendo mudanças nos canais de comercialização de farinha de mandioca que reduzem a importância desse segmento na cadeia produtiva, em favor do aumento de operações diretas entre indústrias e supermercados, bem como de maior volume comercializado através de cestas de alimentação de trabalhadores.

No Paraná, quando se compara o preço médio de R\$52,25, registrado em junho de 1998, com o do mesmo mês do ano anterior, verifica-se uma elevação de 6,0% nos preços recebidos pelos produtores de mandioca, refletindo o aumento das exportações para o Nordeste e outros mercados.

O que estaria contribuindo de forma mais significativa para uma menor reação da demanda do que historicamente se verifica relaciona-se com a renda regional nordestina. De acordo com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 1.209 municípios da Região encontram-se em situação crítica devido à seca, abrangendo uma população de 9,6

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Área e Produção de Mandioca, Brasil, Regiões e Estados Seleccionados, 1996/97 e 1997/98

Região/Estado	1996/97		1997/98	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Norte	393.378	5.437.491	345.289	4.693.631
Pará	295.131	3.885.015	262.502	3.634.518
Nordeste	1.036.258	10.576.009	721.730	7.027.217
Bahia	244.463	3.046.917	253.741	3.143.648
Ceará	112.371	857.339	79.983	493.654
Sudeste	131.530	2.037.395	125.780	1.909.117
Minas Gerais	76.648	978.009	71.425	800.164
São Paulo	37.960	535.310	37.610	541.390
Sul	281.206	5.142.093	284.147	5.240.913
Paraná	144.500	3.000.000	154.000	3.338.000
Santa Catarina	42.673	755.032	37.179	520.500
Centro-Oeste	67.688	1.117.061	74.793	1.239.801
Mato Grosso do Sul	27.026	522.440	30.084	585.855
Brasil	1.910.040	24.310.049	1.551.739	20.110.679

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 2 - Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Mandioca Industrial, Estado de São Paulo, 1993-98¹

Mês	(em R\$/t)					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	102,31	66,80	41,92	39,89	63,34	50,51
Fev.	101,12	44,92	42,39	45,07	63,81	45,27
Mar.	83,63	43,06	39,39	45,95	59,96	45,73
Abr.	74,50	41,12	39,47	46,47	57,60	46,73
Mai	63,09	42,93	38,57	54,32	57,53	44,26
Jun.	60,68	39,46	32,61	58,37	56,38	44,33
Jul.	52,29	41,96	32,72	60,93	53,45	...
Ago.	54,01	42,26	32,21	62,92	52,20	...
Set.	57,78	42,78	32,73	64,17	49,12	...
Out.	63,70	43,09	34,14	65,05	48,95	...
Nov.	58,75	43,53	34,95	66,29	49,32	...
Dez.	63,49	42,42	34,73	68,39	50,13	...

¹Preços deflacionados pelo IGP-DI (base jun./98=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 3 - Preços Médios Mensais de Farinha de Mandioca no Mercado Varejista, Estado de São Paulo, 1993-98¹

(em R\$/pc.500g)

Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	1,00	0,73	0,61	0,54	0,54	0,55
Fev.	0,94	0,73	0,60	0,52	0,55	0,55
Mar.	0,98	0,76	0,58	0,53	0,55	0,54
Abr.	0,93	0,77	0,59	0,54	0,56	0,54
Mai	0,87	0,83	0,57	0,54	0,57	0,54
Jun.	0,83	0,81	0,57	0,55	0,55	0,55
Jul.	0,76	0,70	0,55	0,57	0,57	...
Ago.	0,71	0,65	0,55	0,58	0,57	...
Set.	0,71	0,62	0,55	0,59	0,57	...
Out.	0,71	0,59	0,57	0,57	0,57	...
Nov.	0,67	0,59	0,54	0,59	0,56	...
Dez.	0,72	0,60	0,54	0,56	0,56	...

¹Preços deflacionados pelo IGP-DI (base jun./98=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 4 - Preços Médios Mensais de Farinha de Mandioca Crua Fina, Estado de São Paulo, 1993-98¹

(em R\$/sc.50kg)

Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	39,60	32,02	18,91	17,59	21,75	17,58
Fev.	32,04	25,03	18,99	17,45	21,91	18,31
Mar.	29,54	19,78	16,86	19,56	22,20	19,57
Abr.	29,65	21,31	14,95	19,60	22,07	19,70
Mai	24,71	19,00	14,97	19,45	22,01	19,43
Jun.	20,21	18,05	14,41	22,40	21,85	21,00
Jul.	21,68	19,60	14,00	22,16	22,11	...
Ago.	29,15	17,59	13,90	23,27	22,57	...
Set.	28,82	17,00	11,67	22,67	21,98	...
Out.	27,70	19,05	15,68	19,33	17,11	...
Nov.	24,37	19,25	16,39	20,30	16,46	...
Dez.	27,54	19,17	17,61	22,98	17,26	...

¹Preços deflacionados pelo IGP-DI (base jun./98=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

milhões de pessoas.

Os programas do Governo Federal, como o Programa de Distribuição de Alimentos (PRODEA), da Comunidade Solidária, e os programas emergenciais contra a seca têm dado, contudo, sustentação ao fluxo de farinha de mandioca para aquela região. As aquisições dos produtos são feitas por intermédio de leilões de aquisição, coordenados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Embora as estatísticas oficiais disponíveis sejam parciais, as perspectivas são de expansão da área cultivada com mandioca na safra 1998/99 nos principais estados produtores. No Paraná, os números do Departamento de Economia Rural (DERAL) indicam aumento de 8% na área cultivada, que deverá se situar em 167.000 hectares.

Em São Paulo, as perspectivas são de aumento expressivo na área cultivada, em fun-

ção de diversos fatores. Os preços atuais, mesmo durante o pico da safra, encontram-se em patamares considerados razoáveis e as indústrias que estão operando, principalmente as de fécula, deverão continuar com a política de impedir que os preços caiam abaixo do nível de R\$40,00 por tonelada. A Halotec Fadel, maior fêcularia do estado, localizada na região do Vale do Paranapanema, vem fazendo contratos com os agricultores nos quais se compromete a pagar o mínimo de R\$40,00 por tonelada de raiz. A recente associação entre essa empresa e a National Starch, multinacional dos Estados Unidos, tem se constituído em fator de estímulo aos produtores de mandioca. Há informações de que essa indústria está passando por reformas que deverão elevar o nível de processamento, das atuais 350 toneladas diárias para 700 toneladas. A fécula modificada vem se tornando mais competitiva, relativamente ao amido de milho. Algumas indústrias do setor têxtil e de papel, importantes segmentos da demanda, já vêm utilizando exclusivamente a fécula.

Na região do Pontal do Paranapanema, de acordo com os dados do IEA, em 1997/98, a área cultivada com mandioca foi de 2.542 hectares e as perspectivas para 1998/99 são de expansão, principalmente depois que as fábricas de farinha e fécula, situadas no município de Sandovalina, reiniciaram as atividades desde julho de 1998, sob a responsabilidade da cooperativa dos assentados da região.

Embora não tenha havido nenhuma mudança na política específica para a cultura da mandioca no Plano de Safra 1998/99, o fato de o limite de financiamento de custeio ser maior que o da soja tem conduzido alguns produtores a avaliarem a cultura como opção promissora, principalmente aqueles que plantaram tardiamente na safra 1997/98, tiveram prejuízos decorrentes do excesso de chuvas e estão desestimulados com a queda do preço da oleaginosa. Também algumas áreas de reforma de pasto poderão ser parcialmente ocupadas com mandioca.

Esse cenário de expansão da área cultivada com mandioca pode ser constatado pelo intenso movimento de plantio "do cedo", que se dá a partir de maio. Essa situação está causando preocupação aos produtores tradicionais que já vivenciaram em safras anteriores o aviltamento de preços causado pelo ingresso de agricultores não tradicionais na atividade, o que provoca ex-

cesso de oferta.

Os produtores paulistas de derivados de mandioca, representados pela Associação dos Produtores e Industriais de Mandioca do Estado de São Paulo (APIMESP), estão reivindicando do Governo Federal a revisão do preço mínimo, atualmente de R\$25,00 por tonelada e defasado desde 1994. De acordo com estimativa do IEA, para mandioca de um ciclo, o Custo Operacional Total para o ano agrícola 1998/99 será de R\$32,14 por tonelada, de maneira que o atual preço mínimo está cobrindo apenas o Custo Operacional Efetivo, que não considera nenhum custo indireto de produção, estimado em R\$24,23 por tonelada. Contudo, considerando os atuais preços de mercado e a disposição das indústrias de evitar o declínio de preços, a rentabilidade esperada é factível e considerada razoável.

Os estoques do Governo Federal, compostos basicamente de produto de safras mais antigas, estão praticamente no fim, mesmo os produtos vinculados a Empréstimos do Governo Federal (EGFs). Nos últimos três anos, não houve compras através do instrumento Aquisições do Governo Federal (AGFs), uma vez que os preços de mercado apresentaram-se muito acima do mínimo.

O setor vem defendendo o estabelecimento de uma política de formação de estoques estratégicos, notadamente para os 90 dias de pico de safra, tendo em vista reduzir o impacto de oscilações bruscas e expressivas de preços que prejudicam a comercialização dos produtos e afetam a renda do setor, principalmente decorrentes das estiagens cíclicas da Região Nordeste. Além disso, essa política funcionaria, também, como instrumento de segurança alimentar.

Além da modernização da comercialização, com a introdução dos contratos entre agricultores e indústrias, verifica-se também que a atividade passa por mudanças no processo produtivo. Está havendo um esforço para introdução de novas variedades de mandioca, de acordo com os diversos tipos de solo em substituição à variedade *roxinha*, hoje predominante, cujas características prejudicam a qualidade da farinha. Constata-se, também, um maior nível de utilização de herbicidas que reduzem o número e aumentam a eficiência das capinas manuais.

MILHO

Alfredo Tsunehiro¹

O fato marcante da cultura do milho na safra 1997/98, como decorrência direta da substituição parcial de sua área pela de soja, foi a magnitude da redução na primeira safra (safra de verão), não compensada pelo aumento verificado na segunda safra ou "safrinha". Dessa forma, pela primeira vez no Brasil, a área do cereal foi superada pela da oleaginosa: a área plantada total do milho, de 11,6 milhões de hectares (9,3 milhões no verão e 2,3 milhões na "safrinha"), foi 12,1% menor que a da soja (13,2 milhões de hectares), que cresceu 15,8% em

1997/98.

A safra nacional de milho de 1997/98, estimada em julho, pela CONAB, em 31,0 milhões de toneladas, caiu 13,2% em relação ao ano anterior, devido à retração de 19,8% da área no plantio de verão, com a produção atingindo 25,5 milhões de toneladas (19,6% a menos que no ano precedente). A "safrinha", estimada em 5,5 milhões de toneladas, aumentou 37,3% em relação ao ano anterior, graças à expansão de 4,4% da área e de 31,5% da produtividade média (Tabelas 1 e 2).

TABELA 1 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura do Milho, Primeira Safra (de Verão), Principais Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1995/96 a 1997/98

Estado e região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)		
	1995/96	1996/97 (a)	1997/98 (b)	1995/96	1996/97 (c)	1997/98 (d)
Paraná	1.870,5	1.851,8	1.518,5	6.546,8	7.222,0	5.618,5
Rio Grande do Sul	1.754,9	1.649,6	1.501,1	3.158,8	4.124,0	4.503,3
Minas Gerais	1.374,1	1.401,6	1.261,4	3.916,2	4.485,1	3.784,2
Santa Catarina	1.016,9	1.027,1	924,4	2.999,9	3.646,2	3.346,3
São Paulo	791,8	815,6	774,8	2.692,1	3.017,7	2.773,8
Goiás	796,7	756,9	454,1	3.330,2	3.254,7	1.907,2
Mato Grosso do Sul	269,8	294,1	144,1	1.173,6	1.294,0	590,8
Mato Grosso	310,5	279,5	162,1	1.040,2	1.034,2	560,9
Centro-Sul ¹	8.323,3	8.183,1	6.825,0	25.222,9	28.391,6	23.328,7
Norte-Nordeste	3.926,3	3.417,3	2.478,6	3.911,7	3.312,8	2.172,8
Brasil	12.249,6	11.600,4	9.303,6	29.134,6	31.704,4	25.501,5

Estado e região	Rendimento (kg/ha)			Variação (%)		
	1995/96	1996/97 (e)	1997/98 (f)	Área (b)/(a)	Produção (d)/(c)	Rendimento (f)/(e)
Paraná	3.500	3.900	3.700	-18,0	-22,2	-5,1
Rio Grande do Sul	1.800	2.500	3.000	-9,0	9,2	20,0
Minas Gerais	2.850	3.200	3.000	-10,0	-15,6	-6,3
Santa Catarina	2.950	3.550	3.620	-10,0	-8,2	2,0
São Paulo	3.400	3.700	3.580	-5,0	-8,1	-3,2
Goiás	4.180	4.300	4.200	-40,0	-41,4	-2,3
Mato Grosso do Sul	4.350	4.400	4.100	-51,0	-54,3	-6,8
Mato Grosso	3.350	3.700	3.460	-42,0	-45,8	-6,5
Centro-Sul ¹	3.030	3.470	3.418	-16,6	-17,8	-1,5
Norte-Nordeste	996	969	636	-27,5	-34,4	-34,4
Brasil	2.378	2.733	2.198	-19,8	-19,6	-19,6

¹Inclui Espírito Santo, Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

²Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 2 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura do Milho, Segunda Safra ("Safrinha"), Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1995/96 a 1997/98

Estado e região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)		
	1995/96	1996/97 (a)	1997/98 (b)	1995/96	1996/97 (c)	1997/98 (d)
Paraná	570,0	673,2	794,4	1.368,0	942,5	2.001,9
São Paulo	372,7	391,3	379,6	782,7	763,0	1.100,8
Mato Grosso	251,6	352,2	366,3	465,5	739,6	787,5
Mato Grosso do Sul	183,0	256,2	307,4	329,4	673,8	753,1
Goiás	129,8	207,7	205,6	324,5	643,9	657,9
Minas Gerais	-	7,9	33,9	-	12,8	77,1
Centro-Sul ¹	1.507,1	1.888,5	2.087,2	3.270,1	3.775,6	5.378,3
Bahia	-	310,0	207,7	-	235,6	127,3
Brasil	1.507,1	2.198,5	2.294,9	3.270,1	4.011,2	5.505,6

Estado e região	Rendimento (kg/ha)			Variação (%)		
	1995/96	1996/97 (e)	1997/98 (f)	Área (b)/(a)	Produção (d)/(c)	Rendimento (f)/(e)
Paraná	2.400	1.400	2.520	18,0	112,4	80,0
São Paulo	2.100	1.950	2.900	-3,0	44,3	48,7
Mato Grosso	1.850	2.100	2.150	4,0	6,5	2,4
Mato Grosso do Sul	1.800	2.630	2.450	20,0	11,8	-6,8
Goiás	2.500	3.100	3.200	-1,0	2,2	3,2
Minas Gerais	-	1.620	2.274	329,1	502,3	40,4
Centro-Sul ¹	2.170	1.999	2.577	10,5	42,4	28,9
Bahia	-	760	613	-33,0	-46,0	-19,4
Brasil	2.170	1.825	2.399	4,4	37,3	31,5

¹Inclui Espírito Santo, Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A retração da área na primeira safra, em função do desestímulo do produtor verificado em 1996/97 e da substituição da cultura pela soja, foi mais acentuada nas Regiões Centro-Oeste (-42,6%) e Nordeste (-32,7%). Nesta última região, a ocorrência de forte estiagem, agravada pelo fenômeno climático *El Niño*, prejudicou a atividade, afetando também o rendimento. No Estado do Paraná, maior produtor nacional, a área caiu 18% e a produção (5,6 milhões de toneladas) sofreu queda maior (-22,2%), em razão da queda da produtividade (-5,1%). A produção do Estado de São Paulo foi estimada em 2,8 milhões de toneladas, com queda de 8,1%, devido também às reduções de área (-5,0%) e de produtividade (-3,2%) (Tabela 1).

A produção brasileira da segunda safra, se excluída a Região Nordeste (a qual apresentou redução de 46% de produção), totalizou 5,4 milhões de toneladas, com aumento de 42,4% em relação a 1996/97, em função de in-

crementos de 10,5% da área e de 28,9% do rendimento médio. A produção do Paraná foi estimada em 2,0 milhões de toneladas, correspondendo a um crescimento de 112,4%, graças à recuperação da produtividade (80,0%) e do incremento da área (18,0%). O Estado de São Paulo produziu 1,1 milhão de toneladas na "safrinha" de 1997/98, correspondendo a um aumento de 44,3%, com o crescimento da produtividade (48,7%) compensando a retração da área (-3,0%) (Tabela 2). Os efeitos do *El Niño* parecem ter sido favoráveis ao desenvolvimento da cultura do milho "safrinha" em 1998, pelo menos para as regiões de maiores latitudes, como o Paraná e a região paulista do Vale do Paranapanema. Nas áreas de latitudes menores, como Bahia, Goiás e Mato Grosso, as chuvas foram mais escassas no outono, prejudicando em parte a produtividade da lavoura.

O quadro de suprimento mundial para o ano-safra 1998/99 (31 de outubro de 1998 a 1^o

de setembro de 1999), divulgado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), indica crescimento de 1,3% da oferta total e de 1,4% da demanda total, aumento de 2,9% da produção mundial, queda de 1,5% das exportações totais e de manutenção do estoque final (Tabela 3).

A produção deverá crescer relativamente menos nos Estados Unidos (2,4%) do que no resto do mundo (3,3%) em 1998/99. A expansão de 7,7% na oferta total é devido, principalmente, ao aumento do estoque inicial (64%). São previstos incrementos de 8,5% das exportações estadunidenses. Estima-se, entretanto, aumento de 27,7% do estoque final nos EUA (Tabela 3). Nesta conjuntura superavitária de mercado, os preços do cereal prosseguem em queda, pelo terceiro ano consecutivo, estando previsto pelo USDA, em agosto, preço médio de US\$2,15 por bushel a ser recebido pelo produtor estadunidense nesta safra, contra US\$2,45 no ano-safra precedente, US\$2,71 em 1996/97 e US\$3,24 em 1995/96.

As estimativas de oferta e demanda de milho na Argentina, segundo maior exportador mundial do cereal, indicam queda de 8,2% da produção em 1998/99, o que contribui para uma redução de 4,9% da oferta total naquele país. Prevê-se também queda de 5,4% das exportações, que foram recordes em 1997/98 (14 milhões de toneladas) (Tabela 3). A Argentina tem sido responsável por 66,5%, em média, das importações brasileiras de milho nos últimos quatro anos.

No Brasil o quadro de suprimento de milho no ano-safra 1997/98 (março de 1998 a fevereiro de 1999) está muito ajustado, com queda acentuada do estoque final, que era suficiente para o consumo de 63 dias no ano passado e passou para apenas 28 dias na presente safra. A disponibilidade para 1997/98, estimada pela CONAB, é de 38,7 milhões de toneladas (com base em estoque inicial de 6,2 milhões de toneladas, produção de 31,0 milhões de toneladas e importação de 1,5 milhão de toneladas) e o consumo interno, de 35,9 milhões de toneladas, praticamente o mesmo do ano-safra anterior (Tabela 4).

Com a queda de 13,2% da produção interna e de 8,3% da oferta, os preços do milho em 1998 se elevaram significativamente, com a média estimada para a safra paulista em nível de

produtor (R\$8,22/60kg) superando em 18,4% à de 1997, em valores corrigidos para junho de 1998 (Tabela 5). As altas desta safra, entretanto, não alcançam os níveis de dois anos atrás, quando houve queda de mesma magnitude da oferta, mas crescimento da demanda interna.

Um dos efeitos significativos da estabilização da moeda e da globalização dos mercados, nos últimos quatro anos, foi a redução do nível de variação sazonal dos preços de *commodities* agrícolas no Brasil, em particular a do milho, com a possibilidade, a qualquer momento do ano, de importação e exportação do produto, desde que haja paridade de preços. Outro fator, de natureza técnica, que contribuiu para a diminuição da amplitude sazonal dos preços foi a distribuição da oferta (produção) num período maior do ano, como se verificou nesta última safra, em decorrência do crescimento da produção da "safrinha", com participação de 17,8% na produção total. Tal fato é bastante evidente no ano-safra 1997/98, quando os preços do milho foram muito estáveis ao longo de todo o período. Um terceiro fator, de natureza institucional, é a própria conjugação da oferta e demanda do milho que, nesta safra (1997/98), com a redução da intervenção governamental no mercado, os agentes definiram estratégias de racionalizar compras no período de safra (consumidores) e carregar estoques para venda na entressafra (produtores).

Tomando-se como indicador de rentabilidade a receita bruta por hectare, verifica-se que o aumento dos preços (utilizando-se a média de março a junho), em 1998, foi o fator que contribuiu para o incremento da receita bruta média da cultura do milho de verão no Paraná, Goiás e Minas Gerais, estados onde a produtividade decresceu, em função de adversidades climáticas. Em São Paulo e em Santa Catarina, a elevação dos preços contribuiu com mais de 80% do aumento da receita bruta da cultura e no Rio Grande do Sul, tanto o aumento dos preços do milho como o incremento do rendimento da cultura contribuíram com proporções semelhantes para o aumento da receita bruta (Tabela 6).

A planilha de coeficientes técnicos de uso dos fatores, utilizada na safra 1997/98 para estimativa de custo operacional da cultura do milho, foi revista para a safra 1998/99, para adequação da produtividade esperada à tecnologia empregada e desconsideração das empreitadas de

TABELA 3 - Estimativa de Oferta e Demanda de Milho, Estados Unidos, Argentina e Total Mundial, 1996/97 a 1998/99¹

(em milhão de toneladas)				
Discriminação	Estados Unidos			Variação (%) (b)/(a)
	1996/97	1997/98 (a)	1998/99 (b)	
Estoque inicial	10,82	22,43	36,80	64,07
Produção	236,06	237,90	243,65	2,42
Importação	0,34	0,25	0,25	0,00
Oferta total	247,22	260,58	280,70	7,72
Consumo	179,19	186,31	193,05	3,62
Exportação	45,60	37,47	40,64	8,46
Demanda total	224,79	223,78	233,69	4,43
Estoque final	22,43	36,80	47,01	27,74
Argentina				
Discriminação	Argentina			Variação (%) (b)/(a)
	1996/97	1997/98 (a)	1998/99 (b)	
Estoque inicial	0,40	0,75	1,35	80,00
Produção	15,50	19,60	18,00	-8,16
Importação	0,00	0,00	0,00	-
Oferta total	15,90	20,35	19,35	-4,91
Consumo	4,32	5,00	4,85	-3,00
Exportação	10,83	14,00	13,25	-5,36
Demanda total	15,15	19,00	18,10	-4,74
Estoque final	0,75	1,35	1,25	-7,41
Total mundial				
Discriminação	Total mundial			Variação (%) (b)/(a)
	1996/97	1997/98 (a)	1998/99 (b)	
Estoque inicial	69,08	89,02	84,12	-5,50
Produção	591,43	578,61	595,49	2,92
Importação	70,98	71,62	69,01	-3,64
Oferta total	731,49	739,25	748,62	1,27
Consumo	569,23	582,17	592,72	1,81
Exportação	73,24	72,96	71,84	-1,54
Demanda total	642,47	655,13	664,56	1,44
Estoque final	89,02	84,12	84,06	-0,07

¹Ano comercial: outubro-setembro.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

TABELA 4 - Estimativa de Oferta e Demanda de Milho, Brasil, 1994/95 a 1997/98 (em mil toneladas)

Discriminação	1994/95	1995/96	1996/97		1997/98 (c)	Variação (%) (c)/(b)
			(b)	(b)		
Estoque inicial ¹	5.429	8.995	5.961	6.170	3,5	
Produção	37.442	32.405	35.703	31.007	-13,2	
Importação	984	377	500	1.500	200,0	
Suprimento	43.855	41.777	42.164	38.677	-8,3	
Consumo	34.860	35.208	35.912	35.916	0,0	
Excedente	8.995	6.569	6.252	2.761	-55,8	
Exportação	0	608	82	0	-100,0	
Estoque final	8.995	5.961	6.170	2.761	-55,3	

¹A data-base referente ao estoque inicial é 1º de março de cada ano-safra.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 5 - Precos Médios Mensais Reais de Milho Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1995-98

Mês	(em R\$/sc.60kg) ¹			
	1995	1996	1997	1998
Jan.	10,35	10,04	7,68	8,88
Fev.	9,23	9,27	7,21	8,59
Mar.	7,99	8,27	6,96	8,03
Abr.	7,49	8,36	6,88	8,15
Mai	7,25	9,03	6,99	8,41
Jun.	7,32	8,64	6,94	8,27
Jul.	7,45	8,75	7,18	...
Ago.	7,75	9,27	7,27	...
Set.	7,85	9,08	7,67	...
Out.	8,56	9,47	8,22	...
Nov.	9,22	9,15	8,30	...
Dez.	9,42	8,37	8,47	...
Verão	7,51	8,58	6,94	8,22
Safrinha ²	7,90	9,14	7,59	8,22
Diferença (%)	5,19	6,60	9,30	-

¹Deflacionado pelo IGP-DI. Base: jun./98 = 100.

²1998: previsão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 6 - Preço Médio, Rendimento Médio e Receita Bruta da Cultura do Milho, Primeira Safra (Safra de Verão), Principais Estados Produtores, Brasil, 1995/96 a 1997/98

Estado	Preço médio (R\$/60kg) ¹			Rendimento médio (kg/ha)			Receita bruta (R\$/ha)		
	1995/96	1996/97	1997/98	1995/96	1996/97	1997/98	1995/96	1996/97	1997/98
Goiás	6,83	6,17	6,74	4.180	4.300	4.200	475,82	442,18	471,80
Minas Gerais	7,49	6,47	7,29	2.850	3.200	3.000	355,78	345,07	364,50
São Paulo	8,58	6,94	8,22	3.462	3.545	3.568	495,07	410,04	488,82
Paraná	8,34	6,33	7,20	3.500	3.900	3.700	486,50	411,45	444,00
Santa Catarina	8,95	6,76	7,75	2.950	3.550	3.620	440,04	399,97	467,58
Rio Grande do Sul	9,27	6,65	8,03	1.800	2.500	3.000	278,10	277,08	401,50

¹Média dos preços do quadrimestre março-junho de cada ano, em real de junho de 1998. Deflator: IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Dados originais do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) para São Paulo e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para os demais Estados.

serviços de transporte da produção, secagem e assistência técnica. Além disso, foram feitos ajustes em operações de máquinas, quantidades e tipos de sementes e defensivos. A tecnologia empregada refere-se ao uso de tração motomecanizada, inclusive com uso de colhedeira própria e sistema de plantio convencional. Foi considerada uma despesa com seguro da produção da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COESP), em substituição à despesa com prêmio do Programa de Garantia da Atividade

de Agropecuária (PROAGRO), em razão do emprego daquele item, e não deste, pelos bancos para reforço de garantia dos financiamentos de custeio da lavoura.

O custo operacional da cultura de milho na região da Alta Mogiana do Estado de São Paulo, para a safra de verão 1998/99, foi estimado em R\$492,08 por hectare ou R\$5,47 por sacco de 60kg, considerando-se uma produtividade esperada de 5.400kg/ha (ou 90sc./ha). Para a região do Vale do Paranapanema, o custo foi es-

timado em R\$405,12/ha ou R\$5,40/60kg, para uma produtividade prevista de 4.500kg/ha (ou 75sc./ha). A receita bruta prevista, para fins de cálculo da contribuição de seguridade social, foi baseada em previsão do preço de milho a ser recebido pelo produtor em 1998/99, de R\$7,20 por saco de 60kg (Tabela 7). Assim, pode-se estimar a rentabilidade esperada (ou margem bruta, dada pela relação receita líquida/custo operacional total) em 31,7% para a cultura na região da Alta Mogiana e em 33,3% no Vale do Paranapanema. Os pontos de equilíbrio, que são as produções mínimas que cobrem os respectivos custos operacionais totais, são de 68 sacos por hectare para a Alta Mogiana e de 56 sacos por hectare para o Vale do Paranapanema.

As relações de troca entre os diversos segmentos da cadeia produtiva do milho, medidas pelos relativos de preços dos respectivos produtos, nos últimos quatro anos, revelam que o poder de compra do produtor de milho em relação a insumos (sementes, fertilizantes, corretivos e defensivos), máquinas e equipamentos

agrícolas depende basicamente da evolução dos preços do cereal, tendo em vista que os preços desses produtos industriais estiveram relativamente estáveis no período. Neste último ano, houve inclusive queda dos preços de fertilizantes, corretivos e defensivos e aumento dos preços de sementes.

As relações de troca entre o produtor de milho e os principais segmentos a jusante da cadeia produtiva do milho, compostos pela avicultura e suinocultura, melhoraram sucessivamente, de 1995 a 1998, para os criadores de frango de corte, com base nos preços recebidos pelos agricultores e criadores do Estado de São Paulo. A evolução das relações de troca milho-ovo indica que a avicultura apresentou melhoria de poder de compra de milho entre 1995 e 1997 e deterioração de poder aquisitivo em 1998. O poder aquisitivo da suinocultura em relação ao milho oscilou durante o período 1995-98, de acordo com a variação do preço real do milho. Assim, a relação de troca milho-suíno piorou de 1995 para 1996, melhorou em 1997 e voltou a se

TABELA 7 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Milho, por Hectare, Produtividade de 5.400kg/ha (Região da Alta Mogiana) e 4.500kg/ha (Vale do Paranapanema), Estado de São Paulo, Safra 1998/99¹

(em R\$ de agosto de 1998)				
Item	Alta Mogiana	Participação percentual	Vale do Paranapanema	Participação percentual
Mão-de-obra	32,15	6,53	27,51	6,79
Sementes	71,80	14,59	65,55	16,18
Aubos e corretivo	125,85	25,57	111,48	27,52
Defensivos	52,54	10,68	59,82	14,77
Operação de máquinas	109,56	22,26	64,23	15,86
Custo Operacional Efetivo (COE)	391,90	79,64	328,60	81,11
Depreciação de máquinas	44,46	9,03	26,40	6,52
Encargos financeiros ²	11,27	2,29	9,45	2,33
Encargos sociais diretos ³	10,61	2,16	9,08	2,24
Seguro COSESP ⁴	19,59	3,98	19,72	4,87
Seguridade social ⁵	14,26	2,90	11,88	2,93
Custo Operacional Total (COT)	492,08	100,00	405,12	100,00
Custo operacional por saco	5,47	-	5,40	-

¹Tração motomecanizada e plantio convencional.

²Taxa de juros de 8,75% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33%).

⁴Refere-se a 5% (Alta Mogiana) e 6% (Vale do Paranapanema) do COE.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (R\$648,00 para a Alta Mogiana e R\$540,00 para o Vale do Paranapanema).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

deteriorar em 1998.

Nos segmentos agroindustriais de alimentação humana, mais especificamente em nível de distribuição final dos produtos derivados de milho, os preços dos gêneros de menor grau de processamento, como farinhas e fubás, apresentaram quedas sucessivas nos últimos quatro anos, o que reflete um acirramento da competição entre as empresas moageiras no mercado interno, reduzindo custos e margens e melhorando a qualidade dos produtos. O óleo de milho, um dos derivados mais elaborados, apresentou quedas de preços entre 1995 e 1997, em função da competição de outros tipos de óleos comestíveis, como o de girassol e canola. De 1997 para 1998 ocorreu alta do preço do óleo de milho em torno de 4,7%, em razão da redução da oferta do produto. O amido de milho, derivado típico da indústria de moagem úmida, tem seu preço mantido estável, com queda pouco significativa nos últimos quatro anos.

Tornam-se oportunas algumas considerações sobre sorgo granífero e milheto, produtos substitutos do milho. A produção brasileira de sorgo granífero vem apresentando, nos últimos três anos, grande expansão na Região Centro-Oeste, mormente no Estado de Goiás, desbancando o Rio Grande do Sul como a região maior produtora, em função do crescimento da demanda regional pelo produto e da adoção crescente do sistema de plantio direto na palha nas áreas cultivadas do cerrado e a conseqüente necessidade de sucessão de culturas, seja para a produção de grãos, seja para a produção de palhada para a cobertura do solo. Se a opção de cultivo no verão for a soja, a sucessão na segunda safra (ou "safrinha") normalmente é realizada com plantio de cereais, como milho, sorgo ou milheto.

As alternativas de plantio na "safrinha" no cerrado do Centro-Oeste se apresentam na seguinte seqüência cronológica: em primeiro lugar, o milho, desde que o término da colheita de soja (de verão) permita a semeadura do cereal até meados a fins de fevereiro; em segundo lugar, o sorgo, cuja cultura é mais tolerante às condições de maiores déficits hídricos dos solos, e com a semeadura em março a meados de abril; e o milheto, como terceira alternativa de cultura de sucessão, com plantio entre a segunda quinzena de abril até meados de maio.

De acordo com as estimativas prelimi-

nares oficiais (CONAB), a produção nacional de sorgo granífero na safra 1997/98 se situa em 547,6 mil toneladas (25,7% a mais em relação ao ano precedente) e a área plantada, em 303,3 mil hectares (com crescimento de 22,4%). Desse total, 243,4 mil toneladas (44% do total nacional) corresponde à produção de Goiás, a qual cresceu 111,1% neste último ano, e área plantada de 143,2 mil hectares (correspondendo a 54% de aumento). Estas estimativas estão sendo contestadas pelas empresas produtoras de semente de sorgo, segundo as quais e de acordo com a venda de sementes, as áreas plantadas de sorgo granífero em Goiás e em todo o Brasil, em 1997/98, foram estimadas em 152,7 mil hectares e 409,5 mil hectares, respectivamente. Segundo as empresas de sementes, considerando-se uma produtividade média de 2,0t/ha, a produção brasileira da safra 1997/98 teria atingido 819 mil toneladas e admitindo-se a produtividade média esperada da CONAB (1,8t/ha), a produção alcançaria 737 mil toneladas, o que supera a estimativa oficial em 34,6%. Com relação ao milheto, não há estimativas oficiais sobre a área cultivada no Brasil, mas supõe-se que deve superar a área do sorgo.

O mercado interno de sorgo granífero vem crescendo acentuadamente nos últimos anos, mormente na Região Centro-Oeste, com o aumento da demanda da avicultura de corte e do confinamento de bovinos, complementando a oferta de milho no mercado de matérias-primas para rações. O preço do sorgo em 1998 vem apresentando comportamento paralelo ao do milho, situando-se em 70% a 75% do preço deste. A cultura do milheto, cuja área vem se expandindo significativamente na região do cerrado do Centro-Oeste e não obstante tenha sido instalada com o objetivo de fornecer palhada para a cobertura do solo, vem fornecendo grãos para o mercado de rações, a preços em torno de 60% do preço do milho.

O Plano de Safra 1998/99, divulgado em junho pelo Governo Federal, contempla uma série de medidas institucionais de apoio à produção agrícola brasileira, promovendo ajustes nas regras estabelecidas nos últimos quatro anos, após a implantação do Plano Real. Entre as medidas que afetam ou interessam ao produtor de milho (da safra de verão), pode-se apontar: a) redução da taxa de juros de custeio agrícola, de 9,5% ao ano para 8,75% ao ano; b) au-

mento (37%) do volume de recursos para o crédito rural; c) alongamento do prazo para liquidação de financiamento de custeio da lavoura de milho, com previsão de amortizações mensais, em parcelas iguais e sucessivas, sendo a primeira 60 dias após a colheita e a última não podendo ultrapassar o mês de outubro; d) manutenção dos limites de financiamento de custeio que vigoraram na safra passada (R\$150.000,00 por beneficiário); e) manutenção das alíquotas de adicional do PROAGRO (3,9% no sistema de plantio convencional e 2,9% no sistema de plantio direto) para produtores que atenderem as condições especiais para efeito de enquadramento no Programa, manutenção das restrições das causas de cobertura aos seguintes eventos adversos: seca, granizo, tromba d'água, vendaval e de doença fúngica ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia; f) concessão de Empréstimo do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) à taxa efetiva de 8,75% ao ano, com limite de R\$150.000,00 por beneficiário/safra, com vencimento máximo em 31 de janeiro de 2000; g) manutenção dos preços mínimos de garantia da safra anterior: R\$6,70/60kg para os Estados das Regiões Sul e Sudeste, Estado de Tocantins, Região da Bahia-Sul, sul do Maranhão e sul do Piauí; R\$6,50/60kg para Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal; e R\$6,00/60kg para Mato Grosso, Acre e Rondônia.

Outra medida do Plano de Safra de apoio à produção de milho é a implementação do Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo, com concessão de até R\$40.000,00 por produtor, mediante apresentação ao agente financeiro de comprovante de análise de solo, notas fiscais e recomendação agrônômica. A taxa efetiva de juros será de 8,75% ao ano e o prazo de pagamento de cinco anos, com dois de carência. O impacto positivo desta medida em termos de elevação do nível de produtividade da cultura do milho não será observado nesta próxima safra de verão, porquanto não será mais possível, em termos de tempo, a aplicação do calcário de acordo com a recomendação técnica.

A próxima safra (1998/99) de milho de verão deverá apresentar aumento da área de plantio, em função da conjunção dos seguintes fatores: a) bom resultado econômico da safra anterior (1997/98) de milho, melhorando a capacidade de auto-financiamento do produtor; b) que-

da dos preços da soja na safra anterior e perspectiva de baixos preços na próxima; c) necessidade de rotação da cultura de soja, realizada principalmente com o milho; d) substituição de parte da área de algodão pelo milho; e) maior disponibilidade de crédito de custeio para a cultura do milho em relação à soja; f) expectativa de retorno à normalidade das condições climáticas na Região Nordeste, possibilitando o plantio do cereal e o aumento da oferta regional do produto; g) possível crescimento da demanda pela suinocultura.

Entre os fatores inibidores de um crescimento mais alentador da área plantada de milho na próxima safra podem ser apontados os seguintes: a) as incertezas do comportamento da demanda de proteínas animais no mercado internacional, principalmente de carne de aves, em razão do recrudescimento da crise financeira na Ásia e na Rússia; b) diminuição do grau de liquidez do milho no mercado interno (momento no Centro-Oeste, onde a preferência será pela soja ou arroz), com a saída do Governo na comercialização do grão (formação e desova de estoques); c) a maior liquidez da soja; d) a necessidade de pagamento de parcela das dívidas securitizadas em 1996, sustentando ou incrementando o sistema de sucessão de culturas soja (no verão) e milho (na "safrinha"); e e) aprofundamento dos efeitos da crise financeira mundial na economia brasileira, afetando a demanda interna de alimentos, e pelo "efeito dominó", o consumo de milho e de outras matérias-primas de origem agrícola.

De qualquer forma, é pouco provável um aumento muito significativo da área de milho no Brasil como um todo na safra de verão, além de 5% a 7%, estando afastada, portanto, a possibilidade de recuperação da perda de 19,8% da área cultivada no ano passado, de acordo com os dados da CONAB.

SOJA

Valéria da Silva Peetz¹

A produção brasileira de soja na safra 1997/98 foi estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em julho de 1998, em 31,3 milhões de toneladas, nível recorde, e 19,9% superior ao da safra anterior. Para tanto contribuíram a expansão de 15,8% na área plantada e o aumento de 3,5% na produtividade, que atingiu a 2.380kg/ha (Tabela 1).

A análise do desempenho da safra nos principais estados produtores mostra que os maiores incrementos em termos de área cultivada ficaram por conta dos Estados da Região Centro-Oeste, notadamente, Goiás e Mato Grosso do Sul (35% e 26% respectivamente); na produção destacaram-se os Estados do Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso (crescimento superior a 20% em relação à safra 1996/97) e na produtividade, o principal ganho foi verificado no Rio Grande do Sul (29,6%). O grande destaque, em termos de nível de produtividade nacional, coube, novamente, ao Mato Grosso com 2.750kg/ha, equivalente ao da safra anterior.

Esse desempenho poderia ter sido ainda melhor não fossem as adversidades climáticas, como a intensa estiagem ocorrida em dezembro e janeiro, e excesso de chuvas em março e abril, implicando perdas nas principais regiões produtoras dos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A despeito das perdas na produtividade, o Paraná manteve a hegemonia da produção nacional, com 7,1 milhões de toneladas, avanço da ordem de 8,6% em relação à safra 1996/97.

Embora ocupe a sexta posição no *ranking* da produção nacional, a produção paulista não tem sido suficiente para atender a capacidade de processamento do grão instalada no Estado, da ordem de 4 milhões de toneladas, a terceira maior capacidade de processamento de oleaginosas no País. Assim, São Paulo é altamente dependente de matéria-prima de outros pólos de produção nacionais. Mesmo que

cerca de 30% a 40% dessa capacidade possa ser considerada como excedente instalado, a produção ainda se situa aquém do volume processado.

A produção paulista se concentra nas regiões do Vale do Paranapanema e Alta Mogiana, com as principais expressões nos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) de Assis (34%), Orlândia (24%) e Barretos (18%).

A boa rentabilidade obtida pela cultura, nos anos recentes, estimulou a expansão da área com soja, em substituição a outras explorações, a exemplo do que vem ocorrendo no sudoeste do Estado, uma das principais regiões produtoras de feijão. As estimativas da safra 1997/98 indicam que, a área cultivada com soja nessa região cresceu 45%, com a produção superando em 38% à obtida na safra anterior. A opção pela substituição decorreu dos melhores preços com a oleaginosa, garantindo uma segura margem de lucro ao agricultor.

A principal cultura anual concorrente da soja no Estado é o milho, cujo mau desempenho econômico, na safra 1996/97, implicou redução de área da ordem de 5% na safra 1997/98, provavelmente em favor do cultivo de soja, face aos excelentes resultados econômicos dessa atividade na safra anterior. Esse quadro, entretanto, poderá ser revertido no próximo plantio, uma vez que os preços de comercialização da safra 1997/98 de milho têm sido significativamente superiores aos da temporada anterior.

O excelente resultado da safra 1997/98 conduziu a um quadro plenamente satisfatório de disponibilidade interna de soja em 1998, da ordem de 32,2 milhões de toneladas em nível nacional (acrescentando-se, ao volume produzido, o estoque inicial e a estimativa de importação), ou seja, 14% superior ao registrado em 1997, para um consumo interno estimado em 22,8 milhões de toneladas. O esmagamento interno está previsto em 21 milhões de toneladas, contra 18,9 milhões de toneladas no ano comercial anterior. De fevereiro a julho de 1998, foram esmagados 12,5 milhões de toneladas do grão, restando

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Área, Produção e Produtividade da Cultura da Soja nos Principais Estados Produtores e Brasil, 1995/96 a 1997/98

Estado	1995/96			1996/97		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (kg/ha)
Paraná	2.311,5	6.241,1	2.700	2.496,4	6.565,5	2.630
Rio Grande do Sul	2.804	4.402,3	1.570	2.944,2	4.769,6	1.620
Mato Grosso	1.905,2	4.686,8	2.460	2.095,7	5.721,3	2.730
Goiás	909,4	2.046,2	2.250	991,2	2.478	2.500
Mato Grosso do Sul	845,4	2.045,9	2.420	862,3	2.155,8	2.500
São Paulo	563,6	1.234,3	2.190	574,9	1.322,3	2.300
Minas Gerais	528	1.040,2	1.970	522,7	1.176,1	2.250
Bahia	433	699,3	1.615	456	1.012,3	2.220
Santa Catarina	222,4	489,3	2.200	240,2	559,7	2.330
Brasil	10.663,20	23.187,70	2.175	11.381,3	26.160	2.299

Estado	1997/98		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (kg/ha)
Paraná	2.796	7.129,8	2.550
Rio Grande do Sul	3.150,3	4.769,6	2.100
Mato Grosso	2.514,8	6.915,7	2.750
Goiás	1.388,1	3.372,0	2.520
Mato Grosso do Sul	1.086,5	2.281,7	2.100
São Paulo	603,6	1.267,6	2.100
Minas Gerais	601,1	1.382,5	2.300
Bahia	556,3	1.201,6	2.160
Santa Catarina	276,2	649,1	2.350
Brasil	13.175,9	31.355,6	2.380

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

ainda cerca de 8,4 milhões de toneladas a serem processados, de acordo com estimativas do setor. Conseqüentemente, a produção brasileira de farelo e óleo deverá totalizar, respectivamente, 16,9 milhões de toneladas e 4 milhões de toneladas, superando em 16,2% o volume produzido no ano anterior, em ambos os casos. Caso se concretize o consumo interno estimado em 5,4 milhões de toneladas para o farelo e 2,7 milhões de toneladas para o óleo, bem como as exportações previstas em 11,6 milhões de toneladas de farelo e 1,4 milhão de toneladas de óleo, os estoques finais deverão totalizar 186 mil e 295 mil toneladas, respectivamente, para farelo e óleo. No caso do grão, a previsão de um movimento exportador menos intenso poderá conduzir a um estoque final da ordem de 1 milhão de toneladas, contra 96 mil toneladas do ano anterior (Tabela 2).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE), as exportações brasileiras do Complexo Soja deverão movimentar cerca de US\$4,8 bilhões em 1998. Esse montante, apesar de inferior ao recorde de US\$5,7 bilhões de 1997, é o segundo melhor da história do setor de soja no Brasil.

A comercialização da safra 1997/98 tem sido realizada em ritmo bastante diferenciado, comparativamente a de 1996/97, quando a situação que se apresentava no mercado internacional era de escassez e preços recordes. Do lado da oferta, os produtores resistentes aos menores preços praticados internamente realizam vendas escalonadas na expectativa de reversão da tendência baixista e, pelo da demanda, compradores com postura defensiva efetivam pequenas compras, frente ao ritmo mais lento do movimento exportador. No primeiro semestre do

TABELA 2 - Suprimento de Soja em Grão, Brasil, 1995/96 a 1997/98 (em 1.000t)

Item	1995/96	1996/97	1997/98
Estoque inicial	1.562	685	96
Produção	23.190	26.160	31.356
Importação	943	1.450	800
Suprimento	25.695	28.295	32.252
Consumo	21.363	19.860	22.880
Exportação	3.647	8.338	8.300
Estoque final	685	96	1.072

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)/Agentes de mercado.

ano, os preços praticados internamente estiveram bastante aquém dos auferidos em igual período de 1997, mas situando-se ao redor, e até mesmo superiores, em alguns casos, às médias históricas, podendo ser considerados perfeitamente remuneradores ao produtor (Tabela 3).

As constantes oscilações, verificadas na Bolsa de Chicago a partir de maio de 1998, em função de especulações decorrentes de incertezas climáticas a influenciar o plantio da safra 1998/99 nos Estados Unidos, foram fator determinante da lentidão das negociações internas e da relativa sustentação de preços. A partir de julho, com a divulgação, pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, do excelente andamento da safra estadunidense de soja no ano agrícola 1998/99, que deverá atingir nível recorde, da ordem de 77 milhões de toneladas, bem como das boas safras esperadas também nos outros principais países produtores de soja (cerca de 17 milhões de toneladas na Argentina e 13 milhões de toneladas na China), as projeções dos preços futuros para o grão declinaram. Na Bolsa de Chicago são esperados preços de até 20% abaixo da média nesse segundo semestre de 1998, atingindo níveis mínimos à época da colheita dos Estados Unidos.

A grave crise econômico-financeira, iniciada no sudeste Asiático e Rússia, passou a apresentar abrangência mundial e está obrigando a quase totalidade dos países, principalmente os em desenvolvimento, a efetuarem ajustes em suas economias. O desenrolar desse processo está pressionando negativamente as projeções do consumo mundial, inclusive de alimentos.

Assim, as previsões iniciais de oferta e demanda mundiais para o complexo soja, em

1999, apontam no sentido de estoques mundiais recordes. Se efetivada a produção mundial prevista em 156 milhões de toneladas, para um consumo estimado em 150 milhões de toneladas, os estoques mundiais na próxima temporada poderão superar a marca de 25 milhões de toneladas, e imprimir uma tendência baixista aos preços de todo o complexo (Tabela 4).

A conjugação de fatores, como preços pouco atrativos, comercialização em ritmo lento e perspectivas de um cenário negativo para o próximo ano, poderá desestimular o agricultor brasileiro, com relação ao plantio de soja. As projeções iniciais indicam uma tendência à redução da área cultivada com a oleaginosa na safra 1998/99, que seria substituída por milho nas Regiões Sul e Sudeste, e por algodão e arroz na Região Centro-Oeste. No caso do milho, por conta de necessidade de rotação de cultivo, após a grande extensão de área cultivada com soja na safra 1997/98 e, no caso do algodão e do arroz, pela necessidade de diversificação e pela questão de preços mais atrativos. Por outro lado, a maior liquidez apresentada pela soja, em relação às demais culturas que têm fluxo comercial praticamente só no mercado interno (arroz, milho e algodão), a rentabilidade positiva (mesmo que a preços inferiores aos de 1997) bem como os novos corredores de exportação, favorecendo o plantio em diferentes zonas de fronteira agrícola, seriam fatores a influenciar a manutenção dos produtores brasileiros na atividade, inclusive com investimentos para melhoria da produtividade.

Acrescente-se ainda que o Plano de Safra 1998/99, divulgado em junho de 1998, apresenta uma série de medidas de favorecimento à produção agrícola brasileira, notadamente a redução da taxa de juros de custeio agrícola e aumento do volume de recursos destinados ao custeio. O preço mínimo de garantia, ainda que apenas uma referência para a comercialização, foi estipulado em R\$9,50/60kg para os Estados da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, exceto Mato Grosso, de R\$9,00/60kg para os Estados do Mato Grosso, Pará, Tocantins e Região Nordeste, e de R\$8,50/60kg para os Estados da Região Norte. O Custo Operacional Total (COT), para a safra 1998/99, foi estimado pelo Instituto de Economia Agrícola, para o Estado de São Paulo, em R\$327,47/ha, ou R\$8,62/saco para a região do Vale do Parana-

TABELA 3 - Preços Recebidos pelos Produtores de Soja, nos Principais Estados, 1996-98

Ano/mês	(em R\$/60kg) ¹				
	Rio G. do Sul	Paraná	Mato G. do Sul	Goiás	São Paulo
1996					
Jan.	15,42	15,42	14,02	14,72	18,51
Fev.	14,60	15,30	13,91	13,21	17,59
Mar.	14,57	13,88	13,19	13,19	16,32
Abr.	15,18	15,16	15,16	14,47	16,79
Mai	16,26	14,91	13,55	14,23	17,88
Jun.	15,40	14,73	13,39	13,39	16,26
Jul.	15,90	14,60	13,91	13,25	16,28
Ago.	15,90	14,57	13,91	13,25	16,64
Set.	17,20	15,88	15,22	14,58	19,66
Out.	17,83	17,83	15,85	15,85	19,87
Nov.	17,78	17,12	15,80	15,14	19,30
Dez.	17,62	16,97	15,66	15,01	19,40
1997					
Jan.	17,34	16,69	15,41	14,77	18,41
Fev.	16,62	15,98	14,71	14,07	16,80
Mar.	17,08	15,80	14,54	14,54	17,31
Abr.	17,59	16,34	15,71	15,08	17,53
Mai	17,54	16,29	15,03	15,03	17,87
Jun.	16,80	16,17	15,55	14,93	17,05
Jul.	16,16	14,92	14,92	14,30	16,43
Ago.	16,79	16,17	14,92	14,30	17,25
Set.	17,93	16,69	15,45	14,84	17,31
Out.	17,86	17,25	16,02	15,40	18,41
Nov.	18,33	17,72	15,89	15,27	17,69
Dez.	18,20	17,60	15,78	15,17	18,58
1998					
Jan.	17,44	16,84	15,84	15,04	17,63
Fev.	18,24	15,64	15,03	14,43	14,65
Mar.	14,40	14,40	13,20	13,20	13,71
Abr.	13,22	13,22	13,22	12,02	12,67
Mai	13,79	13,19	12,59	11,99	12,22
Jun.	12,55	12,55	11,96	12,55	12,18
Jul.	12,60	12,60	11,40	12,80	12,49

¹Preços corrigidos pelo IGP-DI, base julho/98 = 100.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 4 - Disponibilidade Mundial de Soja, 1996/97 a 1998/99 (em milhão t)

Item	1996/97	1997/98	1998/99 ¹
Estoque inicial	17,51	12,86	19,39
Produção	131,68	156,52	156,39
Importação	36,42	39,36	38,37
Consumo	135,78	149,5	150,19
Exportação	36,96	39,86	38,29
Estoque final	12,86	19,39	25,66

¹Projeção.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

nema, considerando uma produtividade de 38 sacos de 60kg/ha, e de R\$324,24/ha, ou R\$9,26/saco para a região da Alta Mogiana, considerando-se uma produtividade de 35 sacos de 60kg/ha. Em ambos os casos, o COT estaria sendo coberto pelo Preço Mínimo e, também, pelo preço esperado pelo mercado a partir de março de 1999, ao redor de US\$11,00/60kg, de

acordo com a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), o que se traduz em outro ponto positivo aos olhos do produtor, para manutenção na atividade (Tabela 5).

Considerando-se os pontos positivos e negativos para a tomada de decisão sobre o plantio da próxima safra, a continuidade de expansão da produção brasileira, bem como no Estado de São Paulo, revela-se muito provável. Diante da atual conjuntura, o produtor brasileiro deverá considerar a necessidade de manutenção de pleno controle sobre os gastos na implantação da lavoura, através de um planejamento adequado que leve em conta a perspectiva de margens de lucratividade mais apertada que a de 1988, devendo, portanto, priorizar a questão da produtividade. Acrescente-se, ainda, a importância de o produtor considerar o instrumental de comercialização futura, para venda antecipada de parte da produção esperada, caso o mercado apresente indícios de repiques de preços, mantendo-se atento às tendências do mercado e às previsões climáticas, tanto no âmbito interno quanto no internacional.

TABELA 5 - Estimativa do Custo Operacional Total da Cultura da Soja, por Hectare, Regiões do Vale do Paranapanema e Alta Mogiana, Estado de São Paulo, Safra 1998/99¹ (em R\$ de agosto de 1998)

Item	Vale do Paranapanema (38sc.60kg/ha)		Alta Mogiana (35sc.60kg/ha)	
	R\$	%	RS	%
Mão-de-obra	29,84	9,11	24,96	7,7
Sementes	57	17,41	54	16,65
Aubos e corretivos	65,08	19,87	85,78	26,45
Defensivos	30,99	9,46	19,75	6,09
Operações de máquinas	74,6	22,78	75,21	23,2
Transporte da produção ²	-	-	-	-
Custo Operacional Efetivo	257,51	78,64	259,68	80,09
Depreciação de máquinas	30,63	9,35	30	9,25
Encargos financeiros ³	7,41	2,26	7,47	2,3
Encargos sociais ⁴	9,85	3,01	8,24	2,54
COSESP ⁵	12,88	3,93	10,39	3,2
Contribuição ao INSS ⁶	9,2	2,81	8,47	2,61
Custo Operacional Total	327,47	100,00	324,24	100,00
Custo operacional por saco	8,62	-	9,26	-

¹Planilha com adequação da produtividade esperada à tecnologia empregada (tração motomecanizada e plantio tradicional).

²Não foram consideradas as empreitadas de serviços de transporte da produção, secagem e assistência técnica.

³Taxa de juros de 8,75% ao ano.

⁴Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista.

⁵Refere-se a 5% (Vale do Paranapanema) e 4% (Alta Mogiana) do Custo operacional total.

⁶Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta esperada (R\$418,00 para o Vale do Paranapanema e R\$385,00 para a Alta Mogiana).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TRIGO

José Roberto da Silva¹

A colheita da safra brasileira de trigo em 1998/99 encontra-se adiantada nas regiões onde o plantio ocorre mais cedo, caso dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná.

A área cultivada na safra, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de 1,4 milhão de hectares, é 8% inferior à do ano anterior. Contudo, a produção estimada, de 2,6 milhões de toneladas, é 16% superior, devido à previsão de maior produtividade. Em 1997/98, face às adversidades climáticas, atribuídas ao *El Niño*, notadamente chuva na colheita, ocorreram perdas em muitas regiões. A produtividade em 1997/98 foi estimada em 1.604kg/ha, comparativamente a 1.853kg/ha, projetada para 1998/99, mas que deverá ser revista para menos, também em função de chuva na colheita.

As 2,6 milhões de toneladas de trigo estimadas serão suficientes para satisfazer cerca de 30% da demanda nacional, de 8,0 milhões de toneladas. A CONAB, em seu balanço de oferta e demanda, estima a necessidade de importação em 6,0 milhões de toneladas para o ano comercial 1998/99. Considerando as cotações atuais do mercado internacional, este montante corresponderá a um gasto de divisas da ordem de US\$750 milhões.

As condições atuais de preço no mercado internacional de trigo são favoráveis aos países importadores, entre os quais o Brasil, que se situa entre os maiores. Nos últimos anos, o país tem importado a maior parte das necessidades do Canadá e da Argentina, sendo deste último a origem de 77% a 88% dos volumes importados no período de 1995 a 1997, em decorrência dos acordos do MERCOSUL. As cotações internacionais da última semana de agosto de 1998, de US\$108,50 - FOB/Argentina, US\$115,50 - FOB/USA e US\$135,00 - FOB/Canadá, por tonelada, entre as verificadas nos últimos dez anos, só não são mais baixas que as de 1991 (Tabela 1).

TABELA 1 - Preço de Trigo, Países Exportadores Seleccionados, 1994-98

(US\$/tonelada-FOB) ¹			
Ano	Argentina	EUA	Canadá
1994	128	136	175
1995	225	175	214
1996	207	184	225
1997	162	141	180
1998	108	115	135

¹Preço correspondente ao mês de agosto de cada ano.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

A produção mundial de trigo, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), atingiu o volume recorde de 611 milhões de toneladas na safra 1997/98, o que contribuiu para elevar o nível dos estoques finais mundiais em 21%, passando de 111,3 milhões de toneladas em 1996/97 (segundo nível mais baixo dos últimos dez anos) para 133,9 milhões de toneladas em 1997/98.

De acordo com os dados de agosto do USDA, a produção mundial de trigo para 1998/99 está projetada em 598 milhões de toneladas, 2,0% inferior à anterior, em função, principalmente, de queda na produção da China, Ucrânia, Cazakstão e África do Sul. Ainda assim, as perspectivas são de que os preços internacionais permaneçam em patamares baixos nesse ano comercial.

Nessa conjuntura, os tricultores brasileiros, mesmo nesse momento em que sazonalmente os preços são mais favoráveis, já estão tendo dificuldades de comercializar o produto a preços remuneradores, tanto que no início da colheita, o Governo já anunciou a retomada dos leilões de Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) para início em setembro, podendo abranger até 77% da safra deste ano, com gastos estimados em R\$60 milhões.

Em setembro de 1998, o produto de melhor qualidade está sendo comercializado por

¹Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

cooperativas paulistas a R\$160,00 por tonelada, valor muito próximo do preço mínimo de R\$157,00, enquanto no mesmo mês do ano anterior, o preço médio foi de R\$175,00 por tonelada. Nestas condições, é muito provável um novo recuo da área cultivada com trigo no Brasil na próxima safra, 1999/2000.

Em São Paulo, de acordo com os dados de previsão de safra de junho da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA), ao contrário do que ocorreu nos principais estados produtores, a área cultivada com trigo na safra 1998/99, estimada em 15.850 hectares, é 29% superior à do ano anterior, refletindo o fato de que, em 1997, na média dos meses de safra em São Paulo, agosto a outubro, o preço recebido pelo triticultor foi de R\$177,00 por tonelada, inferior ao excepcional nível de R\$223,00 na safra anterior, mas ainda assim considerado remunerador (Tabelas 2 e 3). A necessidade de recorrência ao PEP para viabilizar a comercialização da atual safra poderá ter como consequência a reversão da tendência de recuperação da área que vinha se esboçando em São Paulo, a partir de 1996.

A predominância de produto importado no abastecimento nacional de trigo influencia os preços internos em todos os níveis de comercialização. Em nível de produtor, nos primeiros leilões, no início de setembro, o valor do PEP, para garantir o preço mínimo, foi de R\$24,00 e R\$27,00 por tonelada, respectivamente para produto do Paraná e Mato Grosso do Sul, o que situa o preço de mercado, nesses estados, entre R\$130,00 e R\$133,00 por tonelada, refletindo as baixas cotações internacionais. Em São Paulo,

os produtores estão reticentes e não estão manifestando interesse pelo PEP, pois acreditam na possibilidade de alguma recuperação na procura pelo produto nacional no curto prazo, até a entrada da safra argentina, tendo em vista as incertezas quanto aos efeitos da crise financeira internacional na economia brasileira. Essa expectativa está sendo reforçada pelas perdas e comprometimento da qualidade do trigo que vêm se verificando em algumas regiões do Paraná e de forma menos expressiva em São Paulo, onde cerca de 90% da área já foi colhida. As chuvas estão atrapalhando a colheita e prejudicando a qualidade do produto pelo excesso de umidade que provoca germinação na espiga e aumenta a incidência de doenças fúngicas. Além disso, o trigo argentino disponível, remanescente da safra passada, não apresenta qualidade satisfatória.

No varejo, verifica-se queda dos preços de macarrão a partir de janeiro de 1997, seguindo tendência das cotações do trigo no mercado internacional, que se apresentam em queda após a forte elevação ocorrida nos anos de 1995 e 1996. Esse comportamento, associado a elevações expressivas nos preços internos de arroz e feijão, é o que justifica, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias, o melhor desempenho do setor que prevê, para 1998, um aumento de 10% no faturamento, decorrente da perspectiva de expansão de 15% no consumo, relativamente a 1997. No caso do pão francês, verifica-se estabilidade dos preços no decorrer de 1997 e do primeiro semestre de 1998 num patamar cerca de 9,0% inferior ao do ano de 1996, mas ainda superior aos registrados nos anos anteriores (Tabelas 4 e 5).

TABELA 2 - Área e Produção de Trigo, São Paulo, 1997/98-1998/99

Região	Área (ha)		Participação percentual ¹	Produção (t)		Participação percentual ¹
	1997/98	1998/99		1997/98	1998/99	
Assis	1.704	3.380	99	3.310	7.099	115
Avaré	3.700	2.900	(21)	6.345	6.423	2
Campinas	10	10	-	12	15	25
Itapetininga	690	1.920	179	1.333	3.456	160
Itapeva	3.470	5.300	53	5.928	10.308	74
Mogi Mirim	350	310	(11)	738	637	(13)
Ourinhos	2.360	2.010	(14)	3.579	3.046	(14)
Outros	-	20	-	-	36	-
T total	12.284	15.850	29	21.245	31.020	46

¹Os valores entre parenteses são negativos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 3 - Preços¹ Médios de Trigo Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1994-98
(R\$/t)

Mês	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	207	187	234	159	153
Fev.	230	181	230	160	155
Mar.	205	183	233	167	152
Abr.	208	181	242	183	156
Mai	217	171	276	198	149
Jun.	221	162	269	196	150
Jul.	199	177	263	187	...
Ago.	191	184	240	182	...
Set.	191	189	226	175	...
Out.	190	189	202	173	...
Nov.	187	222	171	171	...
Dez.	187	232	164	165	...

¹Preços deflacionados pelo IGP-DI (base jul./98=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 4 - Preços¹ Médios Mensais de Macarrão no Mercado Varejista, Estado de São Paulo, 1994-98
(R\$/500g)

Mês	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	0,83	0,81	0,86	0,87	0,80
Fev.	0,86	0,80	0,88	0,87	0,80
Mar.	0,90	0,77	0,88	0,85	0,79
Abr.	0,95	0,78	0,92	0,85	0,79
Mai	1,04	0,80	0,90	0,84	0,78
Jun.	1,08	0,78	0,90	0,84	0,79
Jul.	1,00	0,79	0,91	0,84	0,77
Ago.	0,92	0,81	0,92	0,83	...
Set.	0,88	0,84	0,92	0,81	...
Out.	0,86	0,87	0,90	0,82	...
Nov.	0,84	0,87	0,91	0,84	...
Dez.	0,80	0,86	0,91	0,81	...

¹Preços deflacionados pelo IGP-DI (base jul./98=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 5 - Preços¹ Médios Mensais de Pão Francês no Mercado Varejista², Estado de São Paulo, 1994-98
(R\$/50g)

Mês	1994	1995	1996	1997	1998
Jan.	0,08	0,08	0,11	0,11	0,09
Fev.	0,08	0,08	0,10	0,11	0,10
Mar.	0,08	0,07	0,10	0,09	0,10
Abr.	0,08	0,08	0,10	0,10	0,10
Mai	0,08	0,08	0,10	0,10	0,10
Jun.	0,09	0,09	0,11	0,10	0,10
Jul.	0,09	0,08	0,11	0,11	0,10
Ago.	0,09	0,10	0,11	0,10	...
Set.	0,10	0,10	0,11	0,10	...
Out.	0,08	0,10	0,11	0,10	...
Nov.	0,08	0,10	0,11	0,10	...
Dez.	0,08	0,11	0,11	0,10	...

¹Preços deflacionados pelo IGP-DI (base jul./98=100).

²Preços coletados somente em supermercados.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).



EXPEDIENTE

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1998/99

Comissão Coordenadora

Sônia Santana Martins (coord. geral), Ana Maria Montragio Pires de Camargo, César Roberto Leite da Silva, José Roberto da Silva, Richard Domingues Dulley, Valquíria da Silva

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

Composição

Maria Alice Manzo

Apoio operacional

Alceu Donadelli, Benedito Barbosa de Freitas, Guido Makita Cleto, Hiroshige Okawa, Humberto Sebastião Alves

Distribuição

Regina Junko Yoshii, Yara de Cássia Corrêa Silva

Home-page

Carlos Roberto Gualtieri, Mário Luiz Vasques Chagas

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
Corpo Técnico em Exercício

DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO: Paulo Edgard Nascimento de Toledo

ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Antonio Ambrosio Amaro, Carolina Aparecida Pinsuti, Sonia Santana Martins, Ana Maria Pereira Amaral

CENTRO DE ESTUDOS DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Diretor: Valquíria da Silva

Ana Victória Vieira Martins Monteiro, Devancyr Aparecido Romão, Elizabeth Alves e Nogueira, José Eduardo Rodrigues Veiga, Nilce da Penha Migueles Panzutti, Regina Helena Varella Petti, Samira Aoun Marques, Terezinha Joyce Fernandes Franca, Yara Maria Chagas de Carvalho

CENTRO DE LEVANTAMENTOS E ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Diretor: Ana Maria Montragio Pires de Camargo

Alceu Donadelli, Carlos Roberto Ferreira Bueno, Celma da Silva Lago Baptistella, Denise Viani Caser, Francisco Alberto Pino, Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva, Geni Satiko Sato, Lilian Cristina Anefalos, Maria Carlota Meloni Vicente, Maria de Lourdes Barros Camargo, Mario Pires de Almeida Olivette, Maura Maria Demétrio Santiago, Vera Lúcia Ferraz dos Santos Francisco

CENTRO DE ESTUDOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Diretor: José Roberto da Silva

Afonso Negri Neto, Alfredo Tsunechiro, Antonio Roger Mazzei, Benedito Barbosa de Freitas, Carlos Nabil Ghobril, Célia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira, Celso Luis Rodrigues Vegro, Denyse Chabaribery, Eloisa Elena Bortoleto, Humberto Sebastião Alves, Ikuyo Kiyuna, Luiz Moricochi, Maria Lúcia Maia, Marisa Zeferino Barbosa, Nelson Giulietti, Sebastião Nogueira Junior, Silene Maria de Freitas, Valéria da Silva Peetz, Waldemar Pires de Camargo Filho

CENTRO DE ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DA PRODUÇÃO

Diretor: Richard Domingues Dulley

Alfredo de Almeida Bessa Júnior, Alceu de Arruda Veiga Filho, Arthur Antonio Ghilardi, Hiroshige Okawa, Luis Henrique Perez, Malimiria Norico Otani, Maria Célia Martins de Souza, Marina Brasil Rocha, Nelson Batista Martin, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Paul Frans Bemelmans

CENTRO DE COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Diretor: César Roberto Leite da Silva

José Roberto Vicente, Maria Auxiliadora de Carvalho

NÚCLEO DE INFORMÁTICA

Diretor: Paulo José Coelho

José Alberto Ângelo

CENTRO DE COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO

Diretor: Regina Junko Yoshii

José Venâncio de Resende

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Vandete Pereira do Nascimento Medeiros

NÚCLEO DE TREINAMENTO

Diretor: Ademar Francisco Marques

Mário Antonio Margarido, Marli Dias Mascarenhas Oliveira, Roberto de Assumpção

NÚCLEO DE EDITORAÇÃO

Diretor: Rachel Mendes de Campos

Deborah Silva de Oliveira Alencar, Maria Áurea Cassiano Turri

CENTRO ADMINISTRATIVO

Diretor: Tânia Regina de Oliveira Melendes da Silva

TÉCNICOS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Anelise Veiga, Eduardo Pires Castanho Filho, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Sidnei Gonçalves, Maria Lúcia D'Apice Paez, Neide Tizue Matsunaka Chiyoda, Sônia Marina da Silveira, Sueli Alves Moreira Souza, Yuly Ivete Miazaki de Toledo

PUBLICAÇÕES E SERVIÇOS DO IEA¹

TABELA DE PREÇOS

Publicação/Software	Brasil (R\$ por unidade)	Exterior (US\$ por unidade)
Agricultura em São Paulo	5,00	8,00
Informações Econômicas²	3,00	7,00
Coleção Estudos Agrícolas	12,00	20,00
Levantamento Subjetivo³ (município, área, produção, rendimento)	consultar	-
Série Informações Estatísticas da Agricultura (Série IEA) ⁴		
até 50 páginas	2,00	4,00
de 51 a 100 páginas	3,00	6,00
de 101 a 200 páginas	4,00	8,00
acima de 200 páginas	5,00	10,00
SOFTWARES⁵		
Customaq + manual usuário	100,00	-
Custos + manual usuário	200,00	-
Custagri + manual	300,00	-
Acant + manual usuário	76,00	-
Banco IEA	consultar	-

¹Informações pelo telefone (011) 577-0244 ramal 2354 ou 2349 com Yara ou Regina.

²A assinatura anual (12 fascículos + anuário - Série IEA) de Informações Econômicas custa R\$30,00 no Território Nacional e US\$65,00 no exterior.

³Informações pelo telefone (011) 276-9099.

⁴Inclui Suplementos e Separatas das demais publicações.

⁵Os softwares são adquiridos junto à FUNDEPAG, mediante cheque nominal Banespa 033 - Agência Água Branca - 0637 - conta nº 13-001316-9. Informações pelo telefone/fax: (011) 872-3355.

PUBLICAÇÕES DO IEA

Assinatura e/ou Aquisição Avulsa¹

Assinale com um X, especificando o nº e o ano:

- Agricultura em São Paulo (.....)
- Coleção Estudos Agrícolas (.....)
- Informações Econômicas (assinatura anual: 12 fascículos + Anuário - Série IEA)
- Informações Econômicas (exemplares avulsos nºs)
- Outros (.....)

FICHA DE CADASTRAMENTO

Nome:

Profissão:

Empresa:

Endereço: (rua, nº, andar, etc.):

CEP:

Cx. Postal nº: Cidade: Estado:

e-mail:

Telefone: (.....) Fax: (.....)

..... de de 19.....

Assinatura

¹A aquisição das publicações poderá ser feita mediante:

- Depósito efetuado na Nossa Caixa Nosso Banco S/A - Agência nº 0419-7, Tipo 13 c/c 100.013-9, nominal ao Fundo Especial de Despesas do IEA. Enviar através de fax o comprovante de depósito e a ficha acima devidamente preenchida.
- Envio de cheque nominal ao Fundo Especial de Despesas do IEA, juntamente com a ficha acima devidamente preenchida.

Instituto de Economia Agrícola - Divisão de Apoio à Pesquisa
Caixa Postal 68.029 - 04047-970 - São Paulo - SP
CGC 46.384.400/0033-26 - Inscrição Estadual - Isento
Telefone: (011) 577-0244 - ramal 2354 - Fax: (011) 276-4062
HOME-PAGE: <http://eu.ansp.br/~iea> - E-mail: iea@eu.ansp.br
STM400-20646/IEASAAAP